

957/

ARQVIVO
DO DISTRITO DE
AVEIRO
bibRIA

N.º 93

Janeiro, Fevereiro e Março

AVEIRO

1958

ARQVIVO
DO DISTRITO DE
AVEIRO

bibRIA


UNIVERSIDADE DE AVEIRO
SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO

VOLUME XXIV

AVEIRO

1958

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

DIRECTOR DA BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PRIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

bibRIA

ERRATA

N.º 53

Vol. XIV, pág. 45, linha 42, onde se lê:

Foelicem licet fuerit nimium florentibus annis.

deve ler-se:

Foelicem ante obitum dicere uox solita est.
Rapta licet fuerit nimium florentibus annis:

O PRIMEIRO PROCESSO
PARA A BEATIFICAÇÃO
E CANONIZAÇÃO
DA PRINCESA SANTA JOANA
FILHA DO REI D. AFONSO V

O convento de Jesus, em Aveiro, de freiras dominicanas, foi fundado por D. Mecia Pereira e D. Brites Leitão, mediante autorização do papa Pio II, dada na sua bula *Pio Deo et Ecclesiae desideria*, de 16 de Maio de 1461.

Muito protegeu este convento o *mui católico e cristianíssimo* rei D. Afonso v. Lançou-lhe a primeira pedra da igreja em 15 de Janeiro de 1462 e concedeu-lhe alvarás para adquirir bens de raiz e usufruir determinados privilégios.

Damas da mais alta nobreza de Portugal escolheram então este convento para nele professarem e viverem. A ele confiou também D. Afonso v sua filha a princesa-infanta D. Joana por ser já órfã de mãe e possuir tendências religiosas. Sua mãe, a rainha D. Isabel havia falecido em 1455.

Nasceu a infanta D. Joana em Lisboa, no dia 6 de Fevereiro de 1452. Entrou para o convento de Jesus da então vila de Aveiro, diocese de Coimbra, no dia 4 de Agosto de 1472, com vinte anos de idade. Nele viveu depois até o dia do seu falecimento, dia 12 de Maio de 1490, e nele foi sepultada.

Ao transpor o portão deste convento, e embora não o fizesse com o fim de nele professar, a infanta D. Joana renunciou para sempre às pompas, vaidades e riquezas do mundo, e passou voluntariamente a viver sujeita à regra e constituições do mesmo convento, como se dele religiosa fosse. Tão altas foram as virtudes que praticou e tão grandes foram os sacrificios a que se submeteu que à hora da sua morte já era considerada santa.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Logo após a morte da infanta D. Joana, começou em Aveiro a veneração da sua memória, a qual se havia de estender mais tarde a todo o país. Também começaram a atribuir-lhe milagres e prodígios. Surgiu depois a ideia da beatificação e canonização da infanta D. Joana, motivada em grande parte pela beatificação pelo papa Leão X, em 15 de Abril de 1516, da rainha D. Isabel esposa do rei D. Dinis, que depois de viúva, viveu no convento de Santa Clara, de Coimbra, e nele faleceu e foi sepultada.

As religiosas do convento de Santa Clara e os conimbricenses continuaram porém a trabalhar para conseguirem a canonização da dita rainha D. Isabel. E ao fim de pouco mais de um século, conseguiram finalmente que o papa Urbano VIII, embora com pouca vontade, a canonizasse em 25 de Maio de 1625.

O convento de Jesus e a vila de Aveiro também desejavam ter uma Santa ligada a eles, e por isso, pouco tempo depois da beatificação da rainha D. Isabel, foi uma das religiosas do convento de Jesus encarregada de redigir um livro que contivesse a história da fundação deste convento e a descrição da vida, virtudes, morte, milagres e prodígios da infanta D. Joana, e a mesma ou outra religiosa, encarregada de escrever, isto é, caligrafar o dito livro, tudo com vista à futura beatificação e canonização desta infanta.

Este livro foi de facto escrito em pergaminho, a duas colunas, e em letra gótica. Nele não foi, porém, registada a data nem o nome de quem o redigiu ou caligrafou. Mas as freiras que depuseram no processo do ano de 1626 para a beatificação e canonização da infanta D. Joana, declararam que ele tinha sido escrito pela madre Margarida Pinheira, sacristã do convento de Jesus e contemporânea desta infanta.

Esta freira nasceu em 1461, entrou para o convento de Jesus em 1467, juntamente com sua irmã Catarina Pinheiro, e professou em 1481. Em 1529 saiu deste convento com mais freiras para o convento de Setúbal, e dela não voltou a haver mais notícias.

Portanto, se foi Margarida Pinheira quem escreveu o códice, fê-lo até 1529. Também só teria sido começado depois do ano de 1513 porque esta data se encontra no texto, na parte relativa à fundação do convento, e é a data mais moderna que nele se encontra.

O códice chegou até nossos dias e pertence agora ao Museu de Aveiro onde se guarda cuidadosamente. Tinha inicialmente 167 meias folhas de pergaminho numeradas no alto em algarismos, mas quando foi encadernado segunda vez no século XVIII, esse número foi reduzido a 161, naturalmente por terem eliminado do códice algumas folhas que estavam em branco.

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

O texto deste códice quinhentista começa com a seguinte declaração:

Em este Livro he scrito e se contem ho nacimêto príncipio e fundamêto deste moesteyro e Casa de Jhesu Nosso Senhor desta villa de aveyro que pessoas ho fundarô nos hediffiçios e Casa: E o príncipiarom ê Regimêto da Religiã ordem de observãcia e ençarramêto, e quaaes forô as primeyras pedras deste sancto hediffiçio no avito e proffissom:

¶ *Item brevemente a entrada neste moesteyro e Reçibimento do avito ê Religiã . da Senhora iffãte dona Johana nossa Senhora:*

¶ *Item se contem ê elle assignadamente nomeadas todas as Religiosas que no sobredicto moesteyro ffezerô voto de prófissom, em que mes e ê qual anno cada hũa.*

¶ *Item mais se cõtem ê este breve sumário . ho ãno ê que ffaaleçerô e se fforam pera ho Regno de nosso Senhor as Religiosas que em este moesteyro viverom e serviram a deus:*

bibRIA

As religiosas do convento de Jesus e os aveirenses não conseguiram durante o século XVI que fossem realizados os trabalhos necessários para a beatificação e canonização da infanta dona Joana, por falta de recursos e dificuldades religiosas. Prosseguiram, no entanto, nas diligências e trabalhos para esse fim, durante o século XVII, tendo conseguido finalmente, com o auxílio do rei D. Pedro II, que o papa Inocêncio XII (1691-1700) beatificasse solenemente a Infanta pelo breve *Sacrosancti Apostolatus cura*, de 4 de Abril de 1693.

Para se conseguir a beatificação da infanta dona Joana organizaram-se em Portugal seis processos, três ordinários e três apostólicos, a saber (1):

I—Processo ordinário corrido em Coimbra e Aveiro, iniciado em 6 de Outubro de 1626 e terminado em 28 de Outubro de 1627, a respeito da vida, morte, virtudes, milagres, e fama de santidade da infanta dona Joana.

Foi juiz do processo o bispo de Coimbra, dom João Manuel (1625-1633).

(1) Sobre este assunto, veja-se *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XVIII, pág. 247.

II — Processo ordinário corrido em Coimbra, e iniciado em 13 de Janeiro de 1686, baseado no processo de 1626. Juiz do processo, o bispo de Coimbra, dom João de Melo (1684-1704).

III — Processo ordinário corrido em Coimbra e Aveiro, iniciado em 11 de Março de 1687 e terminado em 21 de Abril de 1687, a respeito do culto, veneração, e prodígios da Infanta. Juiz do processo, o bispo de Coimbra, dom João de Melo.

IV — Processo apostólico, corrido em Lisboa, iniciado em 4 de Abril de 1689 em virtude de letras remissórias e compulsórias da Sagrada Congregação dos Ritos, nas quais se dava faculdade de se reconhecerem as imagens da Infanta expostas à veneração pública desde tempos antigos.

V — Processo apostólico, corrido em Évora, iniciado em 2 de Maio de 1689, em virtude de letras da Sagrada Congregação dos Ritos, em que se dava faculdade para visitar, reconhecer e descrever as imagens da Infanta.

VI — Processo apostólico, corrido em Coimbra e Aveiro, iniciado em 2 de Janeiro de 1689, em virtude de letras da Sagrada Congregação dos Ritos, tendo por objecto o culto da Infanta.

Após todos estes trabalhos foi a infanta dona Joana beatificada, como já dissemos, por breve do papa Inocência XII, de 4 de Abril de 1693.

Conseguida a beatificação da infanta dona Joana, procuraram em seguida as religiosas do convento de Jesus obter a sua canonização. Para isso se organizou novo processo apostólico, corrido em Coimbra durante os anos 1749 a 1752, *super virtutibus et miraculis in specie*, mas este processo nunca teve conclusão em Roma.

Para melhor compreendermos a organização dos processos da beatificação da Infanta D. Joana, indicamos a seguir os bispos de Coimbra, os reis de Portugal e os papas, existentes à data da formação dos processos e seu seguimento:

Processo de 1626

Bispo — D. João Manuel (1625-1633)

Papa — Urbano VIII (1623-1644)

Rei — D. Filipe III (1621-1640)

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

Processos de 1686, 1687, 1689

Bispo — D. João de Melo (1684-1704)

Papa — Inocêncio XI (1676-1689)

» — Alexandre VIII (1689-1691)

» — Inocêncio XII (1691-1700)

Rei — D. Pedro II (1683-1706)

O processo fundamental para a beatificação da infanta D. Joana é evidentemente o que o bispo D. João Manuel mandou fazer em 1626, *auctoritate ordinaria*.

Este processo não teve qualquer seguimento em Roma.

O processo de 1686 é uma repetição do de 1626; e o de 1687 é complemento do de 1686.

Estes dois processos foram apresentados em Roma à Sagrada Congregação dos Ritos que os examinou em 10 de Julho de 1688, e deliberou admitir a Comissão de introdução da causa da beatificação e canonização da princesa-infanta D. Joana.

Afinal estes processos foram julgados como insuficientemente documentados para o fim em vista, pelo que o papa Inocêncio XI ordenou que por autoridade apostólica fossem elaborados novos processos nas dioceses de Lisboa, Évora e Coimbra, relativos às virtudes e culto imemorial da Infanta. Foram estes processos feitos em 1689.

Examinados em Roma estes três novos processos, foi finalmente dado como provado o culto imemorial da infanta D. Joana, por decreto de 20 de Dezembro de 1692, e aprovada a sua beatificação passado pouco tempo.

O processo de 1626, organizado no pontificado de Urbano VIII, não teve andamento em Roma por várias razões, mas principalmente por os seus promotores não disporem de recursos para ocorrerem às despesas a fazer na Cúria Romana com a beatificação. Actualmente ignora-se o paradeiro do processo original que devia estar em Coimbra. Ter-se-á perdido para sempre tal processo? Se assim fosse, talvez nunca mais se soubesse como foi constituído, quem o pediu, e quem interveio na sua organização.

E tudo isto muito interessa à história da Igreja e à história de Aveiro.

Pois bem. De todo o processo de 1626 aqui vamos dar conhecimento, porque, embora tenha desaparecido o original, existe felizmente em Aveiro e em nosso poder, uma cópia autêntica dele, feita em Coimbra e datada de 15 de Março de 1643.

Diremos desde já por que motivos foi feita a referida cópia. A tentativa de beatificação da infanta D. Joana com o processo

de 1626 havia falhado, mas as religiosas do convento de Jesus e os aveirenses continuavam na sua pretensão.

Passados dezasseis anos, a Câmara de Aveiro chamou a si a causa da beatificação e canonização e por isso requereu à Câmara Episcopal de Coimbra, talvez em 1642, uma pública e autêntica forma do dito processo, a qual lhe foi passada em 1643.

Foi nestas circunstâncias, que o juiz, vereadores e procurador da Câmara de Aveiro, pediram e requereram *com muita instância* ao Dr. José de Abreu Bacelar, provisor e vigário geral na cidade de Coimbra e seu bispado, que lhes mandasse passar um instrumento com o teor dos autos que no seu juízo estavam, e continham a *vida, milagres, e excelências* da Santa Princesa dona Joana filha del rei D. Afonso quinto de Portugal, para com ele requererem a Sua Santidade o Papa a beatificação e canonização da dita Senhora.

Era então bispo de Coimbra D. Joane Mendes de Távora (1638-1646); rei de Portugal D. João IV (1640-1656), e papa, Urbano VIII (1623-1644).

Averiguámos ainda que pela causa da beatificação da princesa-infanta D. Joana se interessava D. Ana Manrique de Cárdenas e Lara, duquesa de Torres Novas, viúva de D. Jorge de Lencastre, filho dos duques de Aveiro D. Alvaro de Lencastre e D. Juliana de Lencastre, todos estes aparentados com a infanta D. Joana.

A cópia autêntica do processo veio para Aveiro, mas não chegou a ser remetida para Roma, o que prova que fracassou também a tentativa de 1643 para a beatificação da Infanta.

Para isto deve ter concorrido a ausência de relações diplomáticas entre Portugal e a Cúria Romana, por motivo da revolução de 1640 que expulsou do trono português o rei Filipe IV de Espanha.

A pública-forma do processo de 1626 que possuímos, contém todo o teor deste processo, e constitui um códice escrito em 144 folhas e verso de papel, numeradas no cimo apenas de 1 a 143, visto que, por lapso, não foi numerada a folha situada entre as folhas 19 e 20. No fim há ainda uma folha em branco inumerada.

Cada folha tem 207 milímetros de largura e 300 milímetros de altura.

No códice falta apenas a última folha escrita que devia ter o número 144, e que continha as assinaturas dos notários apostólicos que conferiram a cópia com o original. Mas na folha 143 verso ainda existe hoje colado o selo em papel branco do bispo de Coimbra, D. Joane Mendes de Távora a autenticar toda a cópia do processo.

O códice está encadernado numas capas de pergaminho branco que são ainda as primitivas.

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

Deve notar-se que o códice está escrito em duas espécies de letra: uma para os sumários, e outra para a biografia da Infanta que ocupa as folhas 20 a 79 verso.

No rosto da primeira folha e em cima foi escrito N.º 867 em tinta cor de rosa. Este número deve indicar a ordem do códice na numeração geral dos documentos do cartório do convento de Jesus, onde deu entrada em época não determinada.

É interessante notar que o códice quinhentista que descreve a fundação do convento e a vida da Infanta, tem o número 872.

O exame da pública-forma do processo de 1626 mostra-nos que este é constituído por três partes bem distintas, a saber:

- 1.^a — Conjunto de vários documentos relativos à instauração do processo, e o sumário dos depoimentos feitos em Aveiro acerca da autoridade e crédito do livro manuscrito que existia no convento de Jesus e continha a crónica da fundação deste convento e o memorial da vida e morte, virtudes e santidade da infanta D. Joana, filha do rei D. Afonso v e de sua mulher D. Isabel.
- 2.^a — Cópia do memorial da Infanta atrás mencionado.
- 3.^a — Sumário de catorze milagres feitos pela Infanta e a sentença do bispo de Coimbra, D. João de Melo, acerca do processo, na sua qualidade de juiz do mesmo.

Para se avaliar da extensão de cada uma destas partes na dita cópia, diremos que a primeira ocupa vinte folhas; a segunda ocupa sessenta folhas, e a terceira, sessenta e duas.

Os promotores do processo de 1626 foram:

- a) O juiz, os vereadores e o procurador do concelho da vila de Aveiro.
- b) A prioriza e religiosas do convento de Jesus de Aveiro.

Era então prioriza do convento a madre Mariana de Belém.

A primeira parte do processo de 1626 compreende o sumário que o Doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, provisor do bispado de Coimbra, fez em Aveiro, *acerca das virtudes e santidade da princesa e infanta D. Joana*, sendo escrivão do sumário o licenciado João de Moure.

Depuseram neste sumário vinte testemunhas, das quais doze eram religiosas do convento de Jesus e oito eram pessoas da

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

nobreza e da mais elevada categoria social de Aveiro. Estas eram:

D. Brites de Lara e Meneses
Henrique de Sousa
Diogo Lopes de Sousa
D. Isabel de Mendonça
Lic.^{do} João Pimentel de Ataíde
Lic.^{do} André Afonso Migalhas
Lic.^{do} Manuel Dias
Mateus Couceiro.

Vejamos quem eram estas oito testemunhas.

D. Brites de Lara e Meneses era filha do quinto marquês e primeiro duque de Vila Real. Foi casada com D. Pedro de Médicis, irmão do grão-duque de Florença, e enviuvou em 1604 na cidade de Madrid. Recolheu-se em seguida no convento de Jesus, de Aveiro, e nele viveu dezoito anos, passando depois a viver no palácio que entretanto mandara construir em Aveiro, e nele faleceu em 1648.

Este palácio foi em 1657 transformado em mosteiro de religiosas carmelitas descalças.

Henrique de Sousa ou Henrique de Sousa Tavares, foi o primeiro conde de Miranda do Corvo, e governador da Casa do Cível na cidade do Porto, por nomeação de 10 de Novembro de 1590. Faleceu em 1627.

Diogo Lopes de Sousa, filho do dito Henrique de Sousa, foi o segundo conde de Miranda do Corvo, e governador da Casa do Cível do Porto, por nomeação de 17 de Maio de 1613.

Nasceu em Lisboa em 17 de Julho de 1582 e faleceu em Madrid em 27 de Dezembro de 1640.

D. Isabel de Mendonça era condessa de Penaguião e sogra do dito Diogo Lopes de Sousa.

O Lic.^{do} João Pimentel de Ataíde tinha sido vereador da Câmara de Aveiro.

O Lic.^{do} André Afonso Migalhas tinha sido provedor da Misericórdia de Aveiro nos anos 1622-1623.

O Lic.^{do} Manuel Dias era o arcepreste de Aveiro.

Mateus Couceiro tinha sido provedor da Misericórdia de Aveiro nos anos 1611-1612.

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

As testemunhas foram feitas as seguintes perguntas:

1.^a Acerca da autoridade e crédito do livro manuscrito existente no cartório do convento de Jesus, de Aveiro, que contém o nascimento, princípio e fundamento deste convento, e o Memorial da vida da infanta e princesa dona Joana.

2.^a Acerca da fama e opinião que havia no convento de Jesus e em Aveiro e outras partes do Reino, a respeito da virtude, santidade, e vida inculpável da princesa dona Joana.

a) A primeira pergunta tinha por fim averiguar se o dito livro tinha sido escrito no convento de Jesus por alguma das suas religiosas, e portanto, com o conhecimento e fiscalização da priora e outras autoridades eclesiásticas.

Ora nenhuma das testemunhas tinha conhecimento directo de quem escrevera o livro visto que entre a época em que ele fora escrito e a dos depoimentos mediava cerca de um século nem existia qualquer documento referente a tal livro.

No entanto, todas as freiras que depuseram, disseram ser tradição que o livro tinha sido escrito pela madre Margarida Pinheira e algumas até declararam que do próprio livro constava ter sido esta freira quem o escrevera.

Havia, na verdade, uma nota escrita no dito livro, na margem de uma das folhas do *Memoryal de todas as Religiosas que ffeserõ proffissom Neste Moesteyro de Jhesu Nosso Senhor. E em que anno. E mes:*

e relativa ao seguinte registo:

Ho ano do Senhor de Myl quatrocentos. sessenta e sete. lançaram ho auyto a tres sobrinhas do padre frey Joham de guimaraães . a saber . Marguarida pinheyra . E a sua Irmãã Catherina pinheyra . E a ynes prima destas.

a qual permitia concluir-se que o livro tinha sido escrito por Margarida Pinheira. Com efeito, succedeu que antes de 1626, alguém que leu o livro, escreveu na margem e na direcção da linha em que está o nome Catarina Pinheira:

esta escreveo a vida da Princeza S.^{ta}

mas sublinhou o nome Margarida Pinheira.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Apesar disto, GEORGE CARDOSO, organizador do *Agiológico Lusitano dos Sanctos, e Varoens illustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*, impresso em 1666, e o primeiro escritor que atribuiu autoria ao Memorial da vida da infanta dona Joana, disse naquela obra que este tinha sido escrito pela madre Catarina Pinheira.

Mas pouco depois, em 1688, o jesuíta Daniel Papebrochio, nos *Acta Sanctorum*, disse que tinha sido escrito por soror Margarida Pinheira, baseado nas informações que em 1679 tinha recebido das religiosas do convento de Jesus.

A anotação prestava-se, portanto, a duas interpretações, mas por certo GEORGE CARDOSO não teria dito que a autora da *Vida da Princesa Santa* tinha sido Catarina Pinheira se tivesse lido o traslado do processo de beatificação de 1626, no qual todas as freiras que depuseram, declararam que o códice quinhentista do convento tinha sido escrito por Margarida Pinheira.

Também se pode concluir que este traslado não estava em 1666 ou antes, no convento de Jesus, mas sim ainda em poder da Câmara de Aveiro, tendo dado entrada no convento somente quando se tratou de fazer o processo de 1686.

Deve notar-se que o facto de Margarida Pinheira ter caligrafado o códice em questão, não implica que tenha sido ela a sua autora.

b) À segunda pergunta todas as testemunhas responderam que a princesa e infanta D. Joana gozava da fama de Santa.

Do ponto de vista artístico há a notar que nalguns depoimentos se fazem as primeiras referências a um quadro pintado com o retrato da infanta D. Joana em traje secular, que existia no convento de Jesus. Este quadro deve ser o que existe actualmente no Museu Regional de Aveiro e é pertença dele agora.

Alguns críticos de Arte dizem que este retrato é coevo da Infanta, mas esta afirmação ainda não foi provada com qualquer documento.

O dito quadro foi levado para Coimbra em 1689 pelo bispo D. João de Melo para efeitos do processo de 1689, e lá esteve no Paço Episcopal algumas dezenas de anos, onde teria sido repintado e copiado.

A segunda parte do processo de 1626 é constituída integralmente pelo traslado da biografia da infanta D. Joana incluída no códice quinhentista do convento, e nele escrita sob o título:

Segue-se em breve ho Memorial . da muito excellente Princesa . E muito virtuosa Senhora . ha Senhora Iffante

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

dona Johanna nossa Senhora . ffilha do muỹ Catholyco e cristianissimo Rey . dom Affonso . quinto . E da Senhora Rainha . dona Isabell sua molher .

A matéria indicada neste título é exactamente a que está indicada no primeiro *item* do principio do dito códice. A autora justifica a escritura do *Memorial* da Infanta nos seguintes termos:

«Justa e Rasoada Cousa he . p̃oor em scryto . E lenbrãça . ho spicial dom e graca . que Nosso Senhor Jhesu . fez a este moesteyro e Casa sua . e trazer a ella a muỹ sclarecida E excelente Senhora E princesa deste Regno de portugall a Senhora Iffante dona Johana nossa Senhora . dotãdo a E afremosêtando a de tanta nobreza de todas virtudes . graca singular E doões do spiritu santo des sua minynyce . que bem Como strella da manhã Clara e Resplandecête . na vida e morte . alumiou e honrrou este Regno.»

Neste memorial a autora põe em relevo a *muito santa vida, o amor divino, fervente caridade e profunda humildade, pura e inteira castidade e muito santo fim* da infanta dona Joana; e indica por fim alguns milagres que por seu intermédio se realizaram.

Desde o século XVI até aos fins do século XIX publicaram-se em Portugal e no estrangeiro muitas biografias da infanta D. Joana, mas todas decalcadas no *Memorial* da Infanta, incluído no códice quinhentista do convento de Jesus, de Aveiro.

Porém, no ano de 1939, o sr. Dr. ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL, publicou integralmente o dito códice sob o título:

*Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro,
e Memorial da Infanta Santa Joana,
filha del rei Dom Afonso V*

em um volume de XL-304 páginas.

A esta edição juntou o sr. Dr. ROCHA MADAHIL um valioso e erudito prefácio no qual descreveu este códice, e abordou o problema da sua autoria.

Foi publicada assim, pela primeira vez, ao fim de quatrocentos anos, a biografia original da infanta e princesa dona Joana, sem se suspeitar que na edição do precioso códice estava incluída a peça principal dos processos que se fizeram para a sua beatificação e canonização.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

A terceira parte do processo de 1626 é constituída pelo sumário que o Doutor Bernardo da Fonseca Saraiva fez em Aveiro de catorze milagres realizados por intermédio da princesa e infanta dona Joana. Mas destes milagres já tem sido dada notícia mais ou menos desenvolvida em obras que correm impressas, relativas à vida desta infanta.

Compreende também a sentença do bispo de Coimbra, D. João de Melo, como juiz ordinário do processo.

Esta sentença tem a data de 28 de Outubro de 1627, e nela este bispo aprova a autenticidade e crédito do já referido livro manuscrito, que foi utilizado no processo de 1626, considera santa a vida da princesa-infanta D. Joana, e aprova os milagres com excepção de três, declarando finalmente que remeterá o processo a Sua Santidade o papa Urbano VIII, para que ele *ordene o que for mais glória e honra de Deus e louvor desta Santa Princesa e utilidade e edificação dos fieis.*

Ficámos a saber como foi organizado o processo de 1626 para a beatificação e canonização da princesa e infanta D. Joana, e quais as partes que o formavam. Em virtude do que expusemos, vê-se que não é preciso publicar integralmente o processo de 1626. Omitirems a biografia ou memorial da Infanta.

Publicaremos, portanto, a seguir, apenas a primeira parte do dito processo, por estar inédita e ser inteiramente desconhecida, um resumo dos depoimentos acerca dos catorze milagres, e a sentença final do bispo D. João de Melo.

Para facilidade de leitura, publicaremos os documentos em ortografia actual.

Aveiro, Janeiro de 1958.

FRANCISCO FERREIRA NEVES

O Doutor José de Abreu Bacelar, Provisor e Vigário geral na cidade de Coimbra, e seu bispado pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo Senhor Joane Mendes de Távora, mestre na Sagrada Teologia, por graça de Deus, e da Santa Sé Apostólica Bispo da dita cidade, conde de Arganil, e do Conselho de Sua Majestade, etc.

Aos Senhores que o presente instrumento virem, passado com o teor de autos, em que se contém a vida, milagres, e excelências da Santa Princesa dona Joana, filha del Rei dom Afonso quinto de Portugal, enterrada no mosteiro de Jesus da vila de Aveiro, do dito bispado: saúde, e paz para sempre em Jesus Cristo Nosso Redentor que de todos é verdadeiro remédio, e salvação.

Faço saber que por parte do Juiz, Vereadores, e Procurador da Câmara da dita vila me foi com muita instância pedido, e requerido lhe mandasse passar este instrumento com o teor dos ditos autos que em meu juízo estavam, para com ele requererem a Sua Santidade o Papa nosso Senhor, sobre a beatificação da dita Senhora Princesa; e visto por mim seu requerimento lho mandei dar, e o traslado dos ditos autos é o seguinte, *de verbo ad verbum*:

Auto de apresentação de uma petição dos oficiais da Câmara da vila de Aveiro, comissão, e procurações e sumário de testemunhas sobre os milagres da Sereníssima Princesa dona Joana.

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e seis centos e vinte e sete, aos dez dias do mês de Outubro, do dito ano, em esta cidade de Coimbra, e paços episcopais do Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Dom João Manuel bispo da dita cidade, e bispado, conde de Arganil, e do Conselho de Sua Majestade, etc., por parte dos oficiais da Câmara da vila de Aveiro, foi apresentado ao dito Senhor uma petição, comissão, procurações, e sumário de testemunhas ao diante sobre os milagres da Sereníssima Princesa dona Joana: e sendo-lhe aí tudo apresentado, o mandou autuar, e ajuntar a este auto, e que houvesse vista o Pro-

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

motor, e com sua resposta se fizessem conclusos a ele dito Senhor Bispo, para pronunciar como parecesse justiça, ao que satisfiz. Francisco Fernandes de Almeida notário apostólico que ora sirvo de escrivão da Câmara o escrevi.

Sumário que o Doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, provisor deste bispado de Coimbra, fez na vila de Aveiro acerca das virtudes, e santidade da Ilustríssima Senhora Princesa dona Joana

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e seis centos e vinte e seis, aos seis dias do mês de Outubro, nesta notável vila de Aveiro, estando nela o Doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, provisor deste bispado de Coimbra pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo Senhor dom João Manuel, bispo-conde, do Conselho de Sua Majestade, etc., na Rua Direita, nas casas onde pousa o licenciado Jorge de Castro Osório, ouvidor desta dita vila, onde estava pousado o dito provisor, ante ele pareceu o licenciado Manuel de Almeida médico da dita vila, e lhe apresentou a petição que ao diante vai junta, com o despacho, e provisão do dito Senhor Bispo-Conde, requerendo-lhe como procurador que é dos oficiais da Câmara da dita vila, e da madre Mariana de Belém prioreza do convento de Jesus, da mesma vila, e das Religiosas dele, como consta das procurações ao diante juntas, e requereu ao dito provisor que aceitasse a dita comissão do dito Senhor Bispo-Conde, e em tudo a desse a sua devida execução: a qual comissão o dito provisor aceitou e disse que a cumpriria; e logo em execução dela deu juramento a mim escrivão no livro dos santos evangelhos, em que eu puz a mão, e me encarregou que bem, e fielmente escrevesse nesta diligência e sumários da vida, e santidade da preclaríssima Princesa dona Joana filha del Rei dom Afonso quinto de Portugal, a qual viveu muitos anos no dito convento de Jesus desta vila de Aveiro e nele faleceu e está enterrada; e eu prometi de assim o fazer sob cargo do dito juramento de que tudo mandou o dito provisor, a mim o licenciado António de Moure fazer este auto que assinei com ele dito provisor; e também assinou aqui o dito licenciado Manuel de Almeida procurador dos supplicantes. António de Moure o escrevi. Bernardo da Fonseca Saraiva // Manuel de Almeida // António de Moure.

E logo no dito dia, mês e ano, e lugar, requereu o dito licenciado Manuel de Almeida ao dito provisor que man-

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

dasse ajuntar a este sumário as procurações da Câmara desta vila, e da prioreza do convento de Jesus desta vila de Aveiro, e um rol de testemunhas assinado pelos oficiais da dita Câmara, e pela dita prioreza, juntamente com a sua petição, e comissão do dito Senhor Bispo-Conde, e o dito provisor mandou a mim escrivão que assim o fizesse, ao que logo satisfiz. António de Moure o escreveu.

Ilustríssimo Senhor

Dizem os Officiaes da Câmara da notável vila de Aveiro em nome deste Povo, e a madre Prioreza, e Religiosas do mosteiro de Jesus sito na mesma vila, que nela está sepultado o corpo da Princesa dona Joana, filha del Rei D. Afonso o quinto, senhora que em sua vida assim antes como depois de se recolher no dito mosteiro deu sempre raro exemplo de virtudes, e notórias mostras de santidade aprovada e conhecida, de que são manifesta prova, os milagres que Deus Nosso Senhor por sua intercessão tem obrado cada dia depois de sua morte, como largamente constará a Vossa Senhoria de instrumentos, crônicas, livros, e mais documentos antigos que apresentarão, e de muitas testemunhas dignas de fé, e assim que sempre foi, e é fama pública, e constante que a dita Princesa é santa, e bem aventurada, e por tal está tida, havida e venerada. E porque eles suplicantes agradecidos às contínuas mercês que por seu meio recebem do mesmo Senhor, para maior glória sua, e honra desta Princesa desejam que sua santa, e inculpável vida, e milagres, sejam na forma do santo Concílio Tridentino por Vossa Senhoria qualificados, e aprovados para efeito de Sua Santidade fazer graça, e mercê a este Reino, e Povo de a beatificar, e canonizar,

Pedem a V. S.^a cometa a justificação do sobredito a alguma pessoa grave religiosa, e douta, e que feitos sumários do sobredito, julgue e pronuncie por provados os ditos milagres, e mais artigos abaixo escritos, e R. justiça e mercê.

Foram tantas, e tão notórias as virtudes e excelências desta gloriosa Princesa que vulgarmente todos a chamavam, e chamam em todos estes Reinos a Princesa Santa.

Sendo ainda de mui tenra idade se entregou de todo o coração a Deus Nosso Senhor, gastando com ele em oração a maior parte do dia, e da noite, e procurando que todas as suas práticas, e conversações fossem sempre dirigidas a falar e tratar de Deus e da sacratíssima Virgem Senhora Nossa, de quem era mui devota.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Tratou sempre de se mortificar em tudo, empregando-se de negar sua própria vontade, afligindo-se com contínuos jejuns, cilícios, disciplinas, e outras particulares penitências, a que era tão afeiçoada que antes de morrer dizia que se lhe lembrava a vida, era para as fazer maiores nela.

A caridade que teve para com os pobres foi extraordinária, porque com eles repartia todas suas rendas; e por pessoas virtuosas, e de confiança mandava acudir a várias necessidades, e da mesma caridade usava para com todas as mais pessoas, procurando entre elas a paz e concórdia que tinha dentro em sua alma.

Conservou sempre em sua vida a pureza virginal, e fez voto de castidade a seu divino esposo Cristo Jesus, pelo qual deixou a muitos reis, e príncipes cristãos que a pretendiam por mulher pela fama de sua santa vida, prudência admirável, e rara formosura de cuja fama estava o mundo cheio.

A prudência com que se havia em todas suas coisas foi admirável aliás incomparável, e por essa razão El Rei dom Afonso o quinto seu pai lhe entregou a casa real, e se passou a viver com esta Princesa depois de morta a rainha dona Isabel sua Mãe.

Foi notável o desprezo que teve do mundo, e dos faustos e pompas dele, contentando-se com a pobreza que só amava, e estimava sobretudo, pela qual deixou, e desprezou grandes reinos, e estados, e se resolveu a dar de mão a todos eles recolhendo-se no mosteiro de Jesus desta vila de Aveiro aliás desta vila, onde resplandeceu nas mesmas virtudes, e outras muitas, dando a todas as religiosas um grande exemplo de sua santa vida.

Foi tão amiga da religião que posto que não chegou a professar por lho impedirem os Povos, tomou no dito mosteiro o hábito do patriarca São Domingos, e nele viveu, e morreu muito consolada, dizendo muitas vezes que nenhum gosto tinha maior, que estar com suas irmãs religiosas, as quais tratava em tudo como irmã que dizia era sua.

É certo que teve esta Princesa espírito, e dom de profecia, porque em sua vida declarou a morte de alguns reis, e príncipes que a pediam por mulher, muito tempo antes de neste reino se saber que eram falecidos, e na hora da morte dizendo que sua morte era necessária para sua quietação. Profetizou, segundo depois se entendeu, a do príncipe dom Afonso

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

seu sobrinho, por cuja causa ela de força houvera de ser tirada da religião para a sucessão do reino, por quanto seu irmão El Rei dom João o segundo não tinha outro filho.

Faleceu esta gloriosa Princesa em 12 de Maio do ano de 1490, e logo depois do seu falecimento, quis Deus Nosso Senhor mostrar com um evidente milagre a santidade da sua vida, porque indo seu corpo a sepultar, e passando pelo claustro que estava cheio de árvores e de flores, todas se secaram, e murcharam e nunca mais reverdeceram: como enchendo-se de luto, e tristeza pela falta que esta senhora lhe fazia.

Dão, os suplicantes em prova, um livro antigo, escrito de mão em pergaminho, em que se contem a fundação do convento de Jesus desta vila, e a narração da vida e morte desta princesa.

Dão mais em prova a 3.^a centúria da crónica de São Domingos composta por frei João Lopes, bispo de Monópoli, impressa no ano de 1613, que relata a vida, morte, e milagres da mesma Princesa.

Dão mais em prova um livro que se intitula, *De los dos Religiosos Infantes de Portugal*, composto por frei Jerónimo Roman, cronista da Ordem de Santo Agostinho, impresso no ano de 1595, em que se reconta a vida e obras maravilhosas desta religiosa Princesa.

Dão mais em prova outro livro impresso que se intitula *Vida da Serenissima Princesa dona Joana filha del Rei dom Afonso o quinto de Portugal*, composto pelo padre frei Nicolau Dias, mestre em Santa Teologia, da Ordem de São Domingos da Província de Portugal, impresso no ano de 1594.

Dão mais em prova / uns letreiros aliás / um letreiro que está no coro de baixo do dito convento de Jesus por cima da sepultura da dita Princesa, que diz assim:

AQUI JAZ A INFANTA DONA JOANNA QUE FOI PRINCEZA
JURADA DESTE REJNO FILHA DEL REY DOM A.^o O QUINTO,
VIVEO NESTE CONVENTO DEZOITO ANNOS, FALECEU DE TRINTA
E SINCO DE IDADE, A DOZE DE MAJO, NA ERA DE 1490.

E protestam eles suplicantes dar mais em prova quaisquer outros livros, instrumentos e documentos de que tiverem notícia.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Nomeam mais em prova as testemunhas contidas no rol que adiante vai junto por eles mesmos suplicantes assinado. António Álvares Botelho // Rafael de Figueiredo // Manuel de Almeida // Soror Mariana de Belém prioreza //

Despacho

Passe provisão, e comissão, para o Doutor Bernardo da Fonseca Saraiva nosso provisor ir pessoalmente à vila de Aveiro fazer sumários, e inquirições acerca do que os suplicantes dizem em sua petição na forma do direito, e lhe deputamos por escrivão desta diligência ao licenciado António de Moure nosso capelão e escrivão da visitação do distrito de Aveiro, o qual primeiro que comece a escrever nela, haverá juramento da mão do dito nosso provisor de a fazer na verdade, e fidelidade, de que fará termo por ambos assinado, e feitos os sumários que parecerem necessários, se nos farão conclusos para os pronunciarmos como nos parecer justiça. Coimbra, vinte sete de Setembro de 626. = O Bispo Conde.

Comissão

Dom João Manuel, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica bispo de Coimbra, conde de Arganil, e do Conselho de Sua Majestade etc. Cometemos ao Doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, nosso provisor, vá pessoalmente à vila de Aveiro fazer sumários, e inquirições acerca do que os suplicantes dizem em sua petição na forma do direito, e lhe deputamos por escrivão desta diligência ao licenciado António de Moure nosso capelão, e escrivão da visitação do distrito de Aveiro, e a qualquer notário apostólico dos aprovados, o qual primeiro que comece a escrever nela, haverá juramento da mão do dito nosso provisor, de a fazer com verdade e fidelidade, de que se fará termo por ambos assinado, e feitos os sumários que parecerem necessários, se nos farão conclusos para os pronunciarmos como nos parecer justiça. Dada em Coimbra sob nosso sinal e selo aos vinte e sete dias do mês de Setembro. Francisco Fernandes de Almeida que ora sirvo de escrivão da Câmara a fiz de mil e seiscentos e vinte e seis anos // Dom João Manuel Bispo Conde // Lugar do selo.

Termo de juramento ao escrivão

Aos oito dias do mês de Setembro de mil e seiscentos e vinte e seis anos, nesta cidade de Coimbra, e paços episcopais do Ilustríssimo e Reverendíssimo senhor Dom João

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

Manuel Bispo Conde, perante o Doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, provisor nesta cidade, e bispado, pareceu o licenciado António de Moure capelão do dito senhor Bispo, contido na provisão, e comissão atrás, ao qual o dito provisor deu juramento dos santos evangelhos sob cargo do qual lhe encarregou, que ele escrevesse com verdade, e fidelidade na diligência contida na dita comissão, e o dito António de Moure assim o prometeu fazer sob cargo do dito juramento, de que o dito provisor mandou fazer este termo que ambos assinaram. Francisco Fernandes de Almeida que ora sirvo de escrivão da Câmara o escrevi. Bernardo da Fonseca Saraiva // António de Moure //

Procuração dos oficiais da Câmara

O Juiz, e Vereadores, e Procurador do concelho desta notável vila de Aveiro, no fim desta assinados, fazemos nosso bastante procurador ao licenciado Manuel de Almeida, vereador este presente ano, para que em nosso nome e dos moradores desta vila possa requerer tudo o que entender ser necessário para a beatificação da Sereníssima Princesa dona Joana que viveu e faleceu no mosteiro de Jesus desta dita vila, assim diante do Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Dom João Manuel Bispo Conde, como diante do Doutor Bernardo da Fonseca Saraiva seu provisor e mais seus oficiais, e em qualquer outro tribunal para o que lhe damos, e outorgamos os poderes em direito costumados, e nosso especial mandado, com livre e geral administração com poder de subestabelecer um, e mais procuradores, e tudo o que o dito nosso procurador, e cada um dos seus subestabelecidos *in solidum* fizer, haveremos por bom, firme e válido em todo o tempo, e a isso obrigamos nossos bens e rendas, e os desta Câmara presentes, e futuros.

Feita em Câmara aos quatro de Outubro. Dionísio de Anreade escrivão dela a fez de mil e seiscentos e vinte e seis anos // António Álvares Botelho // Rafael de Figueiredo //

Procuração das Religiosas

Soror Mariana de Belém prioreza do Convento de Jesus, desta vila de Aveiro, e as madres do convento abaixo assinadas: fazemos nosso bastante procurador com poder de subestabelecer um e mais procuradores com livre e geral administração ao licenciado Manuel de Almeida, médico, e morador nesta dita vila, para que em nosso nome, e das mais

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Religiosas deste convento possa fazer todos os requerimentos que necessários lhe parecerem ante o Ilustríssimo e Reverendíssimo senhor Dom João Manuel Bispo Conde, e do Doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, provisor deste bispado, para effeito de Sua Santidade fazer graça e mercê a este Reino e especialmente a este convento, e povo, sobre dito, de beatificar, e canonizar a Ilustríssima Senhora Princesa dona Joana, cujo corpo está enterrado neste dito convento, para o que damos, e outorgamos ao dito nosso procurador *in solidum* e a cada um de seus subestabelecidos os poderes em direito necessários, e para jurar em nossas almas qualquer lícito juramento, e tudo o que for feito, e requerido pelo dito nosso procurador, ou por cada um de seus subestabelecidos haveremos em todo o tempo por bom, firme e valioso ao que obrigamos nossos bens, e rendas presentes e futuras. Dada neste nosso dito convento aos seis dias do mês de Outubro de mil e seiscentos e vinte e seis anos. Soror Isabel do Presépio escrivã do convento a fez. Soror Mariana de Belém, priora // Soror Paula de São Jerónimo, subpriora; Soror Genebra Baptista // Soror Catarina de S. Miguel // Soror Isabel Baptista // Soror Cristina de São Pedro // Soror Catarina de Santo Tomás // Soror Vicência do Rosário // Soror Catarina dos Anjos // Soror Helena de Cristo // Soror Violante da Assunção // Soror Madalena da Surreição // Soror Maria Henriques // Soror Brites das Chagas //

Rol das testemunhas que apresentam os vereadores e officiais da Câmara desta vila e a Priora, e Religiosas do Mosteiro de Jesus de Aveiro para prova dos milagres que faz, e tem feito a Ilustríssima Princesa dona Joana, filha del Rei dom Afonso o quinto.

A Excelentíssima Senhora dona Brites de Lara e Meneses
O conde de Miranda Henrique de Sousa
O conde governador Diogo Lopes de Sousa
Mateus Couceiro
O licenciado André Afonso Migalhas
O licenciado João Pimentel
Pero Rodrigues Botelho
O licenciado Manuel Dias, arcepreste
A madre Mariana de Belém, priora
A madre Paula de São Jerónimo, subpriora
A madre soror Genebra Baptista
A madre soror Catarina de São Miguel
A madre soror Isabel da Rocha
A madre soror Cristina de São Pedro

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

A madre soror Catarina de Santo Tomás
A madre soror Isabel da Ascensão
A madre soror Vicência do Rosário
A madre soror Catarina dos Anjos
A madre soror Helena de Cristo
A madre soror Madalena da Ressurreição
A madre soror Luísa do Rosário

E protestam nomear as mais testemunhas que de novo
lhe vierem, e assinam. António Álvares Botelho // Manuel
de Almeida // Rafael de Figueiredo // Soror Mariana de Belém
prieira //.

bibRIA

Aos sete dias do mês de Outubro de mil e seis centos, e vinte e seis anos, nesta vila de Aveiro, na igreja do convento de Jesus, à grade da profissão, veio o Doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, provisor / desta cidade, aliás / deste bispado de Coimbra, comigo escrivão, para continuarmos esta diligência, e sumários, e logo pareceu à dita grade a madre Mariana de Belém prioreza, e de mandado do dito provisor exhibiu o livro de que na petição atrás fazem menção ela, e os officiais da Câmara desta dita vila, o qual livro está encadernado em táboas e bezerro com suas brochas de latão escrito todo de letra de mão em pergaminho fino, que mostra ser antigo, e na primeira folha em que começa a escritura do dito livro está um título que diz assim:

Em este livro é escrito, e se contém o nascimento, princípio, e fundamento deste mosteiro, e casa de Jesus Nosso Senhor desta vila de Aveiro, que pessoas o fundaram nos edificios, e casa; e o principiaram em regimento da religião, ordem de observância, e encerramento e quais foram as primeiras pedras deste santo edificio, no hábito, e profissão.

Item brevemente a entrada neste mosteiro e recebimento do hábito em religião da Senhora Infanta dona Joana nossa senhora.

Item se contém nele assinadamente nomeadas todas as religiosas que no sobredito mosteiro fizeram voto de profissão, e em que mês, e em qual ano cada uma.

Item, mais se contém em este breve sumário o ano em que faleceram e se foram para o Reino de Nosso Senhor as religiosas que neste mosteiro viveram, e serviram a Deus.

E não diz mais o dito título: e está o dito livro numerado no alto de cada meia folha por algarismo, / e por ele consta digo / e dele consta ter cento sessenta e sete meias

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

folhas; e às folhas quarenta e nove dele está hum título que diz assim:

Segue-se em breve o memorial da muito excelente Princesa, e muito virtuosa senhora a senhora Infanta dona Joana nossa senhora, filha do mui católico, e cristianíssimo Rei dom Afonso quinto, e da senhora Rainha dona Isabel sua mulher;

e consta estar escrita a vida desta senhora Princeza em sessenta e duas meias folhas, o que tudo o dito provisor e eu escrivão vimos, e examinamos, e dou fé passar na verdade, e assinei com o dito provisor. António de Moure o escrevi. // Saraiva // António de Moure //.

bibRIA

SUMÁRIO

E logo no dito dia, mês, e ano, e lugar perguntou o dito provisor comigo escrivão as testemunhas que ao diante se seguem nomeadas pelos suplicantes em prova de sua petição acerca da autoridade do livro acima dito e acerca da opinião e fama da santidade da Princesa dona Joana. António de Moure o escrevi.

A madre Mariana de Belém, priora deste convento de Jesus de Aveiro, testemunha jurada aos santos evangelhos em que pôs sua mão, prometeu dizer verdade, e que seria de idade de quarenta e nove anos pouco mais ou menos.

E perguntada ela testemunha acerca da autoridade, e crédito do dito livro, disse pelas perguntas que o dito provisor lhe fez, respondeu o seguinte: — que há trinta e quatro anos que veio para este mosteiro e professou nele, e residiu sempre, e foi já outra vez priora desta mesma casa, e serviu outros cargos dela, e sempre viu, e notou que o dito livro se teve, e tem hoje em grande estimação e crédito; e é tradição antiga que o escreveu a madre Margarida Pinheira, freira professa neste mosteiro, a qual viu, tratou, e conversou nele com a dita Senhora Princesa, e escreveu outros; por sua mão outros livros de canto, que hoje estão neste mosteiro que são da mesma letra, e em tudo semelhante à com que está escrita a vida da dita Princesa, e que este livro se guardou sempre no escritório e livraria deste dito convento, o que ela testemunha sabe por o ver assim guardar todo o tempo que aqui tem vivido, e o mesmo ouviu às Religiosas deste mosteiro com que tratou, e trata, vivas e defuntas, e o dito livro está tido e havido por autêntico, pelas ditas razões, e nunca viu, nem ouviu que acerca da verdade, e crédito do dito livro houvesse dúvida alguma.

Item perguntada esta testemunha se sabia em que tempo veio a dita Margarida Pinheira para este mosteiro, disse que no dito livro estava um assento às folhas cento e dezoito, de que consta que no ano de mil quatrocentos e sessenta e sete,

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

lhe lançaram o hábito para ser freira deste convento, e que professou no de mil quatrocentos e oitenta e um, aos vinte e oito de Agosto como consta de um assento do mesmo livro, às folhas cento e dezanove; e na mesma folha está outro assento de que consta que havendo peste nesta vila de Aveiro se saiu a Senhora Princesa deste mosteiro, e levou em sua companhia a dita madre Margarida Pinheira, o que foi no mês de Setembro do ano de mil quatrocentos e setenta e nove, e consta por outro assento que no ano de mil quatrocentos e oitenta, no mês de Agosto, tornou para este mosteiro a Senhora Princesa, trazendo em sua companhia a dita Margarida Pinheira, = e consta outrossim por outro assento às folhas cento e dezoito, que a dita Princesa veio para esta vila em Julho de mil quatrocentos e setenta e dois, e entrou neste convento de Jesus a quatro de Agosto do mesmo ano, os quais assentos todos ela testemunha viu, e leu algumas vezes, e de novo os viu, e leu diante o dito provisor, e eu escrivão dou fé que também os vi e li juntamente com o dito provisor. — Diz a entrelinha acima / Aveiro /.

E perguntada esta testemunha se havia fama e opinião neste dito convento, e nesta vila de Aveiro, e em outras partes deste reino, da virtude, e santidade, e vida inculpável da dita Princesa dona Joana como na petição se relata, disse ela testemunha que desde o dia em que entrou neste mosteiro que haverá trinta e quatro anos como atrás tem dito, sempre viu, e ouviu que a Princesa dona Joana é tida, e nomeada por santa neste mosteiro, e neste povo, de maneira que de ordinário lhe chamam a Princesa Santa, e sua sepultura e ossos que nela estão, são venerados de todos geralmente, assim pelas religiosas deste mosteiro como da gente deste povo de Aveiro, como relíquias de mulher santa, e assim todos os anos em doze de Maio, que foi o dia em que a dita Princesa faleceu, enramam o coro de baixo, (onde está a sepultura da dita Princesa) as religiosas do dito mosteiro, e a mesma sepultura com ramos, e flores, e cheiros, e círios acesos, e põem seu retrato defronte da sepultura, e todas as religiosas vêm em procissão naquele dia, do côro de cima para o de baixo, cantando o salmo *Laudate Dominum de Coelis*, e muitas religiosas acompanham aquele dia a sepultura, umas por devoção ou por obrigação de votos que lhe têm feito em suas enfermidades, e necessidades, e da mesma maneira concorre mui grande parte deste povo a encomendar-se com grande devoção à dita Princesa, e muitas pessoas em grande número pedem terra da sepultura da dita Princesa e se lhe dá, e a mesma terra mandam pedir várias pessoas de fora desta vila, e ainda de partes mui remotas, e afastadas deste lugar, e se lhe manda para a trazerem consigo, como de feito trazem.

com muita fé, e devoção, e isto viu ela testemunha usar-se sempre neste convento; e ouviu que sempre nele se usara desde o falecimento da dita Princesa, até o presente; e é fama muito pública, e constante entre todas as religiosas deste convento, e moradores deste povo de Aveiro, que do tempo que faleceu a dita Princesa até o presente, continuou com fazer e obrar vários milagres, e ela testemunha assim o crê, e entende pelo que tem visto e ouvido em algumas ocasiões, e sabe pelo ver que muitas vezes é pedida a correia e cinto da dita Princesa para mulheres que estão de parto, e para outros enfermos, pela muita devoção e fé que nela têm, de ser relíquia de uma Santa e al não disse, e assinou com o dito provisor; e eu escrivão dou fé que li, e vi ler os letreiros de que neste testemunho se faz menção e os assentos que estão no dito livro de mão, em que está escrita a vida da Princesa, porém, não li nem vi ler o letreiro que está na casa do lavor, e sòmente dou fé dele por o mandar trasladar por uma religiosa desta casa, e o ver escrito, e trasladado. António de Moure o escrevi. António de Moure // Saraiva // Soror Mariana Anna (*sic*) de Belém, Prioriza.

A madre Paula de São Jerónimo, subprioriza deste convento de Jesus de Aveiro, testemunha a quem o doutor Provisor deu juramento dos santos evangelhos, sob cargo do qual prometeu dizer verdade, e que seria de idade de cinquenta e seis anos pouco mais ou menos.

E perguntada ela testemunha acerca da autoridade e crédito do livro em que está escrita a vida da Princesa dona Joana, disse que havia quarenta e cinco anos, pouco mais ou menos, que entrara neste mosteiro, e tinha o hábito de religiosa de São Domingos, e sempre viu que este livro era tido em grande estimação e crédito; e ouviu que sempre fora tido por tal às religiosas mais antigas com que ela testemunha se se criou, e nele está escrito o princípio, e fundamento desta casa, e as mais essenciais coisas tocantes a ela, e sempre se guardou no escritório e livraria da casa; e sempre ouviu que o escrevera a madre Margarida Pinheira, freira muito antiga a contemporânea da Princesa dona Joanna que a tratara, e conversara, e sabia muito dela, e que havendo peste neste lugar, ouviu, e consta do dito livro que saindo-se a senhora Princesa deste mosteiro por ocasião da peste, levava em sua companhia a dita Margarida Pinheira, e a tornou a trazer consigo quando tornou para este mosteiro, por ser pessoa de muita virtude e autoridade; e sempre ela testemunha ouviu dizer que a dita Margarida Pinheira fora a que escreveu naquele livro a vida da dita Princesa, e que também escre-

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

veu outros livros de canto, e licionais para o coro, a letra dos quais, e a vida da dita Princesa é em tudo semelhante, e da mesma mão, e esta é a tradição certa e indubitável que há nesta casa, e nunca ela testemunha viu duvidar, nem ouviu que se duvidasse da verdade, e autoridade do dito livro; e os Superiores, e Provinciais, e Visitadores do dito Mosteiro o têm, e estimam por verdadeiro, e autêntico em tudo e por tudo.

E perguntada esta testemunha pela opinião e fama que há da santidade da Princesa dona Joana, disse que ela sabe por o ver, e ouvir sempre e depois que está neste mosteiro, ser a Princesa dona Joana, tida e havida por santa, como as que estão na glória, e de que reza a Igreja, e que as religiosas desta casa todas se encomendam a ela, como a tal, em suas enfermidades, e necessidades, e rezam diante do seu sepulcro, e imagem, ou retrato, e todos anos aos doze dias do mês de Maio em que a dita Princesa faleceu, lhe fazem festa, e enramam o coro de baixo onde está a sepultura, e ossos desta senhora, e ornam a mesma sepultura com muitas flores, e a cercam de pivetes, cheiros, e outros perfumes, e cheiros, e de círios brancos acesos e vem todo o convento em procissão do coro de cima para o dito coro de baixo cantando o salmo *Laudate Dominum de Coelis*, e outros salmos e hinos, e aí se encomendam todas à dita Princesa, e muitas religiosas acompanham naquele dia o sepulcro desta senhora, umas por devoção e outras por obrigação, e votos que lhe fazem em suas enfermidades, e necessidades, e naquele dia se junta grande concurso do povo que vem a visitar com grande devoção a sepultura e relíquias da dita Princesa, e se encomendam a ela com grande fé, e piedade, como se fora canonizada, e pedem terra da sua sepultura, e se lhe dá, e a levam com veneração como relíquia santa; e pelo discurso do ano vêm também outras pessoas, assim deste povo, como de partes remotas, a pedir a dita terra, a levam e trazem ao pescoço em suas enfermidades, e o mesmo fazem as religiosas, e mais servidoras que há neste mosteiro, e ela testemunha ouviu as religiosas mais anciãs que a criaram, que assim se usou, e fez sempre depois que faleceu a dita senhora Princesa, e é cousa muito pública, e notória que depois que a dita Princesa passou desta vida até o presente, sempre continuou com fazer vários milagres, de que constará quando deles se inquirir, e tratar; e mais não disse, e assinou com o dito provisor. António de Moure o escrevi. Saraiva. Soror Paula de São Jerónimo subpriora.

A madre Genebra Baptista religiosa professa deste convento de Jesus da vila de Aveiro, testemunha jurada aos

santos evangelhos em que pôs sua mão, prometeu dizer verdade, e que seria de idade de oitenta anos pouco mais ou menos.

E perguntada ela testemunha acerca da autoridade e crédito do livro em que está escrita a vida da senhora Princesa dona Joana, disse que havia setenta anos pouco mais ou menos que estava nesta religião, e tinha tomado o hábito de São Domingos, e sempre viu, e ouviu que o dito livro era tido em grande estima, e como tal guardado sempre com muito resguardo na livraria e escritório da casa; e sempre ela testemunha ouviu às religiosas antigas com quem se criou desde menina, que o dito livro fora tido sempre em muita estima, por nele estar escrito o princípio, e fundação desta casa, e a vida da senhora Princesa dona Joana, e outras coisas essenciais tocantes a este convento; e sempre ela testemunha ouviu dizer às religiosas mais anciãs que o dito livro fora feito pela mão da madre Margarida Pinheira, religiosa professa desta casa, contemporânea da senhora Princesa, que a tratou e conversou e sabia muito bem da sua vida, e sempre ela testemunha ouviu e consta do mesmo livro que havendo peste neste lugar e sendo constrangida a senhora Princesa a sair-se dele por esta causa, levou consigo por companheira a dita madre Margarida Pinheira, e voltando para esta casa a tornou a trazer consigo, pelo muito caso que a dita senhora fazia da virtude e religião da dita madre Margarida Pinheira, a qual compôs outros livros de canto que há nesta casa, e todos são mui semelhantes na letra, e esta é a tradição certa e indubitável que há nesta casa, sem que em algum tempo alguém duvidasse dela, e ainda os Provinciais, Visitadores e Superiores desta religião têm ao dito livro por autêntico e digno de toda a fé e crédito.

E perguntada ela testemunha pela fama e opinião que há da santidade da senhora / Infanta, digo / Princesa dona Joana, disse que desde o tempo que entrou nesta religião que haverá setenta anos, como já dito tem, sempre viu e ouviu que a Princesa dona Joana era tida e havida por santa, e como tal chamada pelas religiosas desta casa, entre as quais não tem outro nome senão o de Princesa Santa, e sabe ela testemunha por o ver, que aos doze de Maio, dia em que esta senhora faleceu, vêm as religiosas deste convento em procissão todas do coro de cima até o de baixo onde está a sepultura desta senhora, cantando o salmo *Laudate Dominum de Coelis* e outros hinos de louvor e lhe enramam a sepultura, cercando-a de flores e perfumes, pondo-lhe defronte o seu retrato, e guardando muitas delas aquele dia inteiro o seu sepulcro, umas por devoção que têm a esta Princesa e outras por obrigação de votos que lhe têm feito em suas

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

necessidades; e no mesmo dia concorre o povo desta vila à igreja deste convento, e fazem suas devoções a esta senhora e se encomendam a ela, e pedem terra de sua sepultura, e se lhe dá e a levam, e usam dela em suas enfermidades, e da mesma terra se valem as religiosas desta casa e as servidoras dela. E sabe ela testemunha por outrossim o ver, que não somente neste dia do falecimento da senhora Princesa, mas ainda pelo discurso do ano, se pede esta terra por pessoas deste povo e de outros afastados dele, e se lhe dá e a levam com grande fé e devoção, e ela testemunha sempre o ouviu dizer às religiosas antigas com quem se criou, que sempre foi uso e costume nesta casa dar-se e pedir-se terra da sepultura desta senhora, e é coisa muito pública e sem dúvida que sempre esta Princesa continuou desde o dia que faleceu até o presente, com fazer vários milagres, como constará quando se tratar da qualificação deles; e al não disse, e assinou com o Doutor Provisor. António de Moure o escrevi. Saraiva. Soror Genebra Baptista.

A madre Catarina de São Miguel, religiosa professa neste convento de Jesus de Aveiro testemunha a quem o Doutor Provisor deu juramento dos santos evangelhos em que ela pôs sua mão, prometeu dizer verdade, e que seria de idade de setenta e três anos pouco mais ou menos.

E perguntada ela testemunha pela autoridade e crédito do livro de mão em que está escrita a vida da senhora Princesa dona Joana, disse que desde o tempo que tomou o hábito desta religião, que haverá sessenta anos pouco mais ou menos, sempre viu que o dito livro era tido nesta casa pelas religiosas dela em muita estima, dando-lhe em tudo mui inteira fé e crédito, e tendo-o por autêntico, e como tal se guardou sempre na livraria e escritório deste convento, e ela testemunha ouviu sempre às religiosas antigas com quem se criou, que o dito livro era em tudo autêntico e as coisas que continha todas mui certas e verdadeiras; nem ouviu ela testemunha que alguém em tempo alguma duvidasse desta verdade; e é coisa sem dúvida que o dito livro, (e consta dele mesmo) foi feito pela mão da madre Margarida Pinheira, contemporânea da mesma Princesa, que sempre a tratou e conversou, a qual madre fez outros livros de mão de canto e lições que há no coro deste convento, e todos são mui semelhantes, e sempre ela testemunha ouviu dizer que a dita madre Margarida Pinheira fora religiosa de muita virtude, e como tal foi a Setúbal fundar o convento de S. João que [há] naquela vila tão religioso e reformado, e havendo peste nesta vila de Aveiro, e havendo-se de sair dela a senhora

Princesa, levou por sua companheira e tornou a voltar com a mesma madre Margarida Pinheira, a qual como sabia tanto da vida e costumes da dita senhora Princesa, lhe escreveu a sua vida no dito livro, ao qual sempre ela testemunha / viu dar, digo / viu e ouviu dar inteiro crédito, não só pelas religiosas desta casa mas ainda pelos Provinciais, Visitadores e Superiores desta religião, os quais em tudo e por tudo o têm e estimam como autêntico.

E perguntada esta testemunha pela opinião e fama da santidade da senhora Princesa dona Joana, disse que desde o tempo que entrou neste convento que é o que arriba tem referido, sempre ouviu dizer que a dita Princesa era santa, e assim ouviu referir a muitas religiosas dele, entre as quais não tem outro nome, senão o de Princesa Santa, e como a tal se encomendam a ela as religiosas deste convento, em suas enfermidades e necessidades. E sabe ela testemunha pelo ver e o mesmo ouviu que sempre se usara e praticara nesta casa que aos doze de Maio, dia em que faleceu esta senhora, vêm todas as religiosas deste convento em procissão, do coro de cima até o de baixo, onde está a sepultura desta Princesa, cantando salmos de louvor e enramam a dita sepultura e a cercam de flores e rosas e vários perfumes, acompanhando-a e encomendando-se à Santa, tendo diante o seu retrato, e imagem, e no mesmo dia concorre todo este povo de Aveiro a esta igreja, e voltados para a sepultura desta Princesa, se encomendam muito de coração a ela como se fora santa já canonizada, e pedem terra de sua sepultura e se lhe dá, e a levam com grande fé, e não só neste dia do falecimento da Princesa mas nos outros do ano acode muita gente deste povo e de fora dele a pedir a dita terra e a cinta ou correia, com que esta senhora Princesa andava cingida, e a levam principalmente para mulheres que estão de parto, e é cousa pública que obra Nosso Senhor, por meio desta relíquia, efeitos maravilhosos com que se vai aumentando cada vez mais a fama da santidade desta Princesa, a qual segundo pública voz e fama, desde o dia que morreu até o presente sempre continuou com fazer vários milagres como constará quando se tratar da qualificação deles, e sempre ela testemunha ouviu dizer às religiosas mais anciãs com quem se criou sendo menina, que era costume antiquíssimo pedir-se e dar-se terra da sepultura desta Princesa para vários enfermos, e que na mesma forma se pediu sempre e deu a cinta da mesma senhora, e a levavam pela muita fé e devoção que nela tinham, e pela opinião e fama que geralmente havia da santidade desta Princesa. E al não disse, e assinou com o Doutor Provisor. António de Moure o escrevi. Saraiva. Soror Catarina de São Miguel.

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

A madre Isabel Baptista, religiosa professa deste convento, testemunha a quem o doutor Provisor deu juramento dos santos evangelhos em que ela pôs sua mão, e prometeu dizer verdade, e que seria de idade de setenta e cinco anos pouco mais ou menos.

E perguntada esta testemunha pela autoridade e crédito do livro de mão escrito em pergaminho, no qual se relata a vida da senhora princesa Dona Joana, disse que desde o dia que tomou o hábito desta religião que haverá cinquenta e nove anos, segundo sua lembrança, sempre viu e ouviu dar inteiro crédito ao dito livro, e ser tido nesta casa em grande estima, e como tal o viu sempre guardar na livraria deste convento, e que nele está escrito o princípio e fundação desta casa, e a vida da dita princesa, e cousa sem dúvida entre as religiosas desta casa, por tradição antiga, que o dito livro foi escrito por mão da madre Margarida Pinheira, religiosa professa que foi deste convento, a qual como consta do mesmo livro foi companheira e contemporânea da dita princesa, e sempre a acompanhou, e tratou, e conversou, e como sabia tanto dos costumes e virtudes da dita senhora, lhe escreveu a sua vida; e por ser esta madre religiosa de tanta virtude, é fama pública e cousa sem dúvida que foi fundar o convento das religiosas de São João, da vila de Setúbal; e por ser esta a tinha por sua companheira esta senhora, e a levou consigo havendo-se de sair desta vila, com ocasião de peste que nela havia, e a tornou a trazer consigo, recolhendo-se a esta casa, e não viu nem ouviu ela testemunha que pessoa alguma duvidasse da verdade do dito livro; antes sabe ela testemunha que os Provinciais e Superiores desta religião o têm por autêntico e verdadeiro.

E perguntada esta testemunha pela opinião e fama de santidade, que havia neste convento e neste povo de Aveiro, acerca da princesa Dona Joana, disse que sempre ouvira dizer que a dita senhora era santa, e que hoje estava vendo a Deus como os outros já canonizados, e que entre as religiosas desta casa, é ordinário chamarem-lhe a Princesa Santa, e por tal está de todas elas tida e havida, e no dia do seu falecimento que foi aos doze de Maio, vêm todas juntas em procissão até a sua sepultura, rezando salmos de louvor, e lha cercam de flores e rosas, e pivetes, acompanhando-a todo aquele dia, umas por devoção outras por votos que têm feito, e se encomendam a esta princesa tendo diante a sua imagem, e retrato natural, descobrindo-lhe suas necessidades, e fiando dela lhe há-de alcançar de Deus, a quem têm por certo que está vendo o remédio delas.

No mesmo dia do falecimento desta princesa concorre

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

todo este povo de Aveiro à sua sepultura, e se encomendam a ela mui de propósito, como se fora já canonizada, e pedem terra de sua sepultura, e lha dão, e a levam com grande devoção, e ainda fora deste dia pelo discurso do ano, vêm várias pessoas desta vila e de fora dela pedir a dita terra e a cinta da mesma princesa, para remediarem por estes meios suas enfermidades, e Deus por meio da dita cinta e terra obra maravilhosos feitos; e sempre ela testemunha viu e ouviu que desde o dia do falecimento da Senhora Princesa, sempre a terra da sua sepultura e sua correia com que ela se cingia, fora pedida e dada para vários enfermos, e que sempre Deus, pela intercessão desta senhora, obrara vários milagres desde o dia que ela faleceu até o presente; e ela testemunha pelo que tem visto e ouvido, crê que a dita princesa foi santa e hoje está no céu.

E al não disse e assinou com o doutor Provisor. António de Moure o escrevi. Saraiva. Soror Isabel Baptista.

A madre Cristina de São Pedro, religiosa professa neste convento de Jesus da vila de Aveiro, testemunha a quem o doutor Provisor deu juramento dos santos evangelhos sob cargo do qual prometeu dizer verdade, e que seria de idade de setenta e quatro anos, pouco mais ou menos.

E perguntada esta testemunha pela autoridade e crédito do livro de mão escrito em folhas de pergaminho que anda nesta casa, em que se refere a vida da senhora princesa Dona Joana, contida na petição atrás, disse que desde o tempo que entrou noviça neste convento, donde nunca mais saiu, que haverá perto de sessenta anos, sempre viu e ouviu que o dito livro era autêntico e verdadeiro, e que tudo o que nele se relatava era pura verdade, e que fora escrito por mão da madre Margarida Pinheira, religiosa professa que foi deste convento, companheira e contemporânea que foi da Senhora Princesa, e ela testemunha viu e conheceu religiosas nesta casa que conheceram a dita Margarida Pinheira, a qual é público e cousa sem dúvida que foi religiosa de grande virtude e vida exemplar, e que acompanhou a dita Senhora Princesa quando com a ocasião da peste que havia nesta vila, se saiu dela e com a mesma senhora se tornou e com a mesma princesa viveu, tratou e conversou mui familiarmente, e como sabia tanto dela lhe escreveu sua vida, e entende ela testemunha que o livro é verdadeiro e como tal se estima, e guarda no escritório e livraria desta casa, e se tem com ele muito resguardo, e os mesmos Provinciais e Visitadores têm a mesma opinião do dito livro, e fazem dele grande estima, e em tudo e por tudo o têm por autêntico.

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

E perguntada mais esta testemunha acerca da opinião e fama de santidade que há da senhora princesa Dona Joana, disse que do tempo que entrou nesta religião, ouviu sempre dizer às religiosas dela, que a dita princesa fora, e era santa, e assim entre elas não tem outro nome senão o de Princesa Santa; e nesta opinião a tem todo este convento, e ouviu ela testemunha dizer sempre às mais antigas que sempre fora tida e reputada por santa esta Senhora Princesa. E sabe ela testemunha por o ver, que todos os anos aos doze de Maio, dia em que esta senhora faleceu, vêm as religiosas deste convento em procissão desde o coro de cima até o de baixo onde está a sua sepultura, cantando o salmo *Laudate Dominum de Coelis*, e a enramam e cercam de flores e rosas, e guardam todo aquele dia umas por devoção e outras por votos que lhe têm feito; e outrossim sabe ela testemunha pelo ver que no mesmo dia concorre todo este povo de Aveiro à sepultura da Senhora Princesa, e devotamente lhe veneram as relíquias com tanta devoção e fé como se fosse já canonizada, e pedem terra de sua sepultura, e a levam e usam dela em suas enfermidades e necessidades, e é pública voz e fama obrar Deus por meio desta reliquia efeitos maravilhosos, como também costuma obrar por meio da correia com que a mesma princesa andava cingida, que aplicada a várias enfermidades e principalmente a mulheres que têm partos difíceis, logo em a pondo se reconhece melhora, e é tradição mui certa e fama constante que do tempo do falecimento e trânsito desta princesa sempre ela continuara com fazer milagres até o presente, e ela testemunha, pelo que tem visto, e geralmente ouvido, entende e crê que a dita Senhora Princesa é santa, e está hoje gozando de Deus, como consta do discurso de sua vida e dos milagres que tem obrado depois de morte, como mais claramente se pode ver deles quando se tratar de sua qualificação, e al não disse, e assinou com o doutor Provisor. António de Moure o escrevi. Saraiva. Soror Cristina de São Pedro.

A madre Catarina de Santo Tomás, religiosa professa deste convento, testemunha a quem o Provisor deu juramento dos santos evangelhos, em que ela pôs sua mão, e prometeu dizer verdade, e que seria de idade de setenta anos pouco mais ou menos.

E perguntada esta testemunha pela autoridade e crédito que se costuma dar a um livro de folhas de pergaminho escrito da mão da madre Margarida Pinheira, em que se relata a vida da senhora princesa Dona Joana, disse que o

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

dito livro era guardado neste convento na casa da livraria dele com muito cuidado, ao qual todas as religiosas tinham em muita estima, e por verdadeiro e autêntico, porquanto era tradição antiga e certa que fora feito pela dita madre Margarida Pinheira, religiosa que foi de grande virtude e exemplo, a qual por ser companheira e contemporânea da Senhora Princesa, escreveu nele sua vida, como quem também a conhecia e sabia das raras virtudes com que a dita senhora resplandeceu em vida, e que nesta casa era cousa sem dúvida ser o dito livro verdadeiro em tudo, assim pela tradição que há, como por haver ainda neste convento religiosas que trataram em vida, outras que conheceram e viveram com a dita Margarida Pinheira; e sempre tiveram o livro por verdadeiro e sua história por sem dúvida, e por tal o têm os Provinciais e Visitadores desta Ordem.

E perguntada esta testemunha pela opinião e fama de santidade que há da dita Senhora Princesa, disse / que haverá cinquenta anos, aliás / disse que haverá cinquenta e oito que lhe lançaram o hábito desta religião, e todo este tempo até o presente ouviu chamar a esta senhora, a Princesa Santa, e este nome tem entre as religiosas desta casa; e o mesmo ouviu ela testemunha dizer às freiras anciãs, que sempre tivera a dita princesa em vida e depois de morte, e em confirmação desta crença e opinião vêm as religiosas deste convento em procissão cantando salmos de louvor, desde o coro de cima até o de baixo, onde está sepultada esta princesa, e aí enramam sua sepultura e a cercam de muitas flores e boninas e perfumes, e se encomendam a ela, tendo diante um retrato e imagem sua como se fora canonizada, tanta é a fé e devoção que lhe têm e tão grande a opinião de santidade, e pelos mais dias do ano afora este em que fazem procissão que é aos doze de Maio, dia em que esta senhora faleceu, acodem as religiosas e servidoras desta casa à sepultura desta senhora, e encomendendo-se a ela, acham melhoramento e remédio em suas necessidades, o que ela testemunha tudo tem visto fazer as religiosas e mais pessoas desta casa; e outrossim, vê ela testemunha que no dia do trânsito desta princesa que foi aos doze de Maio, como dito tem, acode muito grande parte deste povo a esta igreja, a venerar a sepultura desta senhora, e pedem a terra dela, e a levam com muita devoção, e guardam e usam dela em suas necessidades, e o mesmo fazem nos outros dias do ano; e outrossim, sabe ela testemunha que é pedida muitas vezes a correia com que a dita senhora andava cingida, e usam dela em várias enfermidades que por meio dela são remediadas; e ouviu ela testemunha dizer que desde o tempo que a dita senhora faleceu, sempre fora pedida e dada para os tais efeitos, e que

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

Deus os obrava maravilhosos por meio dela, e é cousa sem dúvida que a opinião de santidade desta senhora é pública não só neste convento e no povo desta vila, mas ainda em outros muitos, e ela testemunha pelo que tem visto e ouvido, entende que a dita princesa está hoje vendo e gozando de Deus, e crê ser isto verdade, e que ela deve ser venerada por santa; e al não disse, e assinou com o Provisor. António de Moure o escrevi. Saraiva. Soror Catarina de Santo Tomás.

A madre Vicência do Rosário freira professa neste convento de Jesus de Aveiro, testemunha a quem o Provisor deu juramento dos santos evangelhos, em que ela pôs sua mão, e prometeu dizer verdade, e que seria de idade de setenta e dois anos pouco mais ou menos.

E perguntada esta testemunha pela autoridade e crédito que se costuma dar ao livro de mão em que anda escrita a vida da senhora princesa Dona Joana, disse esta testemunha que desde o tempo que lhe lançaram o hábito desta religião, que haverá cinquenta anos, pouco mais ou menos, sempre viu e ouviu que o dito livro era autêntico e verdadeiro, e como tal sabe ela testemunha que o dito livro se guarda com muito cuidado no escritório e livraria desta casa; e é tradição antiga e consta do mesmo livro que o escreveu a madre Margarida Pinheira, religiosa deste convento, contemporânea e companheira que foi da Senhora Princesa, e esta madre foi uma das que acompanharam a dita senhora quando se saiu deste lugar com ocasião da peste que nele havia, e ambas tornaram a voltar para esta casa onde depois viveram muito tempo juntas, e como sabia esta madre tanto da vida da Senhora Princesa, lha escreveu no dito livro, ao qual ela testemunha tem por autêntico e em tudo verdadeiro, porquanto ela testemunha teve por mestra a madre Dona Branca da Silva que foi discípula da madre Maria de Ataíde, contemporânea e companheira da Senhora Princesa e da dita Margarida Pinheira; e a dita sua mestra dizia a ela testemunha e a todas as religiosas deste convento que em nenhum tempo fizesse dúvida ser aquele livro feito pela dita madre Margarida Pinheira, e ser verdade tudo o que nele se relatava, e nesta estimação está tido pelos Provinciais, Visitadores e Superiores desta religião.

E perguntada mais esta testemunha pela opinião e fama de santidade que há da senhora princesa Dona Joana de quem a petição atrás se faz menção, disse que ela sabia pelo ver e ouvir todo o tempo que tem vivido nesta casa, ser tida

e havida a dita princesa por santa, e assim lhe chamam geralmente todas as pessoas deste convento, e como a uma santa acodem e se encomendam em seus trabalhos, e no dia que ela faleceu que foi a doze de Maio, vêm as religiosas desta casa juntas em procissão até a sua sepultura, e a veneram cantando salmos e hinos de louvor, e rodeiam de rosas, flores, e círios acesos, e a acompanham todo aquele dia muitas religiosas, umas por devoção, outras por votos que lhe têm feito, de sorte que no convento lhe chamam geralmente a Princesa Santa; e sabe ela testemunha que no povo desta vila e em outros afastados há desta senhora a mesma fama e opinião, porquanto no dito dia de seu trânsito vem todo o povo a venerar as suas relíquias e se encomendam a esta senhora a quem chamam Santa, e pedem terra de sua sepultura e a levam com muita devoção, e a estimam como relíquia santa, e nos outros dias do ano também acodem à sepultura desta senhora, não só as religiosas deste convento, das quais algumas a visitam todos os dias, mas ainda a gente deste povo e de outros, e pedem a dita terra e a correia com que esta senhora andava cingida em vida; e é público e notório que por meio destas relíquias obra Deus muitos milagres, e que com os fazer, continuou sempre esta santa depois que morreu até hoje, e acrescentou ela testemunha que pelo que tem visto e ouvido nesta casa geralmente, entende que a dita Senhora Princesa é santa, e está hoje vendo a Deus Nosso Senhor, e gozando o prêmio dos grandes serviços que nesta vida lhe soube fazer, e al não disse, e assinou com o doutor Provisor. António de Moure o escrevi. Saraiva. Soror Vicência do Rosário.

(Continua)

RELAÇÃO DAS MEDIDAS
DE DEFENSA QUE SE
EXECUTARAM NAS MARGENS
DO RIO VOUGA DEPOIS
DA TOMADA DO PORTO PELO
MARECHAL SOULT EM 1809

UMA BIOGRAFIA (1)

É autor desta *Memória*, que agora pela primeira vez se publica, ALEXANDRE TOMÁS DE MORAIS SARMENTO, 1.º Visconde do Banho.

Escolar de Leis na Universidade de Coimbra aquando das invasões francesas, assentou praça no Corpo Académico em 1808; e, pelo perfeito conhecimento que tinha da língua inglesa (fora por seu pai enviado para o colégio de Eton, em Inglaterra, em tenra idade, donde só regressara para frequentar a Faculdade de Coimbra), exerceu, sob as ordens do general Nicolau Trant, governador militar do Porto em 1809, as funções de deputado do ajudante general das forças então reunidas naquela cidade, cargo da mais alta consideração, em que succedeu a Palmela.

Cavaleiro da Casa Real; Desembargador da Relação do Porto, da Casa da Suplicação e Juiz-Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça; Par do Reino; Procurador Fiscal das Mercês; Provedor do concelho da Torre de Moncorvo e Corregedor da Comarca de Vila Real.

Aderiu ao movimento liberal de 1820. Deputado às Constituintes de 1821 pela província de Trás-os-Montes,

(1) O manuscrito histórico é transcrito na actual ortografia.

tomou parte activa nos trabalhos parlamentares de que saiu a Constituição de 1822. Deputado pela Beira, tomou também parte nas batalhas parlamentares de 1822 a 1826.

Em 1828, fez parte da Junta Governativa que se criou no Porto após o movimento de 16 de Maio contra a usurpação de D. Miguel e a proclamação da monarquia absoluta.

E dele diz o coronel inglês Owen, no seu livro — «*O Cerco do Porto contado por uma testemunha*» —: «A mola real do governo era Morais Sarmento, homem de reconhecido talento e capacidade».

Era então juiz privativo dos Ingleses, no tribunal que, na cidade do Porto, julgava seus pleitos e é a pedido dos negociantes ingleses que emigra para Londres a bordo da «*Belfast*», onde o levaram já quando demandava a barra do Douro.

ALEXANDRE TOMÁS DE MORAIS SARMENTO, liquidado o movimento insurreccional, voltava ao seu tribunal, supondo que, do facto de haver feito parte da Junta Governativa, não lhe adviria qualquer mal; os outros é que tinham de se precaver, como militares que eram e cabecilhas de rebelião, contra o castigo que os esperava e mesmo até para que, com eles, não se perdesse a ânsia de vida nova. Com ele tudo se passava, em seu entender, diferentemente, pois convidado a fazer parte da Junta, aceitara o encargo no desejo de ser útil ao seu país e aos princípios de 20, por que se esforçara. E é quando descia a Rua dos Ingleses em direcção ao Tribunal que lhe surgem alguns dos negociantes ingleses a dizer-lhe que estava a alçada de D. Miguel no Porto e que a pena que lhe seria aplicada era aquela que seguidamente se transcreve da própria sentença. Uma vez na capital britânica, não está inactivo, pois, dados os primores da sua educação e os grandes conhecimentos que o ilustram, faz-se redactor do grande diário inglês «*Times*»; e era tão grande o respeito que a administração do jornal tinha pela sua memória, que durante mais de meio século foi graciosamente enviado aos seus herdeiros.

Julgado, pois, como ausente pela Alçada então instalada no Porto, foi contra ele proferida *sentença* que, «havendo-o como exautorado e privado de todas as honras e privilégios e dignidades de que gozava nestes Reinos, dos quais o haviam igualmente por desnaturalizado, o condenava a *com baraço e pregão* fosse conduzido pelas ruas da cidade do Porto até à Praça Nova, onde em alto cadafalso, que ali seria levantado, morresse de morte natural de garrote; e depois de lhe ser decepada a cabeça, fosse o mesmo cadafalso com seu corpo reduzido a cinzas, que seriam lançadas ao mar, para que dele e de sua memória não houvesse mais notícia; e além disto, na confiscação e perdimento de todos os seus bens. E, porque se achava ausente, foi pronunciado e havido por

banido, queimado em effigie, e se mandou ás Justiças que apelassem contra ele toda a terra, para ser preso; ou para que todo e qualquer do Povo o pudesse matar livremente, sabendo que era o próprio banido, e não sendo seu inimigo».

Regressado ao Reino em seguida ao desembarque do exército liberal em Pampelido e da occupação do Porto, foi em 1834 nomeado Par do Reino e Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Madrid, para negociar o reconhecimento da soberania de D. Maria II pelo governo de Espanha.

Por decreto de 21 de Julho de 1835, é agraciado com o título de Visconde do Banho, do lugar chamado *Banho*, em S. Pedro do Sul, onde tinha grande parte de seus bens, que, confiscados, jamais lhe foram restituídos.

Foi Conselheiro na Delegação ou Deputação ao Rio de Janeiro.

Sendo, como cartista, contrário ás ideias da Revolução de Setembro de 1836, pediu immediatamente a exoneração do lugar de conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça; e, quando se deu a *Belençada*, foi escolhido por D. Maria II para Ministro do Reino do gabinete de 2 de Novembro, que durou somente vinte e quatro horas.

Enquanto emigrado em Londres, escreveu: «*Russel de Albuquerque, conto moral por um Português*», impresso em 1833; e «*Apontamentos gerais para um sistema de pública administração, logo que seja restaurada a legitima autoridade da Rainha Fidelissima a Senhora D. Maria II*», publicados em Lisboa em 1833.

Nos *Diários das Câmaras* acham-se os seus discursos, pronunciados nas duas casas do Parlamento, que foram numerosos e importantes. De alguns se extraíram trechos para livros de ensino de então.

Comendador da Ordem de N. Senhora da Conceição; Grã-Cruz da Ordem de Isabel a Católica, de Espanha; condecorado com a medalha das duas campanhas da Guerra Peninsular, que fez até final como intérprete das tropas anglo-lusas.

Acabada a inquietação napoleónica, regressa à Pátria para na Universidade de Coimbra concluir o seu bacharelato em Leis.

Homem de enorme cultura humanística, de vastíssima cultura geral e sólida formação jurídica, foi a sua biblioteca constituída por mais de 1700 volumes; e, assim, dele diz, nas suas interessantíssimas *Memórias*, o MARQUÊS DA FRONTEIRA: «Era fortíssimo em História e sabia a do seu país como ninguém»; «... ornato da Câmara (Senado criado pela Constituição de 1838) pelas suas qualidades e sua elegante palavra o honrado Visconde do Banho», «... apesar de reprovar alta-

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

mente a minha conduta na crise de Setembro e, como cavalleiro franco e leal que era, não encarregou ninguém de mo dizer; disse-mo face a face; mas, apesar disso, abraçámo-nos saudosos, no momento em que ele abandonou a Capital para nunca mais voltar»; «...era um verdadeiro homem do Mundo e da Corte».

Tal era o autor destas Memórias sobre a resistência portuguesa às tropas francesas em 1809, nas margens do Vouga.

Com esta publicação se faz mais um tributo à sua memória.

Outro se prestará um dia, quando dermos à publicidade a sua apreciação, a sua desilusão dos homens e da política, que tanto ajudou a criar, convertido, como tantos outros, à beleza da *Tradição Portuguesa*, que não ao Absolutismo, contra o qual denodadamente lutou e se sacrificou (dos bens confiscados, poucos foram restituídos e destes não se lhe deu sequer o rendimento dos anos em que deles esteve desaposado), beneficiada pelos ensinamentos colhidos, e que no diploma fundamental da Nação Portuguesa — a Carta Constitucional — ele consubstanciava e cria suportaria toda a evolução do tempo.

Faz-se esta publicação na linda região do Vouga, por várias razões: a primeira, por ter sido aqui que os acontecimentos a que estas Memórias respeitam se passaram; a segunda, por acendrado bairrismo de um amigo a quem delas dei conhecimento; e a última, e de não menos valia, a gentileza do editor, que desta forma quis contribuir para o enriquecimento da *gesta* da Guerra Peninsular no alfoz do Vouga, de que Aveiro é lindíssima Capital.

Jubilosamente se patenteia gratidão a um e outro pelo ensejo desta publicação.

Viseu, Janeiro de 1958.

JOSÉ JÚLIO DE CASTILHO DE MORAIS SARMENTO

4.º Visconde do Banho

Relação

das

Medidas de defesa
que se executaram nas margens
do rio Vouga, depois da tomada
do Porto pelo Marechal Soult
em 1809

Escrita

por

ALEXANDRE TOMÁS DE MORAIS SARMENTO,
DO CORPO MILITAR ACADÉMICO

Lisboa, ano de 1810

«D'aussi petits détails ne deviennent dignes de l'Histoire qu'autant qu'ils peuvent servir d'exemple pour prouver ce que peuvent à la guerre la valeur, et la fermeté, soutenues par une bonne disposition.»

Frédéric le Grand

As disposições para a defesa do Porto e a resolução que se publicava terem adoptado os seus habitantes chegaram a persuadir a toda a Nação que o Marechal Soult ou não entraria aquela cidade ou, se o conseguisse, não seria com a pasmosa brevidade com que foi entrada em quarta-feira de Trevas, 29 de Março de 1809. Logo que esta notícia chegou a Coimbra, o Coronel Trant, então governador da cidade, procurou reforçar o pequeno corpo de gente armada que estava às suas ordens, com cento e cinquenta estudantes dos académicos alistados. Apesar do abalo e consternação, quase trezentos académicos se acharam lesto e prontos para marchar. Foi no dia seguinte ao da entrada dos Franceses no Porto, que em Coimbra se soube deste desastre, e passadas poucas horas se teve igualmente notícia de que o inimigo havia adiantado as suas avançadas até Grijó. Esta circunstância desvaneceu a lembrança de ir com marchas forçadas socorrer os que racionalmente se supunha obstarium, do lado do Sul do rio Douro, à passagem do inimigo, sabido perfeitamente o desacordo com que a ponte que dava trânsito do Porto para Vila Nova e outros meios de transporte ficaram em serviço a benefício dos Franceses. O dia 31 de Março ofereceu a todos, em Coimbra, a mais interessante cena: as agitações causadas pela esperança, pelo espanto e pelo terror estavam pintadas nos semblantes dos moradores, e as suas expressões de vivas, de lágrimas e de bênçãos acompanhavam os defensores da Pátria, os quais se abalaram para o sítio dos Fornos, distante uma légua de Coimbra, na estrada pública do Porto.

Todas as tropas que nesse tempo estavam debaixo do comando do Coronel Trant consistiam no Corpo Militar Académico, Milícias de Coimbra, um destacamento de moços que voluntariamente se tinham alistado para completar um batalhão do regimento de Infantaria n.º 9, quando esteve

RELAÇÃO DAS MEDIDAS DE DEFENSA

acantonado em Coimbra. Estes pequenos corpos poderiam apenas fazer o número de oitocentos homens bem armados. O Corpo Militar Académico levava duas peças de calibre três, servidas pelos artilheiros do mesmo Corpo, e fora esta artilharia marcharam alguns artilheiros de um destacamento que se achava em Coimbra e que pertencia ao regimento n.º 4 de artilharia, com quatro peças, duas de calibre quatro e outras duas de três. Como não havia Corpo algum de cavalaria, e a Companhia de Voluntários Reais que se pretendia levantar naquele distrito se achava sem força ou número considerável, foi necessário, para completar o de vinte voluntários, recorrer ao expediente de os tirar dos mesmos Académicos que tinham propensão para esta arma.

As primeiras medidas que se seguiram à marcha das tropas para os Fornos manifestavam que a intenção do Coronel Trant se limitava por ora em preservar Coimbra de uma invasão repentina e de segurar a retirada das tropas sobre o País entre a estrada pública de Coimbra para Leiria e a costa do mar. Para este fim, foi ele pessoalmente reconhecer os caminhos gerais e particulares, incumbiu aos officiaes engenheiros e ao major do Corpo Académico José Bonifácio de Andrade as obras que o espaço curto de tempo e a proximidade de uma invasão pudessem permitir. Mandou-se um exame dos vãos e lugares onde o Mondego sofria passagem, ordenou também uma conscrição de todos os barcos, pois as chuvas, pouco ordinárias naquela estação, tinham feito o rio invadeável naquele tempo, constituindo-o uma linha da maior importância, quando as tropas fossem obrigadas a retroceder. Ainda que, perdida a margem esquerda do rio Douro, timbrasse segurar a linha do Vouga, os passos que se deram mostraram que o Coronel Trant tinha em vista ocupar algum ponto mais importante deste rio. Era todavia necessária a demora nos Fornos, porque se esperavam reforços, e em Coimbra não se achava guarnição alguma. Se as tropas avançassem para além do sitio em que se separam as estradas de Aveiro e do Sardão, ficariam muito expostas (1).

O pequeno número de gente não concedia então que se formassem duas colunas, cada uma por si considerável, e não

(1) Cumpre advertir que por esta vez se sentiu o inconveniente da falta de exactidão com que são marcados muitos lugares em quase todas as cartas de Portuual, que aliás facilmente puderam emendar-se. As duas estradas para o Porto por Aveiro e pelo Sardão não se reúnem nos Fornos, como todas as cartas o mostram, não excluindo mesmo a que ultimamente se publicou com o pomposo titulo de *Carta Militar*, nem a de W. FADEN, publicada em Londres e agora copiada em Lisboa. Estas duas estradas reúnem-se quase uma légua depois dos Fornos, entre a distância da povoação denominada Sargento Mor e a outra chamada o Carqueijo, ambas situadas na estrada de Coimbra para o Porto.

se podia fazer a marcha para o Vouga senão escolhendo uma das duas estradas; e, sucedendo assim, poderia qualquer corpo inimigo, ainda de pequena força, entrar em Coimbra, apoderar-se da ponte do Mondego e interceptar a nossa comunicação, ficando apenas livre e difficil a retirada pela estrada de Viseu, ou a de S. Pedro do Sul, se o Coronel Trant avançasse pela estrada do Sardão, ou a retirada para Montemor-o-Velho, se tomasse a estrada de Aveiro.

Além da confiança que todos punham nos talentos militares do Coronel Trant, igualmente entendiam que era da maior consideração e importância que se não adiantasse a tropa para além da divisão das duas estradas de Aveiro e Sardão, senão de modo que alguma coluna, marchando por uma destas estradas, segurasse à outra tropa o não ser envolvida pelo inimigo. Esta foi a ordem de marcha, a qual, como havemos de ver, se executou quando os Corpos se puseram em movimento para o Vouga. Apesar da demora nos Fornos e de ser a distância de Coimbra àquele lugar só de uma légua, este movimento das tropas, por si só, segurou os povos em confiança, e fez passar aos Franceses a notícia de que as tropas portuguezas avançavam para se oporem ao seu progresso.

A resoluta marcha do Coronel Trant com a guarnição de Coimbra, reanimando os ânimos, veio a declinar a maior parte da consternação que o triste successo do Porto havia infundido nos povos. Salvou-se um dos países mais ricos, sem dúvida o mais bello deste Reino, dos estragos e desolação a que precisamente estaria sujeito pelas multiplicadas correrias de um exército ocasionalmente faminto e devastador por disciplina e sistema. A natural rapacidade dos Franceses e a certeza de nenhuma opposição os animaria para praticarem as suas costumadas devastações naqueles povos, porque, ainda que a Nação estivesse cheia do maior entusiasmo, o funesto acontecimento do Porto, quanto menos se esperava tanto mais abateu os ânimos dos povos circunvizinhos, que naquela cidade julgavam estar a sua principal defensão. Era natural que os Franceses, tomada a cidade do Porto, se aproveitassem das vantagens que o facto infeliz da existência da ponte e a sua fortuna lhes estavam insinuando e que eles executaram enquanto não acharam opposição das tropas partidas de Coimbra debaixo da direcção do Coronel Trant. Eles podiam, avançando com rápidas marchas, dominar e destruir Aveiro, Coimbra e penetrar na comarca de Leiria.

O exército britânico estava naquele tempo acantonado nos subúrbios da Capital e se ignorava que resolução tomaria o General Sir João Cradock. O exército portuguez estava nas posições para onde o chamava o receio que havia de

RELAÇÃO DAS MEDIDAS DE DEFENSA

poder o Reino ser atacado pelo exército do Marechal Victor; porém com o movimento das tropas para fora de Coimbra se fez espalhar vozes de que um exército marchava para fazer opposição aos Franceses, e elas ganharam força, pois o inimigo, no orgulho da vitória, não poderia pensar que o Coronel Trant com tão pouco número de gente tivesse o arrojo de obstar à mesma torrente da vitória e comunicar aos povos desalentados nova confiança. Era necessário conservar esta estratagem, que teve seu princípio na mais extraordinária resolução, dando-lhe todas as aparências de realidade e força e acautelar igualmente que a sagacidade do inimigo o não comprehendesse. Isto somente se podia conseguir reconhecendo os mesmos Franceses a existência de forças contrárias naquela parte do País. D. Pedro de Sousa e Holstein ⁽¹⁾ foi mandado dos Fornos para observar o inimigo e reconhecer as posições que elle occupava, levando para aquelle serviço as diferentes ordenanças de cavalaria que se puderam achar em Coimbra. Debaixo das suas ordens foi destacado o académico João Pedro Correia com alguns companheiros, de quem o mesmo D. Pedro de Sousa Holstein teve inteira satisfação transcendente ao Coronel Trant pela boa conta da sua diligência.

Ao mesmo tempo que estas cousas se passavam, os dinheiros públicos a cargo dos Ministros de Aveiro foram por elles com muito risco trazidos a Coimbra, onde a caixa militar estava exausta e apenas continha um generoso empréstimo, que fixara o mesmo Coronel Trant e o D. Pedro de Sousa. Depois de conferenciar o Coronel Trant com o académico Alexandre Tomás de Moraes Sarmiento e com o activo e benemérito Juiz de Fora de Coimbra, José Maria Pereira Forjaz, acerca dos meios possíveis para providenciar a urgente falta de dinheiro e de mantimentos, achou-se que o Coronel Trant, de intelligência com a Câmara da Cidade de Coimbra, conseguissem dos Ministros de Aveiro a entrega dos dinheiros dos cofres públicos, que elles haviam posto a salvo. Ambos aqueles Ministros se prestaram a esta requisição, e o serviço que o Dr. Perada, Corregedor de Aveiro, e o Dr. Ubaldo, Provedor da mesma Comarca, fizeram à Pátria naquelas bem críticas circunstâncias mereceram os

(1) Este fidalgo era capitão do regimento de Cavalaria n.º 1 e se achava naquele tempo encarregado da remonta da cavalaria no campo de Coimbra. Preferiu apresentar-se ao Coronel Trant e correr o risco de uma campanha aonde se não descobria naquela occasião outra vantagem senão perigos e glória, do que servir-se do pretexto da sua comissão para se retirar para Tomar. Acompanhou o exército, não querendo separar-se senão depois da recuperação do Porto, apesar de ter ordem de partir para Cádiz, como ministro junto àquele Governo.

agradecimentos e honrosas atestações do Coronel Trant. Imediatamente se satisfizeram algumas pagas à tropa e se cuidou nos provimentos de boca. Principiava a reunir-se em Coimbra os soldados dispersos depois dos ataques do Porto e da invasão do Minho. Numerosos bandos de gente cobriam as estradas, dirigindo-se para onde achavam segurança. Em Coimbra achavam o gasalhado possível, e pelas providências dadas pelo Coronel Trant se conseguiu que passassem em Coimbra os horrores que causaria nos povos a vista de tantas famílias dispersas e no mais deplorável estado.

Enquanto as tropas estavam estacionadas no sítio de Fornos, um corpo de ordenanças comandado pelo Major de artilharia Francisco de Albuquerque havia recebido ordens do General da Beira para vir desfilando da banda de Lafões e se incorporar com a tropa que estava debaixo das ordens do Coronel Trant. Por este mesmo tempo, tinham chegado a Coimbra o 2.º batalhão do regimento de Infantaria n.º 1, e as Companhias de granadeiros deste mesmo regimento e do n.º 13 formando um batalhão. O Coronel Trant, depois de fazer uma revista a estas tropas, ordenou que elas se acantassem nos lugares do Carqueijo e de Vilela nas vizinhanças dos Fornos, determinou que se lhes pagassem os soldos atrasados e que os soldados se provessem de calçado, porque estavam em grande precisão e tão facilmente não poderiam sentir-se como na presente ocasião. Entre as pessoas que felizmente e com muito risco se tinham podido evadir do Porto, depois da entrada dos Franceses, foi o Tenente-Coronel João Campbell. Ele se ofereceu ao Coronel Trant, o qual, por isso mesmo que conhecia a sua experiência e conhecimentos militares, festejou a resolução que tomou o seu compatriota de querer servir naquela campanha. Asseverou-se que o Coronel Trant oferecera ao Barão de Eben e ao Brigadeiro António Marcelino da Vitória o comando da gente que ele tinha reunido debaixo das suas ordens. Ambos estes oficiais conheceram quanta era a modéstia do Coronel Trant, a quem talvez insinuasse a dar este passo o seu zelo pela boa ordem e subordinação e o exemplo que ele mesmo queria dar de quanto era preciosa esta virtude e dever militar. Nem estes dous oficiais podiam estar autorizados para assumir este comando. O Barão tratava de outra vez reunir os soldados da Legião Lusitana, que ele comandava. O Brigadeiro Vitória, que acabava de comandar um corpo de tropas na campanha, aonde o General em chefe Bernardim Freire de Andrade tinha sido assassinado e juntamente outros oficiais, parecia tão escandalizado da falta de disciplina dos corpos armados, que briosamente se oferecia para acompanhar o Coronel Trant como soldado, do que tomar o comando naquela crise.

RELAÇÃO DAS MEDIDAS DE DEFENSA

Quando tudo estava pronto para a marcha e ajustadas todas as medidas possíveis para que a falta de cavalaria não obstasse ao movimento das tropas para o Vouga, dous esquadrões, um do regimento n.º 4 e outro do n.º 10, inopinadamente se apresentam em Coimbra. O Visconde de Barbacena, comandante destes esquadrões, informou o Coronel Trant desta marcha, e que fora o resultado de um motim que para evitar maiores consequências o constringera prudentemente a comandá-los, abandonando diverso destino que estava ordenado. O aviso comunicado ao Coronel Trant pelo Visconde de Barbacena foi recebido em Coimbra, onde negócios do serviço o haviam chamado naquele dia. A fim de que o espírito de insubordinação se não comunicasse à plebe, disposta para toda a desordem, o Coronel Trant tomou o expediente de passar a revista aos esquadrões fora da cidade. Nenhuma prova da disposição popular, que prudentemente se receava, foi mais evidente do que a ousadia do Juiz do Povo de Coimbra em questionar o Coronel Trant acerca do motivo de ordenar que os ditos esquadrões que haviam entrado em Coimbra tornassem a sair para o campo chamado Rossio de Santa Clara, do outro lado do Mondego. Esta ousadia mereceu uma justa e severa resposta, como igualmente uma repreensão do Marechal Comandante em chefe do exército ao Juiz do Povo, que appareceu publicada na Gazeta de Lisboa. Não permitia o tempo exercitar o rigor da disciplina militar. As desgraças que havia poucos dias tinham acontecido na província do Minho eram tão instructivas, que não deixavam outro caminho senão o da prudência ou dissimulação. Seguir ambos era talvez necessário para os bons conhecedores da apreensão popular, sem entrar na indagação de quem lha causava ou influia. Ambos seguiu o Coronel Trant; e, satisfeito com passar uma breve revista sobre o estado desta tropa para serviço, a fez destacar com a mesma brevidade e, sem perder um instante, para o lugar da Mealhada, separando-a assim da cidade e da mais tropa e aproximando-a ao inimigo, cuja vizinhança, obrigando-a à ordem e subordinação, a removeria de ideias de motim. Não deve também omitir-se que o facto referido tinha também por motivo as instâncias ocultas de algumas povoações adjacentes ao lugar de Fonte Coberta, onde estavam estes esquadrões ao tempo que a invasão do Porto ameaçava Coimbra e suas vizinhanças. Os povos procuravam escudar-se do terror com o auxílio da tropa. Não foi pequeno incentivo para aquella inconsiderada resolução de a mesma tropa ser um dos esquadrões, o de n.º 10, composto, pela maior (parte), de gente do campo de Coimbra, a quem o amor do solo natalício, dos parentes e amigos eram sentimentos muito poderosos para em gente bisonha cederem à disciplina e subordi-

nação. O Coronel Trant ordenou a marcha destes esquadrões para a Mealhada, até que o Marechal Comandante em chefe fizesse saber as suas ordens a este respeito, as quais efectivamente determinaram que eles ficassem debaixo do comando do Coronel Trant.

Antes de as tropas largarem os seus acantonamentos, o Coronel Trant fez avançar até Aveiro uma partida de cavalaria, escolhendo para a comandar o Capitão Guilherme Guimarães, do regimento de cavalaria n.º 10.

Também se destacou outra partida às ordens do Tenente do regimento n.º 4, Joaquim António Baiana, a qual avançou para a estrada do Sardão.

Os Ministros de Aveiro representaram ao Coronel Trant que naquela cidade se achava um armazém considerável de milho e outros grãos, e por este oportuno aviso se acautelou que ele não caísse em poder do inimigo nem fosse delapidado pelos facinorosos que, soltos da cadeia pública, prometiam uma tão desorganizadora confusão e anarquia, como havia sucedido no Porto.

O Marechal Sout, apenas se havia apoderado do Porto, fez espalhar proclamações com a costumada mistura de altivez descarada e mansidão dissimulada. Um galego, de dezoito anos de idade, e ao que parecia muito simples, tendo sido destacado com massa de papéis impressos no Porto pelos Franceses, foi apanhado em Cantanhede, confessou com ingenuidade que a sua missão se reduzia a espalhar aqueles papéis de graça, e que somente cobraria recibos dos Ministros a quem os entregasse.

A marcha para o Vouga foi ordenada e recebida com uma satisfação geral de toda a tropa no dia 6 de Abril de 1809, sete dias depois que os primeiros corpos tinham tomado o acantonamento dos Fornos. O Coronel Trant foi o chefe e alma de todo este pequeno e estranho exército. Ele nomeou os seguintes oficiais e voluntários para o seu Estado Maior: D. Pedro de Sousa e Holstein, capitão do regimento de Cavalaria n.º 1 fazia as vezes de Deputado do Ajudante General; João Carlos de Tam, primeiro tenente do Real Corpo de Engenheiros, de Deputado do Quartel-Mestre General; os académicos Alexandre Tomás de Morais Sarmiento e Cristóvão Pedro de Morais Sarmiento, de Ajudantes de Campo. Fora estas pessoas, foram destinados para servirem juntos ao Estado Maior e serem empregados nas repartições dos Deputados do Ajudante General e Quartel-Mestre General, o segundo tenente do Real Corpo de Engenheiros José António de Matos e os académicos António José da Gama Lobo e Rodrigo da Fonseca Magalhães. Francisco Pinheiro Pimentel, capitão do regimento de Milícias de Soure, servia de Major de Brigada, e o académico Francisco de Paula

RELAÇÃO DAS MEDIDAS DE DEFENSA

Homem, de Ajudante de Brigada. O Doutor Juiz de Fora de Tentúgal, António Cardoso de Carvalho Homem, tomou sobre si, voluntariamente, o penoso cargo da Intendência de víveres para as tropas que compunham a Divisão entre Douro e Mondego. Ela consistia no segundo batalhão de Infantaria n.º 1, comandado por António de Mourão Garcês Palha (1), Major do mesmo regimento; dos granadeiros deste regimento e os de n.º 13, comandados, formando um batalhão, por Francisco de Sales, Major do regimento n.º 1; das Milícias de Coimbra pelo seu Tenente-Coronel António Xavier Zuzarte de Quadros, e a estas se mandaram ajuntar alguns milicianos do Regimento da Figueira, únicos armados que se puderam achar. O destacamento de Infantaria n.º 9 era comandado por Nicolau José Monteiro, tenente do mesmo regimento. O Corpo Militar Académico estava debaixo das ordens do seu Tenente-Coronel Fernando Saraiva Fragoso de Vasconcelos (2), Lente de Prima da Faculdade de Cânones, talvez o varão mais virtuoso que adornasse em nossos tempos a Nação portuguesa. O destacamento de artilharia n.º 4 tinha por comandante o Primeiro Tenente do mesmo regimento Diogo António Guterres. A Cavalaria era comandada pelo Visconde de Barbacena, Major do Regimento n.º 4. Ainda que toda a Cavalaria consistisse nos dous esquadrões de que já havemos feito menção, também compreendia os Voluntários a cavalo, dos quais era capitão Bernardo de Magalhães. De todos os milicianos se escolheram aqueles que estavam na reputação de bons atiradores, e estes formavam com os académicos um corpo que estava debaixo do comando immediato do Coronel Trant. Este corpo, que formava a esquerda,

(1) Este digno e honrado official morreu de uma doença aguda em Lisboa, aonde se achava depois da campanha do Vouga e restauração do Porto.

(2) Este homem foi sempre respeitável pelo seu saber e ainda mais pelas suas virtudes, que fizeram universalmente sentida a sua morte. Nem o desejo de figurar nem a esperança de glória militar nem outros sentimentos que não fossem a intima persuasão de que era obrigado em consciência a expor a sua vida em defesa do Trono, da Pátria, e da Religião o determinaram a uma resolução que parecia tão imprópria da sua idade, quanto penoso conforme com os seus hábitos antigos e natural mansidão. O zelo escrupuloso com que desempenhou as obrigações de Comandante correspondia ao com que sempre satisfez os deveres de Lente. Este respeitável homem morreu em Coimbra a 13 de Janeiro de 1810, depois de haver conduzido o Corpo Militar Académico de Coimbra para as margens do Vouga e de lá para a restauração do Porto, donde marchou para a Beira e ficou estacionado em Penamacor, quando a Divisão Portuguesa auxiliar entrou em Espanha. Recebendo ordens de voltar para Coimbra, aí foi vitima de uma peripneumonia. A pureza de costumes e o genuíno amor da Pátria deste venerável patriota fariam na Grécia, em Roma e Inglaterra levantar monumentos e inscrições ao seu nome, para ser transmitido aos vindouros como um digno exemplo para imitação.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

tomou a estrada de Aveiro, a fim de proteger a direita, que no mesmo dia, 6 de Abril, marchou e ocupou o Sardão e Águeda. A direita era comandada pelo Tenente-Coronel João Campbell. Os académicos Alexandre Tomás de Moraes Sarmiento e António José da Gama Lobo serviam de ajudantes do Tenente-Coronel comandante da direita, a qual se compunha de toda a tropa, com a excepção dos académicos e atiradores de Milícias.

No dia 6 de Abril, a direita pernoitou no Sardão, aonde entraram os batalhões de linha e uma partida de quarenta cavalos. As Milícias de Coimbra e artilharia ficaram em Avelãs de Caminho, aonde também se estabeleceu o depósito de munições. O Visconde de Barbacena, com alguma cavalaria, continuou a ocupar a Mealhada, e a esquerda tomou posição no lugar das Vendas Novas, na estrada de Aveiro. Já antes deste movimento o Visconde de Barbacena tinha feito adiantar até o rio Vouga uma pequena guarda-avançada, e as nossas patrulhas já tinham aparecido na outra banda do rio, para reconhecer o inimigo.

(*Continua*)

bibRIA

A PROVIDORIA DE ESGUEIRA

I — Notas preliminares

ESGUEIRA é o reflexo de um passado com relativo interesse que em nossos dias se projecta nas terras limítrofes da cidade de Aveiro.

Pouco numeroso agregado populacional no século XVI, recebeu foral concedido por el-rei D. Manuel I em 8 de Junho de 1515 (1). Por 1527, a sua população era de 175 vizinhos, num total de 311 existentes no termo, enquanto ali perto Aveiro tinha 894 na vila e um total de 1460 almas (2).

Recuando no tempo, lembremos que na vigília de S. João, em Junho da era de 1261 (ano de 1223), el-rei D. Sancho II, ao fazer uma composição com D.^a Teresa, D.^a Sancha e D.^a Branca, dispusera que Esgueira ficasse para D.^a Teresa, em sua vida, sucedendo-lhe D.^a Branca, «et post mortem naturalem Regine Domine Tharasie et Regine domine Blance Isgueira debet remanere monasterio de Lorbano pro hereditate» (3).

No reinado de D. Dinis procedeu-se à demarcação de Esgueira com Sá (4). E no século XVI D. João III confirmou (5), em 1528, a promessa feita por D. Manuel I, em 1497, de a jurisdição-crime de Esgueira jamais sair da Coroa. Um ano antes D. João III confirmara-lhe o contrato para cobrança das sisas (6) e um ano depois, em 1529, evitava, para melhor admi-

(1) *O Foral de Esgueira (1515)*, pelo sr. Dr. João MARTINS DA SILVA MARQUES, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 1.

(2) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI (1908), págs. 278 e 277, respectivamente.

(3) Arquivo Nacional da Torre do Tombo — *Leitura Nova, Direitos Reais*, liv. 2, fl. 55.

(4) A. N. T. T. — *Leitura Nova, Estremadura*, liv. 11, fl. 307. A carta de demarcação é datada de 24 de Maio da era de 1347 (ano de 1309).

(5) A. N. T. T. — *Chancelaria de D. João III*, liv. 52, fl. 63.

(6) A. N. T. T. — *Chancelaria de D. João III, Contratos*, liv. 2, fl. 65.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

nistração local, que alguém fosse escuso dos cargos de juiz ou de vereador do concelho (1).

A vida quinhentista da localidade avoluma-se a nossos olhos. Suspeita-se a sua real importância económica na época ao vermos, em tempo de D. Sebastião, o cuidado posto em certos diplomas, designadamente no que estabeleceu os preços de venda de sal (2), cuja indústria vem aí de longe, desde pelo menos os alvares da nacionalidade, bem como no que doa a dízima nova do seu pescado aos Tavares (3). Data ainda do século XVI a sua elevação a sede de comarca. Segundo um autor nosso contemporâneo (4), a comarca de Esgueira teria sido criada no reinado de D. João III, em 20 de Dezembro de 1533. Desde logo constituída por 31 vilas, 10 concelhos e um couto, as vilas que lhe pertenciam eram as de Aradas, Aveiro, Lanhosa, Pinheiro, Angeja, Costa, Vagos, Frossos, Segadães, Ermida, Trofa, Vila Doce da Ribeira, Recardães, Paus, Vouga, Antuã, Guieira, Brunhido, Oliveira do Bairro, Sangalhos, Esgueira, Serém, Sam Lourenço do Bairro, Avelãs de Caminho, Bemposta, Pereira de Gestão, Vilarinho do Bairro, Avelãs de Cima, Ovar e Terra da Feira. Seus concelhos eram os de Sequins, Fervedo, Ferreiros do Conde, Casal de Alvaro, Castanheira da Beira, Soutelo, Sever, Fervedo, Gafanhão, Cambra e Estevém; o couto denominava-se da Barca da Guarda.

Anos depois Esgueira parece confundida na correição de Coimbra. Conforme se lê em documentos (5) publicados pelo sr. Dr. J. PINTO LOUREIRO, a Câmara de Coimbra alega por 1619, ao pretender cobrar na vila de Esgueira a imposição do real de água sobre as carnes e os vinhos vendidos na Comarca de Coimbra — invocando um alvará régio de 27 de Julho de 1618 — que a Comarca de Esgueira, «andando apartada, se unio a dita Comarca de Coimbra, e pela dita uniam ficaram as ditas comarcas huma só e se chama, e he a Comarca de Coimbra, como consta de Certidam que se offerece, e nisso nam há duvida, e por isso tem hum só Corregedor, e os mesmos officiaes de sua correição».

A 10 de Outubro de 1619 uma provisão régia obriga ao pagamento «a Villa de Esgueira, e as mais Villas, e lugares

(1) A. N. T. T. — *Chancelaria de D. João III*, liv. 18, fl. 58.

(2) A. N. T. T. — *Chancelaria de D. Sebastião, Privilégios*, liv. 9, fl. 102. Os preços estabelecidos nesta carta de 6 de Abril de 1576 para venda de sal a meudo nas lojas foi de 19 réis o alqueire, 9 réis o meio alqueire, 5 réis a quarta e dois réis e meio o selamim.

(3) A. N. T. T. — *Confirmações Gerais*, liv. 8, fl. 52 v.º

(4) *A Comarca de Esgueira*, pelo sr. Dr. J. PINTO LOUREIRO, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 11 (1936), págs. 199-206.

(5) Biblioteca Municipal de Coimbra — *Provisões e Privilégios*, fl. 308, citado pelo sr. Dr. J. PINTO LOUREIRO.

A PROVIDORIA DE ESGUEIRA

de sua Comarca por ser unida a de Coimbra». A Comarca de Esgueira põe embargos, alega que não se encontra unida, que o pagamento aos oficiais de cada comarca é feito por almoxarifados diferentes e que a imposição se lhe não aplica, porquanto não está expressa a sua comarca no diploma e tal se usa fazer sempre que a mesma é envolvida em tais actos. De notar — acrescenta — que os próprios corregedores têm obrigação de residir seis meses em Esgueira e seis em Coimbra. De nada lhe serve, porém, o alegado.

Já no século XVIII Esgueira figura, como escreveu o sr. Dr. PINTO LOUREIRO, entre as nove comarcas que formam a Província da Beira, juntamente com Coimbra, Montemor-o-Velho, Feira, Viseu, Lamego, Pinhel, Guarda e Castelo Branco⁽¹⁾. Por 1736 é a Comarca de Esgueira composta pelas vilas de Aguieira, Anadia, Angeja, Assequins, Aveiro, Avelãs de Caminho, Avelãs de Cima, Bemposta, Brunhido, Casal de Álvaro, Eixo, Estarreja, Ferreiros, Ílhavo, S. Lourenço do Bairro, Ois da Ribeira, Oliveira do Bairro, Paus, Préstimo, Recardães, Sangalhos, Segadães, Serém, Sôza, Trofa, Vilarinho do Bairro, Vagos e Vouga; pelo concelho de Fermedo e pelo couto de Esteve⁽²⁾.

O atentado contra el-rei D. José I em 1758 levou o duque de Aveiro ao cadafalso. Aveiro foi elevada a cidade e a hegemonia transitou sob o aspecto legal de Esgueira para a cidade, a qual, incorporada nos bens da Coroa, passou a sede de comarca.

Antes não o fora Aveiro — diz o sr. Dr. PINTO LOUREIRO — por não ser da jurisdição real, nela não tendo entrada o corregedor del-rei. Esgueira fora do mosteiro de Lorvão, mas este só tinha jurisdição cível e não criminal, o que justificaria a inicial preferência para sede da correição ou comarca.

2 — A Comarca e a Provedoria de Esgueira

A Comarca de Esgueira surgiu, como dissemos, no século XVI. Não se suponha, contudo, que foi criada no reinado de D. João III.

Por volta de 1533 assiste-se, é certo, à fragmentação das vastas comarcas portuguesas então e de longe existentes. Desmembrada das comarcas da Estremadura e da Beira surge em 3 de Dezembro desse ano a correição de Abrantes⁽³⁾.

(1) *Corografia Portuguesa* . . . , pelo P.^e ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA, t. II — 1708, Lisboa, Valentim da Costa Deslandes — pág. 1.

(2) *Geografia Histórica*, por D. LUIS CAETANO DE LIMA, t. II — 1736, Lisboa, of. de José António da Silva — pág. 99.

(3) A. N. T. T. — *Chancelaria de D. João III*, liv. 7, fl. 12.

A 12 de Março desmembrara-se da Comarca da Estremadura a correição de Coimbra⁽¹⁾. A 20 de Dezembro de 1533 el-rei D. João III, para benefício das coisas de justiça, quis apartar a vila de Aveiro e outras vilas da Comarca da Estremadura e a quis fazer correição por si. Confiando do Licenciado Francisco Fernandes, nomeou-o corregedor da dita comarca, com ordem de que o houvessem na corregedoria e provedoria por corregedor e provedor⁽²⁾.

Outras correições se estabeleceram neste ano como no ano seguinte. Não, porém, a de Esgueira. Em 1533 surgiu na região apenas a comarca, a corregedoria e a provedoria de Aveiro.

Em data que se situa antes de Novembro de 1552⁽³⁾, talvez em Janeiro de 1547, como quer D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA⁽⁴⁾, ou antes de 1535, como PINHEIRO CHAGAS parece aceitar⁽⁵⁾, D. João de Lencastre, filho de D. Jorge, duque de Coimbra, recebeu de el-rei D. João III o título de duque de Aveiro. Houve que dar ouvidor às suas terras e aquelas que da Coroa ficaram ou de donatários particulares, como Esgueira e mais algumas, terão ficado sujeitas ao corregedor de Coimbra, a aceitarmos as informações do P.^o ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA⁽⁶⁾ e de D. LUÍS CAETANO DE LIMA.

Segundo este último autor, andando o tempo e crescendo mais as povoações apartadas de Aveiro, pareceu melhor separarem-se aquelas terras e formar-se com elas uma nova provedoria, para cuja cabeça se escolheu, pouco mais ou menos por 1590, a vila de Esgueira, por ser a principal das terras da Coroa. Assim se separaram da Provedoria de Coimbra as terras a ela anexadas alguns anos antes⁽⁷⁾.

O modo como D. LUÍS CAETANO DE LIMA estava informado a esse respeito pode avaliar-se pela leitura duma carta del-rei D. Filipe I⁽⁸⁾ em que nomeia o Doutor Pedro Aires Botelho, antigo provedor da Comarca de Santarém, para provedor das obras, orfãos, capelas, hospitais, confrarias, albergarias, gafarias e contador das terras e resíduos da Comarca e Provedoria da vila de Esgueira, agora mandada separar da

(1) A. N. T. T. — *Chancelaria de D. João III*, liv. 19, fl. 62.

(2) A. N. T. T. — *Chancelaria de D. João III*, liv. 7, fl. 9. Cfr. Documento 1, anexo

(3) A. N. T. T. — *Chancelaria de D. João III, Privilégios*, liv. 1, fl. 30 v.^o

(4) Cf. as *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*.

(5) Cf. o *Diccionario Popular*.

(6) *Ob. cit.*, t. 11, pág. 138.

(7) *Ob. cit.*, t. 11, pág. 98.

(8) A. N. T. T. — *Chancelaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 18, fl. 40 v.^o Cf. Documento 11, anexo.

A PROVIDORIA DE ESGUEIRA

Provedoria de Coimbra. Estava-se então a 5 de Dezembro de 1587.

O litígio que se desenrolou por 1618 e 1619 entre a jovem Comarca de Esgueira e a um pouco mais idosa de Coimbra pode fazer supor que por essa altura desaparecera a primeira em consequência de nova união à Comarca de Coimbra. Pena é que não tenhamos a certidão que esta última ofereceu sobre tal união, nem conheçamos outro elemento esclarecedor do assunto.

De sublinhar que a Comarca de Esgueira alega por si em litígio e repudia a união. E que, como disse o sr. Dr. J. PINTO LOUREIRO, «tanto o rei como a Casa da Suplicação se abstiveram prudentemente de tocar no ponto nodal da questão, como seria o julgamento da subsistência ou extinção da comarca de Esgueira. Limitaram-se, como quem se agasta com demasias de justiça, a fazê-la pagar, e nada esclareceram, usando de uma segura fustigante, de molde a secar entusiasmos». Para o mesmo autor, «a claro ficava que a sua incorporação na comarca de Coimbra era desde então uma desagradável certeza». E «porque a supressão fôra injusta ou porque com o andar do tempo se reconhecesse a sua necessidade, a escura nuvem de melancolia dissipou-se, e aí a vemos ressuscitada mais tarde, florejando graças, a figurar novamente como comarca independente nos documentos e nas corografias do princípio do século XVIII».

É de lamentar que não conheçamos o teor da certidão que os representantes de Coimbra apresentaram a respeito da união alegada, sobre que «nam ha duvida» — diziam — «e por isso tem um só corregedor, e os mesmos officiaes de sua correijam». Para os de Esgueira, em contra-partida, a sua comarca era separada, o pedido de Coimbra era apenas de satisfazer em sua comarca, os officiaes, escrivães, chanceler e meirinho e caminheiro tinham títulos próprios e eram nomeados neles pelos officiaes da Comarca de Esgueira. Entre outras afirmações mais, produzem a de haver provedores em uma e outra comarca e que a Comarca de Esgueira já pagara para a ponte e estradas visadas pela imposição, por finta geral, a qual podiam repetir mas não desejavam satisfazer por aquele modo, que lhes quebrava a sua posse, pelo que pediam a declaração de separação.

Em tais termos, não resulta para nós clara a incorporação da Comarca de Esgueira na de Coimbra. Consideramo-la até improvável. Não será de acolher a interpretação de que a um interesse considerado regional para além dos limites da Comarca de Coimbra, serviu o facto da sujeição a um corregedor?

Já no século XVIII, a *Geografia Histórica* afirma que as terras da Comarca de Esgueira que não são de donatários e

se acham unidas à Coroa dependem da Correição de Coimbra, assim como o faziam antigamente da Correição de Aveiro (1). A admitirmos um permanência de situação desde os fins do século XVI, a qual ambas as partes não contrariam no alegado em 1618, nem o faz qualquer outro documento que conheçamos, a Comarca de Esgueira e a sua Provedoria, nascidas por 1587, tiveram uma continuidade que se estende até meados do século XVIII, mas não possuiu nunca corregedor exclusivamente seu. Não nos foi possível encontrar nomeação de um só que fosse neste meio tempo e não parece obstar à interpretação que, verbi gratia, por 1689, se aluda em descrição da Provedoria de Esgueira ao corregedor da comarca, pois, como vimos, por 1618 o corregedor comum era obrigado a viver seis meses em Coimbra e os restantes em Esgueira, embora tivesse preferência por Aveiro.

Em 1736 Esgueira surge como sede de comarca com a composição que já acima indicámos. Por 1755 era sensivelmente a mesma, com exclusão de Casal de Álvaro, tendo 27 vilas, um concelho e um couto, 59 freguesias, perto de 24 000 fogos e de 80 000 almas (2).

Durante perto de dois séculos Esgueira beneficiou da qualidade de cabeça de comarca. O golpe dado na casa de Aveiro em 1758 fez empalidecer a estrela da modesta vila de Esgueira. Ainda em 13 de Outubro de 1759 el-rei D. José fez mercê ao Bacharel Manuel de Faria Souto, antigo juiz do Fundão, do lugar de provedor de Esgueira (3). Nessa mesma data, porém, D. José nomeia o Bacharel António de Jesus e Silva para corregedor de Aveiro (4).

Menos de um ano depois, Esgueira perde a qualidade de cabeça de comarca em favor de Aveiro. A nomeação de corregedor já o faria suspeitar. Por decreto del-rei, datado de 4 de Setembro de 1760, a Provedoria de Esgueira passava a designar-se Provedoria de Aveiro e mantinha o seu distrito. A Comarca de Aveiro via assinalado o distrito da sua jurisdição. O do novo corregedor era o da comarca, nele se incluindo algumas vilas que vinham desta vez da Comarca de Coimbra (5).

(1) *Ob. cit.*, t. II, pág. 99.

(2) *Descripçam Corografica do Reyno de Portugal...* por ANTÓNIO DE OLIVEIRA FREIRE — 1755, Lisboa, of. de Bernardo António de Oliveira — págs. 55 e 56.

(3) A. N. T. T. — *Desembargo do Paço, Decretos Originais, 1758 e 1759*. Cf. Documento IV, anexo.

(4) A. N. T. T. — *Desembargo do Paço, Decretos Originais, 1758 e 1759*. Cf. Documento V, anexo.

(5) A. N. T. T. — *Desembargo do Paço, Decretos Originais, 1760-1762*. Cf. Documento VI, anexo.

A PROVIDORIA DE ESGUEIRA

3 — A Provedoria de Esgueira em 1689

Da Provedoria de Esgueira subsistem várias descrições. Uma das não menos desenvolvidas é, sem dúvida, a que se encontra no *Promptuario das terras de Portugal com declaração das comarcas a que toção*, disposto e ordenado na secretaria da Junta dos Três Estados, em 1689, por VICENTE RIBEIRO MEIRELLES (1).

Em sua minúcia, desce à enumeração dos lugares e povões da região, o que para o estudo desta é a mais do que um título de importância. A toponímia, a divisão administrativa e judicial e a hierarquia dos aglomerados populacionais podem surpreender-se nela.

A par desses elementos colhem-se na descrição outros de não menor valia para o estudo regional, como sejam os respeitantes à propriedade das terras e aos funcionários que então as serviam.

Por todas as informações que pode prestar — e algumas sem dúvida prestará — reproduzimos a seguir o texto seiscentista referente à Provedoria de Esgueira (2).

Esgueira dos nossos dias, a encastrar-se aos poucos na cidade de Aveiro, há-de rever-se nessas páginas que não só a ela mas a toda a região aveirense lembram um passado digno de memória.

MÁRIO ALBERTO NUNES COSTA

(1) A. N. T. T. — Ms. da *Livraria*. Vide também *O Promptuario das Terras de Portugal, Manuscrito Seiscentista de Ribeiro Meirelles* por MÁRIO ALBERTO NUNES COSTA, separata do boletim *A Cidade de Évora*, n.º 33-34 (1953, Évora).

(2) Cf. Documento III, anexo.

DOCUMENTOS

I

Dom João III, rei de Portugal, nomeia o Licenciado Francisco Fernandes para os lugares de corregedor e provedor da Comarca e Provedoria de Aveiro, as quais separa da Comarca da Estremadura.

1533 Dezembro 20.

Évora

Dom J^o etc faço sab' a vos Juizes vereadores procuradores e officiais outos fidalgos caual^{ros} escud^{ros} e pouo da uilla dav^o e de todallas outras villas e llugares q̄ sã da Comarca da dita vijlla q̄ eu p̄ asi o semtir p̄ muíto meu serviço e p^a q̄ as cousas da Just^a sejam melhor administradas asi como a ela Compre e cõ aq̄la presteza e dyligencia q̄ ha calidade dellas ho Reqrer q̄s apartar a dita villa e outas villas da coReiçã da comarca da estremadura e a q̄is fazer coReiçã p̄ sy seg^o he declarado na p̄visã q̄ vos diso seraa ap̄sẽntada e p̄ cõfiar do L^{do} fr^{co} frz q̄ e todas as Cousas e cargos de Just^a de q̄ ho emcaRegei me serviraa asy bẽ e como ho theqⁱ tẽ fec nas outras de [q̄] ho tẽho ecaRegado p̄ lhe fazer graça e merçe o eũvio ora novam^{te} p̄ Cor da dita comarca da villa dav^o e llugares deClarados e seu Regim^{to} e p̄ pvedor das obras terças rresidos nelles como leua p̄ out^a p̄uisã o q̄ll ofiçio elle serviraa seg^o o Regim^{to} poderes e allçada q̄ de m̄j leua e seg^o forma do Regim^{to} do dito ofiçio de Cor e como nele e e minhas hordenaçoyes he declarado e cõ elle e asy cõ as ditas terças Residos averaa de seu m̄tim^{to} e cada hũ anno cimcoẽta mil rs . s. xxx rs p̄ minha fazemda e xx a custa das minhas terças da dita villa dav^o e llugares de sua coReiçã e pvedoria notefico uollo asy e m̄do a todos e geraall e cada hũm e espiçiall q̄ ajais o dito L^{do} fr^{co} frz p̄ Cor da dita Comarca e pvedor como dito he e lhe obedecais e todo o q̄ de minha p̄te p̄ bẽ de Just^a e meu serviço m̄dar e cumprais e todo seus m̄dados Juizos e s^{ças} e say cõ elle e sã elle de nojte e de dia a quajsquer oras que vollo elle m̄dar e Reqrer ssob as penas q̄ vos elle poser as quais sejam eixecutadas nos corpos e fazemda daq̄lles q̄ ho asy nã cõpjs e a Jso nigligentes forẽ e alẽ dasy serẽ as ditas p̄nas eixecutadas tornarey a yso cõ hout^{as} majs seg^o a Calidade do caso for e o merecer e mando aos Veadores de minha fazẽda q̄ lhe m̄dẽ asemtar hos ditos xxx rs nos liuros dela e daar e cada hũ ano carta de desembargo p^a lugar dõde deles aja bõ pagam^{to} e asi m̄do ao pvedor mor das terças e Residuos de meus Regnos q̄ yso mesmo lhe m̄de asẽtar hos ditos xx rs q̄ a custa das ditas minhas terças dey nos liuros de seu ofiçio e dar carta deles p^a o Ror da dita comarca dav^o p^a lhe nela serẽ pagos o q̄ll L^{do} fr^{co} frz jurara na minha ch^{ia} aos sãtos avãgelhos q̄ bẽ e dr^{ta}m^{te} e como deue obre e bẽ dos ditos ofiçios goardãdo e todo o serviço de dẽ e meu e o dr^{to} das p̄tes dada na çidade dev^{ra} a xx dẽ de dezembro fernã da costa a fez año do naçim^{to} de noso snr Jhũ xp̄to de J^o b^o xxx i ij anos.

A PROVIDORIA DE ESGUEIRA

11

D. Filipe I, rei de Portugal, nomeia o Doutor Pedro Aires Botelho, para o lugar de provedor das obras, orfãos, capelas, hospitais, confrarias, albergarias e gafarias, e contador das terças e residuos da Comarca e Provedoria de Esgueira.

1587 -Dezembro 5.

Lisboa.

Eu el Rey faço Saber a Vos Juiz vereadores e p^{dor} fidalgos caulejros escud^{os} homens bõs e pouo da vila desgueira e de todas as vilas e Lugares della, que avendo respeito aos seruiços do doutor p^o ajres botelho que foj prouedor da comarca da vila de Santarê e pella cõfiança que delle e de suas Letras tenho q̄ nas cousas de que o ecarregar me seruirá cõ aq^{le} recado fielde e deligençia que cumpre a meu seruiço, e bẽ de Justiça como ateq^{ij} fez nas de que o encarreguej e p̄ lhe fazer merçe o mando ora por prouedor das obras orfãos, capellas, ospitais, cõfrarias albergarias, gaffarias e contador das tenças e resjdos da comarca e prouedorja dessa vila q̄ ora ouue por meu seruiço mandar separar da prouedorja da çidade de coimbra, a qual prouedorja elle seruirá em todos os Lugares q̄ forẽ da comarca da dita vila desgueira, e isto por tempo de tres annos e alẽ delles o mais tempo que eu o ouuer p̄ bem e quanto lhe não mandar tomar resjdençia cõ aq^{les} poderes Jurisdição e alçada q̄ tinha per m̄jnhas prouysõis na dita vila de Santarem onde me seruió de prouedor da comarca della das quais prouysõis ey por bem que vse e se lhe cumprã e guardẽ intr^{amente} como se para vos forão deregidas naquellas cousas e que as ditas prouysões se puderẽ applicar a essa comarca cõ o qual cargo averã o mantimẽto a elle ordenado q̄ lhe serã declarado e outra minha prouisão pello q̄ vos mando a todos e geral e a cada hũ e espiçial q̄ o ajais por prouedor da dita comarca e prouedorja e lhe deixeis seruir o dito offiçio e delle vsar o q̄ lhe det^{amente} p'tençer segundo forma das ditas prouysõis e ser lhe á prim^o dado Juramento dos Santos Evangelhos na camara da dita vila desgueira pellos officiais della q̄ s̄jrua o dito offiçio bẽ e verdad^{amente} guardando e todo a m̄j meu seruiço e as partes seu dr^o de que se farã asẽto nas costas deste allu^a q̄ ey p̄ bẽ q̄ valha etc miguel couç^o o fez e lix^a a çinco de dez^{to} de mil bc oynta e sete . p^o da costa o fez escrever.

A. N. T. T. — Chancelaria de D. Filipe I, Douções, Liv.^o 18, ff. 40 v.^o

III

Descrição da Provedoria de Esgueira.

1689.

Lisboa.

Prouedorja de Esgueyra

A Villa de Esgueyra he da Coroa, e cabeça da Com.^{ca} tem Prouedor, e Correg.^{or}, e tem mais hum Juiz Ordin.^o do Crime tres vereadores, e hum procurador, q̄ se fazem per elleyção, e confirmação do Correg.^{or} da Com.^{ca}

Tem mais hum Juiz Ordin.^o do Ciuel, q̄ se fas com os mais off.^{es} por elleyção, e o confirma a Abbadessa do Mosteyro de Loruão, q̄ tem a Reção e foro nesta villa.

Tem mais tres Tabaliaens, e hum delles he escriuão da Camara, e Almotassaria todos prouidos por El Rey nosso S.^r

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Tem mais hum Juiz dos Orfaons pelo d^o S.^r e o seu escriuão, por nomeação da d^a Abbadeça

Tem mais hum Juiz das Sisas com seu escriuão contador, e Destribuidor por S. Mag.^e e no termo os lugares seguintes.

o lug. de Vilarinho	o lug. dalumieyra
o lug. de Sarrasolla	o lug. daZurua
o lug. de Cacia	o lug. de Mataduços
o lug. de Taboeyra	o lug. das Moutas
o lug. de loureyro	o lug. de Villa Noua de Cutilõens
o lug. da Senhora do Passo.	o lug. de Agoas boas. // 3 ^o 6
o lug. de Naris	o lug. das Cruses
o lug. de Malha pam	o lug. da ponte das Vessadas.

A Villa de Aveyro, q̄ he do Ducado de Aveyro tem Juiz de Fora, e tem mais tres vreadores, e hum p.^{dor} q̄ se fazem por elleyção, em q̄ prezide o Ouidor de Monte mor o Velho, e se confirmau pellos Duques e agora por Sua Mag.^{de}; entra nesta Villa por correição o d.^o Ouidor.

Tem mais seis tabalioens hum contador Destribuidor, enqueredor hum escriuão da Cam.^{ra} e Almotaçaria. Alcayde porteyros Juiz dos dr.^{tos} reais, e escriuão deles, Juiz e escriuão dos orfaons hum goarda do lastro das embarcassoens, e hum carcereyro, q̄ todos herão prouidos pellos duques, e agora o são pello d.^o Senhor.

As appellaçoens e agg.^{vos} do Juiz de Fora desta Villa vão ao d.^o Ouidor, estando dentro de des legoas, e fora dellas vão a Relação do Porto no termo tem os lug.^{es} seg.^{tes}

Com Jurisdição ciuel, e crime.

o lug. de Albergaria Velha	o lug. de Mouquim
o lug. de Val Mayor da Igr. ^a	o lug. da Taypa. // 3 ^o 7
o lug. de Lamas	o lug. de São João de loure
o lug. de Pedras Talhadas	o lug. de Ouqua
o lug. de Balazayma	o lug. de pedasains
o lug. de Aluarim	o lug. de Cortouaens
o lug. de Figueyra	o lug. de S. Romão
o lug. de Boy aluo	o lug. da Preza pequena
o lug. de Arinhos	o lug. de Santo Amaro
o lug. de hoyham	o lug. de Arnellas
o lug. de Perrães	o lug. das quintans
o lug. de loure	o lug. da quinta do gato
o lug. de Agueda Parte deste lugar pertence ao termo da Villa de aSequins	a pouoa de Fontão

Tem mais esta Villa de Aveyro jurisdicção crime nos Coutos seg.^{tes}

o Couto de Barro de Ageda	o Couto de Ois do Bayrro.
---------------------------	---------------------------

A Villa de Segadaens he do Ducado de Aveyro, entra nella em Correyção o Ouidor de Monte Mor o Velho tem dous Juizes Ordin.^{os} do Civel, e Crime, e orfaõs tres Vereadores, e hum p.^{dor} do Cons.^o e se fazem por elleyção q̄ confirmaõ os Duques e hoje confirma S. Mag.^{de}

Tem mais Dous tabalioens; escriuão da Cam.^{ra} // 338 e orfaons, outro da Almotasaria, hum contador destribuidor, enqueredor, e hum Juiz dos dr.^{tos} Reas, e escriuão delles, q̄ tudo hera data dos Duqnes, e hoje o he da Coroa, tem no termo os Lug.^{es} seg.^{tes}

o lug. de Cabanoens	o lug. de Almiar
o lug. de Oronhe	o lug. do Eyrol
o lug. de Trauasso	o lug. da Orta

A PROVEDORIA DE ESGUEIRA

A Villa de Recardaens he do Ducado de Aueyro entra nella em Correyção, o ouidor de Monte Mor o Velho tem dous Juizes Ordinr.^{os} do Ciuel, e crime, orfaons, e sizas, tres vereadores, e hum p.^{dor} e se fazem por elleyção q̄ confirmauão os duques e agora confirma Sua Mag.^{de}

Tem mais tres tabalians, e hum escriuão da Cam.^{ra} q̄ juntam.^{te} o he dos orfaons, e hum escriuão da Almotasaria e todos estes off.^{es} são os da Villa de Segadaens, q̄ nesta exercitão os mesmos off.^{os} e são prouidos pella mesma forma, e tem no termo os lug.^{es} seg.^{tes}

o lug. do Jurdão	o lug. da Sayma
o lug. da Borralha	o lug. de Ancas
o lug. da Paradella	o lug. do Truuiscal. // 339
o lug. da Feteyra	o lug. do Crasto
o lug. de Villa Noua	

Tem mais no termo as Pouoas seg.^{tes}

A pouoa de Candão	A pouoa da Carualha
A pouoa de Folgoroza	A pouoa do Rondão

A Villa de Brunhido he do Ducado de Aur.^o entra nella em Correyção o Ouidor de Monte Mor o Velho Tem hum Juis ordinr.^o do Ciuel, e Crime e orfaons, e hum Vreador, q̄ tambem serue de Almotase, e hum p.^{dor} q̄ todos se fazem pella mesma forma q̄ os da Villa de Segadaens, e os mais off.^{es} q̄ há naquella Villa, exercitão nesta os mesmos off.^{es} tem no termo as Pouoas seg.^{tes}

A pouoa da Carualhosa	A pouoa do Ribeiro
A pouoa do Passo	A pouoa da chouça
A pouoa do Sperito Santo	

O Cazal dalnaro he do Ducado de Aur.^o tem hum Juis Ordinario do Civel, Crime, e orfaons, q̄ se fas a vottos, e confirma o Ouidor do Ducado. // 340 q̄ fas Correyção neste cazal, tem mais hum escriuão do publico judicial, e nottas, orfaons, cam.^{ra} e AlmotaSaria, q̄ fazião os Duques, e agora o faz a Coroa, tem no termo as Pouoas seg.^{tes}

o lug. do Ribeiro de Simo de V. ^a	A pouoa do Chapado
o lug. de Bolfear	A pouoa da Cheyra.

A Villa de Ilhauo de q̄ he Donatr.^o Dom Christovão de Almada, tem dous Juizes Ordinarios do Ciuel, Crime, e Cizas, tres vereadores, e hum p.^{dor} q̄ todos se fazem por elleyção q̄ confirma o Donatario, o qual apresenta dous Tabalioens do p.^{co} judicial, e nottas, q̄ confirma S. Mag.^{de} p.^{lo} Dezembargo do Passo, e tambem poem ouidor, q̄ não he leterado, e serue de Juiz dos dr.^{tos} Reais. Tem mais esta Villa hum juis dos orfaons hum escriuão delles, hum contador enqueredor, e Distribuidor, e hum escriuão das Sizas, todos estes por S. Mag.^{de}; como tambem o escriuão da Cam.^a o Correg.^{or} da Com.^{ca} entra por correição nesta Villa, e poem nella Alcayde, e Carçereyro, tem no termo os lug.^{es} seg.^{tes}

o lug. de Alqueidão	o lug. de Sa
o lug. de Verdemilho	

Tem mais no Termo as Pouoas seg.^{tes} // 341

Pouoa da chouça Velha	Pouoa das quintans
Pouoa de Val de Ilhauo de Sima	Pouoa das Ribas
Pouoa de Val de Ilhauo de baixo	Pouoa do Viueyro
Pouoa de Alagoa	Pouoa das Acenhas dos Frades

A Villa de Avellans de Sima de q̄ hé Donatario, Christovão de Almada, tem hum Juis Ordinr.^o do Ciuel, e Crime e Cizas dous Vereadores

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

dores, e hum p.^{dor} q̄ se fazem por elleycão e os confirma o d.^o Donatario por carta sua, e por elle se chamão, tambem se chamã pello Donatario hum Tabalião q̄ elle apresenta, e confirma S Mag.^{de}

Tem mais esta Villa hum juiz dos orfaons, e escriuão delles q̄ o he tambem da Cam.^{ra} e sizas postos por S Mag.^{de}

O Ouidor desta Villa he o da de Ilhauo em q̄ entra em correycão o Correg.^{or} da Com.^{ca} tem no termo os lug.^{es} e Pouoas seguintes

o lug. de Arcos	o lug. dos Curraes
o lug. de tres arcos	A pouoa de Alfeloas
o lug. de Famalição	A pouoa da Caniçeyra
o lug. do Pereyro	A Pouoa de Ferreyrinhos
o lug. de São Pedro	Pouoa de Canellas. // 342
A Pouoa do Outeyro	A Pouoa de Canha
A pouoa do Pinhr. ^o de aq. ^m	A Pouoa da Pedra
A Pouoa do Pinhr. ^o de Alem	A Pouoa da Candeyra
A Pouoa de Porto de Vide	A Pouoa do Couto de Paredes

A Villa de Ferreyros de q̄ he Donatario Christovão de Almada, tem hum juiz Ordinr.^o do Ciuel, e Crime dous vereadores hum procurador, e hum escriuão da Cam.^{ra}, e Almotasaria, q̄ todos se fazem por elleycão e os confirma o Donatr.^o por q.^m se chamão.

Tem mais dous Tabaliõens, q̄ nomea o Donatario e confirma S Mag.^{de} e se chamão p.^{lo} Donatario, o qual tambem nomea Alcayde p.^a esta Villa, q̄ he o q.^c serue na de Avelans de Sima. Tambem seruem em ambas o Juiz e escriuão dos Orfaons entra nellas em correycão o correg.^{or} da Com.^{ca} e no termo tem esta os lug.^{es} e Pouoas seg.^{tes}

o lug. de Val de Azar	o lug. de Fonte Manha
o lug. de Carualhaes	o lug. de Sayde
o lug. de quintella de Aq. ^m	Pouoa de Val da Mó
o lug. de quintella de Alem	Pouoa da Junqr. ^a
o lug. de Val da Vim	Pouoa do Panascal
o lug. de Val do Boy.	Pouoa do Amieyro. // 343
Pouoa do Saydinho	Pouoa do Escoural

A Villa de Arada. O Mosteyro da Serra da Cid.^e do Porto he Donatario das reçoens, e foros desta Villa, e a jurisdicção he de S Mag.^{de}

Tem hum Juiz Ordinario do Ciuel, e Crime, e dos orfaons hum vreador hum p.^{dor}, e hum escriuão da Cam.^{ra} e almotassaria, q̄ todos se fazem por elleycão, q̄ confirma o Correg.^{or} da Com.^{ca} Tem mais dous Tabaliõens q̄ tãobem dos orfãos por destrebuicção, e no termo a Pouoa seguinte.

A Pouoa do Picado.

A Villa da Ermida he couto do Bispo de Coimbra tem hum Juiz Ordinr.^o do Ciuel, e Crime, e Orfaons Dous Vereadores, e hum p.^{dor}, q̄ se fazem por elleycão, e confirmação do S.^r Bispo e por elle se chamão

Tem mais hum Tabalião, e hum escriuão da Cam.^{ra} Almotassaria, e orfaons por S Mag.^{de} entra nesta V.^a em correycão o Ouidor de Arganil, e não tem no termo lugar algum. // 344

O Couto do Barro de Auguada he do Bispo de Coimbra e tem nelle a jurisdicção ciuel som.^{te} e o crime pertence a Villa de Aveyro: Tem hum juiz ordinr.^o do Ciuel, e orfaons: Dous Vereadores, e hum p.^{dor} q̄ se fazem por elleycão, e confirma o Oui.^{or} de Arganil, q̄ entra neste couto por correycão, tem hum Tabalião, e hum escriuão da Cam.^{ra} Almotassaria, e orfaons, por S. Mag.^{de}, no termo tem os lug.^{es} seg.^{tes}

o lug. de Aguada de Baixo	o lug. da lendioza
o lug. do Carqueyo	

A PROVIDORIA DE ESGUEIRA

A Villa de Vagos de q̄ he Donatario o Conde de Aveyras e nelle tem as resoens e foros tem hum Juis Ordinario do Ciuel, Crime, e Sizas, tres Vereadores, e hũ procurador, q̄ se fazem por elleycão e os confirma o Conde, e por elle se chamão. Tambem apresenta o d^o Donatario, dous Tabaliões, hum escriuão da Cam.^{ra}, e Almotaçaria hum Contador, Destrebuider, e enqueredor, tem mais esta Villa hum Juis dos orfaons, e escriuão delles e das cizas por S Mag.^{de} e entra nella em Correyção, o Correg.^{or} da Com.^{ca} e no termo há os lug.^{es} seg.^{tes}

o lug. do Couão do lobo	Aldea do Corpo de Seyxo
Aldea dos Lameyros	Aldea do Lombo Trauesso // 345
Aldea de Veija	Aldea de Caluá
Aldea da choça	

A Villa de Soza de q̄ he Donatario o Marques de Arronches, e nella tem os foros resoens, e Dizimos, como comendador, tem Juis Ordinar.^o do Ciuel, Crime e orfaons, e Cizas tres Vereadores, e hum p.^{dor} e hum escriuão da Camara, e almotassaria anual, q̄ se fazem por elleycão, e com informação do Correg.^{or} da Com.^{ca}, q̄ entra nesta Villa em correyção, tem mais hum alcadey por nomeação da Cam.^{ra} e dous Tabaliõens, e hum escriuão dos orfaons e outro das sizas por S Mag.^{de} no termo tem os lug.^{es} seg.^{tes}

o lug. da boa Vista	o lug. do Salgueiro
o lug. da Lavandeyra	o lug. de Mamaroza
o lug. do Beco	o lug. de Malha pão
o lug. do Cabedello	A Pouoa da Fareja

A Villa de Ollueyra do Bayrro de q̄ he Donatr.^o o Marquez de Arronchez tem hum Juis Ordinar.^o do Ciuel Crime e orfaons dous vereadores e hum // 346 Procur.^{or} e escriuão da Cam.^{ra} e Almotassaria q̄ todos se fazem por elleycão, e confirmação do Donatario, e por elle se chamão, tem mais dous Tabaliõens, e hum delles serue de escriuão dos orfaons, q̄ nomea o d^o Donatr.^o e confirma S. Mag.^{de} entra nesta Villa por correyção o Correg.^{or} da Com.^{ca} e no termo tem os lug.^{es} seg.^{tes}

o lug. do Barro do Mogo	o lug. da Lauandr. ^a
o lug. de Villa Verde	o lug. do Cercal de baixo
o lug. de Monte longo de Alem	o lug. do Repolhão
o lug. de Monte longo de Aq. ^m	A pouoa da Bouça

A Villa de Vouga de q̄ he Donatario o Marquez de Arronchez tem dous juizes ordin.^{es} do Ciuel Crime, e Sizas, tres vereadores, e hum p.^{dor} escriuão da Camr.^a e almotassaria, e se fazem todos por elleycão, q̄ confirma o Donatr.^o, e por elle se chamão; tem mais quatro Tabaliõens, q̄ nomea o d^o Donatr.^o e confirma S Mag.^{de} e se chamão pello d^o Marq.^s e hum alcadey q̄ nomea a Camr.^a a qual nomea tambem, Juis e escriuão dos Orfaons, e confirma S Mag.^{de} e o escriuão das sizas he posto pello d^o S.^{or} entra nesta V.^a por correição o Correg.^{or} da Com.^{ca} e tem no termo os lug.^{es} seg.^{tes}

o lug. da Arrancada	o lug. da Marinhata da Vouga. // 347
o lug. de Val mayor de Sto An. ^{to}	o lug. de Agueyra
o lug. do Carualhal da Marinhata	o lug. da Veyga
o lug. do Carualhal da Portella	o lug. de Ferreyros
o lug. de lanhezes	o lug. de Soutello
o lug. da Meza	o lug. do Sabugal e outr. ^o

Tem mais no termo as Pouoas seg.^{tes}

Poua de Cadaueyra	Pouoa do Campelinho
Pouoa da Mouta	Pouoa dos Assores
Poua de Moutedo	Pouoa de Viade

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Pouoa do Salgr.^o
 Pouoa da Redonda
 Pouoa do Bico
 Pouoa do Fernando
 Pouoa das Canadas

Pouoa do Trouiscal
 Pouoa do Tournal e leuegadaz
 Pouoa dos Chouchos
 Pouoa do Macho

A Villa de Soroens e Bustos de q̄ he Donatr.^o o Comendador de Amsemil, q̄ he da Ordem de São João de Hyerusalem, tem hum Juiz Ordinr.^o do Ciuel, Crime e orfaons, e hum Vereador, q̄ tambem serue de AlmotaSel hum p.^{dor} e hum escriuão da Camr.^a, e Almotassaria, q̄ todos se fazẽ por elleycão; e confirmação do Ouuidor do Donatr.^o, q̄ assiste, em Ansemil, q̄ não he leterado e a elle vão as appellaSoens. // 348

O Alcayde q̄ há nesta Villa he da elleycão da Camr.^a e hum Tabalião, e hum escriuão dos orfaons, são data de S Mag.^{de} e tem no termo os lug.^{cs} seg.^{tes}

o lug. de Bustos
 o lug. do Taboasso
 o lug. do Rio tinto

o lug. das Mezas
 As quintas da Estrada de Vagos.

A Villa de Vilarinho do Bairro he da Serenissima Caza de Barg.^{ca} tem hum Juiz Ordinr.^o do ciuel crime e orfaons, dous Vreadores hum p.^{dor}, hum escriuão da Camara, e AlmotaSaria, q̄ todos se fazem por elleycão em q̄ prezide o Ouuidor de Barcellos e se chamão e confirmão por S Mag.^{de}, tem mais hũ tabalião, q̄ juntam.^{te} serue dos orfaons, prouido pella d.^a Caza, e as appellaSoens vão ao d.^o Ouuidor no termo tem os lug.^{cs} seg.^{tes}

o lug. de Torres
 o lug. de Pontana
 o lug. da Azenha

o lug. da Mellada
 o lug. das pedreyras

Tem mais as pouoas seg.^{tes}

Pouoa das Vendas de Samel
 Pouoa do Cabeço
 Pouoa de N. Sr.^a dos Baynhos
 Pouoa do Chapar de baixo

Pouoa de Val das ortas
 Pouoa do perdigão
 Pouoa do Chapar de Sima // 349
 Pouoa do Passo

A Villa de Ois da Ribr.^a he da Serenissima Caza de Barg.^{ca} tem hum Juiz Ordinr.^o do Ciuel Crime e Orfaons dous Vereadores, e hum p.^{dor} q̄ fazem por elleição de fauz em q̄ prezide Ouuidor de Barcellos, e se confirmão por S Mag.^{de} tem mais hum Tabalião e outro escriuão dos orfaons, e da camr.^a e Almotaçaria, prouidos pella d.^a Caza, e ao d.^o Ouuidor, q̄ entra nesta V.^a por correycão, vão as appellaSoens e agg.^{vos} e tem no termo os Lug.^{cs} e pouoas seguintes.

o lug. de ^hormentellos
 o lug. do Espinhal

A poua da Piedade
 A poua do Crasto.

A Villa de Eyxo he da Serenissima Caza de Bar.^{ca} tem dous Juizes Ordinr.^{cs} do Crime Ciuel, e orfaons e sizas trez Vereadarez, e hum p.^{dor} q̄ se fazem por elleycão em q̄ prezide o Ouuidor de Barcellos, e se confirmão por S Mag.^{de}, tem mais hum Tabalião, e outro escriuão dos orfaons, Camara, e AlmotaSaria, q̄ ambos são prouidos pella dita Caza, o mesmo Ouuidor da Villa de Barcellos entra nesta por app.^{cam} e a elle // 350 vão as appellaSoens, e agg.^{vos} o Alcayde desta Villa he data da mesma Caza e tem no termo os lug.^{res} e Pouoas seg.^{tes}

o lug. de Requeixo
 o lug. de Momoadeyro
 o lug. da Pouoa

o lug. da Mouta
 o lug. das quintas do Salgr.^o
 o lug. do Marco

A PROVEDORIA DE ESGUEIRA

o lug. de Vallade
o lug. de Salgr.^o
o lug. das quintas de gon^{co} Glz.

o lug. de Carcauellos
o lug. da Verba

Tem mais as Pouoas seg.^{tes}

Pouoa de Azenha de baixo
Pouoa da granja de Bayxo
Pouoa da granja de Sima
Pouoa dos Picotos
Pouoa dos Caulinhos

Pouoa de Carregaes
Pouoa de São Payo
Pouoa de Sanguinhr.^a
Pouoa de pereçoza
Pouoa da Costa de Valade

A Villa de Paús he da Serenissima Caza de Barg.^{ca} Tem hum juis Ordinr.^o, do Ciuel, Crime e orfaons sizas Dous vereadores, e hum p.^{dor}, q̄ se fazem por elleção de Fauas em q̄ prezide o Ouidor de Barçellos, e se confirmão, por S. Mag.^{de} o escriuão da Villa de Eyxo serue també nesta, em q̄ entra por correção o d' Ouidor, e a elle vão as appellaSoens e agg.^{vos} tem no termo os lug.^{es} seguintes. // 351

o lug. de Beduido
o lug. de Amial
o lug. de Fontes

o lug. de Caluais
o lug. de Barril da Auguada

A Villa de São Lourenço do Bayrro, de q̄ he Donatario o Conde de Monsanto Marques de Cascais, e nella tem os foros reçoens, e portagens, tem hum Juis ordinario do Ciuel, Crime, orfaons, e sizas, dous vereadores hum p.^{dor} e hum escriuão da camr.^a almotaSaria e juntam.^{te} dos orfaons, q̄ todos se fazem por elleção do Pelouro, e confirmação do Correg.^{or} da Com.^{ca} tem mais hum Tabalião do Publico Judicial, e notas q̄ tambem serue das sizas por S. Mag.^{de} O Donatr.^o poem hum ouidor, q̄ não he Lete-rado, e serue juntam.^{te} de AlmoXarife, e Juis dos d.^{tos} Reaez, entra nesta Villa por correção O Correg.^{or} da Com.^{ca} e tem no termo os lug.^{es} seguintees.

o lug. do Espayro
o lug. de São Matheus

o lug. de Pedralua
o

As Pouoas são as seg.^{tes}

Pouoa dos Pinhr.^{es}
Pouoa de S. Mathens
Pouoa da Couelha

Pouoa do Grou
Pouoa de leuira
Pouoa de Peraluitos. // 352

O Couto de Paredes de q̄ he Donatario o Cabbido da See de Coimbra, tem hum juis Ordinr.^o do Ciuel, e orfaons som.^{te}, porq̄ o Crime pertence a Cid.^e de Coimbra: Tem mais hum escriuão da Camr.^a e Almota-Saria hum Vreador, e hum p.^{dor} q̄ todos se fazem por elleção de Pelouro, e confirma o mesmo Cabbido, e por elle se chamão, tem mais hum Tabalião do p.^{co} judicial, e nottas, e hum escriuão dos orfaons, ambos por S. Mag.^c, e neste Couto entra o Correg.^{or} da Com.^{ca} por Correção, e tem no termo as Pouaas seg.^{tes}

A pouoa do Arnr.^o

A pouoa da Preta

O Couto de Ois do Bairro de q̄ he Donatr.^o o Bispo de Coimbra, tem hum juis Ordinr.^o do Ciuel, e orfaons hum Vereador, hum p.^{dor}, q̄ fazem a mais vottos, e os confirma o Donatario pello seu Ouidor de Arganil, e a elle vão as appellaSoins, e os agg.^{vos} ao Correg.^{or} da Com.^{ca} q̄ entra neste Couto, por Correção: Tem mais hum escriuão do Judicial, orfaons Camr.^a e almotaSaria, q̄ apresenta o d' Byspo, o Crime deste Couto pertence a Villa de Aveyro, e não tem termo algum.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Na Villa de Sãogalhos, tem o Conu.^{to} de Santa Clara // ³⁵³ de Coimbra os dizimos Reçoens e foros da d.^a Villa e nella há hum juiz ordinario do Ciuel Crime e orfaões dos Vereadores, hum Procurador e hum escriuão da Cam.^{ra} e almotaçaria, q̄ todos se fazem por elleycão do Pelouro, e os confirma o Correg.^{or} da Com.^{ca} q̄ nella entra por correycão, tem mais dous Tabalioens do p.^{co} judicial, e notas por S Mag.^e e hum delles serue juntam.^{te} de escriuão dos orfaons: O Alcayde he por nomeação dos off.^{es} da Cam.^{ra} tem no termo os lug.^{es} seg.^{tes}

o lug. de Saá	o lug. da Azenha
o lug. de Paraymo	o lug. de Sãogalhos
o lug. da Fregueyra	o lug. do Casal
o lug. da Moreyra	

Tem mais as pouoas seg.^{tes}

Pouoa do Ribr. ^o	Pouoa da boa V. ^{ta}
Pouoa de S. João	Pouoa das borras
Pouoa da Cortisada	Pouoa do grou
Pouoa do Salgr. ^o	Pouoa do Vidoeyro
Pouoa da Palmr. ^a	

A Villa de Avellans de Caminho de q̄ he Donatario // ³⁵⁴ o Conde de Cantanhede Marq̄. de Marialua tem hum juiz Ordinr.^o do Ciuel, Crime Orfaons sizas dous vreadores hum p.^{dor}, e hum alcayde, q̄ fazem por elleycão do Pelouro, e os confirma o d.^o Donatr.^o e tambem poem ouuidor Leterado, q̄ assiste em Cantanhede, e apresenta hum Tabalião, q̄ tambem serue de escriuão da Cam.^{ra} e almotaçaria, e orfaons e outro Tabalião mais, e hum destrebuidor, contador, e enqueredor, S Mag.^{de} poem hum escriuão das sizas, nesta Villa, e nella entra em correycão o d.^o Ouuidor, não tem termo.

A Villa de Augada de Sima de q̄ he donataria a Vnid.^e de Coimbra tem hum Juis Ordinr.^o do Ciuel Crime, Orfaons, e Sizas dous Vereadores, e hum p.^{dor} q̄ se fazem por elleycão de Pauta, e os confirma o R.^{or} da d.^a Vnid.^e tem mais hum Tabalião do Publico judicial e nottas, orfaons Camara, e Almotassaria, q̄ apresenta a Vnid.^e e por ella se chama, e o d.^o Juis Tem mais hum escriuão das sizas por S Mag.^{de}, e tem ouuidor Leterado, q̄ fás a correycão posto pella d.^a Vnid.^e no termo tem os lug.^{es} e pouoos seg.^{tes}

o lug. da Forcada	o lug. de Mustello // ³⁵⁵
o lug. do Cadaual	o lug. do Vale grande
o lug. de São Mart. ^o	

Tem mais as Pouoas seg.^{tes}

Pouoa do Trigo de bayxo	Pouoa do Pizão
Pouoa do Forno	Pouoa dos Pouzadr. ^{os}
Pouoa de Agoa dalte	

A Villa de AnnaDia de q̄ he Donataria a Vnid.^e de Coimbra tem o juis Ordinr.^o do Ciuel Crime e orfaons hum Vereador, e hum p.^{dor}, q̄ se fazem pella mesma forma q̄ os da Villa da Agoada, e o escriuão daquella Villa, serue, tambem nesta, q̄ tem no termo o lug. seg.^{te}
o lug. de Alfelloas

O Couto do Pereyro de q̄ he Donataria a Vnid.^e de Coimbra tem hum Juis Ordinr.^o do Cyuel Crime e orfaons, e hũ p.^{dor} q̄ se ellegem pella mesma forma, q̄ os da Villa de Agoada, e o escriuão daquella Villa, serue tambem neste Couto, q̄ não tem termo. // ³⁵⁶

A PROVEDORIA DE ESGUEIRA

A Villa de ASequins de q̄ he Donatario Luis de Saldanha da Gama tem hum Juiz Ordinr.^o no Ciuel Crime e orfaons dous Vereadores hum p.^{dor} q̄ se fazem por elleycão, e os confirma o Donatr.^o, e por elle se chamão; tem mais Dous tabalioens do Publico judicial, e notas, e hum delles serue tambem dos orfaons camara e AlmotaSaria ambos pello d.^o Donatario entra nesta Villa por correycão, o Correg.^{or} da Com.^{ca} e no termo tem os lug.^{es} seg.^{tes}

o lug. da Gestr. ^a	o lug. da MaSouda
o lug. da agueda parte deste	o lug. de Rio Couo.
lugar hê do termo da Villa de Aur. ^o	

A Villa do Soutello do prestimo, de cujas reSoens, e foros he Donatario Miguel Soares de Vasconcellos Brito de Alm.^{da}, tem hum Juiz ordinr.^o do Ciuel, Crime e orfaons, Sizas dous Vereadores, e hum p.^{dor}, q̄ se fazem por elleycão do Pelouro, e os confirma o Correg.^{or} da Com.^{ca}, q̄ entra por correycão nesta villa a qual tem mais hum Tabalião do publico judicial, e notas q̄ tambem serue de escriuão das sizas, por S Mag.^{de} e escriuão dos orfaons e AlmotaSaria se fás // ³⁵⁷ por nomeação da Cam.^{ra}, e pêssoas da gouernança com obrigação de seruir da Cam.^{ra} de graça, e na mesma forma se ellege alcaide, tem no termo os lug.^{es} e Pouos seguintes.

o lug. de Madeyra	o lug. da Louricella
o lug. do Villarinho	o lug. de Maçada

Seguem-se as Pouos

Vrgeyra	Rio de Maçans
Sarrasecoza	Carualhal
Sobreyro Ventozo	Salgeiro
Seixos	Cabeça de Cão
Cazal Sernada	Val de goa
Cambra	Cortes
Serra de baixo	Arieyros
Val de lobo	eyreyra
Folgarinho	Fragoa
Serra de Riba	Barrosa.
Venda Noua	

A Villa de Agueyra de cujos foros, e reSoens he Donatario Dom Mano^{el} de Atayde tem hum juiz ordinario do Ciuel. e Orfaons, e hum // ³⁵⁸ Vereador, q̄ tambem serue de Almotacel, e hum Procurador, q̄ se fazem per elleycão do pelouro, e confirma o Correg.^{or} da Com.^{ca}, q̄ entra nella per correycão, tem mais dous tabalioens, e hum oscriuão da Camara Almotaçaria e Orfaons, per S Mag.^{de} no termo o Lugar seguinte

o lugar da Mourisca: a metade deste lugar he do termo da Villa da Trofa

A Villa da Trofa tem hum Juiz Ordinr.^o do Ciuel Crime, Orfãos, Cizas, hum Vereador hum p.^{dor} e hum escriuão da Cam.^{ra} almotaçaria, e orfãos, q̄ se fazem por elleycão, q̄ confirma o Correg.^{or} da Com.^{ca} tem mais dous Tabalioens, e hum escriuão das sizas, ambos por S. Mag.^{de} e no termo os lugares seguintes.

o lugar de Cortessais	A metade do Lug. da Mourisca, q̄ está no termo da villa de Agueyra.
-----------------------	---

A Villa de Serem de cujos foros, e reçoens he Donatr.^o Migel Soares de Vasconcellos Brito de Alm.^{da} tem hum Juiz Ordinr.^o do Ciuel, Crime, e orfaons, e hum // ³⁵⁹ Vereador, e hum procurador, q̄ se fazem por

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

elleyção e confirma o Correg.^{or} da Com.^{ca} tem hum Tabalião por S Mag.^{de} O off.^o de escriuão da Cam.^a AlmotaSaria e orfaons hera elleyção do Pouo, porem quem agora o serue he por Prouizão de S Mag.^{de} mas não está emcartado nelle tem no termo as Pouoas seg.^{tes}

Sernada	Jáfefe de Baixo
Jáfefe de Sima	Vendas de Serem.

A Villa de FeroSos, cujos foros, e rasoens são do Balio de leça tem hum juis ordin.^o do ciuel, crime, e orfãos, e sizas, dous vereadores e hum p.^{dor} q̄ se fazê por elleyção do Pelouro, e confirma o Correg.^{or} da Com.^{ca}, tẽ mais dous Tabaliões do publico judicial, e notas, e hum delles serue tambem da Cam.^{ra} almtosaria, e orfaons, ambos por S. Mag.^{de} Não tem lug. algũ, no termo.

A Villa de Angeja de q̄ he Donatr.^o o Conde de Villa Verde, tem hum juis ordin.^o do Ciuel Crime, e orfãos e sizas dois Vereadores, e hum p.^{dor} q̄ se fazem por elleyção do Pelouro, e confirma o Donatr.^o e por elle se chamão. Tem // ³⁶⁰ mais Ouuidor q̄ não hé Leterado, e poem o d.^o Donatr.^o e a elle vão as appellaçoens; Tambem aprezena o d.^o Conde hum juis dos dr.^{tos} Reaes, e escriuão delles, tem maiz dous escriuaens do p.^{co} judicial, e nottas, e hum escriuão dos Orfaons, e outro da Almotaçaria todos, pello Donatario, o escriuão das sizas hé per S Mag.^{de} entra nesta Villa por correção o Correg.^{or} da Com.^{ca} e não tem lugar algũ no termo

A Villa do Pinhr.^o de q̄ he Donatr.^o o Conde de Villa Verde tem hum juis ordin.^o do Ciuel Crime, e Sizas, e orfãos, hum vereador, q̄ tambem serue de Almotaçel e hum p.^{dor} q̄ se fazem por elleyção e confirma o Donatr.^o e por elle se chamão. O Ouuidor de Angeja o hé tambem desta Villa, e a elle vão as appellaçoens, tem mais dous Tabaliões do Publico judicial e nottas; hum delles serue tambem dos orfãos, e outro da Camr.^a e almotaçaria, ambos pello d.^o Donatr.^o O correg.^{er} da Com.^{ca} entra por correção nesta Villa, q̄ não tem lug. algum no termo.

A Villa da Bemposta de q̄ hé Donatr.^o o Conde de V.^a Verde tem dous juizes ordin.^{es} do Ciuel Crime e Sizas dous Vereadores, e hum p.^{dor} q̄ se fazem por elleyção, // ³⁶¹ de Pauta e confirma o Conde, e por elle se chamão tem mais dous Tabaliões do publico judicial, e nottas; Alcayde Contador, Destrebuidor, e enqueredor, pello d.^o Conde. Tem mais juis dos orfãos escriuão da Camr.^a e escrivão das sizas por S Mag.^{de} e escriuão dos orfãos p.^{lo} Donatr.^o O Ouuidor de Angeja o hé tambem desta V.^a na qual entra por correção o Correg.^{or} da Com.^{ca} e tem no termo as freg.^{as} e lug.^{es} seg.^{tes}

Freguezie de Figueyredo q̄ hoje chamão da Bemposta he do termo da Villa da Bemposta e tem os lug.^{es} seg.^{tes}

o lug. de Fig. ^{do} de Baixo	
o lug. de fig. ^{do} de Sima	
o lug. do Pinhr. ^o	
o lug. dos Couaes	
o lug. do Curual	
o lug. da Ermida	A Pouoa de Fonte cham
A pouoa do Barreyro	A Pouoa dos Prados
A pouoa de Tagilde	A Pouoa da Ponte Noua

Freguezia da Ribr.^a de fragoas he do termo da Villa da bemposta, e tem os lug.^{es} seguintes // ³⁶²

o lug. da Talhadella	o lug. do Ribr. ^o
o lug. de Vilarinho de Mouros	o lug. de Boste longa

A PROVIDORIA DE ESGUEIRA

o lug. do Valle
o lug. de Fragoas
o lug. de Santiago.

o lug. de Ganião Carualhal
o lug. de Cazaldello.

Tem mais as Pouoas seg.^{tes}

Abilheyra.

Val do Sapo.

Freguesia da Branca he do termo da Villa da Bemposta, e tem os
lug.^{es} seg.^{tes}

o lug. do Crestello
o lug. do Soutello
o lug. de Albergaria a Noua
o lug. de Nebrigio
o lug. da Cançella
o lug. do Souto

O lug. da Barroca
o lug. de Eyras
o lug. de Cazaldima
o lug. de escuza
o lug. da estrada
o lug. do Coche

Tem mais as Pouoas seguintes

Carualhaes
Faradellos
Samuel
Espinheyra
Erdade
Chaque

Outr.^o
Fundo de Villa
Igr.^a de Sima
A mamoa
Laginhaes

Freguezia de VI, he do termo da Villa da bemposta, e // ³⁶³ tem os
lugares seguintes

o lug. do Crasto

o lug. de VI.

o lug. da oricoza: Este lugar, suposto, q̄ he desta freg.^a he da jurisdição da Villa da Feyra.

Freguezia de Palmas he do termo da Villa da Bemposta e tem os
lug.^{es} seg.^{tes}

o lug. de Aluiaes
o lug. de Palmas
o lug. de Ferreyros

o lug. de Nespereyra de Sima
o lug. de Nespereira de baixo,
o lug. de Vilarinho de Sima q̄ he da
jurisdição da Villa da Feyra.

Tem mais as Pouoas seguintes

Bolfeta
Sobreyro
Painçal
Fontaynhas

Amieyros
Cazal
Mó
Rapozeyra

Freguezia de Trauanca he do termo da Villa da bemposta, e tem os
lug.^{es} seguintes

o lug. da Trauanca
o lug. da Suzana
o lug. da Quintã

o lug. do Outr.^o // ³⁶⁴
o lug. de Damonde

Tem as Pouoas seg.^{tes}

Trauanca
Orozo
Besteiros de Sima

Besteyros de Bayxo
Corugeyra
Gasiunde

Freguezia do Lameyro he do termo da Villa da bemposta e tem os
lug.^{es} seg.^{tes}

o lug. do Loureyro
o lug. de Contomil
o lug. de Tonçe

o lug. de AVenal
o lug. de Valuerde
o lug. de Augeiros.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Tem mais as Pouoas seg^{tes}

Pans
Sobral

Graçioza
Outr.^o

Freguezia de São Mart.^o de Salreu he do termo da Villa da bemposta, e tom os lug.^{es} seg.^{tes}

o lug. de Salreu	o lug. do Cadaual
o lug. de S ^{ta} Christina	o lug. de S. Matheus
o lug. do Corgo	o lug. de S. Mart. ^o
o lug. do Seyxal	o lug. do Mato
o lug. do Feyro	o lug. das Laçeyras.
o lug. do Picoto he da V. ^a de Estarreja // ³⁶⁵	
o lug. do Soutello	

Tem mais as Pouoas seg.^{tes}

Barroca
Valles
Campinos
Boa Vista

Ladeyra
Val de Ranea
Balduys
Adou, he da V.^a de Estarreja

Freguezia de Canellas he do termo da Villa da bemposta e tem os lug.^{es} e pouoas seg.^{tes}

o lug. de Canellas	A Pouoa de Espinhal
--------------------	---------------------

Freguezia de Fermelam he do termo da Villa da Bemposta e tem os lug.^{es} e pouoas seg.^{tes}

o lug. de Fermelam	Pouoa de Ventoza
o lug. de Rio Xico	Pouoa da Igr. ^a
o lug. de Fermelainha	

Freguezia da Murtoza; esta freguezia se diuide em duas p.^{tes} hũa he do termo da Villa de Estarreja, e outra deste termo da Villa da bemposta e por esta p.^{te} tem os Lug.^{es} seg.^{tes}

o lug. do Ribr. ^o	o lug. da Agra. // ³⁶⁶
o lug. da Rua do Ribr. ^o	o lug. da Caneyra
o lug. de Pardelhas	A Pouoa da Saldida.
o lug. do Outr. ^o	

A Villa de Antoaã, e hoje chamada Estarreja tem dous juizes ordin.^{os} do Ciuel Crime, e sizas tres Vereadores, e hum procurador, q̄ se fazem por elleção do Pelouro, e confirma o Correg.^{or} da Com.^{ca} De prez.^{te} fes S Mag.^{de} m. ao Conde de Santiago; e se lhe deu Posse, porem por se oppor contra ella a Abbadeça de Arouca, q̄ tem os foros, e resoens desta V.^a, se mandou pello Trebunal do Dezemb.^o do Passo honde pende o litigio, q̄ fossem seruindo as just.^{as} q̄ estauão confirmadas pello Correg.^{or} e não admittessem outras, sem noua ordem: Tem mais esta Villa dous Tabaliães do Publico judicial, e nottas, e hũ delles he tambem da Camr.^a e Almotassaria, e o outro das Sizas ambos por S Mag.^{de} Pello mesmo S.^{or} há juiz dos orfaons, e escriuão delles., Para alcajde dá a d.^a Abbadeça tres Rois, cada hum de tres Pessoas das quais ellege a Camr.^a hũa, q̄ lhe pairesse mais capax e serue tres annos o carcereyro hẽ por S Mag.^{de} e no termo ha as freg.^{as} e lug.^{es} seguintes.

o lug. de Santiago	o lug. de Beduydo. // ³⁶⁷
--------------------	--------------------------------------

Freguezia de Veyros, he do termo da Villa de Estarreja, e consta só de hum lug. chamado Veyros.

Freguezia da Murtoza parte desta Freguezia he do termo da Villa da bemposta, e a outra p.^{te} he do termo desta Villa de Estarreja, por honde consta de hum só lug. q̄ chamão Murtoza, e Monte.

A PROVIDORIA DE ESGUEIRA

Freguezia do Pinheyro he do termo da Villa de Estarreja e tem os
Lug.^{es} seg.^{tes} o lug. do Brinhr.* o lug. de Sedouros

Freguezia daVanca he do termo da Villa de Estarreja, e tem os
Lug.^{es} seg.^{tes} o lug. daVanca A Pouoa do Foyo

Freguezia de Pardilho he do termo da Villa de Estarreja, e consta de hum só Lug. chamado Pardilho.

Do Cons.^o de Fervedo he cabeça a Villa de // ³⁶⁸ Cabeças, cujas rendas, foros, e portagem, são de João Pinto Coelho. Há neste Conc.^o hum juiz ordinr.^o do Çiuel, Crime, e orfaons, e Cizas: hum escriuão das Cizas, e almotasaria, e hum Meyrinho, q̄ tambem serue de Carçereyro, e todos se fazem per elleycão de Pautas e confirma o Correg.^{or} da Com.^{ca} q̄ entra por Correyção, neste Cons.^o Há tambem hum escriuão do Pu.^{co} judicial e notas e tambem serue dos orfaons e das sizas por S Mag.^{de} e tem no termo os Lug.^{es} seg.^{tes}

Cabeças q̄ he Villa Cabeça do Con. ^{co}	Aldea de Lazaro
Aldea do Regengo	Aldea de Roda Cormaã
Aldea do Carualhal redondo	Aldea de Parama
Aldea de Arilhe	Aldea de Val de Code
Aldea da Oliur. ^a	Aldea de Vrçida
Aldea de Sedofeyta	Aldea de Ver
Aldea de Paradella	Aldea de Beleç
Aldea do Mostr. ^o	Aldea de Villa cham.

Tem mais as Pouoas seguintes

Val detras o Rio	Brunhal
Quintãa da Aldea	Esporam
Cazal, o Campo	Sarzido
Rezumil	Val quente
Sella	Valocas
Oliual	São Migel. // ³⁶⁹
Forno	Pereira
Cazal das Cruzes	Borralhozo
Quinta	Velide
Torre	

O Couto de Esteue he Villa, tem hum juiz Ordinr.^o do Çiuel, e Crime, dous Vereadores, e hum p.^{dor} q̄ se fazem por elleycão de Pautas, e os confirma o Correg.^{or} da Com.^{ca} q̄ entra por Correyção, tem mais dous tabaliaons do Publico judicial, e nottas, e hum delles he tambem da Camr.^a e almotasaria ambos por S Mag.^{ds} e por elle se chamão, o Juiz dos orfaons, e escriuão delles, são os q̄ seruem na Villa de Seuer, tem este Couto no termo os Lug.^{es} seg.^{tes}

o lug. do Couto de Baixo	o lug. de São Fins
o lug. de Amiaes	o lug. de Captiuos.
o lug. de Eyrijo.	

Tem tambem as Pouoas seg.^{tes}

Vilarinho	Carualhal
Souto Chão	Coual
Linheyro	Cerqueyra
	Mouta. // ³⁷⁰
Soutello	Fundo da Villa
Bouços	Tuninha

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Leigunda	Cazal
Barca	Carris
vinha do Nega	Gandara
Paredes	Toural
Sobral	Ribella
Amial	Lomba
Crestello	Noual
Mosqueiro	Preza

Freguezia de Sendim he do termo da Villa de Seruer e tem os Lug^{es} Seg.^{tes}

o lug. de Fontellas	o lug. de Sendim
o lug. do Passo	o lug. de Carrezedo

Tem mais as Pouoas seguintes

Redouça	Lagoa
Vargiella	Arca
Santo Adrião	Sylueyra
Paredes	Vilarinho
Carrezedo	

No Couto de Crestuma tem a jurisdição Ciuel // 371 e portagem o Bp.^o do Porto e o Conde da Feyra tem a jurisdição Crime tem este Couto hum juis Ordinr.^o q̄ se fás a mais vottos, e confirma o d^o Bp.^o O qual conheçe do Ciuel, e Orfãos som.^{te} a ser de Almotaçel. O escriuão do Ciuel, e o dos Orfaons da V.^a da Feyra são os q̄ seruem neste Couto por distribuição tem no termo os lug^{es} seg.^{tes}

o lug. de Arnellas	o lug. de S. Migel
o lug. de Seyxalobo	o lug. do Fiozo
o lug. de S. Mart. ^o	

No Couto de Sandim tem a jurisdição crime a Villa da Feyra, e a jurisdição ciuel he do Conu.^{to} de São Bento do Porto, e não há escriuão neste Couto, porq̄ nelle escreuem os da V.^a da Feyra. Há hũ Juis Ordinr.^o do Ciuel, e orfaons, q̄ tambem serue de Almotaçel e de Contador, e Inqueredor, q̄ se fás a mais vottos, e o confirma a Abbadeça do d^o Conu.^{to} a qual tem neste Couto Leterado a q̄ vão as appelloens do Ciuel, e no termo tem os Lug^{es} Seg.^{tes}

o lug. de Santa Marinha	o lug. da Bouça
o lug. de Sá	o lug. de Gende
o lug. de Villa Meam	o lug. de Gestasso de baixo // 372

Tem mais as Pouoas seg.^{tes}

Gois geua	Marcozo
Crasto	Lage
Grasamar	Costa
Villa Coua	Vegide
Murilhe	Gestasso de Sima
Sandim	Cabo
Candieyral	

No Couto de Cucujains pertence o Crime a Villa da Feyra, e o Ciuel ao mostr.^o de Cucujains da Ordem de São Bento; não há escriuões neste couto; porq̄ a elle vem escreuer os da dita Villa da Feyra tem hũ Juis Ordinr.^o do Ciuel, e Orfaons, q̄ tambem serue de Almotaçel e se fás a mais vottos, prezedindo o Dom Abbade, e elle o confirma, e he Ouuidor; a elle vão as appelloens, e tem no termo os lug^{es} seg.^{tes}

o lug. de Cazaldello	o lug. de Rebordaos
o lug. de Fermilhe	o lug. da Manta

A PROVEDORIA DE ESGUEIRA.

o lug. de Villa Noua	o lug. do Penedo
o lug. de Insoa	o lug. da Picoia
o lug. de Rio dossos	o lug. da Cossa de Sima. // 373
o lug. da Cossa de baixo	o lug. da Margança
o lug. de Faria de Sima	o lug. do Carregozo
o lug. de Faria de baixo	o lug. do Foyo
o lug. da Pica	

Tem mais as Pouoas seg.^{tes}

Cobrada	Marco
Feyrral	Arribada
Val grande	Tezo

A Villa de Pereyra junçã de q̄ he donatr.^o o Conde da Feyra, tem hum juis ordindr.^o do Ciuel, crime, e orfaons; dous vereadores, e hum p.^{dor} e meyrinho q̄ se fazem por elleyção, em q̄ prezide o ouuidor, da Feyra, e os confirma o Donatr.^o Tem mais hum Tabalião do Publico judicial, e nottas q̄ tambem serue dos orfaons Camr.^a, e almotasaria pello d.^o Donatr.^o, e por elle se chamão, e no termo tem os lug.^{es} seg.^{tes}

o lug. de Guilhouay	o lug. de Bustello
o lug. do Real	o lug. de Ca-seme
o lug. de Vilarinho	o lug. da Torre
o lug. de Corga.	o lug. de Carualheyras // 374

O Couto de Cortegassa consta de hum lug. q̄ chamão da estrada he do mesmo Conde da Feira, e há nelle hum juis ordindr.^o do Ciuel, e orfaons som.^{te}, porq̄ o Crime he da Villa de Pereyra junçã, e q.^{do} se fás a elleyção das just.^{as} della, vão os moradores do d.^o Couto a d.^a Villa votar em juis p.^a o mesmo Couto e se confirma pello donatr.^o O escriuão do judicial e orfaons he o da d.^a Villa de Pereyra junçã

A Villa de Ouar de q̄ he Donatr.^o o Conde da Fr.^a tem hum juis Ordindr.^o do Ciuel, Crime, Orfãos, e Cizas, dous vereadores, e hum p.^{dor} q̄ se fazem por elleyção, em q̄ prezide o Ouuidor da Villa da Feyra, e os confirma o donatr.^o, e por elle se chamão Tem mais hum Tabalião do Publico judicial, e notas Camr.^a e almotasaria pello d.^o Donatr.^o, e hum escriuão das Sizas por S Mag.^{de} p.^a alcaide dá o Conde tres pessoas a Rol, e dellas escolhem os off.^{es} da Camr.^a hũa q̄ seruem por tres annos.

o lug. do Sobral	o lug. da Granja
o lug. de Cabanões	o lug. de ASoens
o lug. de Sande	o lug. de Ruella
o lug. de Sandoado	o lug. da Ribr. ^a de Ouar. // 375
o lug. de Alagoa	

A Villa da Castanheyra de q̄ hé Donatr.^o o Conde da feyra tem hum juis Ordindr.^o do Ciuel, Crime, e orfaons, e sizas dous Vereadores, q̄ tambem seruem de AlmotaSeis, e hum Procurador, q̄ todos se fazem por elleyção, em q̄ prezide o ouuidor da Villa da feyra, e os confirma o donatr.^o Tem mais hum escriuão do Publico Judicial, e notas, orfaons e Camr.^a e almotaSaria, e Sizas, pello d.^o Donatr.^o O Alcaide ellegem os off.^{es} da Camr.^a por si som.^{te} Tem no termo os lug.^{es} seg.^{tes}

o lug. de Folgozelhe	o lug. de Guistolla
o lug. de Alcafás	o lug. de Guistolinha
o lug. de Masadas	o lug. de Sobreyra
o lug. de lomba.	

Tem mais as Pouoas seg.^{tes}

Folgorozza	Avelal de baixo
Boa aldeia	Felgr. ^a

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Val da figr.^a
Vrgueyra
Avelal de Sima
Lazaro
Cazelho
Burtufo
D^{os}

Couo
Talhada
Sobreyra // 376
Villa Mendo
Louza
Aljão

A Villa de Cambra de q̄ he Donatr.^o o Conde da Feira tem dous juizes ordindr.^{es} do Ciuel, Crime, e Sizas, tres Vereadores, e hum procurador, q̄ se fazem por eleição em q̄ prezide o Ouuidor da Villa da Feyra, e os confirma o Donatario; por elle se chamão: Tem mais dous Tabaliouens do p.^{co} judicial, e nottas hum escriuão da Camr.^a, hum juiz dos orfãos e hum escriuão delles, q̄ o he juntam^{te} da almotaSaria, e hum alcaide, todos pello d^o Donatr.^o e por elle se chamão. O escriuão das Sizas, he por S Mag.^{de} e no termo tem as freg^{as} e os lug^{es} seg.^{tes}

Freguezia de Aroens he do termo da Villa de Cambra, e tem os lug^{es} seg.^{tes}

o lug. de Campo darca
o lug. de Eruedozo
o lug. de Paraduça
o lug. de Cabrum.
A Pouoa de Sercal de Alem
A Pouoa da Lomba
A Pouoa do Couo
A Pouoa de Lareyras
A Pouoa de Carualhal chão
A Pouoa da Mouta Velha

o lug. de Parada
o lug. de Courizella
A Pouoa do Serual daq.^m
Cazal de Velide. // 377
A Pouoa da Salgr.^a
A Pouoa do Chão do Carualho
A pouoa daGualua
A pouoa de Souto Mau
A pouoa do Barreyro

Freguezia de Castelaons he do termo da Villa de Cambra, e tem os lug^{es} seg.^{tes}

o lug. de Castelaons
o lug. da Coelhoza
o lug. de Maçinhata
o lug. de Burgaens
o lug. de Cauião
o lug. de Cartim
o lug. de Cabril
o lug. de Areas
A pouoa da granja
A pouoa de guincheyra
A pouoa do Couo
A pouoa dos Carregos
A pouoa da Costa
A pouoa do Outr.^o

A pouoa de Paredes
A pouoa do Amial
A pouoa do Bouço
A pouoa de Gestozo
A pouoa de Moscozo
A pouoa de Folgoroza
A pouoa do Mostr.^o
A pouoa de Cazaes
A pouoa da Igr.^a
A pouoa da lomba
A pouoa do Eyrado
A pouoa do Basar
A pouoa do Areal
A pouoa de Val de Lobo. // 378

Freguezia de Braueira de Cambra he do Termo da Villa de Cambra, e tem os lug^{es} seg.^{tes}

o lug. de Padrastos
o lug. da quintam de Baixo
c lug. da quintam de Sima
o lug. de Madr.^a a Velha
o lug. de Passos
o lug. de Aljaris
o lug. de Louroza baixo
o lug. de Lourosa de sima
o lug. de Malhundes
o lug. de Paredes
o lug. de Porto nouo
o lug. do Outr.^o

o lug. da S.^{ta} Cruz
a Pouoa das Regadas
a pouoa da Carualha
a pouoa de gainda
a pouoa de Tagim
a pouoa de S. Berm.^{eu}
a pouoa de Vilarinho
a pouoa de Pintalhos
a pouoa de S.^{to} Aleyxo
a pouoa de Cabanelas

A PROVIDORIA DE ESGUEIRA

Freguezia de Villa cham he do termo da V.^a de Cambra e tem os-
 lug^{es} seg.^{tes}
 o lug. de Villa cham o lug. de Cordello de Sima
 o lug. de Refoyos o lug. da Pouoa
 o lug. de Moradal o lug. da Gandara
 o lug. de Cordello de baixo o lug. de TiaMonde

Freguezia do Codal he do termo da Villa de Cambra, e tem os lug^{es}.
 seg.^{tes} // 379
 o lug. de Armental A Pouoa de Codal

Freguezia de Villa Coua he do termo da Villa de Cambra e consta
 som.^{te} de hum lug. asi chamado.

Freguezia de Roge he do Termo da Villa de Cambra e tem os lug^{es}.
 seg.^{tes}
 o lug. de Sandiaens A pouoa da Videira
 o lug. de Fuste A pouoa da Amoreyra
 o lug. de Toncão A pouoa de Villa Noua
 o lug. de Passo do Matto A pouoa do Soutello
 o lug. de Casal darão A pouoa de Pedre
 A pouoa de São Mart.^o A pouoa do Trauilhadouro
 A pouoa do Passo A pouoa de Craualheda

Freguezia de Seppellos he do termo da Villa de Cambra e tem os-
 lug^{es} seg.^{tes}
 o lug. de Seppellos A pouoa do Tabaco
 o lug. de Gatão A pouoa de Olada
 o lug. do Vellar A pouoa do Vedal
 o lug. de Marlaens A pouoa do Aguincho. // 380
 A pouoa do Passo A pouoa do Casal
 A pouoa da Igr.^a A pouoa do Pinheiro

Freguezia da Junqueira, he do termo da Villa de Cambra, e tem os-
 lug^{es} seguintes
 o lug. de Villa Coua da Serra A pouoa da Requeixa
 o lug. da Junq.^{ra} de baixo A pouoa da Solçaã
 o lug. da Junq.^{ra} de Sima A pouoa dos Chãos de Aloens
 o lug. dos Agros A pouoa de Cabanas
 A pouoa da Fonte das Cazas A pouoa de folhençe
 A pouoa dos Curraes A pouoa do Carualhal
 A pouoa da Ponte do Amieyro A pouoa do Chão
 A pouoa de Caldella

Da Villa da Feyra he Donatr.^o o Conde della, na qual há dous Juizes
 Ordin.^{os} do Ciuel Crime, e Sizas tres Vereadores, e hum p.^{dor} q̄ se fazem
 por elleçção de Pauta em q̄ prezide o Ouuidor da mesma Villa, e se con-
 firmão pello d.^o Conde, q̄ tambem apresenta os off.^{es} seguintes hum Ouui-
 dor Leterado com correçção, assim nesta como nas mais villas do Con-
 dado, em q̄ não entra o Correg.^{or} da // 381 Com.^{ca} hum escriuão da Ouuidoria
 Meyrinho della, Juis dos orfãos, escriuão delles, portr.^o dos orfãos, escri-
 uão da Camr.^a, escriuão da almotaSaria Contador, e distribuidor, hum
 enqueredor, quatro Tabaliaens do p.^{co} judicial, e notas, juis dos dr.^{tos}.
 Reaes, e escriuão delles. Tem mais esta Villa hum escriuão das Sizas,
 e hum partidor, e avaliador dos orfaons, ambos por S Mag.^{de} e no termo
 tem 60 freg.^{as} cada hũa dellas com varios lug.^{es} cujos nomes não vieram
 nas listas e se poem som.^{te} os das d.^{as} freg.^{as} q̄ são os q̄ se seguem.

Freg. ^a de Campos	Freg. ^a de Nogueyra e Regedoura
Freg. ^a de São Fins	Freg. ^a de Anta
Freg. ^a de Escapains	Freg. ^a de Sylualde

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Freg. ^a da Feyra	Freg. ^a de Paramos
Freg. ^a de Fornos	Freg. ^a de Esmoriz
Freg. ^a de S. João de Ver	Freg. ^a de Cortegaça
Freg. ^a de louroza	Freg. ^a de Maçada
Freg. ^a de Mozolos	Freg. ^a de Arada
Freg. ^a de Lamas	Freg. ^a de Espargo
Freg. ^a do Passo de barandão	Freg. ^a de Trauanca
Freg. ^a de Rio Meão	Freg. ^a de S. Migel do Souto
Freg. ^a de Oleyros.	Freg. ^a do Mostr. ^o // 382
Freg. ^a de S. Vicente de Pr. ^a	Freg. ^a de Romaris
Freg. ^a de São Mart. ^o de Gandara	Freg. ^a de Pigueiros
Freg. ^a de Valega, e de Garey	Freg. ^a de São João da Madr. ^a
Freg. ^a de Madail	Freg. ^a da Arrifana de S. ^a M. ^a
Freg. ^a de Sãotiago de Ribadul	Freg. ^a de Manhouçe
Freg. ^a da Oliur. ^a dos Azemeis	Freg. ^a de São Jorge
Freg. ^a da Maçinhata da Seixa	Freg. ^a de Duas Igr. ^{as}
Freg. ^a de Osella	Freg. ^a de Frains
Freg. ^a de S. Roque	Freg. ^a de São guido
Freg. ^a de Pindello	Freg. ^a de S. Mart. ^o de Argonzilhe
Freg. ^a de Nog. ^{ra} do Crauo	Freg. ^a de Villa Mayor
Freg. ^a de Maur. ^a de Sarnes	Freg. ^a de lobão
Freg. ^a do Fezar	Freg. ^a de guizande
Freg. ^a de Milheiros de Poares	Freg. ^a de S. Vicente de loredo
Freg. ^a da Carregoza	Freg. ^a do Valle
Freg. ^a de fajoens	Freg. ^a de Gião
Freg. ^a de Mansores	Freg. ^a de Cabedo
Freg. ^a de escaris	Freg. ^a de Seuer //

A. N. T. T. — *Promptuario das terras de Portugal com declaração das comarcas a que toão por Vicente Ribeiro Meireles, p. 335, 382.*

IV

D. José, rei de Portugal, nomeia os bachareis José Pedro Henriques, João Teotónio de Aguiar Barreto, Manuel Pereira Cabral, João Caetano Soares Barreto, Manuel de Faria Souto, Manuel de Figueiredo Pinto da Veiga, Manuel Penedo Lobbo, João António Peixoto de Figueiredo, Francisco Roberto da Silva Ferrão e João Ribeiro Ferreira para provedores, respectivamente, de Castelo Branco, Miranda, Torre de Moncorvo, Algarve, Esgueira, Leiria, Beja, Viana, Torres Vedras e Guimarães; e o Bacharel Pedro Correia dos Santos para ouvidor de Avis.

1759 Outubro 13

Ajuda

Hey por bem fazer mercê aos Bachareis Joseph Pedro Henriques, João Theotónio de Aguiar Barreto, Manoel Pereira Cabral, João Caetano Soares Barreto, Manoel de Faria Souto, Manoel de Figueiredo Pinto da Veiga, Manoel Penedo Lobbo, João Antonio Peixoto de Figueiredo, Francisco Roberto da Silva Ferrão, João Ribeiro Ferreira, Pedro Correa dos Santos; Contando-se pela ordem da Letra: a saber; ao Primeiro do Lugar de Provedor de Castello branco; ao Segundo do de Miranda; ao Terceiro do da Torre de Moncorvo; ao Quarto do das Comarcas do Algarve; ao Quinto do de Esgueira; ao sexto do de Leiria; ao Settimo do de Beja; ao Oitavo do de Vianna; ao Nono do de Torres Vedras; ao Decimo do de Guimarães; e ao Undecimo do de Ouvidor da Comarca de Aviz; para servirem por tres annos, e o mais tempo que decorrer emquanto EU não mandar o contrario.

A PROVIDORIA DE ESGUEIRA

A Meza do Dezembargo do Paço, o tenha assim entendido, e lhes mande passar os despachos necessarios.

Pallacio de Nossa Senhora da Ajuda aos treze de Outubro de mil settecentos, sincoenta e nove.

[*Rubrica del-rei.*] J R

Reg.^{do} a fl. 8.

A. N. T. T. — *Desembargo do Paço, Decretos Originais, 1758-1759.*

V

D. José, rei de Portugal, nomeia os bachareis Bento António de Sampaio, Joaquim Manuel de Carvalho, José Bernardo da Gama e Ataíde, António Nicolau Gil, José Gil Tojo, Luis Thomás Esteves, António de Jesus e Silva e Bernardo José Pereira Telo Sottomaior, para corregedores de, respectivamente, Elvas, Castello Branco, Setúbal, Torres Vedras, Tavira, Guimarães, Aveiro e Leiria.

1751 Outubro 13.

Ajuda.

Hey por bem fazer mercê aos Bachareis Bento Antonio de São Payo, Joaquim Manoel de Carvalho, Joseph Bernardo da Gama e Attayde, Antonio Nicolau Gil, Joseph Gil Tojo, Luis Thomas Esteves, Antonio de JESU e Silva, Bernardo Joseph Pereira Tello Sottomayor: Contando-se pela ordem da Letra: a saber; ao primeiro assim nomeado do Lugar de Corregedor de Elvas; ao Segundo do de Castello Branco; ao Terceiro do de Setubal; ao Quarto do de Torres Vedras; ao Quinto do de Tavira; ao Sexto do de Guimarães; ao Settimo do de Aveiro; ao Oitavo do de Leiria; para servirem por tres annos, e pelo mais tempo que decorrer, emquanto EU não mandar o contrario.

A Meza do Dezembargo do Paço, o tenha assim entendido, e lhes mande passar os despachos necessarios.

Pallacio de Nossa Senhora da Ajuda a treze de Outubro de mil settecentos sincoenta, e nove.

[*Rubrica del-rei.*] J R

Reg.^{do} a fl. 7

A. N. T. T. — *Desembargo do Paço, Decretos Originais, 1758-1759.*

VI

D. José, rei de Portugal, define o distrito da Comarca de Aveiro após extinguir a Ouvidoria de Montemor-o-Velho e de erigir a Villa de Aveiro em cidade e cabeça de Comarca, determinando que nesse distrito tenha jurisdição o corregedor de Aveiro e que o Provedor de Esgueira passe a denominar se de Aveiro, ficando com o distrito que já tinha.

1760 Setembro 4.

Ajuda.

Porquanto fui servido extinguir a Ouvidoria da Villa de Monte Mor o Velho, e erigir a Villa de Aveiro em Cidade, e Cabeça de Comarca nomeando Corregedor para ella; e se lhe não tem até ao presente assig-

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

nado districto em que haja de exercitar a sua jurisdicção: Sou servido outrosim que fiquem da Comarca, e Correição da dita nova Cidade as Villas seguintes = Esgueira = Ilhavo = Arada = Souza = Vagos = Forços = Pinheiro = Angeja = Estarreja = Fermado = Bemposta = Trofa = Serem = Vouga = Agueyra = Prestimo = Asequins = Recardaens = Segadaens = Casal dalvaro = Brunhido = Avelans de cima = Sangalhos = Ferreiros = São Lourenço do Bairro = Couto de Esteve = Paredes = Oes do Bairro = Oliveira do Bairro = nas quaes exercitará o Corregedor ultimamente criado a jurisdicção concedida pelas Ordenaçoes do Reino da mesma forma, que o exercitam os mais corregedores das Comarcas, e ainda, que algumas destas Villas pertencessem até ao presente à Correição de Coimbra, lhe fica esta diminuição recompensada com as mais Vilas, que foram da Ouvidoria de Monte Mor o Velho, que todas lhe ficam pertencendo: E o Provedor que até agora se intitulava de Esgueira, ficará de hoje em diante sendo provedor da Cidade de Aveiro, sendo o districto da sua Provedoria, o mesmo, que até agora foi, por não haver mudança alguma nas vilas do seu districto, e somente na sua denominação.

A Menza do Desembargo do Paço o tenha assim entendido, e mande passar as ordens necessárias, tanto para a comarca da cidade de Aveiro, como para a de Coimbra, nas quaes irá inserto este meu Decreto.

Nossa Senhora da Ajuda em quatro de Setembro de mil settecentos e sessenta.

[Rubrica del-rei:] J. R.

Reg.^{do} a fl. 15 v.^o

A. N. T. T. — Desembargo do Paço, Decretos Originais, 1760-1762.





UNIVERSIDADE DE AVEIRO
SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO

O PRIMEIRO PROCESSO
PARA A BEATIFICAÇÃO
E CANONIZAÇÃO
DA PRINCESA SANTA JOANA
FILHA DO REI D. AFONSO V

(Continuado de pág. 38)

A madre Catarina dos Anjos, freira professa neste convento de Jesus, testemunha a quem o doutor Provisor deu juramento dos santos evangelhos, sob cargo do qual prometeu dizer verdade, e que será de idade de setenta anos pouco mais ou menos.

E perguntada esta testemunha pela autoridade e crédito em que está o livro de folhas de pergaminho que há nesta casa escrito pela mão da madre Margarida Pinheira, religiosa professa que foi deste convento, no qual relata a vida da senhora princesa Dona Joana conteúda na petição atrás, disse ela testemunha que há cinquenta anos lhe deram o hábito desta Religião, e sempre ouviu dizer que o dito livro era autêntico, e verdadeiro tudo o que nele se continha, porquanto a sobredita madre que o escreveu fora uma religiosa de muita virtude, e partes, companheira da Senhora Princesa, e como sabia tanto dela, podia saber todas aquelas miudezas que do livro constam, o qual ela testemunha vê guardar com muito cuidado na livraria desta casa, e que se tem dele grande estima; e sempre ela testemunha ouviu dizer às religiosas com que se criou, que o dito livro era verdadeiro, e que em nenhum tempo fizesse isto dúvida, e esta é a tradição que há neste convento, e ela testemunha crê e entende que o livro é autêntico como todos os que o são, e que tudo o que nele

se relata é pura verdade, e a mesma opinião e crédito têm do livro os Provinciais, Visitadores e Superiores desta Religião.

E perguntada esta testemunha pela opinião e fama de santidade que há da Senhora Princesa dona Joana, disse que neste convento lhe chamam geralmente a Princesa Santa, e sua sepultura e relíquias são veneradas como de mulher santa, e assim este convento no dia que ela faleceu que foi aos doze de Maio, vem em procissão até a sua sepultura, e a cobrem de rosas e flores, e círios acesos, e perfumes, e se encomendam a esta senhora, e guardam muitas delas a sepultura todo aquele dia, umas por devoção, outras por obrigação de votos que lhe fazem em seus trabalhos; e não somente neste dia de seu trânsito, mas pelo discurso do de todo ano se valem as religiosas deste convento de intercessão desta senhora, a quem têm por santa. A mesma opinião de santidade há entre a gente deste povo e de outros afastados, porquanto todos no dito dia de sua morte vêm a esta igreja e veneram suas relíquias e sua sepultura, e pedem terra dela, e a levam com grande devoção e fé, e applicam a vários enfermos, esperando por meio dela o remédio de suas necessidades, e não somente neste dia mas em outros do ano pedem terra da sepultura da Princesa e a correia com que ela em vida se cingia, e por ela obra Deus muitos milagres, como constará quando se inquirir e tratar deles, e sempre ela testemunha ouviu dizer que depois que a dita senhora morreu até o presente, continuara com fazer milagres, e acrescenta ella testemunha ser cousa sem dúvida que esta senhora princesa é tida e venerada por santa não só das pessoas deste convento, mas deste povo e de outros muitos, e ella testemunha pelo que viu e ouviu, entende e crê que a dita senhora está vendo a Deus, e logrando o prémio de seus merecimentos; e al não disse, e assinou com o Provisor. António de Moure o escrevi. Saraiva. Soror Caterina dos Anjos.

¶ A madre Helena de Cristo, religiosa professa deste convento de Jesus da vila de Aveiro, testemunha a quem o Provisor deu juramento dos santos evangelhos, sob cargo do qual ella prometeu dizer verdade, e que seria de idade de sessenta e quatro anos pouco mais ou menos (*).

(*) Nota — Por inadvertência não foi trasladado na folha 14 verso da pública-forma do processo, a parte do testemunho da madre Helena de Cristo relativa à autoridade e crédito do livro de folhas de pergaminho em causa. Esta falta foi suprida na *errata* do texto geral, a folha 143 e 143 verso, donde transcrevemos agora a dita parte para este lugar por julgarmos isto conveniente. F. NEVES.

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

E perguntada esta testemunha pela autoridade e crédito em que está o livro de folhas de pergaminho que há neste convento, no qual se relata a vida da Senhora Princesa dona Joana, contida na petição atrás, disse ela testemunha que desde o tempo que tomou o hábito desta Religião, que haverá quarenta e nove anos, sempre ouviu dizer que o dito livro era autêntico e mui verdadeiro, e vê ela testemunha que ele está em muita estima, e sempre guardado na livraria desta casa, e é tradição antiga, e cousa sem dúvida que tudo o que no dito livro se refere, é pura verdade, porquanto como dele consta, foi escrito por mão da madre Margarida Pinheira, freira professa que foi deste convento, religiosa de grande virtude, e partes, companheira da Senhora Princesa, a qual acompanhou saindo-se ela desta vila por haver nela peste, e com a mesma Senhora se tornou para este convento, e pelo trato familiar que tinha com a dita Senhora, sabia muito de sua vida, e assim é fama pública que lha escreveu bem, e verdadeiramente, e não pode haver dúvida ser o dito livro escrito por mão da dita Margarida Pinheira, porquanto neste convento há outros que ela escreveu em tudo semelhantes; e que a dita Margarida Pinheira fosse companheira e contemporânea da Senhora Princesa é cousa certa porque neste convento há freiras que trataram outras que a conheceram muito bem, e afirmavam fazer ela os ditos livros; assim que ela testemunha tem ao livro por autêntico, e na mesma opinião está para os Provinciais, e Superiores desta Religião, e assim se lhe deve dar inteira fé e crédito.

E perguntada esta testemunha pela fama que há da santidade da dita Senhora Princesa, disse que neste convento geralmente lhe chamam a Rainha Santa, aliás, a Princesa Santa, e nele não tem outro nome; e no seu dia que [é] aos doze de Maio, vêm em procissão até sua sepultura, a qual cercam de rosas e flores, e perfumes e círios acesos, e guardam todo aquele dia por devoção e votos que fazem á dita senhora, a quem se encomendam como a uma santa canonizada, e veneram suas relíquias naquele dia e nos mais do ano, usando da terra de sua sepultura, que pedem e levam com grande devoção. No mesmo dia do trânsito desta senhora vem todo este povo a esta igreja, e veneram a sepultura e relíquias dela, levando terra com fé e devoção de que lhe há-de ser boa em suas necessidades, e geralmente de todos é chamada a Princesa Santa, e muitos pedem a sua correia com que ela em vida se cingia, e aplicam a vários enfermos, e por ela obra Deus muitas maravilhas, como constará quando delas se inquirir, e é pública voz e fama que do tempo do falecimento desta senhora até o presente, sempre ela conti-

nuou com fazer milagres, e valer aos que a ela se acolhiam em seus trabalhos, esta é a fama que neste convento e neste povo e em outros afastados há da santidade da Senhora Princesa, e ela testemunha acrescenta que entende e crê que a dita senhora está hoje no céu, vendo e gozando da vista de Deus, e que é digna de ser cá na terra venerada dos homens como santa, e al não disse, e assinou com o Provisor. António de Moure o escrevi. Saraiva. Soror Helena de Cristo.

¶ A madre Madalena da [Res]Surreição, religiosa professa deste convento de Jesus, da vila de Aveiro, testemunha a quem o Provisor deu juramento dos santos evangelhos em que ela pôs sua mão, e prometeu dizer verdade, e que seria de idade de sessenta e quatro anos pouco mais ou menos.

E perguntada esta testemunha pela autoridade e crédito em que está o livro de mão escrito em pergaminho em que se contém a vida da Senhora Princesa dona Joana, disse que ela testemunha tem o hábito desta Religião há quarenta e cinco anos, e sempre em todo este tempo ouviu dizer às presentes e antigas com quem se criou, que o dito livro era autêntico, e que tudo o que nele se referia era puro e verdadeiro, porquanto fora escrito por mão da madre Margarida Pinheira, companheira da Senhora Princesa, e que sempre a acompanhcu em sua vida, e além disto ser tradição muito certa, e constar do mesmo livro; nesta casa há freiras que comunicaram com outras as quais conheceram a dita Margarida Pinheira, e a trataram e viram fazer este livro e outros que nesta casa há feitos por ela mesma, em tudo semelhantes; assim que não pode haver dúvida que a dita Margarida Pinheira escreveu o dito livro, e por tal é tido, e por mui verdadeiro, e tudo o que nele diz, e nesta opinião o têm os Superiores desta Religião; e as Priorizas deste convento o têm sempre guardado na livraria dele, sem dali se retirar senão com muita causa.

E perguntada esta testemunha pela opinião e fama de santidade que há da Senhora Princesa dona Joana contéuda na petição atrás, disse que neste convento é tida e venerada por santa, e entre as religiosas dele não tem outro nome senão o de Princesa Santa, e suas relíquias são veneradas como de uma santa, pelas religiosas e servidoras deste convento, o qual aos doze de Maio, dia em que ela faleceu, vem em procissão até sua sepultura, cantando salmos e hinos de louvor, e a rodeiam de flores, rosas e pivetes, e círios acesos, e a guardam todo aquele dia, e nos outros do ano acodem a ela e se encomendam a esta senhora e levam terra de sua

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

sepultura; e sabe ela testemunha que por meio desta relíquia e da correia desta senhora tem Deus obrado grandes milagres nesta casa e em outras pessoas desta vila; esta é a fama que há de sua santidade neste convento. A mesma opinião tem este povo e outros afastados, porquanto do dito dia em que esta senhora faleceu, acodem todos a venerar sua sepultura, e dela pedem terra, e a levam com grande fé e devoção, e em outros dias do ano é pedida de várias partes a cinta e correia desta senhora para socorrer Deus por meio desta relíquia a várias enfermidades, e é fama pública que por meio dela se acham muitos remédios, principalmente mulheres de partos dificultosos; esta é a opinião / que este povo tem desta senhora princesa, digo / que o povo tem desta Senhora Princesa a quem todos chamam Santa, e ela testemunha tem por certo que ela o é, e está no céu, e na terra deve ser venerada como santa, pois desde o tempo de seu falecimento até o presente, sempre continuou com milagres segundo pública voz e fama, e tradição antiga, que ela testemunha tem por certíssima, e al não disse, e assinou com o doutor Provisor. António de Moure o escrevi. Saraiva. Soror Madalena da Ressurreição.

¶ A madre Brites das Chagas, freira professa neste convento de Jesus da vila de Aveiro, testemunha a quem o Provisor deu juramento dos santos evangelhos, em que ela pôs sua mão, e prometeu dizer verdade, e que seria de idade de cinquenta e seis anos pouco mais ou menos.

E perguntada esta testemunha pela autoridade que tem o livro de folhas de pergaminho em que está por letra de mão escrita a vida da Senhora Princesa dona Joana, conteúda na petição atrás, disse que haverá cinquenta anos que ela testemunha entrou neste convento, para o qual veio de idade de seis anos, e sempre ouviu que o dito livro era autêntico, e o que nele se referia era tudo verdadeiro, porquanto é tradição indubitável que o livro de que se trata foi escrito pela madre Margarida Pinheira, religiosa que foi professa desta casa, mulher de grande virtude e partes, contemporânea da Senhora Princesa a qual nesta casa e fora dela acompanhou sempre, e que por a dita madre ter tanta notícia das raras virtudes da dita Senhora Princesa lhe escreveu sua vida; e ela testemunha tem por cousa evidente ser o dito livro feito pela dita Margarida Pinheira, assim porque a letra dele é em todo semelhante a outros seus que há neste convento, como também porque ainda há aqui freiras que conversaram e trataram com outras freiras que conheceram a dita madre Margarida Pinheira, e lhe viam escrever os tais livros, assim que

ela testemunha tem por autêntico o dito livro, e sabe por o ver que por ser este, é sempre guardado no escritório deste convento, com muito cuidado, e os mesmos Provinciais e Superiores desta Religião têm a mesma opinião do livro por certíssimo tudo o que nele se escreve.

E perguntada mais esta testemunha pela opinião e fama de santidade que há da Senhora Princesa dona Joana, disse que desde o tempo que entrou nesta casa sempre lhe ouviu chamar a Princesa Santa, nem tem outro nome entre as religiosas as quais no dia do seu trânsito que é aos doze de Maio, vêm em procissão cantando salmos até a sua sepultura, e a rodeiam de flores, e rosas, e pivetes, e círios acesos, e a guardam todo aquele dia, ou por devoção ou por votos que lhe têm feito, e levam terra de sua sepultura, e usam desta relíquia em suas necessidades, applicando com grande devoção e fé, e não sòmente neste dia, mas pelo discurso do ano veneram a sepultura desta senhora não só as religiosas mas ainda as servidoras, e acham por meio de sua intercessão alívio em seus trabalhos e aflições. A mesma opinião têm da Senhora Princesa, aliás, da santidade da Senhora Princesa as pessoas desta vila e as de outros muitos lugares afastados, chamando-lhe todos a Santa Princesa, e venerando sua sepultura no dia de sua morte e em muitos outros do ano, usando de suas relíquias como de uma Santa, e a terra da sepultura desta senhora é levada para várias partes com grande devoção, e a sua cinta e correia applicada a vários enfermos, e por meio dela obra Deus muitas maravilhas, e é pública voz e fama que desde o tempo que a Senhora Princesa faleceu até o presente, sempre continuou com fazer milagres, e acrescentou ela testemunha que todo o tempo que tem estado nesta casa sempre viu pedir-se a terra da sepultura desta Senhora Princesa, e a sua correia sem nunca se remeter o fervor de devoção e opinião que todos geralmente têm de sua santidade, antes entende ela testemunha que cresce cada dia mais, e que é a dita senhora merecedora de ser venerada por santa, e que está no céu vendo a Deus e gozando dele como se deixa ver bem dos milagres que são feitos por sua intercessão e constará quando deles se tratar e inquirir, e al não disse, e assinou com o Provisor. António de Moure o escrevi. Saraiva. Soror Brites das Chagas.

Aos dez dias do mês de Outubro do ano de mil seiscentos vinte seis anos, nesta vila de Aveiro, e casas da senhora Dona Brites de Lara e Meneses, onde foi o doutor, digo, onde foi o dito Provisor Bernardo da Fonseca Saraiva, comigo escrivão, estando aí a dita senhora, ele a tirou por testemu-

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

nha, e assim outras testemunhas da mesma casa cujos ditos são os que se seguem. António de Moure o escreveu.

¶ A muito excelente senhora Dona Brites de Lara e Menezes, dona viúva do senhor Dom Pedro de Médicis, testemunha a quem o dito Provisor deu juramento dos santos evangelhos que ela tomou, e sob cargo dele prometeu dizer verdade, e que seria de idade de sessenta e dois anos pouco mais ou menos.

E perguntada pela petição dos supplicantes, disse que ela esteve recolhida dezoito anos dentro do mosteiro de Jesus desta dita vila, aonde está um livro que ela viu, no qual estão escritas muitas cousas de grande importância pertencentes ao dito mosteiro, e nele está também escrita a vida da Princesa dona Joana, e este livro está guardado e depositado na livraria do convento, e por o que ela testemunha viu e ouviu, e por o grande respeito que se tem ao dito livro, sabe que é tido por autêntico e verdadeiro, e é todo escrito em pergaminho, e é tradição e fama constante que nele escreveu a vida da dita Princesa uma religiosa antiga e sua companheira a quem chamavam Margarida Pinheira, e ela testemunha sabe que no dito convento há outros livros escritos de mão da mesma letra, e é fama e tradição que também os escreveu a dita religiosa Margarida Pinheira, e são todos mui semelhantes na letra com a que escreveu a vida da Senhora Princesa, e estando ela testemunha no dito mosteiro, houve e alcançou à sua mão, e hoje tem em grande estima um saltério escrito de mão em pergaminho por que rezava a dita princesa segundo lhe diziam as religiosas daquela casa, e é entre elas fama constante e cousa sem dúvida que a mesma Margarida Pinheira escreveu por sua mão o dito saltério, o qual ela testemunha entregou ao dito Provisor para fazer comparação da letra da que com que está escrita a vida da dita princesa, e entende ela testemunha e tem por cousa sem dúvida que uma e outra letra é a mesma, e a mesma mão, e viu ela testemunha que os Provinciais e Superiores da mesma Ordem davam a mesma autoridade e crédito ao dito livro, e em tudo o tinham por autêntico e verdadeiro.

E perguntada esta testemunha pela opinião e fama de santidade da dita Princesa dona Joana, disse que depois que ela testemunha se entendeu, sempre ouviu dizer que a Princesa dona Joana, que estava sepultada no convento de Jesus de Aveiro, era santa e fazia milagres, e nesta opinião e fé é tida e estimada a dita Princesa, assim dentro do dito mosteiro como fora dele, e em todo este reino anda e corre esta opinião, e sabe ela testemunha que assim no dito mosteiro como

fora dele, chamam todos à dita princesa Santa, e por este nome lhe chamam todos, e acrescentou ela testemunha que em todos os dezoito anos que esteve no dito mosteiro, sempre se encomendou à dita Princesa, e em todo o dito tempo viu ela testemunha que os Provinciais e Visitadores da Ordem faziam a mesma estimação da mesma Princesa e a têm por santa e veneram como tal; e nesta opinião a tinha o coleitor Accorombono que, passando por este lugar, visitou a sepultura desta senhora e venerou suas relíquias, e sempre ela testemunha viu em todo o tempo que esteve recolhida naquele convento que as religiosas dele vinham em procissão até o coro de baixo onde está a sepultura da dita Princesa, e a rodeiam de rosas e flores e pivetes, e círios acesos, e a acompanham o dia em que ela faleceu que foi aos doze de Maio, e a veneram como santa, e o mesmo faz o povo desta vila que no tal dia acode à dita igreja de Jesus, e veneram a sepultura da dita Princesa, e pedem terra e a levam com grande devoção, e todos a chamam Princesa Santa, e afora este dia, pelo discurso do ano, assim as religiosas daquela casa como as pessoas do povo, pedem as relíquias da dita Princesa e as aplicam a vários enfermos, e obra Deus por meio delas grandes maravilhas, como constará quando se tratar dos milagres que esta senhora tem feitos e é pública voz e fama constante que do tempo que a dita Princesa faleceu até o presente sempre continuou com fazer milagres, e al não disse, e assinou com o dito Provisor. António de Moure o escrevi. Saraiva. Dona Brites.

C O licenciado André Afonso Migalhas, natural e morador nesta vila de Aveiro, a quem o dito Provisor deu juramento dos santos evangelhos, sob cargo do qual prometeu dizer verdade, e que seria de idade de sessenta e sete anos pouco mais ou menos.

E perguntada esta testemunha pelo conteúdo na petição dos suplicantes, disse que ele se criou e viveu até o presente nesta vila, e sempre ouviu dizer que a Princesa dona Joana era santa, e que fazia milagres desde o tempo que faleceu até o presente, e a nomeiam por Princesa Santa, e esta é a fama constante e pública nesta vila e fora dela, e ele testemunha a tem em conta de santa, e é cousa notória que deste povo e de outros afastados é pedida a terra de sua sepultura, que aplicada a suas necessidades, aliás, a suas enfermidades, dizem que se acham bem, e al não disse, e assinou com o dito Provisor. António de Moure o escrevi. Saraiva. André Afonso Migalhas.

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

¶ O licenciado João Pimentel, natural e morador nesta vila de Aveiro, a quem o dito Provisor deu juramento dos santos evangelhos em que ele pôs sua mão direita, e prometeu dizer verdade, e que seria de idade de sessenta e oito anos pouco mais ou menos.

E perguntado este testemunha pelo conteúdo na petição dos suplicantes, disse que sendo ele vereador desta vila, por ocasião que então se ofereceu o que há muitos anos, teve em sua casa o livro de mão em que está escrita a vida da Princesa dona Joana, e o viu e leu, e tem para si que é verdadeiro pelo muito caso que dele fazem as religiosas, e cuidado com que o guardam, e nunca ele testemunha ouviu que nisto houvesse alguma dúvida.

Disse mais este testemunha que ele nasceu e se criou nesta vila de Aveiro, e desde que se entende sempre ouviu nomear a Princesa dona Joana por Infanta Santa, e sabe que esta opinião é geral nesta vila e fora dela, onde desta senhora se tem notícia. E sabe outrossim por ser público e notório que esta Princesa depois que faleceu até o presente, sempre continuou com fazer milagres, e que para esse efeito se vem buscar as suas reliquias e terra de sua sepultura, assim nesta vila como de fora dela, para enfermidades, e as levam com grande devoção e fé; e al não disse e assinou com o dito Provisor. António de Moure o escrevi. Saraiva. O licenciado João Pimentel de Ataíde.

Aos onze dias do mês de Outubro de mil e seis centos e vinte e seis anos, fui eu escrivão com o dito Provisor a casa do senhor Henrique de Sousa, do Conselho de Estado de Sua Majestade, morador nesta vila, e aí perguntámos as testemunhas seguintes. António de Moure o escrevi.

¶ O senhor Henrique de Sousa, do Conselho de Estado de Sua Majestade, cavaleiro professo da Ordem de Sant'Iago, o qual pondo a mão sobre a cruz do seu hábito, prometeu falar verdade; e disse que era de idade de mais de sessenta anos.

E perguntado pelo conteúdo na petição dos suplicantes acerca do livro em que está escrita a vida da Princesa dona Joana, disse que haverá quarenta anos pouco mais ou menos, leu no dito livro a vida da dita princesa, que para isao houve por meio de Dona Inês de Noronha, e de Dona Marta sua irmã, religiosas professoas do convento de Jesus desta vila, tias direitas dele testemunha, e lhe pareceu em tudo verdadeiro e digno de se lhe dar inteira fé e crédito, assim pelo

muito caso que dele fazem as freiras do dito convento e o terem em grande estima, como por lhe vir às mãos por meio das sobreditas suas tias, e que nunca ele testemunha ouviu que houvesse dúvida acerca da fé e crédito do dito livro. Disse mais esta testemunha que depois que se acorda, até o presente, sempre ouviu dizer que a dita Princesa dona Joana era santa e por tal é tida e reputada, assim nesta vila como fora dela, e em todo este reino onde há notícia de sua vida e virtudes, e esta é a fama pública e mui constante, e que com suas reliquias faz Deus Nosso Senhor milagres, e ordinariamente lhe chamam a Princesa Santa, e ele testemunha a teve sempre e tem por santa, e mais não disse e assinou com o dito Provisor. António de Moure o escrevi. Saraiva. Henrique de Sousa.

¶ O senhor Diogo Lopes de Sousa, conde de Miranda, governador da Casa e Relação do Porto, cavaleiro professo da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, o qual prometeu [dizer] verdade pelo juramento do hábito que traz no peito em que pôs a mão, e disse ser de idade de quarenta e dois anos pouco mais ou menos.

E perguntado pelo conteúdo na petição dos suplicantes acerca da santidade da Princesa dona Joana, disse que desde que se entende, sempre ele testemunha ouviu dizer publicamente onde quer que ouviu falar na Princesa dona Joana que ela era santa, e como tal gozava de Deus e lhe chamam a Santa Princesa, e sabe ele testemunha que nesta vila e em todo este reino está tida e havida em conta de santa, e que isto é cousa mui notória, e al não disse e assinou com o dito Provisor. António de Moure o escrevi. Saraiva. O conde de Miranda.

¶ A senhora Dona Isabel de Mendonça, condessa de Penaguião, a quem o dito Provisor deu juramento dos santos evangelhos em que ela pôs a mão, e prometeu dizer verdade, e disse ser de idade de cinquenta e três anos pouco mais ou menos.

E perguntada pelo conteúdo na petição dos suplicantes, disse que desde o tempo que suas filhas começaram a saber ler, liam por um livro impresso que tratava da Princesa dona Joana, de sua vida e virtudes, e liam muitas vezes perante, aliás, ante ela testemunha, e pelas excelentes virtudes que no dito livro se recontam da dita Princesa dona Joana, a teve desde então, e tem por santa, e por tal a ouviu nomear onde quer que dela se fala, e sabe que é fama pública e opinião

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

constante de esta Senhora Princesa ser santa, e nunca ouviu outra cousa em contrário, e al não disse, e assinou com o dito Provisor. António de Moure o escrevi. Saraiva. A condessa de Penaguião Dona Isabel de Mendonça.

Aos doze dias do mês de Outubro deste presente ano de mil e seis centos e vinte e seis anos, continuando o dito Provisor comigo escrivão o sumário acerca da opinião e fama de santidade da princesa Dona Joana, perguntou as testemunhas cujos ditos são os que ao diante se seguem. António de Moure o escrevi.

C O licenciado Manuel Dias, sacerdote e arcipreste nesta vila de Aveiro, e seu distrito, testemunha a quem o dito Provisor deu juramento dos santos evangelhos em que ele pôs sua mão, e prometeu dizer verdade, e que seria de idade de sessenta e um anos pouco mais ou menos.

E perguntado ele testemunha pelo conteúdo na petição do suplicante, acerca da autoridade e crédito do livro de mão que está no convento de Jesus desta vila, em que está escrita a vida da Princesa dona Joana, contéda na dita petição disse que ele teve em sua casa e leu pelo dito livro a vida da Senhora Princesa, e pelo estilo dele e pela pessoa que o escreveu e pelo resguardo com que é guardado no dito convento, tem ao dito livro por autêntico e verdadeiro, e que como tal se guarda e estima, e nunca ele testemunha ouviu que houvesse dúvida na fé e crédito do dito livro.

E perguntado pela opinião e fama de santidade que há da dita Senhora Princesa dona Joana, e de sua vida e costumes, disse que ele testemunha é natural e morador nesta vila, e nela se criou, desde sua meninice e depois que se entende sempre ouviu dizer publicamente como cousa muito notória e sabida que a Princesa dona Joana de que a petição trata, esteve recolhida neste mosteiro muitos anos, sem nunca querer casar, fazendo vida penitente como qualquer religiosa deste mosteiro, e ainda muito mais áspera, e que com suas heróicas virtudes dera exemplo e fôra um espelho de santidade para as mais religiosas até que faleceu neste mosteiro onde está sepultada, e sabe-se que seus ossos e relíquias são venerados como de qual[quer] santa canonizada, assim pelas religiosas e mais pessoas deste mosteiro, como de todo este povo; e sabe ele testemunha que é fama pública e opinião muito constante que esta Princesa foi santa e por tal a nomeam todos, e nunca ele testemunha ouviu cousa em contrário, e mais não disse e assinou com o dito Provisor. António de Moure o escrevi. Saraiva. Manuel Dias.

☞ Mateus Couceiro, morador e natural desta vila de Aveiro, testemunha a quem o dito Provisor deu juramento dos santos evangelhos em que ele pôs sua mão, e prometeu dizer verdade, e que seria de idade de oitenta e três anos pouco mais ou menos, digo, de oitenta e três anos.

E perguntado ele testemunha pela santidade da Princesa dona Joana contida na petição dos supplicantes, e pela opinião e fama que dela havia, disse que depois que se lembra até o presente, sempre ouviu dizer que a Princesa dona Joana contida na dita petição era santa, e que era de vida inculpável e inocente, e vivera neste mosteiro muitos anos com grande exemplo de virtudes, fazendo vida penitente e religiosa como qualquer das freiras professas, e ainda com mais vantagem, e por servir a Deus com pureza virginal, desprezara reis e príncipes que com ela queriam casar, e fazendo esta santa vida faleceu neste mosteiro aonde jaz enterrada, e que de sua morte até o presente sempre continuou com fazer milagres por meio de suas relíquias e terra de sua sepultura; e seu corpo e seus ossos são venerados das religiosas deste convento e das pessoas deste povo com grande affecto e fervor de devoção, e sabe ele testemunha que é fama pública e opinião geral que esta Princesa é santa, e que está gozando de Deus, e ele testemunha assim o entende, e tem para si; e nunca ele testemunha ouviu o contrário disto; e mais não disse, e assinou com o dito Provisor. António de Moure o escrevi. Saraiva. Mateus Couceiro.

Aos treze dias do mês de Outubro deste presente ano de seis centos e vinte e seis, nesta vila de Aveiro, nas casas em que estava pousado o doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, Provisor deste bispado de Coimbra, aí pareceu o licenciado Manuel de Almeida, procurador dos officiais da Câmara desta dita vila e da madre Prioriza do convento de Jesus dela, e disse a ele dito Provisor que agora lhe viera a notícia que em um livro impresso que é o calendário dos mártires e freiras santas da Ordem de São Domingos, vem inserta nele / a vida / digo a memória da Princesa dona Joana filha del rei Dom Afonso o quinto, e se faz lembrança dela como dos mais santos e santas que estão no dito calendário, e que requeria a ele Provisor que mandasse tomar seu requerimento, e tirar do dito livro as fés e certidões em forma autêntica, tocantes a esta senhora, e também a legalidade e fé do livro em que está escrita por letra de mão a vida da dita princesa e se guarda no dito convento de Jesus, e logo ofereceu o dito calendário, e o dito provisor lhe mandou

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

tomar seu requerimento, e mandou a mim escrivão que juntamente com um notário tirasse dele as certidões e fés que estivessem no dito livro, ao que eu disse que satisfaria, de que fiz este termo que assinou o dito licenciado Manuel de Almeida. António de Moure o escrevi. Manuel de Almeida.

Aos quatorze dias do mês de Outubro do ano de mil e seis centos e vinte e seis anos, nesta vila de Aveiro nas moradas em que pousava o doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, Provisor deste Bispado de Coimbra, estando ele aí, mandou vir perante si o livro de que se faz menção no requerimento acima, o qual no rosto tem um título que diz assim:

Martirilogium iusta ritum sacri ordinis praedicatorum; e ao diante está um tratado que tem este título junto ao fim do livro: *Indiculus beatorum aliquot martirum, et confessorum sacri ordinis praedicatorum;*

e dentro, no mesmo traslado está um título que diz assim: *Sorores beatæ ordinis Sancti Patris nostri Dominici;* às folhas 99, na primeira coluna, e na volta página 100, coluna 1, está um parágrafo que diz assim:

Soror Joanna fillia Alphonsi quinti Lusitaniae Regis, virgo santissima, in conventu monialium Jesu, oppidi de Aveiro, ad mila, aliás, admirabili vitæ, puritatae, et amore sponsi resplenduit. Eius acta magno volumine manu scripto sincerissima fide consignata servantur.

E não diz mais o dito parágrafo, e vai o autor continuando com a memória de outras santas mulheres a qual verba eu escrivão trasladei bem e fielmente do dito livro em presença do dito Provisor, e o concertei com o notário abaixo comigo assinado, e também assinou o dito Provisor. António de Moure o escrevi. Saraiva. Concertado comigo notário apostólico Luís de Castro. António de Moure.

Segue-se em breve o Memorial da muito excelente Princesa e mui virtuosa Senhora a Senhora Infanta Dona Joana nossa senhora, filha do mui católico e cristianíssimo Rei Dom Afonso quinto e da Senhora Rainha Dona Isabel sua mulher

Porque seria mui grande erro, e culpa digna de muita pena dar a esquecimento, e não ter em memória os benefícios e graças a nós feitas em geral, e em especial por o mui alto e poderoso senhor Deus Nosso, para que de contínuo lhe demos louvores e façamos dignos serviços, justa e razoada cousa é pôr em escrito e lembrança o especial dom e graça que Nosso Senhor Jesus fez a este mosteiro e casa sua em trazer a ela a mui esclarecida e excelente Senhora e Princesa deste Reino de Portugal a Senhora Infanta Dona Joana nossa Senhora dotando-a e afermosentando-a de tanta nobreza de todas as virtudes, graça singular, e dons do Espírito Santo desde sua meninice, que bem como a estrela da manhã clara e resplandecente na vida e morte alumiu e honrou este Reino de Portugal, e todos os que sua santa vida e conversação viram, e seu virtuoso exemplo quiseram seguir, e muito mais esta Casa e Ordem de nosso Padre São Domingos na qual entrou e perseverou até o seu muito santo fim; e toda sua mui perfeita vida.

De tudo aqui porei algumas poucas cousas, e breves: assim por ser mui impossível a mim haver de poder contar, e explicar tanta excelência de vida, e amor divinal, fervente caridade, e mui profunda humildade, que creio, imitaria aquela Senhora Rainha dos Céus, e sacrário do Espírito Santo, madre do Filho de Deus, e outros santos e santas, e mais no que poderia haver do muito que teve esta verdadeira serva sua, da qual algumas poucas cousas de sua virtuosa vida, e fim ajuntarei em soma, e porei neste nosso Memorial, porque se não perca de todo a recordação e memória desta graça, e benefício com os outros que o Senhor Jesus fez a esta sua Casa, em trazer a ela uma tão excelente lumieira e pedra preciosa para alumiar e exaltar com exemplo de sua santa vida e doutrina, pedindo a quem isto vir e ouvir ler, creia

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

ser verdade, e que ainda se não disse, nem escreveu quanta e quanto santa vida foi a desta sobredita senhora.

Deste pouco e mal razoado tome matéria e causa dar graças, e louvores ao Eterno Deus, e mui poderoso, ao qual são todas as cousas possíveis e em nosso tempo pode outorgar e dar o amor e graça sua aos que lhe aprouver; assim como nos outros costumava fazer e dar; porque ele é o que vive, e reina verdadeiro e poderoso Senhor Deus in saecula saeculorum. Amen. (*)

.

O qual traslado assim e da maneira que aqui se declara, eu Manuel da Rocha Pais público notário apostólico dos aprovados pelo Ordinário desta cidade de Coimbra, e nela morador, fiz trasladar de um livro encadernado em pastá, escrito em pergaminho de letra gótica antiga, o qual se intitulava o Nascimento e Fundamento do Mosteiro de Jesus de Aveiro, com o qual livro, e notário aqui comigo assinado este traslado bem e fielmente concertei aqui comigo assinado este traslado digo concertei aqui em todo me reporto. O que tudo se fez ao concerto por verdade.

Em fé de que corroborei este de meu público sinal rogatus et requisitus. Em Coimbra a vinte e quatro de Julho de mil e seis centos e vinte e sete anos.

Concertado por mim notário apostólico Manuel da Rocha Pais. E por mim notário apostólico Francisco Fernandes de Almeida. Sinal.

(*) Nota — Omitimos o resto do traslado do extenso *Memorial da Princesa e Infanta Dona Joana* por ter sido publicado em 1939 integralmente pelo Sr. Dr. ANTONIO GOMES DA ROCHA MADAHIL o livro de que nos estamos ocupando, e que compreende além da *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro*, o *Memorial da Princesa e Infanta Dona Joana*, que descreve a vida e morte desta Princesa, tudo publicado sob o título de *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, e Memorial da Infanta Santa Joana, filha del rei Dom Afonso V.*

Transcrevemos aqui apenas as referências feitas na pública-forma do processo de 1626, no final do traslado do *Memorial*. F. NEVES.

Segue-se o sumário do primeiro milagre escrito com os mais até o fim destes au[tos] da letra deste teor

1.º MILAGRE

Sumário que fez o doutor Bernardo da Fonseca, Provisor deste Bispado de Coimbra, acerca de um milagre que dizem fez a Princesa dona Joana, e de ordinário vai fazendo com a terra de sua sepultura.

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e seis centos e vinte seis anos nesta vila de Aveiro, estando nela o doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, Provisor neste Bispado de Coimbra, na Igreja do Mosteiro de Jesus desta dita vila, aos dez dias do mês de Outubro ai pareceu o licenciado Manuel de Almeida procurador da Câmara desta dita vila, e da madre Prioriza do dito mosteiro, e apresentou ao dito Provisor a petição que ao diante vai acerca dos milagres que a Princesa dona Joana faz com a terra de sua sepultura, e requereu ao dito Provisor que lhe perguntasse as testemunhas nomeadas na dita petição sobre o que nela se relata, e o dito Provisor mandou a mim escrivão que autuassee a dita petição, e que com ele fizesse sumário na forma do direito; e a petição é a que logo se segue, depois desta meia folha. António de Moure o escrevi.

Petição

Diz o licenciado Manuel de Almeida procurador dos officiais da Câmara desta vila de Aveiro, e da madre Prioriza do convento de Jesus da dita vila, que haverá quarenta e nove anos que se abriu e concertou a sepultura da Santa Princesa dona Joana, e se tirou dela uma pouca de terra que lançaram em um vaso de barro, que levará meio alqueire, e o puseram no coro de baixo onde está a sua sepultura, e tirando-se dele muitas vezes terra para darem aos devotos que a pedem, principalmente no dia que Deus levou para si esta Senhora a doze de Maio, no qual se tira muita porque concorrem muitos devotos a pedi-la, a dita terra nunca se diminui, e está sempre no mesmo estado, sendo assim que se não supre com outra alguma.

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

Pede e requer a Vossa Mercê lhe pergunte as testemunhas que apresentar, e as mais de que tiver notícia, e que estas referirem, e feito sumário, o mande fazer concluso ao Senhor Bispo deste Bispado, para julgar, e pronunciar por verdadeiro milagre o declarado nesta petição e receber mercê. Nomeio para testemunhas deste milagre a Senhora dona Brites de Lara e Meneses, as Religiosas do convento de Jesus.

Manuel de Almeida

E logo no dito dia, mês e ano atrás escrito, foi o dito Provisor a casa da Senhora dona Brites de Lara, para a perguntar acerca das cousas contidas na petição dos supplicantes, e seu dito é o que se segue. António de Moure o escrevi:

A muito excelente Senhora dona Brites de Lara, viúva do senhor dom Pedro de Médicis, testemunha a quem o dito Provisor deu juramento dos Santos Evangelhos sob cargo do qual ela prometeu dizer verdade, e que seria de idade de sessenta e dois anos pouco mais ou menos.

E perguntada ela testemunha acerca do primeiro milagre contido na petição dos supplicantes, disse que elle esteve recolhida dezoito anos no convento de Jesus de Aveiro, e em todo este tempo viu estar guardada uma pouca de terra da sepultura da Senhora Princesa em um vaso de barro, e que desta terra se dava muita quantidade às pessoas do povo, em cada um ano, por dia do falecimento da dita Senhora, e pelos mais do ano, sem nunca diminuir-se, e faltar a dita terra, antes estava sempre no mesmo estado, e entende ella testemunha, e tem por coisa sem dúbida, que a dita terra se não acrescenta, nem é suprida por freira, nem servidora alguma daquela casa; e acrescentou ella testemunha que tem a este milagre por evidente, porquanto via a grande quantidade de terra que todos os anos se tirava daquelle vaso, sem se diminuir coisa alguma, e al não disse, e acrescentou mais que hoje [é] fama constante que ainda não tem faltado a dita terra até o presente, dando-se a todos os que pedem como sempre se deu, e al não disse e assinou com o dito Provisor. António de Moure o escrevi.

Dona Brites. Saraiva.

E logo no dito dia, mês e ano atrás escrito fui eu escrever com o dito Provisor à igreja do mosteiro de Jesus desta

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

dita vila, e dentro dela, à grade da profissão perguntamos as testemunhas seguintes. António de Moure o escrevi. (*)

.

O nosso Arcipreste de Aveiro pergunte todas as Religiosas deste mosteiro de Jesus que foram tiradas por testemunhas neste sumário atrás, com juramento dos Santos Evangelhos, assim mais as servidoras todas do dito convento, se sabem, ou ouviram que alguma hora se lançasse terra de novo no vaso de que no dito sumário se faz menção afora a que a princípio se lançou ou se há disso alguma presunção, e dada uma assinará seu testemunho na forma do sumário o que continuará ao pé deste nosso despacho, e tudo fará com o escrivão dante ele. Coimbra, oito de Dezembro de seis centos e vinte e seis.

Dom João Manuel Bispo Conde

Em cumprimento do despacho acima do Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor dom João Manuel Bispo Conde, e em os dezoito dias do mês de Janeiro de mil e seis centos e vinte e sete anos, nesta vila de Aveiro, e grade do mosteiro de Jesus dela aonde o licenciado Manuel Dias, Arcipreste, estava por mandado do dito Senhor, aí depois de fazer si saber à madre Prioriza para o que vinha, mandou vir perante si as Religiosas que tinham testemunhado no sumário acima com as servidoras todas de casa cujos ditos são os seguintes; eu Luís de Castro notário apostólico pelo meu ofício que tenho de notário / apostólico aliás / de notário prometi fazer esta diligência com toda a verdade, e como assim o prometi assinei aqui com o licenciado Manuel Dias.

Luís de Castro. Manuel Dias.

(*) Nota — Não publicamos os depoimentos das restantes testemunhas do milagre da terra do vaso por serem idênticos ao de Dona Brites de Lara.

Limitar-nos-emos a dar os nomes e idades destas testemunhas.

Eram as madres: Catarina de São Miguel, de 73 anos de idade, pouco mais ou menos; Isabel Baptista, com cerca de 75 anos de idade; Cristina de São Pedro, com cerca de 74 anos de idade; Vicência do Rosário, com 72 anos de idade pouco mais ou menos; Maria da Assunção, com cerca de 56 anos de idade; Catarina de Santo Tomás com cerca de 73 anos de idade; e a servente do convento Maria dos Anjos, de 74 anos pouco mais ou menos.

F. NEVES.

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

Em cumprimento do despacho acima do Ilustríssimo Senhor Bispo Conde, no dito dia, mês e ano se fez a diligência abaixo, e eu Luís de Castro público notário apostólico o escrevi.

A madre Catarina de São Miguel testemunha acima neste sumário perguntada, pelo juramento dos Santos Evangelhos que lhe foi dado pelo conteúdo no despacho acima do Ilustríssimo Senhor Bispo, se sabe que no vaso aonde está a terra da Senhora Princesa, alguma hora se lançou mais terra, que aqui ao princípio se lançou, por ela testemunha foi dito que nunca fora lançada mais terra no dito vaso que a que a princípio se lançou e isto jurava todo o convento como ela testemunha, nem tal fama há, nem notícia nem presunção, antes está como a princípio o vaso cheio, tirando-se dele quase todos os dias terra para os enfermos, e al não disse deste e assinou aqui com ele Arcipreste, e eu sobre dito o escrevi.

Soror Catarina de São Miguel. Manuel Dias. ()*

E perguntadas assim as testemunhas contidas no sumário acima, não se perguntou a madre Vicência do Rosário por estar mui doente, e sangrada, como disse a madre Prioriza de que ele Arcipreste mandou fazer este termo; e eu Luís de Castro notário apostólico o escrevi.

E perguntadas assim as ditas testemunhas, logo ele Arcipreste mandou ouvir perante si as serventes da Casa e mosteiro de Jesus, e pelo juramento dos Santos Evangelhos que o dito Arcipreste lhe deu, lhe encarregou por ele dissessem verdade do que lhe fosse perguntado conforme ao despacho do Ilustríssimo Senhor Bispo, e eu Luís de Castro notário apostólico o escrevi. (**)

(*) *Nota* — Fizeram depoimentos idênticos ao anterior as madres: Isabel Baptista, Cristina de São Pedro, Catarina de Santo Tomás, Maria da Assunção. F. NEVES.

(**) *Nota* — Depuseram dez serventes do mosteiro que confirmaram o milagre da terra da sepultura da Princesa colocada no vaso.

Estas serventes eram:

Maria Rangel, Maria dos Anjos, Maria Lopes, Jerónima Ferraz, Maria Luís, Maria Coresma, Jerónima Lopes, Paula Cardosa, Maria Mascarenhas, Catarina Gomes. F. NEVES.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Certidão

Certifico eu Luís de Castro público notário apostólico que perguntadas as testemunhas acima, serventes deste mosteiro de Jesus, se não perguntaram mais três, que diz há no dito mosteiro, por a madre Prioriza dizer que estavam muito doentes de cama, e não estavam em estado para serem perguntadas; e não havia mais servidoras; em fê do que passei a presente que assinei em Aveiro, em os vinte e quatro de Janeiro de mil e seis centos e vinte e sete anos.

Manuel Dias. Luis de Castro. ()*

.....
.....

Sentença

Visto como deste sumário se mostra que abrindo-se a sepultura da Princesa dona Joana, se tirou dela uma pouca

(*) Nota — Foram chamadas em seguida a depor vinte e seis religiosas que também confirmaram o milagre da terra no vaso. Estas religiosas eram:

Paula de São Jerónimo, Subprioriza
Maria da Cruz
Dona Brites de Távora
Isabel do Presépio
Maria de São Paulo
Dona Margarida Baptista
Madalena de São José
Catarina de Oliveira
Ursula das Virgens
Luísa da Anunciação
Ana Natália
Dona Brites de Mendonça
Brites do Espirito Santo
Catarina do Rosário
Maria dos Reis
Maria Evangelista
Isabel dos Serafins
Maria da Encarnação
Maria das Chagas
Dona Maria de Vilhena
Maria do Céu
Maria do Presépio
Madalena de Cristo
Bárbara da Trindade
Madalena do Paraíso
Leonor do Deserto

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

de terra, a qual se lançou em um vaso de barro, e que tirando-se dele muitas vezes terra para os devotos desde quarenta e nove anos a esta parte, nunca se diminui, antes está sempre no mesmo ser, e estado sem diminuição alguma, não se suprindo com outra terra, *auctoritate ordinaria* julgamos e aprovamos isto por milagre, na forma que em direito podemos. Coimbra, vinte seis de Outubro de mil seis centos vinte sete.

João Bispo Conde

bibRIA

[2.º MILAGRE]

Sumário que fez o Doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, Provisor deste Bispado de Coimbra nesta vila de Aveiro, acerca de um milagre que a Princesa dona Joana obrou na pessoa do Conde Governador Diogo Lopes de Sousa

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e seis centos e vinte e seis anos, aos onze dias do mês de Outubro do dito ano, nesta vila de Aveiro, e casas da morada do senhor Henrique de Sousa do Conselho de Estado de Sua Majestade, onde juntamente estava pousado o senhor Diogo Lopes de Sousa seu filho, conde de Miranda, Governador da Casa do Porto, onde eu escrivão fui com o dito Provisor, a requerimento do licenciado Manuel de Almeida, procurador da Câmara desta dita vila, e da madre Prioriza do mosteiro de Jesus dela, aí pelo dito licenciado procurador foi apresentada a petição que ao diante se segue depois desta meia folha, requerendo ao dito Provisor fizesse sumário, e que perguntasse testemunhas acerca do que nela se relata, e o dito Provisor mandou a mim escrivão que autuassem a dita petição e fizesse com ele sumário na forma de direito. António de Moure o escrevi.

[Petição]

Diz o licenciado Manuel de Almeida procurador dos officiais da Câmara desta vila de Aveiro, e da madre Prioriza do convento de Jesus, que o Conde Governador Diogo Lopes de Sousa estando em Madrid com umas terças pediu / que lhe dessem uma pouca de água aliás / que lhe dessem em uma pouca de água a terra da sepultura da Senhora Princesa Santa dona Joana, antes que viesse a sezão, e tomando-a lhe não veio e o mesmo sucedeu ao dia da outra sezão e o deixaram de todo de que o efeito entendeu ser milagroso, e o atribuiu à Santa Relíquia, porque não estava a enfermidade em estado que naturalmente se pudesse esperar aquela repentina saúde, e o mesmo lhe aconteceu outra vez na cidade do Porto, estando com outras sezões.

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

Pede a Vossa Mercê lhe pergunte as testemunhas que apresenta, e as mais de que tiver notícia e as que estas referirem, e feito sumário o mande fazer conclusivo ao senhor Bispo deste Bispado para julgar, e pronunciar por verdadeiro milagre o declarado nesta petição e receberá justiça e mercê.

Nomeio por testemunhas destes milagres, do primeiro, o senhor Conde de Miranda Henrique de Sousa, o senhor Conde de Miranda Governador; do segundo, o senhor Conde de Miranda Governador, a senhora Condessa de Miranda, a senhora Condessa de Penaguião.

Manuel de Almeida.

Aos onze dias do mês de Outubro de mil e seis centos e vinte e seis anos, nesta vila de Aveiro, nas casas e moradas do senhor Henrique de Sousa do Conselho de Estado de Sua Majestade aonde eu escrivão fui com o dito Provisor, perguntamos as testemunhas seguintes. António de Moure o escrevi.

O senhor Henrique de Sousa do Conselho de Estado de Sua Majestade, cavaleiro da Ordem de Sant'Iago, o qual pondo a mão sobre a cruz de seu hábito, que no peito trazia, prometeu dizer verdade, e que seria de idade de mais de sessenta anos.

E perguntado pelo conteúdo na petição do suplicante, disse que haverá doze anos pouco mais ou menos, teve seu filho o senhor Diogo Lopes de Sousa, conde de Miranda, governador da Casa do Porto, uma febre quartã, que lhe durou muitos meses, como ele dirá, estando em Madrid, em casa dele testemunha, e tendo notícia desta enfermidade as madres dona Inês de Noronha e dona Marta, tias dele testemunha, religiosas professas no convento de Jesus desta dita vila, que é da Ordem de São Domingos, mandaram a ele testemunha uma pouca de terra da sepultura da Princesa dona Joana, que está no dito convento, e logo o dito seu filho a bebeu em água no dia da sezão antes de lhe vir o frio, com grande fé, e devoção segundo mostrava, e lhe faltou a quartã aquele dia sem mais lhe tornar nunca, o que tudo ele testemunha viu, e os médicos castelhanos que curavam ao dito seu filho, o julgaram por milagre evidente, segundo o estado em que o dito seu filho estava.

Disse mais que este ano presente de seis centos e vinte seis, teve o dito senhor Conde Governador seu filho na cidade do Porto febre quartã, por alguns dias, e sabendo-o

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

ele testemunha, foi ao dito convento de Jesus em os doze dias do mês de Maio, que é o dia em que desta vida passou a dita Princesa dona Joana, e pediu lhe dessem uma pouca de terra de sua sepultura, para a mandar ao dito seu filho, e lha deram, e lha mandou, o qual seu filho a tomou em água o dia em que lhe havia de vir a maleita, antes que ela lhe viesse, e não lhe veio naquele dia, nem depois lhe tornou mais; o que ele testemunha sabe por lho dizer o dito seu filho, e outras pessoas de sua casa, e al não disse, e assinou com o dito Provisor. António de Moure o escreveu.

Saraiva. Henrique de Sousa.

O senhor Diogo Lopes de Sousa, Conde de Miranda, Governador da Casa da Relação do Porto, ora estante e morador nesta vila de Aveiro, em casa do senhor Henrique de Sousa, seu pai, o qual pondo a mão na cruz do hábito de Cristo que trazia em seu peito, de que é cavaleiro professo, prometeu dizer verdade e que seria de idade de quarenta e dois anos pouco mais ou menos.

E perguntado pelo conteúdo na petição atrás do suplicante, disse que estando no Reino de Castela, haverá dez anos pouco mais ou menos, foi doente de uma febre malina, e logo se lhe converteu em terçã dobre, e depois em quartã singela, e últimamente em quartã dobre, e padecera esta febre catorze meses, com tão grande rigor que alguns frios lhe duravam nove horas, sem poder achar remédio a este mal, sendo dele curado por muitos médicos, e esses os mais peritos, e experimentados, e o pôs em tal estado que os mesmos médicos aconselhavam a ele testemunha, que se viesse para o Reino, e pátria, porque não lhe sentiam outro remédio; neste comenos mandaram duas religiosas professoras do mosteiro de Jesus desta vila, tias dele testemunha a seu pai o senhor Henrique de Sousa, por terem notícia desta doença, uma pouca de terra da sepultura da Princesa / Santa aliás / dona Joana, que está sepultada no dito convento de Jesus, e ele testemunha a lançou em água no dia em que esperava a sessão, e a bebeu antes que lhe viesse, com grande fé, e devoção que tinha à dita Princesa; e logo lhe faltou naquele dia a sezão primeira, e ao outro dia da segunda sezão antes que ela lhe viesse, bebeu outrossim em água outra pouca da mesma terra, e lhe não veio sezão, antes ficou de todo são, sem lhe tornar a repetir a dita quartã, o que os médicos e ele testemunha e as mais pessoas que isto viram, atribuíram a milagre, e a derradeira sezão teve no ano de seis centos e catorze, dia de Sant'Iago.

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

Disse mais que estando este ano doente na cidade do Porto, de febres quartãs, tendo já padecido nove sezões, segundo sua lembrança, mandou o dito seu pai a ele testemunha uma pouca de terra da sepultura da dita Princesa e lha puseram debaixo da cabeceira, e depois de ela ali estar, tremeu ele testemunha três sezões e perguntado porque lhe não davam a terra da sepultura da dita Princesa, que seu pai lhe tinha mandado segundo lhe escrevia em uma carta, lhe respondeu a senhora Condessa sua mulher, que ele testemunha tinha a dita terra debaixo da cabeceira; e logo ele testemunha disse que lha dessem em água, como de feito deram, e ele testemunha a bebeu no dia em que esperava pela sezão, antes que ela lhe viesse e lhe não veio naquele dia, nem depois, antes ficou livre dela até o presente, e este caso aconteceu no mês de Maio deste presente ano: e mais não disse e assinou com o dito Provisor. António de Moure o escrevi.

O Conde de Miranda, Governador. Saraiva.

A senhora dona Isabel de Mendonça, Condessa de Penaguião ora estante nesta vila de Aveiro, em casa do senhor Henrique de Sousa do Conselho de Estado de Sua Majestade, testemunha a quem o dito Provisor deu juramento dos Santos Evangelhos em que ele pôs a mão, e sob cargo dele prometeu dizer verdade, e que seria de cinquenta e três anos, pouco mais ou menos.

E perguntada ela testemunha pelo conteúdo na petição do suplicante, disse que estando ela este ano presente no mês de Maio em casa de / seu sogro aliás / seu genro o senhor Conde Governador Diogo Lopes de Sousa, viu que ele teve uma febre quartã, e depois de ter padecido nove sezões, lhe viu beber uma pouca de água em que estava a terra da sepultura da Princesa dona Joana, a qual lhe mandou seu pai o senhor Henrique de Sousa, por ter já experiência que bebendo em Madrid água em que ia a mesma terra, sarara de outra quartã, como o dito seu genro lhe tinha contado, e bebeu o dito senhor Conde Governador a dita água no dia da sezão antes de ela lhe vir, e logo aquele dia lhe faltou a sezão e nunca mais lhe tornou, sem mais lhe vir, e mais não disse e assinou com o dito Provisor. António de Moure o escrevi.

A Condessa de Penaguião dona Isabel de Mendonça. Saraiva.

Sentença

Visto mostrar-se por este sumário estar o Conde Governador da Relação da cidade do Porto, doente de maleitas, por espaço de catorze meses, sendo a princípio terças, e depois se resolveram em quartãs singelas, e últimamente em quartãs dobres, e tomando em água a terra da sepultura da Princesa dona Joana, logo alcançou saúde, não estando a maleita em estado que naturalmente se pudesse esperar com tanta brevidade, julgamos, e aprovamos *auctoritate ordinaria* este caso por milagre, na forma que em direito podemos. Coimbra, vinte seis de Outubro de mil e seis centos e vinte sete.

João Bispo Conde

bibRIA

3.º MILAGRE

Sumário que o Doutor Bernardo Afonseca Saraiva, Provisor deste Bispado de Coimbra, fez nesta vila de Aveiro, acerca dos milagres que a Princesa dona Joana obrou na pessoa da Senhora dona Brites de Lara e Meneses

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e seis centos e vinte e seis anos, aos dez dias do mês de Outubro do dito ano, nesta vila de Aveiro, e casas da morada, onde mora a Senhora dona Brites de Lara e Meneses, aonde comigo escrivão foi o dito Provisor em cumprimento e execução da petição e requerimento do licenciado Manuel de Almeida, procurador da Câmara desta vila, e da madre Prioriza do convento de Jesus, desta mesma, aí mandou o dito Provisor a mim escrivão que afluasse a petição do dito procurador que ao diante vai, e que com ele fizesse sumário na forma de direito, e a petição é a que logo se segue, depois desta meia folha. António de Moura o escreveu.

Petição

Diz o licenciado Manuel de Almeida, procurador dos officiaes da Câmara desta vila de Aveiro, e da madre Prioriza do convento de Jesus, que a Ilustríssima Senhora dona Brites de Lara e Meneses, tendo um fluxo de sangue, por espaço de cinco ou seis meses, pondo a correia da Senhora Princesa Santa dona Joana, logo sarou, sem nunca mais lhe vir; e assim, mais tendo um accidente grande de cólica com grandes dores, pondo a mesma reliquia ficou livre dela.

Pede e requer a Vossa Mercê lhe pergunte as testemunhas que apresenta, e as mais de que tiver noticia, e as que estas referirem, e feito sumário o mande fazer concluso ao senhor Bispo deste Bispado, para julgar e pronunciar por verdadeiro milagre o declarado nesta petição e receberá justiça e mercê. Nomeio para testemunhas destes milagres, a excellentíssima Senhora dona Brites de Lara e Meneses, Inês da Silveira, Filipa Penteadá, a madre dona Isabel de Noronha, a madre dona Mariana Coutinha prioriza.

Manuel de Almeida.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

A muito excelente Senhora dona Brites de Lara e Mene-
ses, dona viúva do Senhor dom Pedro de Médicis, testemu-
nha jurada aos Santos Evangelhos que o Provisor lhe deu, sob
cargo do qual ela prometeu de dizer verdade, e que seria de
idade de sessenta e dois anos pouco mais ou menos.

E perguntada ela testemunha pelo décimo tércio milagre
conteúdo na petição dos supplicantes, disse que haverá vinte
e cinco anos pouco mais ou menos que padeceu ela teste-
munha uma grande enfermidade de fluxo de sangue, por
espaço de seis ou sete meses, e tendo exgotados e buscados
todos os remédios humanos, sem sentir em si melhoramento
algum, lhe disse a ela testemunha a madre dona Inês de
Noronha, tia do Conde de Miranda, que se pusesse e se cin-
gisse com a correia da Senhora Princesa dona Joana, que
estava sepultada no convento de Jesus, onde ela testemunha
estava recolhida, porventura Deus, por meio daquela relíquia,
a livrasse daquele mal e enfermidade, e logo ela testemunha
pediu com grande fé lhe trouxessem a dita relíquia, e a dita
madre dona Inês lha trouxe, e ela testemunha se cingiu com
ela, e logo na primeira noite que pôs a dita correia, teve ela
testemunha um rigor de frio, e sentiu alguma melhora, e no
seguinte dia, se achou melhor, e no terceiro se achou de todo
sã e livre da dita enfermidade, sem até o presente mais lhe
tornar, e tem ela testemunha por cousa certa e averiguada
que sua saúde se há-de attribuir aos merecimentos da Senhora
Princesa, e que por meio deles lha alcançou de Deus Nosso
Senhor, ao qual entende ela testemunha que está vendo a dita
Princesa e a tem por prodígio de virtude; e al não disse, e
assinou com o dito Provisor. António de Moure o escrevi.

Saraiva. Dona Brites. ()*

.

A muito excelente Senhora dona Brites de Lara, dona
viúva do Senhor dom Pedro de Médicis que Deus tem, tes-
temunha a quem o Provisor deu juramento dos Santos Evan-
gelhos, sob cargo do qual ela prometeu dizer verdade, e que
seria de idade de sessenta e dois anos pouco mais ou menos.

E perguntada ela pelo conteúdo na petição dos supplican-
tes, disse que haverá catorze anos pouco mais ou menos, teve

(*) *Nota.* -- Segue-se no texto do processo o depoimento de Inês da
Silveira, camareira de dona Brites de Lara e Menezes que confirma as
declarações desta, a respeito do fluxo de sangue. F. NEVES.

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

ela testemunha um acidente de cólica mui apertado que lhe durou quase três horas, e vendo-se mui afligida mandou pedir a correia e a cinta da Senhora Princesa dona Joana que hoje em dia se guarda no convento de Jesus desta vila, e sendo-lhe trazida, e cingindo-se com ela com grandíssima fé e devoção, logo no mesmo ponto e momento que a pôs, se sentiu sã, e livre do dito / achaque, digo / acidente que a tinha molestada terrivelmente, e pelas intensas dores que ela testemunha padecia e pelo súbito melhoramento, e repentina saúde que lhe sobreveio, entendeu ela testemunha, e entende que foi evidente milagre que Deus foi servido obrar por meio daquela reliquia da Princesa, a qual segundo o que ela testemunha entende, está vendo a Deus, e al não disse e assinou com o Provisor. António de Moure o escrevi.

Dona Brites. Saraiva. ()*

Sentença

Mostra-se por este sumário que tendo dona Brites de Lara, viúva de dom Pedro de Medicis, um fluxo de sangue por espaço de cinco para seis meses, pondo a correia da Princesa dona Joana, logo em a pondo sentiu melhora na primeira vez, e na segunda muita mais, e na terceira que foi ao terceiro dia se achou de todo sã, sem nunca mais ter a dita enfermidade. E tendo dor de cólica em outra ocasião, pondo a mesma correia da dita Princesa, logo ficou livre das grandes dores que padecia, o que visto, e a qualidade da prova, julgamos estes dois casos *auctoritate ordinaria* por milagres quanto em direito podemos. Coimbra, vinte seis de Outubro de mil seis centos e vinte sete.

João Bispo Conde

(*) *Nota.* — Segue-se no texto do processo o depoimento de Inês da Silveira no qual confirma as declarações de dona Brites de Lara e Meneses a respeito da cólica.

Em continuação, estão os depoimentos de Filipa Penteadá, viúva e criada de dona Brites de Lara; da madre Mariana de Belém (Mariana Coutinha), Priora; e da madre dona Isabel de Noronha, nos quais estas testemunhas confirmam o milagre das cessações do fluxo de sangue de dona Brites de Lara e Meneses. F. NEVES.

[4.º MILAGRE]

Sumário que fez o Doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, Provisor deste Bispado, acerca de um milagre que dizem fez e obrou a Princesa dona Joana sepultada no mosteiro de Jesus de Aveiro

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil seis centos e vinte e seis anos, em os doze dias do mês de Outubro, nesta vila de Aveiro, dentro na igreja de Jesus do mosteiro das Religiosas da Ordem de São Domingos, estando aí o Doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, Provisor deste Bispado pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor dom João Manuel, por mercê de Deus Bispo deste Bispado de Coimbra digo deste Bispado, conde de Arganil, etc., aí perante o Provisor pareceu o licenciado Manuel de Almeida procurador da Câmara e da Prioriza do dito mosteiro para as cousas tocantes à beatificação da Princesa dona Joana que está sepultada no dito mosteiro e apresentou a ele Provisor a petição que ao diante vai junta, logo depois desta meia folha, reque-rendo a ele Provisor que lhe pergunte as testemunhas nomeadas na dita petição acerca do milagre nela relatado, do que tudo ele dito Provisor mandou a mim notário fizesse este auto ao que satisfiz, e eu Luís de Castro, público notário apostólico o escrevi.

Petição

Diz o licenciado Manuel de Almeida procurador dos officiais da Câmara desta vila de Aveiro, e da madre Prioriza do convento de Jesus, que a madre Catarina dos Anjos freira professa do dito convento que hoje vive, tendo uma grande dor em um ouvido, que a atormentava muito, pondo uma relíquia da Senhora Princesa Santa dona Joana, logo súbitamente sarou. Pede e requer a Vossa Mercê lhe pergunte as testemunhas que apresenta, e as mais de que tiver notícia, e as que estas referirem, e feito o sumário o mande fazer concluso ao senhor Bispo deste Bispado, para julgar e pronunciar por verdadeiro milagre o declarado nesta petição e

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

receberá justiça e mercê. Nomeio por testemunhas deste milagre a madre Catarina dos Anjos, a madre Maria de São Paulo, a madre Ana Natália, a madre Isabel da Rocha, Jerónima Ferraz servidora do convento.

Manuel de Almeida.

E logo no dito dia, mês e ano atrás escrito, eu notário com o dito Provisor fui à igreja do mosteiro de Jesus desta dita vila, de Aveiro, e aí perguntou as testemunhas que ao diante se seguem, acerca da petição do procurador da Câmara e das Religiosas e Prioriza deste mosteiro e eu Luís de Castro notário apostólico o escrevi.

Item a madre Catarina dos Anjos religiosa professa neste convento de Jesus, testemunha a quem o dito Provisor deu juramento dos Santos Evangelhos em que pôs a mão, e por ele prometeu dizer verdade e disse ser de idade de sessenta e cinco anos pouco mais ou menos.

E perguntada pelo conteúdo na petição do suplicante, disse ela testemunha que haverá dezasseis anos que ela testemunha teve uma dor no ouvido direito, e a affligiu, e atribulou grandissimamente com dores, e sentimento excessivo, e tendo-a atormentado por espaço de quatro horas pouco mais ou menos, ela testemunha se encomendou com grande fé, e devoção, à Princesa dona Joana, e propôs em sua vontade de alumiar sua sepultura um ano, e estando assim atormentada lhe trouxeram um cinto da dita Princesa e não se lembra ela testemunha se o pediu, ou quem lho trouxe e o pôs sobre o ouvido aonde tinha as dores, e logo súbitamente sem dilacção alguma lhe cessaram as dores como se nunca a tivera, e nunca mais lhe tornaram, o que ela testemunha teve por milagre, e as mais Religiosas deste convento que se acharam presentes, e al não disse, e assinou aqui com ele Provisor. Eu Luís de Castro notário apostólico o escrevi.

Saraiva. Soror Catarina dos Anjos. ()*

.
.

(*) Nota. — Omitimos os depoimentos de Maria de São Paulo, Ana Natália, Isabel da Rocha e Jerónima Ferraz, por serem análogos ao da madre Catarina dos Anjos, e confirmarem o desta. F. NEVES.

Sentença

Visto constar por este sumário que estando a madre Catarina dos Anjos, freira professa do dito convento de Jesus, da vila de Aveiro, com grandes dores em um ouvido, pondo-lhe nele a correia da Princesa dona Joana, súbitamente ficou livre da dor, e sã do ouvido, *auctoritate ordinaria* julgamos e pronunciamos este caso por milagre, na forma que em direito podemos, e o devemos fazer. Coimbra, vinte seis de Outubro de mil e seis centos e vinte e sete.

João Bispo Conde.

bibRIA

Sumário que fez o Doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, Provisor deste Bispado de Coimbra, acerca de um milagre que dizem fez a Princesa dona Joana, na madre Madalena do Sepulcro que Deus tem

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e seis centos e vinte e seis, aos dez dias do mês de Outubro do dito ano, nesta vila de Aveiro, na igreja do mosteiro de Jesus, da Ordem de São Domingos, aí pareceu o licenciado Manuel de Almeida, médico, procurador da Câmara desta dita vila, e da madre Prioriza do dito mosteiro, e apresentou ao dito Provisor a petição que ao diante vai, acerca do milagre que a Senhora Princesa dona Joana fez, segundo dizem, na pessoa da madre Madalena do Sepulcro, freira que foi deste convento, e requereu ao dito Provisor lhe perguntasse as testemunhas nomeadas na dita sua petição sobre o que nela se relata, e o dito Provisor mandou a mim escrivão que autuassem a dita petição, e que com ela fizesse sumário na forma do direito; e a petição é a que se segue, logo depois desta meia folha. António de Moure o escrevi.

Petição

Diz o licenciado Manuel de Almeida procurador dos officiais da Câmara desta vila de Aveiro, e da madre Prioriza do convento de Jesus, que Madalena do Sepulcro já defunta, freira que foi professa no dito convento, havendo perto de dois anos que estava doente em cama, desconfiada dos médicos, pediu com muita instância a levassem à sepultura da Senhora Princesa dona Joana, ao que as Religiosas se recusavam por sua muita fraqueza, e lhes parecer que estava no cabo da vida, e por a dita doente fazer muita instância a levaram nos braços e a deitaram junto à sepultura, e abrindo-a, tiraram a cabeça da Santa Princesa com que se abraçou, e súbitamente sarou, e se levantou em pé, e foi em procissão

pelos claustros com um bordão na mão sem ajuda, e se foi só para sua cela. Pede e requer a Vossa Mercê lhe pergunte as testemunhas que nomeia, e as mais de que tiver notícia e que estas referirem, e feito sumário o mande fazer concluso ao senhor Bispo deste Bispado, para julgar, e pronunciar por verdadeiro milagre o declarado nesta petição e receberá justiça e mercê. Nomeio por testemunhas deste milagre a madre Catarina de São Miguel, a madre Catarina de Santo Tomás, a madre dona Cristina, a madre Isabel Florim, a madre Madalena da Ressurreição.

Manuel de Almeida.

E logo no dito dia, mês, e ano atrás escrito, fui eu escrever com o dito Provisor à igreja do convento de Jesus desta vila, e na grade da profissão dela, perguntamos as testemunhas seguintes, sobre o caso de que a petição atrás faz menção. António de Moure o escrevi.

A madre Catarina de São Miguel freira professa neste convento de Jesus, testemunha a quem o dito Provisor deu juramento dos Santos Evangelhos, em que ela pôs sua mão, e prometeu dizer verdade, e que seria de idade de setenta e três anos pouco mais ou menos.

E perguntada ela testemunha pelo conteúdo na petição atrás do suplicante, disse que haverá quarenta anos pouco mais ou menos estando a madre Madalena do Sepulcro (que hoje é defunta) doente havia dois anos, e em véspera de a ungirem, e desconfiada dos médicos pediu com muita instância a levassem à sepultura da Senhora Princesa, o que as Religiosas recusavam fazer por sua muita fraqueza e lhes parecer que lhes morreria nos braços, e por a dita enferma fazer muita instância, a levaram nos braços e a lançaram junto à sepultura da Princesa, e abrindo a dita sepultura e tirando dela a cabeça da dita Princesa, abraçando-se a doente com ela, súbitamente sarou, e viveu depois alguns dias, mas sempre com achaques; isto viu ela testemunha e viu que a dita enferma se levantou, e foi por seu pé sem ajuda de ninguém, e se mostrava a todas dizendo vedes-me sã, que fez a Senhora Princesa milagre em mim; e vindo o médico, e achando-a naquela forma se admirou, e foi dar à Senhora Princesa as graças pela mercê que tinha feito àquela madre, e nesta casa se teve este milagre por evidente, vendo a forma em que a enferma foi, e a súbita saúde que alcançou, e acrescentou ela testemunha que a dita madre enferma, em quem a Senhora Princesa tinha feito este milagre, daí a alguns dias

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

que foram poucos, tornou a recair, e faleceu e al não disse, e assinou com o dito Provisor. António de Moure o escrevi.

Saraiva. Soror Catarina de São Miguel. ()*

.....
.....

Sentença

Visto constar por este sumário, que estando a madre Madalena do Sepulcro, já defunta, freira professa que foi no dito mosteiro de Jesus, doente em cama, havia dois anos, desconfiada dos médicos, fez muita instância a levassem à sepultura da Princesa dona Joana, recusando as Religiosas por temerem que por sua muita fraqueza lhe morresse nos braços e levando-a, a lançaram junto à sepultura, e tirando dela a cabeça da dita Princesa, se abraçou a doente com ela, e lha puseram sobre o estômago, e súbitamente se levantou sã, em pé com um bordão na mão, sem ajuda de pessoa alguma se foi só para a sua cela, e vindo o médico a visitá-la vendo-a naquele estado se admirou tendo-o por evidente milagre, nós *auctoritate ordinaria*, por tal o julgamos e pronunciamos quanto em direito podemos. Coimbra, vinte seis de Outubro de mil e seis centos e vinte e sete.

João Bispo-Conde

(*) *Nota.* — Não publicamos os depoimentos das restantes testemunhas por serem análogos ao da madre Catarina de São Miguel. F. NEVES.

[6.º MILAGRE]

Sumário que fez o Doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, Provisor deste Bispado de Coimbra, acerca de um milagre que dizem fez a Senhora Princesa dona Joana que está sepultada neste mosteiro de Jesus de Aveiro

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e seis centos e vinte e seis anos nesta vila de Aveiro, e na igreja do mosteiro de Jesus dela, estando aí em os treze dias do mês de Outubro do dito ano, o doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, Provisor deste Bispado de Coimbra, ante ele pareceu o licenciado Manuel de Almeida procurador da Câmara desta vila, e da madre Prioriza do dito mosteiro de Jesus, para as cousas tocantes à beatificação da Senhora Princesa dona Joana, que se pretende de Sua Santidade, e apresentou uma petição que é a que adiante se segue na outra meia folha imediata, requerendo-lhe que fizesse sumário e perguntasse testemunhas acerca do conteúdo na dita petição, e o dito Provisor mandou a mim escrivão que a autuassee e com ela fizesse sumário na forma de direito, ao que logo satisfiz. António de Moure o escrevi.

Petição

Diz o licenciado Manuel de Almeida procurador dos officiais da Câmara da vila de Aveiro, e da madre Prioriza do convento de Jesus, que Domingos Fernandes carpinteiro já defunto morador que foi nesta vila, havia sete anos que estava entreado, e andava em muletas, indo no dia do falecimento da Senhora Princesa Santa dona Joana à sua sepultura com devoção e fazendo oração, lhe puseram a correia da dita Senhora logo recebeu saúde, e se foi para casa são, sem muletas e por seus pés.

Pede e requer a Vossa Mercê lhe mande perguntar as testemunhas que apresenta, e as que lhe vierem a notícia e as que estas referirem, e feito sumário o mande fazer concluso ao Senhor Bispo-Conde deste Bispado, para julgar e

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

pronunciar por verdadeiro milagre o conteúdo nesta petição e receberá justiça e mercê. Nomeio por testemunhas deste milagre Pero Fernandes seu pai; sua mãe; Isabel George; Madalena Colaça; Isabel Francisca; Domingos Rodrigues, o canastreiro; Catarina, amassadeira dos frades; e dou mais em prova o testemunho do mesmo Domingos Fernandes que acerca deste milagre deu em sua vida, que anda em uns autos que estão em poder do reverendo Arcipreste desta vila.

Manuel de Almeida

E logo no dito dia, mês, e ano atrás escrito, em cumprimento do requerimento atrás, fui eu escrivão com o dito Provisor a casa de Pero Fernandes, pai do dito Domingos Fernandes, conteúdo na petição atrás, por estar doente em cama, e sendo perguntado pelo conteúdo na dita petição, deu o testemunho que ao diante se segue. António de Moure o escrevi. (*)

.....

biblioteca

[Sentença]

Visto mostrar-se por este sumário que Domingos Fernandes, carpinteiro, já defunto, morador que foi na dita vila de Aveiro, havendo sete anos que estava entrevado, e andava sobre muletas, e indo no dia do falecimento da Princesa dona Joana à sua sepultura, e pondo-lhe a correia da dita Princesa, logo recebeu saúde e se foi para casa são, por seu pé, levando a muleta às costas, e depois aprendeu ofício de carpinteiro sendo muito valente e robusto, pelo que julgamos e aprovamos *auctoritate ordinaria* este caso por milagre, quanto em direito podemos. Coimbra, vinte seis de Outubro de 627.

Bispo-Conde

(*) Nota — Omitimos os sete depoimentos referentes a este milagre e que os confirmavam. F. NEVES.

[7.º MILAGRE]

Sumário que fez o Doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, Provisor deste Bispado acerca de um milagre que dizem fez e obrou a Princesa dona Joana sepultada no mosteiro de Jesus de Aveiro. (*)

.....

Sentença

Visto mostrar-se por este sumário que Andresa Manuel mulher de Manuel André da vila de Aveiro, tendo um peito muito inchado e hele muito grandes dores, tratando-se já de lho abrirem, foi ao convento de Jesus da dita vila aonde uma Religiosa por nome dona Angela lhe fez o sinal da cruz com a correia da Princesa dona Joana sobre o peito pondo sobre ele a bolsa em que a dita correia se guarda, logo sem nenhuma dilação lhe sarou o peito, e no mesmo instante se desafogou, ficando como o outro, o que julgamos e aprovamos por milagre *authoritate ordinaria*. Coimbra, 26 de Outubro de 627.

Bispo-Conde

[8.º MILAGRE]

Sumário que fez o Doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, Provisor deste Bispado de Coimbra, acerca de um milagre que dizem fez a Princesa dona Joana na pessoa de Maria Rangel servidora deste mosteiro de Jesus de Aveiro (**)

.....

(*) *Nota* — Omitimos o texto relativo a este sumário, bastando para o conhecimento e compreensão do assunto a publicação da sentença. Depuseram quatro testemunhas. F. NEVES.

(**) *Nota* — Do texto relativo a este milagre publicamos sòmente a sentença. Depuseram sete testemunhas. F. NEVES.

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

Sentença

Mostra-se por este sumário que estando Maria Rangel servidora do convento de Jesus da vila de Aveiro muito doente de terças dobres que de muito tempo lhe continuavam e tomando a terra da sepultura da Princesa dona Joana, e pondo-a ao pescoço, sarou logo delas, in continente, havendo-lhe vindo no dia de antes, e nos mais atrás, a qual melhoria não podia vir naturalmente na forma declarada conforme ao estado da doença e testemunho dos médicos que neste caso foram perguntados: o que visto julgamos e pronunciamos este caso por milagre, *auctoritate ordinaria*, na forma a que em direito podemos. Coimbra, vinte e seis de Outubro de seis centos e vinte sete.

João Bispo-Conde

[9.º MILAGRE]

Sumário que fez o Doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, Provisor deste Bispado de Coimbra, acerca de um milagre que a Senhora Princesa dona Joana fez na pessoa da Senhora dona Maria Brites de Lara, filha do Senhor dom Luís de Noronha. (*)

.....

Sentença

Visto mostrar-se por este sumário que estando dona Maria Brites de Lara filha de dom Luís de Noronha ora moradora na vila de Aveiro doente de umas sezões em termo de em vinte e quatro horas lhe vieram três vezes, e mandando-a já os médicos sangrar, pediu a correia da Princesa dona Joana, e cingindo-se com ela, de repente lhe começou suor pela testa e se despediu a febre sem mais lhe tornar, e visto outrossim o testemunho dos médicos que assistiram a este caso, *auctoritate ordinaria* o julgamos e pronunciamos por milagre na forma que em direito podemos. Coimbra, vinte e sete de Outubro de 1627.

João Bispo-Conde

(*) Nota — Omitimos o sumário, e publicamos apenas a sentença.
F. NEVES.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

[10.º MILAGRE]

Sumário que fez o Doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, Provisor deste Bispado de Coimbra, acerca de um milagre que a Senhora Princesa dona Joana dizem fez na pessoa da madre Luísa do Rosário freira deste convento. (*)

.

[Sentença]

Visto mostrar-se por este sumário que a madre Luísa do Rosário freira professa do dito mosteiro de Jesus da vila de Aveiro tendo um cancro nas costas por espaço de quatro anos, sem lhe achar remédio eficaz por médicos, e cirurgiões, fazendo uma novena à sepultura da Princesa dona Joana, no fim dela ficou sã e sem mais lhe tornar, sendo assim que a matéria do dito cancro é rebelde e pertinaz e não podia naturalmente sarar na forma sobredita conforme o parecer dos médicos. Pelo que julgamos e pronunciamos este caso por milagre *auctoritate ordinaria* quanto em direito podemos. Coimbra, 27 de Outubro de 1627.

Bispo-Conde

bibRIA

[11.º MILAGRE]

Sumário que fez o Doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, Provisor deste Bispado de Coimbra, acerca de um milagre que dizem fez a Princesa dona Joana na pessoa da madre Isabel de Jesus deste convento. (**)

.

[Sentença]

Visto como por este sumário se mostra que a madre Isabel de Jesus freira professa no dito convento, tendo umas sezões de que estava muito atribulada, na força de uma, pediu a terra da sepultura da Princesa dona Joana, e lançando-a em água a bebeu, e logo sarou; aprovamos e julgamos este caso por milagre *auctoritate ordinaria* quanto em direito podemos. Coimbra, vinte sete de Outubro de 1627.

Bispo-Conde

(*) Nota — Não publicamos o sumário, mas apenas a sentença. F. NEVES.

(**) Nota — Omitimos o sumário e publicamos somente a sentença. F. NEVES.

Sumário que fez o Doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, Provisor deste Bispado de Coimbra, acerca do milagre que dizem fez a Senhora Princesa dona Joana na pessoa da madre Luísa do Rosário freira professa do convento de Jesus desta vila de Aveiro

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e seis centos e vinte e seis anos aos doze dias do mês de Outubro do dito ano nesta vila de Aveiro na igreja do mosteiro de Jesus dela, a grade da profissão aí pareceu o licenciado Manuel de Almeida procurador da Câmara desta dita vila e da madre Prioriza do dito convento de Jesus, e apresentou ao dito Provisor a petição que ao diante vai, reque-rendo-lhe lhe fizesse sumário e perguntasse as testemunhas nomeadas na dita petição sobre o que nela se relata, e o dito Provisor mandou a mim escrivão que autuas-se a dita petição e com ele fizesse sumário na forma de direito e a petição é a que se segue imediatamente depois desta meia folha. Antó-nio de Moure o escrevi.

[Petição]

Diz o licenciado Manuel de Almeida procurador dos oficiais da Câmara desta vila de Aveiro e da madre Prioriza do convento de Jesus, que a madre Luísa do Rosário freira professa do dito convento que hoje vive, caiu uma queda grande por uma escada que lhe pareceu ficava despedaçada, e pediu a levassem à sepultura da Senhora Princesa dona Joana, por ter nela muita fé lhe ter já feito Deus Nosso Senhor por intercessão desta Senhora um milagre, e pondo-a junto à sepultura lhe prometeu com lágrimas de lhe cercar a sepultura com candeias no dia de seu falecimento, e logo súbitamente se achou bem. Pede e requer a Vossa Mercê lhe pergunte as testemunhas que apresenta e as mais de que tiver notícia e as que estas referirem, e feito sumário o mande fazer

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

concluso / ao senhor Bispo Conde digo / ao senhor Bispo deste Bispado para julgar e pronunciar por verdadeiro milagre o declarado nesta petição e receberá justiça e mercê. Nomeio por testemunhas deste milagre, a madre Luísa do Rosário, a madre Maria Henriques, a madre Antónia de São Domingos, a madre Catarina de Santo Tomás, Maria dos Anjos servidora do convento.

Manuel de Almeida

E logo no dito dia mês e ano atrás escrito fui eu escrivão com o dito Provisor à igreja do convento de Jesus, e na grade da profissão dela, perguntamos as testemunhas seguintes. António de Moure o escrevi (*).

.....

Vista a qualidade da queda, o nosso Arcipreste inquiria se há na dita vila de Aveiro algum médico que saiba deste caso, e não o havendo, o nosso Vigário Geral perguntará com um escrivão dois médicos espertos, o que sentem acerca deste caso, e o que se achar se continuará ao pé deste nosso despacho. Coimbra, vinte e seis de Dezembro de 626.

Bispo-Conde

Em os quinze dias do mês de Maio de mil seis centos e vinte e sete anos nesta vila de Aveiro pelo licenciado Manuel Dias, Arcipreste nela, foi feita diligência na forma do despacho do Ilustríssimo e Reverendíssimo Bispo-Conde, e não se achou médico nem cirurgião que saiba deste caso cousa alguma, de que ele Arcipreste mandou fazer este termo que assinou, e eu Luís de Castro público notário apostólico o escrevi.

Manuel Dias

(*) Nota — Não transcrevemos os depoimentos. F. Neves.

Sumário que fez o Doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, Provisor deste Bispado de Coimbra, acerca de um milagre que a Princesa dona Joana dizem ter feito na pessoa de Jerónima Ferraz, servente do mosteiro de Jesus desta vila de Aveiro

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e seis centos e vinte e seis anos, aos catorze dias do mês de Outubro do dito ano, nesta vila de Aveiro, na igreja do mosteiro de Jesus dela, a grade da profissão, onde estava o doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, Provisor deste Bispado de Coimbra, aí pareceu o licenciado Manuel de Almeida procurador da Câmara desta dita vila e da madre Prioriza do dito mosteiro de Jesus, e apresentou ao dito Provisor a petição que ao diante vai depois desta meia folha, requerendo-lhe que fizesse sumário e perguntasse testemunhas sobre o que aí se relata, e o dito Provisor mandou a mim escrivão que autuasse a dita petição e com ela fizesse sumário na forma do direito. António de Moure o escrevi.

[Petição]

Diz o licenciado Manuel de Almeida, procurador dos officiais da Câmara desta vila de Aveiro, e da madre Prioriza do convento de Jesus, que Jerónima Ferraz servidora do dito convento que hoje vive, tendo uma dor em uma perna que lhe durou três anos, ou mais, foi à sepultura da Senhora Princesa Santa dona Joana no dia de sua morte, e andando três vezes de joelhos ao redor dela, e prometendo rezar-lhe por espaço de um ano, logo ficou sã e sem dor, e nunca mais lhe veio.

Pede e requer a Vossa Mercê lhe pergunte as testemunhas que apresenta, e as mais de que tiver notícia e as que estas referirem e feito sumário o mande fazer concluso ao

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

senhor Bispo deste Bispado para julgar e pronunciar por verdadeiro milagre o declarado nesta petição e receberá justiça e mercê. Nomeio por testemunhas deste milagre Jerónima Ferraz, Maria Rangel, Antónia Ferraz, servidoras do convento.

Manuel de Almeida ()*

.
.

[Despacho]

O nosso Arcipreste e Jerónima Ferraz conteúda neste sumário que médicos e cirurgiões continuaram na cura desta sua enfermidade e estes deponham com juramento do Juiz o que fazem deste caso, e da qualidade da sua enfermidade, e havendo mais algumas testemunhas no mosteiro deste caso, sejam perguntadas ao pé / des.e caso digo / deste nosso despacho. Coimbra, oito de Dezembro de 626.

Bispo-Conde

Em os catorze dias do mês de Maio de mil e seis centos e vinte e sete anos, nesta vila de Aveiro no mosteiro de Jesus desta dita vila, aí [pareceu] Jerónima Ferraz servidora do dito mosteiro, a quem o licenciado Manuel Dias, Arcipreste, fez pergunta pelo juramento dos Santos Evangelhos que lhe deu, que médicos e cirurgiões a curaram da dita sua enfermidade, e por ela foi dito que nem cirurgiões nem médicos a curaram da dita enfermidade, mas que só a Senhora Infanta dona Joana a quem ela devotadamente se encomendou, e lhe alcançou de Deus a saúde, e de como assim o disse e declarou pelo dito juramento, pediu a mim notário apostólico por ela assinasse, e eu o sobredito o escrevi.

Luís de Castro. Manuel Dias

(*) Nota — Não publicamos os depoimentos, limitando-nos a publicar o despacho do Bispo de Coimbra e as correspondentes diligências que fez o arcipreste Manuel Dias. F. NEVES.

Sumário que fez o Doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, Provisor deste Bispado de Coimbra, acerca de um milagre que dizem fez a Princesa dona Joana na pessoa da madre Maria Henriques, religiosa do mosteiro de Jesus desta vila de Aveiro

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e seis centos e vinte e seis anos, aos treze dias do mês de Outubro do dito ano, nesta vila de Aveiro na igreja do mosteiro de Jesus dela, à grade da profissão, onde estava o doutor Bernardo da Fonseca Saraiva, Provisor deste Bispado de Coimbra, aí pareceu o licenciado Manuel de Almeida, procurador da Câmara desta dita vila e da madre Prioriza do dito mosteiro de Jesus, e lhe apresentou a petição que ao diante vai e requereu que fizesse sumário e perguntasse as testemunhas nela nomeadas sobre o que aí se relata, e o dito Provisor mandou a mim escrivão que autuasse a dita petição e com ele fizesse sumário na forma de direito, e a petição é a que se segue imediatamente depois desta meia folha. António de Moure o escrevi.

Petição

Diz o licenciado Manuel de Almeida, Procurador dos officiaes da Câmara desta vila de Aveiro e da madre Prioriza do convento de Jesus que a madre Maria Henriques, freira professa do dito convento que hoje vive, tendo umas sezões contínuas de que estava muito atribulada, cingindo-se com a correia da Senhora Princesa Santa dona Joana, sarou logo delas.

Pede e requer a Vossa Mercê lhe pergunte as testemunhas que apresenta e as mais de que tiver notícia e as que estas referirem, e feito sumário o mande fazer conclusão ao senhor Bispo deste Bispado para julgar e pronunciar por

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

verdadeiro milagre o declarado nesta petição, e receberá justiça e mercê. Nomeio por testemunhas deste milagre a madre Maria Henriques; a madre Luísa do Rosário; a madre Cristina.

Manuel de Almeida

E logo no dito dia, mês e ano atrás escrito, em execução do requerimento atrás do suplicante, fui eu escrivão com o dito Provisor ao mosteiro de Jesus desta vila de Aveiro, e igreja dele, à grade da profissão perguntamos as testemunhas seguintes. António de Moure o escrevi (*).

.
.

Despacho

Autuem-se estes sumários da vida e santidade da Princesa dona Joana, e haja vista deles o nosso Promotor, e com sua resposta se nos façam conclusos para os pronunciarmos, como nos parecer justiça. Coimbra, dez de Outubro de 627.

João Bispo-Conde

E autuados os ditos sumários, no dito dia mês, e ano atrás declarado, dei a vista deles ao Promotor da Justiça. Francisco Fernandes de Almeida notário apostólico, e que ora sirvo de escrivão da Câmara o escrevi.

O livro em que se contém a vida desta Senhora Princesa, é de fé, e crédito, e desde muito tempo aprovado, e tido por de muita autoridade, e concorrem nele todas as qualidades que de direito se requerem para prova suficiente da vida desta Senhora, e mostra-se ser escrito por uma Religiosa que em sua vida a tratou, e comunicou, condizendo a ordem de sua vida, com as mais memórias que dela há; e assim não tenho dúvida à prova que dele resulta, nem menos ao milagre da terra, e aos seguintes que são o das sezões do Conde Governador do Porto: e os milagres do fluxo de dona Brites; e da cólica dela mesma a fólho 6... nem ao milagre do ouvido da madre Catarina dos Anjos, a folhas 74; nem

(*) Nota — O texto correspondente a este milagre contém a seguir apenas o depoimento da madre Luísa do Rosário, o qual omitimos. Aqui findam os sumários respeitantes aos milagres. F. NEVES.

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

no milagre da madre Madalena do Sepulcro, a fólho 80; nem no milagre do aleijado a folhas 86; nem no milagre do peito inchado a fólho 96; nem no das sezões da madre Maria Rangel; nem nos mais seguintes, que com os relatados fazem onze, e só os três últimos, a saber da queda da madre Luísa do Rosário, e o da perna de Jerónima Ferraz, e o das sezões da madre Maria Henriques, parecem estar defeituosos, assim na qualidade da prova, como no número de testemunhas por não ser aquele que o direito requer, *fiat igitur vis*. Coimbra, 24 de Outubro de 627.

António Filipe de Andrade

E dada vista ao Promotor da Justiça, com sua resposta fiz estes sumários conclusos ao Ilustríssimo Senhor Bispo Conde; em os vinte e cinco dias do mês de Outubro do dito ano de mil e seis centos e vinte e sete anos. Francisco Fernandes de Almeida notário apostólico, e que ora sirvo de escrivão da Câmara o escrevi.

bibRIA

[Sentença]

Christi nomine invocato: Vistos estes autos, petições da Câmara da notável vila de Aveiro, e da madre Prioriza, e Religiosas do mosteiro de Jesus, da mesma vila, procurações juntas, sumários feitos por nossa especial comissão a requerimento da dita vila, e mosteiro, acerca da vida, e milagres santos, e louváveis costumes da excelente Princesa dona Joana filha del Rei Dom Afonso quinto deste nome nestes Reinos de Portugal, livro em que se contém sua vida, prova dada sobre a autoridade dele, papéis juntos, resposta do nosso Promotor da Justiça:

Mostra-se ser o dito livro em que está inserta a vida desta Sereníssima Princesa digno de fé, crédito, e desde muito tempo tido por de muita autoridade, como consta do grande número de testemunhas e ser feito por uma Religiosa que a comunicou, e tratou, e assim se mostra que em sua vida, assim dantes, como depois de se recolher no dito mosteiro de Jesus, sempre resplandeceu com raro exemplo de virtudes, e que perseverou até à morte com grande fama de santidade, aprovada, e conhecida de todos, correspondendo com sua santa vida às muitas, e maravilhosas obras que o Senhor Deus tem feito, e faz pelos merecimentos desta Sereníssima Princesa, sarando milagrosamente a muitos enfermos, que com confiança e devoção se socorrem a ela bebendo em água da terra que se tirou da sua sepultura, e tocando alguma relíquia de seus ossos, e cinta, ou correia com que em sua vida andou cingida, e livrando-os em brevíssimo tempo de enfermidades desconfiados dos médicos, e de outras que conforme ao testemunho deles, não podiam naturalmente ter a repentina melhora, que com efeito alcançavam tocando suas santas relíquias, e tirando-se de vinte nove anos a esta parte a dita terra de um vaso em que se lançou ao abrir a sepultura, e dando-se todos os anos quantidade dela aos devotos sempre está em um ser, sem diminuição não se suprimindo de outra parte como consta dos ditos sumários de testemunhas dignas de fé, pelo que tudo se mostra estarem provados na forma de direito os milagres em eles conteúdos, excepto os três últimos impugnados pelo nosso Promotor da Justiça por se não provarem concludentemente, os quais todos foram

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

examinados por nós, em junta de varões pios, e doutos na Sagrada Teologia, e Direito Canónico; o que, visto com o mais que dos autos consta, conformando-nos com a disposição dos Sagrados Cánones e Concílio Tridentino, *auctoritate ordinaria* julgamos o dito livro por autêntico, e a vida desta Sereníssima Princesa por santa, e escrita na verdade; e aprovamos seus milagres, como ao pé de cada um dos sumários deles, pronunciamos por nossa sentença, submetendo e remetendo tudo ao nosso muito Santo Padre Papa Urbano 8.º, ora na Igreja de Deus Presidente, ou ao que por o tempo for, a quem se apresentarão estes autos, ou o traslado deles em pública e autêntica forma, para que Sua Santidade *cujus est determinare de sanctitate, et | sancti digo | beatificatione Sanctorum*, mande, determine, e ordene o que for mais glória, e honra de Deus, e louvor desta Santa Princesa, e utilidade, e edificação dos fiéis. Coimbra, vinte oito de Outubro de seis centos e vinte e sete.

Dom João Manuel, Bispo-Conde

bibRIA

Segundo se contém nos ditos autos com o teor dos quais se passou este instrumento no qual interponho minha autoridade, e decreto judicial e ordinário quanto em direito devo, e posso, e se lhe deve dar inteira fé, e crédito, como aos próprios autos donde emanou, que ficam em poder do notário que este subscreveu, aos quais em tudo, e por tudo se reporta, e com eles, e com os notários ao diante com ele assinados o concertou, e vai escrito em cento e quarenta e três meias folhas de papel, com a seguinte em que vai o meu sinal, e dos ditos notários, com declaração que são cento quarenta e quatro meias folhas com esta, porque vão duas do número vinte, e que este instrumento vai escrito de duas castas de letras, a saber desta semelhante de folha primeira até a folha primeira do número vinte, e da folha do segundo número vinte até a folha setenta e nove inclusive de outra, em que se contém a vida, virtude e excelências da dita Senhora Princesa na qual vida e letra vão as emendas seguintes, a saber: na folha 30 a entrelinha que diz / pondo /, e a folhas 38 verso outra / cheias /, e a folhas 32 verso, outra / Prioreza /, e a folio 37, um riscado que dizia / e sua madre /, e a folhas 41 verso a entrelinha que diz / de cada /, e a fol. 48 outra que diz / mente /, e a folio 53 outra que diz / de /, e a folhas 56 outra que diz / sua /, e a fol. 59 verso outra que diz / com /, e a folio [61] outra que diz / mi /, e na mesma folha verso o emendado que diz / infirmitade /, e a folio setenta e quatro verso outra entrelinha que diz / sua /, e a folhas 78 outra que diz / snorã /, e a folhas 79 o emendado que diz / virtude /.

E as entrelinhas, e emendas da escrita desta letra, vão declaradas no fim do § ou testemunho em que elas estão postas. E com mais declaração que no testemunho da madre Helena de Cristo folio 14 verso, ficou por trasladar por inadvertência, o parágrafo seguinte: (*)

.

(*) Nota — Já trascrevemos esta parte na página 83, em virtude do que a suprimimos agora. F. NEVES.

BEATIFICAÇÃO DA PRINCESA SANTA JOANA

E com estas declarações se passou o presente. Dado sob meu sinal e o selo do dito Senhor Bispo-Conde que diante mim serve em os quinze dias do mês de Março do ano de mil e seis centos e quarenta e três. Manuel da Rocha Pais notário apostólico escrivão da Câmara deste Bispado de Coimbra o fiz escrever e subscrevi e concertei com os próprios com as declarações atrás aos quais em tudo e por tudo me reporto. Coimbra dia mês e ano *ut*.

José de Abreu Bacelar

Selo do Bispo-Conde

D. Joane Mendes de Távora

Nós os notários abaixo assinados certificamos e damos nossas fés, que este

bibRIA

(Nota — Falta a folha 144 onde se continuava esta declaração. F. N.)

ERRATA

Na pág. 9, linha 36, onde se lê *João* deve ler-se *Antônio*.

RELAÇÃO DAS MEDIDAS
DE DEFENSA QUE SE
EXECUTARAM NAS MARGENS
DO RIO VOUGA DEPOIS
DA TOMADA DO PORTO PELO
MARECHAL SOULT EM 1809

(Continuado de pág. 52)

bibRIA

N^O mesmo dia em que os nossos se puseram em movimento para o Vouga, os Franceses, depois de passarem a ponte do rio, chegaram à outra denominada ponte do Marnel e retrocederam, deixando em Vila do Vouga e em uma ermida situada na ilhota que formam o rio Vouga e a lagoa do Marnel os costumados sinais da sua impiedade e rapina abrasadora. O Tenente-Coronel Campbell, tendo passado as ordens necessárias para o acantonamento das tropas do seu comando, passou o rio; porém era já noite, e tão arriscado como impossível poder reconhecer o inimigo. Todavia, alcançou as informações possíveis, porque o cadete Luís Godinho, do regimento de Cavalaria n.º 10, se tinha avistado com os Franceses e aproximado a eles com muita discrição e afouteza. Os corpos que ocupavam o Sardão e Águeda foram estacionados de modo que se não fez necessário que eles passassem em *bivouac* ⁽¹⁾, e para isto se aproveitou o aquartelamento que ofereciam os lugares do Sardão e Águeda, os quais são divididos pelo rio Águeda, sobre o qual há uma ponte que faz aqueles lugares comunicáveis. Tomaram-se as medidas do costume, para que a tropa não pudesse ser surpreendida nos

(1) *Bivouac* — isto é, *bivaque*. — (Nota da Redacção).

RELAÇÃO DAS MEDIDAS DE DEFENSA

seus aquartelamentos, lançando para as diferentes estradas piquetes que comunicavam com a guarda-avançada da Cavalaria, cujas vedetas descobriam as passagens sabidas que poderiam dar trânsito naquella parte do rio Vouga.

Apesar destas medidas, que pareciam segurar com prevenção de tudo o que acontecesse, o dia seguinte principiou com um rebate, que, a não ser a confiança que a tropa tinha nos seus chefes, e o exemplo dos seus officiaes, a dispersão da mesma seria inevitável e traria consigo as mais funestas consequências para Águeda, Aveiro e Coimbra. Os Franceses, logo depois de amanhecer, vieram fazer um reconhecimento e se avistaram com a nossa guarda-avançada, a qual pelo mesmo tempo se tinha aproximado e atravessado o Vouga na ponte. A avançada inimiga era muito superior em número à nossa. Todavia, o cadete Luís Godinho, sem comprometer a sua gente, e impondo aos Franceses, não julgou expediente retirar-se. Os Franceses, ou porque tivessem a nossa gente por uma patrulha, ou, como é natural, não buscassem senão reconhecer o terreno, se retiraram depois de observarem a gandra de Serém, não pretendendo passar ao outro lado do rio, como haviam praticado na manhã do dia antecedente. Este reconhecimento que fizeram os Franceses foi que deu ocasião ao rebate que chegou a Águeda antes que as ordens de Cavalaria e outras pessoas enviadas ao Tenente-Coronel Campbell pelo Tenente Baiana pudessem chegar ao mesmo lugar.

Entretanto, os toques de sinos, que não foi possível evitar-se senão depois de já terem sido ouvidos nas igrejas circunvizinhas; as vozes que espalhava o medo e terror dos moradores de Águeda faziam crer a todos que os Franceses estavam a entrar naquele lugar. Toda a tropa se achava formada junto dos seus quartéis, porque esta ordem se havia dado para o Tenente-Coronel Campbell passar uma revista. O aquartelamento que se tinha dado à Cavalaria ficava à esquerda do rio Águeda; e, como o Tenente-Coronel Campbell, ouvindo aquella confusão, acudiu à frente onde estavam os dous batalhões de Infantaria, a Cavalaria, que estava na outra banda do rio, não vendo immediatamente o Tenente-Coronel Campbell, acreditou as vozes que lançavam naquella banda do rio os moradores e gente do campo que em grande confusão passavam a ponte, de que o mesmo Tenente-Coronel e os seus ajudantes foram os primeiros prisioneiros feitos pela Cavalaria inimiga; e, em vez de imitar a firmeza dos dous batalhões de Infantaria, que igualmente supuseram derrotados, largou a sua parada em grande precipitação e, pela debandada em que se pôs, não foi praticável reunir-se nas alturas fora do Sardão.

O Tenente-Coronel Campbell, quando teve noticia deste

comportamento da Cavalaria, que não podia esperar à vista da atitude e resolução em que estavam os batalhões de Infantaria, fez avançar imediatamente as Milícias de Coimbra e Artilharia, e prevenir a todos que não acreditassem o que os soldados de Cavalaria contassem, ordenando ao mesmo tempo que estes fossem obrigados, não só a parar, mas a retroceder. Devo fazer menção da extraordinária presença de espírito que nesta ocasião mostrou um soldado do regimento de Cavalaria n.º 7, conhecido pelo apelido de Silveira. Quando as vozes confusas do povo haviam levado os soldados de Cavalaria a buscar a segurança da vida, dando tudo por perdido, este moço, em lugar de seguir o exemplo da Cavalaria, esporeou o cavalo, arremessando-se para a frente em atitude de atacar o inimigo, que ele considerava poucos passos adiante, e foi grande a sua admiração, quando ele encontrou o Tenente-Coronel Campbell. O procedimento da Cavalaria ainda era desconhecido, quando o Tenente-Coronel, tomando por insubordinação o ter aquele soldado avançado sem ordem do seu comandante, o questionou por isso, ao que respondeu o soldado que a Cavalaria tinha fugido e que ele o não quisera fazer sem ver os Franceses. Esta resposta acalmou a ira natural que principiara a inflamar o Tenente-Coronel, ouvindo o que acabava de praticar a Cavalaria, e logo ordenou que este distinto soldado ficasse sendo a sua ordenança constantemente.

Felizmente, se achava na Mealhada o Visconde de Barbacena com o resto da Cavalaria, que era destinada a reforçar a Cavalaria da direita ou a acudir à coluna da esquerda, segundo as circunstâncias exigissem. Ele obstou a que o rebate não passasse a inquietar Coimbra e, antes de haver recebido participação oficial, reuniu os fugitivos, à proporção que chegavam.

O Comendador de Malta, André Ferrão, prontamente ajuntou uma brigada de Ordenanças, as quais o Visconde de Barbacena distribuiu pelas posições mais convenientes, obstruindo a estrada com os carros das bagagens, animando muito a soldadesca e os paisanos, e desta maneira esperava o inimigo, tendo passado ao Coronel Trant as notícias, conforme as havia recebido dos soldados dispersos, até que o Tenente-Coronel Campbell o informou do verdadeiro estado das cousas, ordenando-lhe se viesse reunir a ele com a gente de Cavalaria do seu comando. O Visconde de Barbacena, depois de sossegar e despedir as Ordenanças, se abalou para o Sardoão.

Não obstante a celeridade com que o Tenente-Coronel Campbell preveniu o Coronel Trant do que acontecia, a esquerda, que no dia 7 de Abril principiava a marchar das Vendas Novas para a vila do Eixo, teve ordem de fazer alto,

RELAÇÃO DAS MEDIDAS DE DEFENSA

depois de meia hora de marcha, porque a aproximação do inimigo não poderia fazer maior confusão como aquela em que estavam os povos daquelas vizinhanças, aonde o rebate, começado em Águeda, se havia comunicado com a rapidez do relâmpago. O aviso do Visconde de Barbacena, que foi recebido antes da informação mandada pelo Tenente-Coronel Campbell, confirmou o Coronel Trant na certeza da aproximação do inimigo. Algumas pessoas chegaram a afirmar terem avistado os Franceses, e tudo persuadia o Coronel Trant de que a direita havia sido atacada no Sardão e se resolveu a deixar a estrada de Aveiro, e a concentrar toda a tropa, para cobrir Coimbra.

O Corpo Académico, cuja firmeza neste dia igualou o arrojo com que saiu de Coimbra, fez a sua marcha em tão boa ordem e com uma rapidez tão espantosa, que faria inveja ao mais veterano corpo de linha. Este acontecimento, a que deu motivo um rebate falso, confirmou a predilecção do Coronel Trant para com os Académicos. A sua firmeza foi igualada pela afouta expectação com que na direita os granadeiros de n.º 1 e 13 e o segundo batalhão de n.º 1 esperavam o inimigo. Na verdade, quando o Coronel Trant fez saber aos Académicos que o inimigo estava próximo, que nem sequer a lembrança de que eles faltariam ao seu dever lhe passava pela imaginação, porém que lhe parecia ouvir os ais das mães sobre o fado daqueles filhos, que pelas circunstâncias forçosamente haviam de tributar a vida em sacrifício da honra e que estes sentimentos, ainda que os mais nobres, haviam de succumbir ao amor maternal, que o acusaria de ter sacrificado a mocidade ilustrada de Portugal, o unânime e resolutivo protesto com que esta respondeu às ternas e interessantes expressões de quem os ia guiar à immortalidade foi uma cena bem viva do *moriamur pro rege nostro!* Mesmo depois de o Coronel Trant receber informação exacta do que havia sucedido na direita, ele não julgou necessário continuar o seu primeiro plano, de ir costeando o Vouga e depois reunir-se com o Tenente-Coronel Campbell, e por isso retrocedeu para as Vendas Novas, com tenção de se reunir no dia seguinte com a direita no Sardão.

Os Franceses até aquele tempo não tinham dado indícios de ameaçar Aveiro, e se tinha precavido tudo o que então se podia fazer para vedar a passagem do rio, afastando-se da margem direita os barcos e apenas se permitindo poucos, e com toda a cautela. A fim de passarem as famílias que fugiam aos Franceses, mandou-se guardar pelas Ordenanças aquelas passagens por onde a Cavalaria inimiga pudesse tentar atravessar o rio.

Ainda que o inimigo não desse pressa em se fazer senhor da ponte do Vouga, receava-se todavia com maiores funda-

mentos o ataque pela parte de Serém. Os movimentos que os Franceses fizeram para aquém de Albergaria-a-Velha e os reconhecimentos que vieram fazer daquela parte da margem direita do Vouga e nas vizinhanças da ponte do mesmo rio davam a entender que seria o seu intento segurarem a ponte. O Tenente-Coronel Campbell se determinou a proteger os lugares de Águeda e do Sardão, que foram na distância de mais de uma légua ao Sul da ponte do Vouga, ocupando para este fim os pinhais que estão contíguos à estrada pública, aonde a nossa Infantaria podia fazer cara à Cavalaria inimiga. As notícias que se alcançavam e as observações que se fizeram confirmavam consistir a força inimiga em corpos de Cavalaria, e por este modo seria muito difícil à mesma, sem auxílio da sua Infantaria, que ainda não estava junta à Cavalaria, obrigar-nos a largar os pinhais; pelo contrário, tentando a Cavalaria inimiga dispersar-nos, encontraria a nossa mosquetaria, tanto dos corpos de tropas como das Ordenanças; e, quando isto não fosse bastante para a repelir, o seria pela artilharia, a qual, posto que estivesse sobre as alturas na retaguarda do Sardão, poderia avançar para a linha da Infantaria sem perigo de ser surpreendida pelo inimigo.

As Ordenanças do Vouga, apesar de estarem todas muito mal armadas, serviam para vigiar na margem esquerda do rio, e não faltaram dentre elles alguns que, fiados no conhecimento para tiro, dos diferentes atalhos passavam com muita intrepidez à outra banda do rio em companhia com as nossas patrulhas de Cavalaria; e neste dia, 7 de Abril, mataram um francês, o que se supôs ser oficial, por se ter apartado dos seus e chegado à margem do rio, para observar, onde foi surpreendido pelos paisanos, que acabaram com ele, de modo que deixaram o cadáver todo mutilado. A patrulha francesa se retirou, ouvindo os tiros e algazarra da paisanaria.

Como a atenção do inimigo parecia dirigir-se à ponte do Vouga e à confluência superior à mesma ponte, não lançaram patrulhas muito afastadas da sua direita. Esta circunstância facilitou sumamente a execução, que o Tenente-Coronel Campbell ordenou, de fazer passar para o Sul do rio os consideráveis rebanhos e manadas, cujo número, variedade e a das mesmas cores, fazendo uma vista tão importante e agradável quanto era solitária e deserta a da margem oposta, chegava a roubar às sentinelas e vedetas que estavam sobre as eminências e cabeços parte da atenção que deviam empregar para com o inimigo. Os Franceses ainda conseguiram apreender alguns rebanhos de ovelhas e algumas éguas em que montavam as partidas que iam forragear e roubar mantimentos. Estes roubos dos Franceses tiveram muita parte na obediência com que a ordem para a passagem dos gados foi executada. A maior parte do dia 7 de Abril se passou

RELAÇÃO DAS MEDIDAS DE DEFENSA

com as armas nas mãos. Como as posições para a defesa imediata de Águeda só podiam obstar a um ataque local e positivo do inimigo e não seguravam que atravessando os Franceses o rio Vouga mais acima da ponte e metendo-se na estrada que vem de S. Pedro do Sul, facilmente pudessem envolver-nos, porque as Ordenanças que vinham descendo de Lafões estavam ainda muito distantes para poderem vigiar e defender as passagens do Carvoeiro e Jafafe, e a urgência do tempo, quase todo ocupado com o rebate daquela manhã, não havia permitido fazer um reconhecimento naquela parte do rio, o Tenente-Coronel Campbell julgou necessário tomar novas posições antes de anoitecer. Posto que os Franceses não fizessem reconhecimentos para a sua direita, todavia o Tenente-Coronel Campbell não deixou por isso de escolher uma posição menos vantajosa para a sua esquerda do que para a direita.

Ao pôr do Sol, todos os corpos se puseram em movimento e se estenderam pelo pé daquela corda de montes que na distância de quase uma légua correm sobranceiros à confluência do rio Águeda, principiando e acabando em duas quebradas, das quais a primeira se observa nas estradas que vão ter ao Sardão e a segunda perto de Espinhel, formando um desfiladeiro que parece se precipita sobre uma vasta planície, da qual uma grande parte estava então alagada pelas chuvas que tinham aumentado a ribeira de Fermentelos e enchido as inumeráveis valas que cortam em diferentes direcções aqueles formosos campos.

As tropas estavam estacionadas pela seguinte forma: a direita no Sardão; o centro em Recardães, e a esquerda em Espinhel. As avançadas da Cavalaria estavam na Mourisca, lugar em distância de meia légua ao norte de Águeda e por onde corta a estrada para a ponte do Vouga. As vedetas foram estacionadas donde pudessem descobrir o rio Vouga. Seria impossível que o inimigo atravessasse o rio em qualquer ponto sem ser pressentido pelas ordenanças, a quem o mais leve rumor na margem oposta punha em desconfiança e prevenção. Os granadeiros de n.º 1 e 13 formavam a direita, e a eles estavam juntas duas peças de calibre 3; as Milícias de Coimbra e o destacamento de n.º 9 estavam no centro, e o segundo batalhão de n.º 1 na esquerda, para onde foram mandadas duas peças de calibre 6, uma companhia de Milícias e também uma pequena partida de Cavalaria, donde se tiraram vedetas que ficaram sobre as alturas para vigiar qualquer movimento que o inimigo pretendesse fazer pela nossa esquerda. A posição da nossa linha era muito vantajosa. Ainda que o rio Vouga não corresse paralelo à corda de montes de que fizemos menção, contudo qualquer ponto da nossa linha estava afastado da confluência daquele rio na dis-

tância de uma légua pelo menos, e este espaço de terreno que cobria a nossa frente estava coberto de bastantes dificuldades. Os poucos vaus do rio Vouga só eram sabidos pela gente do país e, passado o Vouga, havia muitos valados, marachões e árvores nativas que enredavam de obstáculos aquele campo. Na retaguarda da nossa linha ficavam os montes, e uma boa estrada fazia comunicável a direita com a esquerda por cima dos mesmos montes.

Atendendo a estas razões, o Tenente-Coronel Campbell não ordenou que os corpos ocupassem exactamente as posições que ele lhes indicara em caso de rebate, mandando que se acantonassem pelos lugares de Espinhel, Recardães e o Sardão, e neste último ficou ele mesmo com a Cavalaria. A distância que vai destes três lugares às posições respectivas dos corpos era de nenhuma consideração e por isso difícil ao inimigo surpreendê-los nos acantonamentos e achá-los desprevenidos, quando mesmo surpreendessem as nossas avançadas. O segundo batalhão de n.º 1 evacuou Águeda e passou para Espinhel porque pareceu que seria mais fácil aos Franceses passarem o Vouga na ponte do que procurarem vadeá-lo mais abaixo daquele lugar. Quando os Franceses tentassem atacar-nos, dirigindo-se pela estrada principal a Águeda, seria de grande risco a ocupação daquele lugar pela nossa gente, ao mesmo tempo que, se os Franceses ocupassem Águeda e o Sardão, não tiravam a maior vantagem, porque os moradores se haviam retirado com as suas riquezas para desvairados pontos da Serra; e, como a força francesa consistia toda em cavalaria, ser-lhes-ia muito difícil que nos desalojassem das alturas que dominam o rio Águeda. Se a Cavalaria inimiga tentasse atacar-nos, havia de desenvolver-se debaixo do fogo da bateria que estava no nosso flanco direito, igualmente debaixo da mosquetaria das companhias de granadeiros e da gente de que se pudesse dispor, tirada dos outros corpos, cuja linha havia de ser sustentada pela esquerda da divisão comandada pelo Coronel Trant, que necessariamente se havia de pôr em marcha para aquele fim, porque, não sendo possível reunir-se antes do ataque, o faria dentro de pouco tempo, depois que a direita da divisão se empenhasse contra o inimigo.

Assim se passou o dia e noite de 7 de Abril, e na manhã do seguinte dia o Coronel Trant se pôs em marcha para o Sardão, aonde entrou a esquerda, e neste lugar estabeleceu o seu quartel-general. O Tenente-Coronel Campbell ordenou que o segundo batalhão de n.º 1 tornasse a ocupar Águeda. A artilharia da esquerda passou para a direita juntamente com as Milícias de Coimbra, e o destacamento de n.º 9 se aquartelou no Sardão. Dous piquetes de Cavalaria foram mandados estacionar, um em Espinhel, donde se descobre a ponte

RELAÇÃO DAS MEDIDAS DE DEFENSA

de Requeixo e a estrada de Aveiro, e outro em um lugar junto à margem direita do rio Águeda, para descobrir os diferentes caminhos que vêm dar à estrada de Águeda para Aveiro. No mesmo dia em que o Coronel Trant entrou no Sardão, vieram os granadeiros dos regimentos n.ºs 6 e 18 reunir-se às tropas do seu comando. Estas companhias, cheias de um zelo criminoso, tinham, por um entusiasmo bem oposto à disciplina militar, marchado da Guarda, aonde se achavam debaixo das ordens do Marechal de Campo Manuel Pinto Bacelar. Os oficiais constrangidamente os seguiram e pelos seus esforços precaveram maiores desatinos, enquanto durou a marcha desta gente insubordinada, a quem os desejos de ver socorrida a cidade do Porto os haviam instigado a romperem os vínculos da disciplina militar.

O Coronel Trant ordenou que este corpo de tropas, ansioso de vir às mãos com o inimigo, ficasse sendo a infantaria mais avançada de toda a que estava debaixo do seu comando, mandando-os acampar sobre as primeiras alturas que se observam saindo de Águeda para o Porto. Toda a Cavalaria recebeu ordens de se aproximar ao rio Vouga, e o seu comandante, o Visconde de Barbacena, tomou acantonamento no pequeno lugar de Lamas, na confluência do rio, donde mudou para o de Pedações, posição muito vantajosa, porém mais distante do rio do que a primeira. Debaixo das suas ordens ficou a direcção e distribuição de gente para os piquetes e patrulhas.

O Capitão Guilherme Guimarães occupou a vila de Eixo com uma partida de Cavalaria. Era da última necessidade guarnecer aquele ponto com alguma gente, para vigiar o que o inimigo projectasse daquela parte, e igualmente guardou aquela parte da margem do Vouga, para os Franceses não praticarem os roubos e devastações que faziam em outros pontos. Deveu-se muito à actividade do Capitão Guimarães o refrear a afouteza dos Franceses, porque as ordenanças daqueles sítios estavam todas desarmadas, muitos morreram atropelados no Porto e a maior parte andava dispersa, e deste modo não era difícil que o inimigo tentasse vadear o rio. Porém os vinte cavalos com que marchou o Capitão Guimarães foram da maior utilidade, porque animaram a reunião dos moradores daqueles lugares, e com esta massa inerte se impôs ao inimigo.

No dia 10 de Abril, o Coronel Trant fez uma inspecção geral a todos os corpos que estavam debaixo do seu comando, mandando-os formar na gandra junto à aldeia da Mourisca. Achou que a Infantaria não chegava a dous mil homens, e os dous esquadrões de Cavalaria, além de não estarem completos, tinham os cavalos em mau estado, a que os haviam reduzido as marchas anteriores e mais serviço que fizeram

junto ao exército do Tejo. Com esta tropa e com os artilheiros haveria ao todo pouco mais de dous mil homens capazes de sustentar o campo; e, se alguma pessoa tem avantajado o número, deve attribuir-se a engano ou falta de informação. Nunca a força regular debaixo das ordens do Coronel Trant, incluindo mesmo as Milícias de Coimbra e o Corpo Académico, foi tão numerosa como no tempo desta inspecção. Pode-se dizer do Coronel Trant o mesmo que disse o grande Frederico de um seu general, porque as circunstâncias militares em que se achou o general Seidlitz foram tão semelhantes ás do Coronel Trant em Coimbra, quando o Marechal Sout se apoderou do Porto, que os seguintes períodos do moderno César podem ser aqui lembrados:—«*Un homme médiocre, qui se fût trouvé dans de pareilles circonstances, découragé par l'appareil imposant des ennemis, se seroit retiré à leur approche et auroit perdu la moitié de son monde dans une affaire d'arrière garde, que cette cavallerie supérieure auroit engagée au plus tôt. Le bon emploi de ce regiment de dragons étendu et montré de loin à l'ennemi procura à Mr. de Seidlitz le moyen d'acquérir beaucoup de gloire dans une affaire aussi épineuse*» (1).

A Cavalaria de linha, Infantaria Académica e os atiradores escolhidos de Milícias de Coimbra ficaram debaixo do comando do Coronel Campbell e foram destinados a servir separadamente da outra tropa, aonde se julgasse expediente em caso de ataque. Deram-se providências para que não faltassem mantimentos, e de longe ia o Coronel Trant tomando as suas medidas para que se não sentisse a falta deles quando chegasse o exército britânico, o qual já estava em movimento para Alcobaca e Leiria.

A estas disposições se deveu a facilidade com que o exército britânico achou mantimentos quando chegou ao Vouga; e, apesar de os Franceses estarem dominando todo o país ao Norte deste rio, pôde-se, mesmo assim, tirar os recursos que oferecem os férteis campos de Angeja. Ainda que a tropa recebesse com regularidade os seus soldos e rações, o Coronel Trant declarou à mesma que ela ia fazer uma campanha e era impossível que o seu pagamento andasse em dia, como se ela estivesse em quartéis; que ele tinha tomado todas as medidas para que não faltassem os víveres. Ao mesmo tempo, fez saber aos moradores daqueles lugares que, estando aquela tropa exposta aos perigos para defender as vidas e propriedades dos habitantes daqueles distritos, era necessário que eles se prestassem aos incómodos que a subsistência da

(1) *Histoire de la Guerre de Sept Ans*, Campagne de 1757. 13-26 Octobre.

RELAÇÃO DAS MEDIDAS DE DEFENSA

mesma tropa de necessidade lhes havia de causar. As requisições se distribuíram pelo modo menos gravoso, considerada a possibilidade dos moradores e a necessidade da cultura, e até se deram providências para que elas se fizessem pelas autoridades civis, sendo o Doutor Juiz de Fora de Angeja encarregado deste ramo de serviço, comissão que ele desempenhou com muita actividade e zelo pelo bem da causa da Pátria.

O Lente de Medicina Francisco de Sousa Loureiro, Major do Corpo Académico, recebeu ordem do Coronel Trant para estabelecer em Águeda uma enfermaria para tratar os doentes que dessem esperança de pronta melhora, e os que pediam uma cura mais longa e prolixa eram conduzidos ao hospital de Coimbra. Apesar da irregularidade da estação, particular humidade do país, falta de capotes em que estava a maior parte dos soldados, alguns mesmo por fardar e calçar, outros por idade e educação desacostumados às durezas e necessidades de uma campanha, em que foi necessário estar todas as madrugadas, muitas noites e alguns dias inteiros debaixo de armas, os que entraram nesta enfermaria foram tratados com um cuidado tão particular pelo chefe daquela repartição e pelos Académicos da sua profissão e escolha, que a tropa não sofreu em todo o mês de Abril e princípio de Maio senão a perda de um único soldado.

A continuada desconfiança que os muitos viandantes davam às ordenanças que vigiavam os caminhos e atalhos, trazendo muitos deles ao quartel general, para serem examinados, obrigou a formar um conselho permanente com o título de Exame e Segurança, para nele se qualificarem os que podiam prosseguir nas suas jornadas, evitando-se assim o seu incómodo e igualmente o perigo dos espias que os Franceses podiam introduzir entre nós. Conforme à informação do mesmo Conselho, deliberava o Coronel Trant segundo achava conveniente. Compunha-se o dito Conselho do desembargador José Bonifácio de Andrade, major do Corpo Académico, como Presidente, sendo vogais Manuel de Serpa Machado, doutor em Leis e comandante da artilharia académica, e o Capitão de artilharia fixa de S. João da Foz Francisco José de Resende de Vasconcelos, e secretário o académico Joaquim César Velho de Barbosa. Quando vier à consideração de alguém que as tropas marcharam de Coimbra para o Vouga sem fornecedor, pagador, auditor, capelão e cirurgião, em vez de se atribuir ao Coronel Trant demasiada independência e arbítrio, se admirará a facilidade e presença de espírito com que dava atenção a todos os ramos necessários para o arranjo e economia de umas tropas, que não só tinham uma força superior de inimigos pela frente,

mas entravam em um país que era preciso tranquilizar, porque a anarquia precursora da invasão inimiga no Minho tinha atravessado o Douro e prometia as mesmas desgraças deste lado. Fora estas interessantes providências, o Coronel Trant estabeleceu os melhores meios para ter informação do que se passava nos lugares ocupados pelo inimigo. Para não tirar o louvor, que deve medir-se pelo risco, não posso deixar em silêncio Manuel Francisco Camarinha, da cidade do Porto, o qual entrou e saiu daquela cidade com tanta frequência para dar avisos úteis ao Coronel Trant, que os mesmos Franceses desconfiaram havia inteligência do que se passava entre si. Outros, e particularmente um honrado patriota estabelecido nas vizinhanças da Feira, fizeram serviços do mesmo género. No meio da confusão, não me foi possível tomar em lembrança os seus nomes, que tem tão grande direito ao reconhecimento da Pátria.

O carácter da tirania francesa nunca se mostrou tão conspícuo do que a este respeito: pressentiam os efeitos do patriotismo e, querendo evitá-los com o terror, penduravam em árvores, à borda das estradas, alguns inocentes em quem desgraçadamente recaía a sua desesperada e temerária suspeita. Estes cadáveres permaneceram pendurados até que os Franceses foram lançados fora daqueles lugares pelo exército britânico. A vista de tantas vítimas entorpecia os sentidos; as lágrimas derramadas pelos parentes, amigos, vizinhos, que se ajuntavam ao pé daquelas árvores chorando a perda de seus maridos, seus filhos, seus pastores e compatriotas, deram maior luto sobre tão fúnebre cena e faziam mais respeitável a marcha do exército vingador de tantos assassínios. Pelas informações alcançadas acerca do movimento dos Franceses se veio a saber que eles ocupavam, não só Albergaria-a-Nova, aonde comandava o General Franceschi uma força muito considerável de Cavalaria, mas, sabendo da marcha de tropas contrárias para o Vouga, conservavam em diferentes posições destacamentos de Infantaria, como em Ovar, Oliveira de Azeméis e Vila da Feira, tendo o General Thomieres o seu quartel-general neste último lugar, cujo destacamento era o mais numeroso.

O Coronel Trant não fez avançar imediatamente para a margem esquerda do Vouga senão a Cavalaria. Este movimento teve lugar no dia 13 de Abril. A Infantaria ocupou o Sardão e Águeda e alguma se acampou junto a estes lugares. Talvez a protecção immediata do Sardão e Águeda fosse a causa de não haver movimento algum de Infantaria para a margem do Vouga. Estes dous lugares não têm outra divisão mais do que a corrente do rio Águeda, que os separa: estão situados em uma veiga aprazível e muito fértil; e, não sendo o Águeda rio considerável, todavia tem sua navegação,

RELAÇÃO DAS MEDIDAS DE DEFENSA

cuja circunstância, junta com a passagem da estrada pública, dá muita importância áqueles lugares, pela indústria a que convidam seus moradores.

A largura do vale, no ponto onde estão situadas o Sardão e Águeda, não é considerável, e as extremidades ao norte de Águeda e ao sul do Sardão finalizam aonde começam as subidas para as cordas de montes que vão pondo termo ao vale pela banda do Norte e do Sul, correndo sobranceiros às margens do rio Águeda.

A estrada do lugar de Águeda para o Porto e que se dirige à ponte do Vouga corta por entre pinhais, e alguns muito espessos e de grande extensão. Logo ao sair de Águeda, a estrada atravessa por pinhais tão contíguos uns aos outros, que se pode dizer que a estrada os divide em dous grandes pinhais, um à esquerda e outro à direita; porém entre estes, e com particularidade para a esquerda da estrada, o terreno se abre em muitas ribanceiras e quebradas.

O Coronel Trant, depois de examinar o terreno, escolheu esta posição para postar a sua gente, se o inimigo atravessasse a ponte, para o atacar, e fez dificultoso o terreno, ajuntando-lhe novos obstáculos. Para obstruir todos os atalhos e atravessadouros que passavam por entre os pinhais, mandou abrir fossos e derribar arvoredo, fazendo-se um grande fosso na frente de uma bateria que comunicava ambos os pinhais de uma e outra banda da estrada, proibindo e inutilizando a mesma estrada. Esta posição era muito vantajosa: cobria os lugares de Águeda e Sardão, e o que fazia mais importante era segurar o ímpeto da cavalaria inimiga contra a nossa gente, em quem havia falta de disciplina e de experiência da guerra. As mesmas ordenanças haviam de ser empregadas com muita utilidade; e, quando o inimigo tentasse cortar-nos, dirigindo-se à estrada que passava pela nossa direita, os seus movimentos haviam de ser feitos debaixo do fogo da pisanaria e atiradores, porque aquella estrada também atravessava por pinhais; e, quando eles conseguissem entranhar-se pela estrada, a nossa retirada para as alturas na retaguarda do Sardão, aonde vão ter as diferentes estradas, sempre ficava segura, porque, enquanto caminhássemos um pequeno quarto de légua, o inimigo pela sua marcha havia de descrever o quádruplo da distância e, em razão do entusiasmo e furor patriótico, era natural que não fizesse a sua marcha impunemente.

As ordens do Coronel Trant acerca das obras que se deviam construir nos pinhais foram executadas com a maior brevidade, distinguindo-se pela sua actividade e discernimento na boa direcção deste serviço os engenheiros Tam, e Matos e o académico Rodrigo da Fonseca Magalhães, e

prestando-se os donos dos pinhais com toda a satisfação ás perdas que lhes causaram as árvores cortadas.

No dia 13 de Abril, o Coronel Trant passou a ponte do Vouga para fazer um reconhecimento e, enquanto ele durou, todos os corpos estiveram debaixo de armas e na posição dos pinhais. Os Franceses occupavam Albergaria-a-Nova e Albergaria-a-Velha, tinham lançado partidas para a sua direita e postado as suas avançadas em um pinhal situado à esquerda da estrada do Porto, aonde finaliza pelo Norte a gandra de Serém. As suas vedetas descreviam uma linha paralela ao dito pinhal e se estacionaram sobre as diferentes estradas que cortam a gandra naquela parte, dirigindo-se do Vouga para diversos destinos. O Coronel Trant, pretendendo examinar de perto a qualidade da tropa inimiga e desejando igualmente que os Franceses ficassem inteirados de que existiam Ingleses por aqueles sítios (1), se adiantou sem mais pessoa alguma do seu estado-maior até perto de duas vedetas, as quais dispararam as suas clavinas sobre ele, porém felizmente, não acertaram. Passado este reconhecimento, se julgou que, sendo a força principal do inimigo a divisão de cavalaria às ordens do General Franceschi e fazendo este avançar destacamentos para a gandra de Serém, se não encontrassem força alguma contrária occupariam aquella posição e não perderiam occasião de chamar para ali toda a cavalaria, porque a gandra de Serém lhe ficava sendo uma posição que, além das vantagens com que igualava a gandra entre as duas Albergarias, tinha a de senhorear-se das alturas ao Norte e que ficam dominando a ponte do Vouga pelo lado direito do mesmo rio, aonde as suas companhias de *voltigueiros* de infantaria ligeira lhe fariam maior serviço do que empregando-as nas

(1) Três anos depois de eu escrever esta Relação, fui informado por uma pessoa, que me devia o conceito de falar a verdade, e que, não podendo evadir-se do Porto antes da tomada e sacco daquela cidade pelos Franceses, enquanto ali esteve, frequentava a casa de uns antigos amigos, que lhe valem na sua desgraça aonde estava aquartelado o General Loison, lhe ouvira a noticia da primeira parte dada ao Duque de Dalmácia pelo Comandante dos postos avançados sobre o Vouga. Consistia a noticia dada por o Loison que, tendo o comandante das avançadas procurado informação a respeito do número e qualidade da tropa que tinha marchado de Coimbra, conseguira saber que um Capitão de Milicias Inglesas, desembarcando na Figueira, tinha chegado a Coimbra, aonde se lhe uniram dous estudantes, filhos do Sr. Sarmento, de Lisboa, e conhecidos por acérrimos parciais dos Ingleses e que estes tinham induzido os estudantes da Universidade para marchar, os quais, espalhados pelas aldeias, haviam amotinado os povos para fazerem resistência nas margens do Vouga. É provável que o General Franceschi não estivesse muito tempo sem se persuadir de que um hábil militar, em vez de um *Capitão de Milicias*, estava destinado para com as suas manobras fazer parar uma cavalaria ufana com as vantagens da recente campanha.

RELAÇÃO DAS MEDIDAS DE DEFENSA

emboscadas que elas faziam nos pinhais baixos que estão próximos a Albergaria-a-Nova. O Coronel Trant se resolveu a tirar partido da demasiada prudência com que o inimigo, em vez de ocupar a gandra de Serém, se contentou de estacionar nos confins da mesma mais afastados do rio alguns piquetes de observação. A força debaixo do comando do Coronel Trant era muito inconsiderável para destacar corpo algum para a outra margem do Vouga. O ocupar a gandra de Serém por toda a sua divisão era arriscadíssimo, ao mesmo tempo que o não passar algum destacamento para a direita do rio era perder a melhor ocasião de multiplicar pelo menos outros meios de prevenção contra qualquer surpresa do inimigo e talvez podendo nós fazermos-nos senhores da ponte pela execução deste movimento. Estas considerações deram sem dúvida causa a se determinar o Coronel Trant a estabelecer um ponto na outra margem do Vouga, escolhendo-o naquela parte de Serém contigua à estrada e a qual tinha pela frente o pinhal ocupado pelo inimigo. Calculando com a pequena força debaixo das suas ordens, a Cavalaria que ocupava a margem esquerda do Vouga passou o rio juntamente com duas companhias escolhidas de Milicianos de Coimbra, e estes corpos avançados foram entregues ao comando do Visconde de Barbacena.

O segundo batalhão do regimento n.º 1 tomou acantonamento no lugar da Mourisca, que fica, com pouca diferença, no meio da distância de Agueda ao Vouga, a fim de conservar a comunicação com os corpos avançados e com os outros da divisão, os quais continuavam nos mesmos acantonamentos. Dous destacamentos de Infantaria de linha foram mandados ocupar a vila do Vouga para guardar a ponte e mais acima para vigiar as passagens do mesmo rio em o sítio chamado do Carvoeiro e suas vizinhanças. Estes destacamentos eram principalmente destinados para ter em boa ordem as ordenanças e as animar, porque elas eram empregadas neste serviço e com tamanha prontidão e vigilância o executavam, que bastava a vista de um dragão francês para pôr todo o campo em alerta.

O quartel-general permanecia no Sardão, lugar mais conveniente para a correspondência, em particular com o general da província de Trás-os-Montes, porque o Coronel Trant procurava combinar os seus movimentos com o fim de fazer uma diversão a favor da valorosa gente trasmontana, donde, pela tomada de Chaves, se tinham derramado os primeiros raios de esperança, depois dos funestos acontecimentos do Minho, e o característico valor da gente daquela Província prometia que o Tâmega testemunharia feitos de tanta coragem e denodo, como no ano antecedente se havia obrado no Douro.

É bem digno de observação que o mesmo Loison, que tanto pasmou da afouteza da gente de Trás-os-Montes, na opposição que lhe fizeram na Régua, fosse destinado para ser outra vez testemunha de novas proezas da mesma gente na posição de Amarante, aonde se não podia attribuir à localidade do terreno coberto de vinhas, como os boletins de Junot, em 1808, tinham pretendido explicar a audácia daqueles montanhesees, e o nobre espirito e sentimentos do mais arreigado amor à Pátria e lealdade à Real Casa de Bragança.

Por informações tiradas dalguns desertores que passaram do exército francês, se veio a saber que a força debaixo do comando do General Franceschi consistia em dous regimentos de dragões, um de húsares e outro de caçadores a cavallo, os quais, posto que reduzidos pela campanha da Galiza e marchas, formavam ainda uma divisão muito respeitável e que, além de ocupar um terreno vantajoso, era mesmo em número muito superior a toda a divisão do Coronel Trant.

Quando o Franceschi foi altado em a manhã de 10 de Maio pela cavalaria britânica dos Generais Cotton e Payne, foi então que se pôde concluir com exactidão a grande força de cavalaria que estava em Albergaria-a-Nova (1). Sem embargo da superioridade dos Franceses, a passagem do Visconde de Barbacena para Serém e o aumento progressivo de infantaria que foi occupando aquele ponto para sustentar a nossa Cavalaria, não só seguiu a ponte e obsteo o progresso dos Franceses para aquém das duas Albergarias, mas constrangeu o General Franceschi, que observava todos os nossos movimentos, à impossibilidade de destacar corpo algum do seu comando para ser empregado em outra alguma empresa, antes ele procurou reforçar-se com algumas companhias de Infantaria Ligeira e duas peças de pequeno calibre, que nos constou se lhe uniram. A distância até aonde se tinha adiantado o General Franceschi era muito considerável para poder ter lugar algum daqueles movimentos em que os Franceses têm uma perícia conhecida, de reforçarem o ponto que julgam mais importante, destacando forças doutro e fazendo,

(1) Posto que as informações que tivemos nos fizeram sabedores da força da Cavalaria franceza, poderemos, sem recorrer a arriscadas conjecturas, suspeitar que os quatro regimentos franceses eram o 8 de Dragões, 22 de Caçadores, o regimento do Coronel Tascher e o regimento hanoveriano, que formavam as brigadas de Cavalaria dos Generais De Belle e Franceschi, as quais foram mandadas pôr à disposição do Marechal Soult por ordem imediata de Buonaparte, como se pôde ver da carta interceptada do Príncipe de Neufchatel ao Soult, datada de Chamartin em 10 de Dezembro de 1808 e publicada em a «Narração da Campanha do General Moore», obra estampada em inglês, em 1809, pelo irmão daquele infeliz e distinto general, o qual pelas suas manobras salvou Lisboa e o Sul da Espanha naquella época.

RELAÇÃO DAS MEDIDAS DE DEFENSA

pela rapidez das suas marchas, inconsequentes tais mudanças nos lugares enfraquecidos.

Quando o Marechal Soult entrou no Porto, nenhuma outra cousa poderia ter influído em ele fazer avançar para a distância de nove léguas um tão grande corpo de Cavalaria, a não ser a lembrança orgulhosa de reduzir Coimbra a cair imediatamente em seu poder. Pessoas que tiveram ocasião de observar o modo de pensar daquele General acerca da guerra em Portugal nos comunicaram que ele proferisse que todo o exército que se senhoreasse do Porto deveria ser reconhecido pelos povos da direita do Mondego como conquistador, assim como até à esquerda do mesmo rio deveria chegar com o estrondo de quem conquistasse Lisboa a submissão dos povos. Esta teoria de Soult, ao mesmo tempo que pode servir para explicar a rapidez com que a divisão de Franceschi avançou do Porto sobre o Vouga, igualmente estabelece um problema, se são os rios ou os povos da Península os que diferem dos de Itália, Alemanha e Polónia, onde com uma indiferença para qualquer dominação estrangeira se viram atravessar aqueles, sendo caudalossíssimos, e dar por conquistadas tantas léguas de terreno quantas as que medeiam entre qualquer rio atravessado ou cidade ocupada e alguma outra principal, posto que muito distante.

O Coronel Trant, ao mesmo tempo que via a superioridade decidida do inimigo, procurava por todos os meios conservá-lo em maior distância do Porto, não só porque combinava a defesa da passagem do Vouga com a diversão que fazia a favor dos defensores da ponte de Amarante, mas também porque, obrigando o inimigo a se afastar do Porto, não se perdia a esperança de aquela divisão de cavalaria francesa poder ser cortada pelo exército britânico. Não foi esta divisão o corpo único de tropas inimigas que ficaram estacionárias ao Sul do Douro, porque em Oliveira de Azeméis se tinha acantonado um batalhão de Infantaria, comandado pelo chefe de batalhão Olivet, segundo as informações que se alcançaram, e o qual se distinguiu por esforços para conservar a disciplina militar e obstar às ribaldarias da soldadesca. O General Thomieres estava na Vila da Feira e, posto que se ignorasse a gente que ele comandava pelas barracas que os soldados construíram fora da vila e sobre uma altura aonde se dizia que o Thomieres prometia edificar uma vila com o seu nome, se ajuizou, depois que marchámos por aquele acampamento, que não poderia descer de dous mil homens. Em Ovar e suas vizinhanças conservavam destacamentos consideráveis, assim como em Grijó e nos Carvalhos, e foram estas tropas que se concentraram no dia 11 de Maio e que, formando a principal força do corpo comandado pelo General Mermet, foi derrotado por Sir Arthur Wellesley.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Voltando ao fio da nossa narração, temos de fazer menção de que as ordenanças de Lafões fizeram a sua reunião em Águeda com as tropas comandadas pelo Coronel Trant, às ordens de quem estas ficaram, segundo as instruções que tinham recebido do General da Beira, Florêncio José Correia de Melo. A maior parte destas ordenanças estava armada com chuços, e por isso foi logo despedida pelo Coronel Trant, e os que tinham espingardas não ficaram demorados por muito tempo, porque as ordenanças do Vouga faziam todo o serviço que se podia esperar de paisanos, em quem era impossível introduzir de repente a ordem necessária para operação regular; porém, a fim de animar os bons desejos das mesmas ordenanças e como em recompensa da boa ordem e disciplina, ordenou o Coronel Trant que a companhia de ordenanças de Águeda de Cima ficasse unida ao regimento de Milícias de Coimbra, junto ao qual ela serviu toda a campanha, e a quem observou esta gente no ataque de Albergaria-a-Nova e na entrada do Porto sentia o prazer de ver outra época na História Portuguesa semelhante àquela em que as ordenanças ganhavam batalhas no Alentejo.

As ordenanças dos distritos do Vouga, aproveitando-se dos pontos em que se havia estacionado a tropa e achando abrigo nos mesmos, atravessavam o rio para inquietar os Franceses, obrigando-os muitas vezes a deixar o gado e comestíveis que levavam para os acampamentos, matando-lhes os cavalos, e muitos Franceses foram mortos pelas mesmas ordenanças. Os paisanos chegaram a tal afouteza, que armaram uma emboscada entre Oliveira de Azeméis e Arrifana, aonde caiu um Coronel, que nos informaram chamar-se Lameth e pertencer à família deste nome, tão notável na história das intrigas políticas da Revolução de França. Os que fizeram a emboscada salvaram-se felizmente; porém a desesperada raiva dos Franceses principiou o sacrifício à memória do Coronel Lameth arcabuzando cinco inocentes e pendurando-os no sítio aonde foi morto o Lameth. O crime destes infelizes, segundo informações que alcançámos, não foi senão o de terem sido os que se encontraram mais perto de quele lugar.

Não parou aqui a furiosa vingança dos bárbaros, pois fizeram duas expedições para os lugares de Arrifana e S. Martinho de Salreu, aonde praticaram as crueldades do costume, arcabuzando alguns dos moradores e atropelando com a Cavalaria outros e passando-os à espada sem misericórdia nem princípio algum de humanidade nem direito das gentes, sendo estes desumanos excessos acompanhados de incêndios e outros meios devastadores. O Diário que se publicava no Porto por ordem de Soult referiu estas atrocidades com o véu que a mentira poderia prestar para encobrir tão enormes crimes.

RELAÇÃO DAS MEDIDAS DE DEFENSA

Copiaremos o seguinte parágrafo do Diário de 22 de Abril de 1809: «Oito moradores, ou antes facinoras, destes lugares (S. João da Madeira e Arrifana), depois de legalmente convencidos de haverem indigna e traiçoadamente assassinado um official francês de merecimento e cuja perda tem sido sobremaneira sensível a todo o exército, foram presos, sem perda de tempo enforcados e as suas casas queimadas».

Os crimes cometidos pelos Franceses nos países que têm assolado têm sido tão fora da marca dos que de ordinário são praticados pelos conquistadores, que para se acreditar o que eles fizeram em outros países, foi preciso que eles praticassem o mesmo por toda a parte. Quem não vê, nos assassinatos que deixamos referidos, o mesmo espírito que presidiu aos de Gafa e de Madrid?

Enquanto os Franceses assim tiranizavam os povos da direita do Vouga, não perdiam de vista observar a força contrária que tinham na sua frente e faziam multiplicados reconhecimentos. As suas indagações acerca do movimento de tropas británicas eram particularíssimas. As companhias de granadeiros dos regimentos n.º 6 e 18, que sem ordem superior tinham marchado da Guarda para o Vouga, receberam ordem do Marechal para retroceder para Tomar. O Coronel Trant foi pessoalmente dar as ordens positivas do Marechal Comandante em chefe a estas companhias e as exortou a que, por uma pronta obediência, alcançassem o perdão do crime em que haviam incorrido. Não foi a diminuição desta gente a única falta que sofreu a pequena divisão do Coronel Trant, porque o Tenente-Coronel Campbell igualmente recebeu instruções para partir. Tal era o desejo dos granadeiros, que, por serem os seus regimentos do Porto, julgavam pertencer-lhes o lavar a afronta que o inimigo tinha feito à capital dos seus regimentos, que, sabendo da marcha do Tenente-Coronel Campbell para Tomar, se persuadiram que o destino daquele official era o ir pedir ao Marechal que os granadeiros tornassem para o Vouga.

Como seria muito possível que os Franceses viessem a ter notícia desta marcha dos granadeiros e que ela animasse os mesmos Franceses a alguma empresa, o Coronel Trant fez avançar para a Vila do Vouga o 2.º batalhão do regimento n.º 1, que já se achava na Mourisca, e neste lugar entraram os granadeiros de n.º 1 a 13. Os Académicos, Milícias de Coimbra com os destacamentos que andavam unidos às mesmas Milícias se abalaram para a vila da Trofa, e toda a artilharia foi postada em Pedações, donde dominava a descida para o Vouga pela ponte do Marnel. O quartel-general passou para a vila da Trofa. Estes movimentos foram feitos debaixo de uma tempestade e de uma chuva friíssima, e nunca se apagará da minha lembrança o entu-

siasmo com que os Académicos marcharam na frente da sua coluna ao som do seu marcial hino — «*Deixemos agora Palas, / sigamos Belona irada*».

Com efeito, os Franceses tiveram notícia de que parte da tropa de linha havia sido chamada do Vouga, e alcançaram esta informação porque entraram em Albergaria-a-Velha em a noite de 17 de Abril. Soult era muito sagaz para não tirar partido de tudo, particularmente nas circunstâncias em que ele se achava, sem comunicação com a Galiza, encontrando opposição nas margens do Vouga e ameaçado pelo General Silveira. A fim de diminuir a esperança dos Portuenses, que testemunhavam os carros de feridos que vinham das partes de Amarante e que sabiam com toda a certeza não terem os Franceses atravessado o Vouga, o Diário de 22 de Abril, affectando uma imparcial narração do que sucedia no Vouga, tinha um artigo concebido nos seguintes termos: «Por pessoas aqui chegadas de Coimbra, se soube que dous regimentos portuguezes de linha, que se tinham adiantado até o Vouga, receberam ordem para repentinamente marcharem para o Alentejo, e por isso toda a guarnição que está aqui até Coimbra se reduz ao regimento composto dos alunos daquela famosa Universidade, que, trocados os livros por espingardas, ambicionam duplicados louros. Queira o Céu que lhes não seja funesto o seu ardor e que se sirvam de suas luzes e conhecimentos para prevenirem com tempo os danos que tudo parece ameaçar-lhes».

Esta moderação, sendo da mesma escola de Lagarde, foi muito superior a todo o maquiavelismo deste, quando pretendeu, com os seus discursos, impedir que se não levantasse em Portugal o nobre entusiasmo que se ia apoderando dos Espanhóis. O levantamento dos povos da Galiza fez impraticável qualquer ambição entre os Marechais Soult e Ney, e a tomada de Valença a 10 de Abril, que o Soult supunha da maior consequência, se reduziu a conceder-lhe os meios de livrar os hospitais franceses que estavam em Tuy de cair em poder dos patriotas, cujo furor cada vez se aumentava mais, e foi coroado pela tomada de Vigo.

Não foi menos impraticável ao Marechal Soult o abrir comunicação com o Vítor e Lapisse. Os franceses no Porto estavam esperançados que este havia de penetrar pelo lado de Almeida e vir a Viseu dar a mão para o Soult poder adiantar-se mais. Ainda que o Soult se desenganasse que só à ponta de baioneta poderia abrir comunicação com os outros exércitos franceses, vista a attitude de resistência em que estavam os povos, como ela se lhe fazia cada vez mais necessária, recebeu-se, com bastante fundamento, que ele não fizesse avançar algum corpo para aquella parte da Beira, e nestas circunstâncias foi muito oportuno o movimento executado

RELAÇÃO DAS MEDIDAS DE DEFENSA

por Sir Roberto Wilson para a banda de S. Pedro do Sul, porque impediu qualquer tentativa de Soult, que o Coronel Trant não poderia evitar, se assegurou a comunicação do General Silveira e impossibilitou os Franceses a proverem-se no país que lhes ficava à esquerda, para onde forçosamente havia de fazer uma irrupção, ainda que não fosse com outro destino senão o de tirarem mantimentos, por terem exaurido o país que ocupavam.

Em razão deste oportuno movimento de Sir Roberto Wilson, a comunicação entre ele, o Coronel Trant e o General Silveira não podia deixar de pôr o Soult na maior perplexidade, perdidas todas as esperanças de ter comunicação com os outros exércitos franceses, não tendo notícias exactas dos Ingleses, de quem sabia existirem forças consideráveis em Lisboa, vendo ao mesmo tempo avizinham-se corpos de tropas inimigas.

Tendo os Franceses informação do movimento das companhias de granadeiros, que eles se persuadiram ou fingiram ser toda a força regular que estava nas posições do Vouga, como se vê do lugar do Diário do Porto que atrás deixámos transcrito, fizeram um reconhecimento, observando todos os nossos pontos, desde Serém até a vila de Eixo.

Fosse porque os Franceses não observassem alteração por continuarem ocupados estes pontos como estavam antecedentemente, não intentaram coisa alguma naquele dia, antes afastaram da frente das nossas avançadas a sua cadeia de vedetas, que até então estavam muito chegadas às nossas, e os seus piquetes avançados retrocederam consideravelmente.

Entretanto, o Coronel Trant, não se fiando naquelas aparências do inimigo, fez adiantar a infantaria académica mais para o Vouga, ordenando que ela descesse da Trofa e se fosse postar em Segadães, mais próximo a uma das passagens do rio. É verdade que a ponte chamada de Almeir, ou da Rata, da qual se havia destruída parte, estava vigiada pelas ordenanças; porém as circunstâncias pediam que se fizesse persuadir ao inimigo de que a retirada das tropas que eles sabiam ter deixado os nossos acantonamentos não nos enfraquecia de tal sorte que não pudéssemos sustentar com a mesma resolução a linha que ocupávamos; e por isso os Académicos ocuparam um ponto continuamente observado pelos Franceses. A distância da ponte do Vouga a Segadães não é tão pequena para deixar de se escolher um ponto que communicasse com os outros, e nesta consideração continuou a Trofa a ser ocupada, porque pode considerar-se, com pouca diferença, o centro entre as pontes do Vouga e de Almeir.

Os corpos ocupavam as seguintes posições: o Visconde de Barbacena com a Cavalaria e alguns infantes tirados alter-

nadamente dos corpos de linha e sempre alguns milicianos, estava postado na lameda de Serém; o Major António de Mourão com o segundo batalhão de n.º 1 ocupava a Vila do Vouga; toda a artilharia, que consistia de duas peças de calibre 6 e quatro de 3, estava em Pedações; o Tenente-Coronel António Xavier Zuzarte, com as Milícias de Coimbra e outras companhias que andavam juntas àquele regimento, ocupava a Trofa; o lente Fernando Saraiva, com a infantaria académica, estava em Segadães; o Capitão Guimarães em vila do Eixo, e tinha vigias espalhadas na direcção de Angeja, a fim de o inimigo não atravessar o rio abaixo da ponte do Vouga desaperebidamente.

Além da ocupação destas posições, havia outros pontos de alerta, de modo que em Jafafe, Carvoeiro, Serém, Vila do Vouga, Segadães, Eixo e até Aveiro havia destacamentos de tropas ou ordenanças, tendo em toda a linha vigias sobre a confluência do rio.

O quartel-general tornou para o Sardão no dia 18 de Abril e, apesar deste movimento geral das tropas, continuava-se a trabalhar na posição dos pinhais, que era das mais vantajosas quando o inimigo conseguisse atravessar o rio mais abaixo da ponte do Vouga, com intenção de nos tornear pela esquerda ou pretendesse fazer o mesmo pela nossa direita, atravessando mais acima da ponte, na passagem do Carvoeiro.

Depois que os Franceses tinham retrocedido para Albergaria-a-Nova, recolhendo as suas vedetas e piquetes avançados, que antes estavam à vista das nossas avançadas, foi preciso afastarmo-nos consideravelmente das nossas vedetas, todas as vezes que se fazia um reconhecimento. O Coronel Trant, além deste serviço, que o obrigava a passar a maior parte do seu tempo nos postos avançados, correu muitas vezes todos os pontos, desde a direita até Aveiro, para instruir as pessoas que comandavam naqueles postos, no modo por que se deviam conduzir na parte do serviço de que estavam encarregados. Foi neste intervalo de tempo que se espalharam cópias da carta interceptada do General Kellerman ao Soult, lançando-as pelos diferentes caminhos que cruzavam a nossa frente e que iam dar a Albergaria-a-Nova. Esta carta foi publicada e inserida em uma proclamação do Marechal Comandante em chefe, datada do quartel-general de Tomar. Kellerman dava a notícia da declaração de guerra da Austria e igualmente informava do estado em que se achava, sem comunicação alguma com alguns corpos franceses. O nosso afouto emissário Manuel Francisco Camarinha introduziu dentro do Porto alguns exemplares desta carta, afixando-se alguns, segundo nos informaram, nas casas em que estava o quartel-general do mesmo Soult.

RELAÇÃO DAS MEDIDAS DE DEFENSA

Talvez a muita gente parecerá singular que no exército francês ia por aquele tempo passando um descontentamento de tal natureza, que o Soult se viu ameaçado de uma conspiração, não havendo a melhor intelligência entre ele e alguns dos seus officiaes generaes, e até chegando a passar ordem para ser arcabuzado Monsieur D'Argenton, officia de Cavalaria, que ele julgou ser o cabeça da conspiração. Esta sentença não se executou então, por estar destinada a execução para o dia 12 de Maio, quando entre os triunfos das armas britânicas se pode contar o de se salvar aquele officia, que à confusão da retirada e popularidade de que gozava entre os seus camaradas deveu refugiar-se no Porto. Porém a desgraça conseguiu levar este infeliz militar outra vez à sua pátria; e, sendo lá reconhecido e preso, padeceu a pena última em Paris.

Não foi esta a única prova de que Soult desconfiava de muitos officiaes do seu exército, porque o correio interceptado em Espanha depois da campanha de Portugal levava officios em que o Soult fazia a alguns dos generaes acusações. Estes officios foram todos publicados pelo Governo Provisional de Espanha, e deram-se alguns extractos na Gazeta de Lisboa. Em alguns jornaes inglezes appareceu um artigo, transcrito das folhas francezas, concebido em termos bem misteriosos a respeito da sentença dada contra Mr. D'Argenton, ajudante major do regimento 18, de Dragões. Este officia se distinguio no Porto pela sua humanidade, refreando, quanto pôde, os excessos da tropa no terrível dia 29 de Março de 1809, e o seu fado não poderá deixar de magoar extremamente aqueles que lhe foram devedores da honra das suas famílias, da vida e da fazenda. Nós ignoramos todas as circumstâncias do processo daquelle afouto militar, e a mesma notícia da execução da sua sentença apparece nas folhas francezas com tais particularidades, que parece que se não tratou de castigar um espião, como o Governo pretendia incultar, porém um patriota corajoso e indignado com a tirania que oprime a sua pátria, porque não é crível que a opinião pública se não declarasse contra o D'Argenton, se ele fosse verdadeiro réu daquelle crime, e das mesmas folhas se vê que a execução foi reputada no público como a de muitos outros cuja história se perdeu nas tenebrosas operações da policia de Buonaparte.

Fizemos esta breve memória da sorte de Mr. D'Argenton para observarmos que entre os muitos caracteres que diferenciam a guerra da Península das outras empreendidas pelo Maomé II dos nossos dias é a impossibilidade de encobrir aos Francezes que ella é a mais injusta de todas as que tem feito, e esta consideração nos obrigou a deixar o fio da narração, que tornamos agora a seguir.

A certeza de que Sir Arthur Wellesley acabava de tomar o comando do exército britânico assim como derramou o maior

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

contentamento por toda a Nação, aumentou igualmente o entusiasmo da tropa estacionada sobre as margens do Vouga, em quem era fácil descobrir uma justa alegria, por formarem os corpos avançados do exército que havia de derribar a pretendida monarquia do Sout. O Coronel Trant mandou ajuntar em Aveiro os barcos mais capazes de transportar tropa e, como nesta circunstância poderia convidar o inimigo a fazer alguma empresa sobre Aveiro, incumbiu igualmente ao Tenente dos Engenheiros João Carlos de Taum de ir dirigir as ordenanças sobre os lugares e postos que parecesse mais necessário ocupar, e proibir toda a comunicação com o outro lado do rio. Os dous esquadrões de Cavalaria estavam muito reduzidos, e um serviço tão aturado teria causado a sua total ruína, se não fosse interrompido por algum descanso, e por esta razão o Coronel Trant, apesar da necessidade de conservar a ponte do Vouga, resolveu a passagem da Cavalaria, deixando em Serém um destacamento forte de Infantaria e um piquete de muito pouca gente de Cavalaria.

Foi no dia 23 de Abril que as nossas patrulhas escaramuçaram pela última vez os Franceses. Um nevoeiro muito escuro impediu que as avançadas se travassem mais seriamente naquele dia, retirando-se os Franceses, logo que ouviram os nossos clarins tocarem a carregar; porém, na sua retirada cortaram-nos uma pequena patrulha que se tinha adiantado demasiadamente para fazer a descoberta por um lado, e para honra da nossa Cavalaria devemos dizer que ela se não rendeu senão depois de matarem um soldado e um caçador paisano, que para ajudar a patrulha se aproximou com o maior denodo até a gente inimiga que cercava a nossa, animando alguns outros caçadores que faziam fogo sobre os Franceses.

Houve neste dia um movimento geral na tropa francesa que estava em Oliveira de Azeméis, a qual marchou para Albergaria-a-Nova. A gente do campo, a quem qualquer número de soldados parece um exército, exagerou a tal ponto o número dos Franceses, que pôs em agitação os nossos soldados. Os Franceses, antes de anoitecer, vieram postar as suas vedetas defronte das nossas, tendo um piquete no mesmo sítio, da mesma forma que haviam praticado no princípio da nossa chegada ao Vouga. Estas e outras particularidades observadas pelos nossos soldados lhes fizeram acreditar o que diziam os campinos e mais gente que vinha fugindo do inimigo e que, aterrada com as crueldades dos Franceses, sempre encarecia o seu número. O Coronel Trant, concentrando a gente do seu comando, dava bem a entender que ele se preparava para ser atacado. Toda a nossa Cavalaria se reuniu em Serém, reforçada pelos dous destacamentos

RELAÇÃO DAS MEDIDAS DE DEFENSA

de infantaria de linha e Milícias de Coimbra. O segundo batalhão de n.º 1 estava em Vila do Vouga para defender a passagem da ponte, aonde se haviam levantado diferentes obstruções, e as patrulhas deviam comunicar com as avançadas que estavam na posição de Serém. Os Académicos marcharam de Segadães e juntamente com a sua artilharia foram ocupar um cabeço que dominava a esquerda do caminho da Vila do Vouga e ponte do Marnel. Os granadeiros de n.ºs 1 e 13 tomaram posição sobre as alturas de Pedações, reforçados pelas Milícias de Coimbra, e um destacamento do regimento n.º 9 de infantaria, uma companhia de Milícias da Figueira, outra das de Vila do Conde e ordenanças de Aguada de Cima. A artilharia de linha estava postada na direita destes corpos, aonde finalizava estas alturas, segurando a nossa direita e enfiando a ponte do Marnel pela frente, ao mesmo tempo que a artilharia académica bateria a mesma ponte de lado. O cabeço ocupado pelos Académicos era uma posição muito interessante: dominava a ponte do Marnel e grande parte do caminho que conduz à mesma; a mosquetaria havia de ser muito bem empregada, porque a distância do cabeço à ponte é muito curta, e impossível ao inimigo obrigar os Académicos a deixar aquela posição, enquanto a tropa se conservasse firme nas alturas de Pedações, porque o cabeço estava cercado de água que não dava vau nem à Infantaria nem à Cavalaria, por ser um atoleiro muito profundo naquela estação do ano, e o ponto de comunicação com a posição de Pedações estava defendido pelos corpos ali postados, que apoiavam a direita dos Académicos; e, tendo estes a sua esquerda defendida pelo Vouga, não podiam ser envolvidos sem os Franceses, além de forçarem a ponte do Marnel, tomarem Pedações.

As posições de todas as tropas eram as mais bem escolhidas. Sabia-se que a força maior do inimigo era em cavalaria, e por isso o terreno entre as pontes do Vouga e do Marnel era o mais conveniente para esperar o ataque, pois nele a cavalaria ficava inutilizada e era preciso uma força muito superior de infantaria para tentar desalojar os nossos das posições de Pedações. Esta posição formava como um arco sobre a linha do rio Vouga, e felizmente as passagens em que o rio permitia o trânsito da cavalaria ficavam nas duas extremidades da espécie de arco. O mesmo trânsito do rio exigia muita cautela, em razão da sua corrente naquela estação do ano. Quando os Franceses nos pretendessem envolver, ou pela nossa direita, pelo vau de Carvoeiro e de Jafafe, ou pela esquerda, tomando a direcção da ponte de Almeir, não conseguiriam o seu intento com facilidade, porque as distâncias de Pedações àqueles pontos referidos não eram tão curtas que o inimigo não gastasse algum tempo

para poder manobrar sobre qualquer dos nossos flancos, além de que aquelas passagens do rio estavam muito vigiadas, e por estes motivos nós tínhamos tempo bastante para manobrar, e naturalmente descaíramos sobre os bosques ao norte de Águeda, os quais já tínhamos anteriormente ocupado, ajuntando novas dificuldades àquelas com que a natureza do terreno nos auxiliava. Fora desta posição ao norte de Águeda, ainda nos ficavam as alturas ao sul do Sardão, aonde já nos tínhamos postado para esperar o ataque do inimigo, em a noite de 7 para 8 de Abril, como fica referido nesta Relação.

As estradas desde Pedações para Águeda são praticáveis para a artilharia, o que não sucede descendo de Pedações para o Vouga e subindo dali para Serém. Por esta razão, talvez o Coronel Trant julgasse arriscado erigir bataria alguma para dominar a ponte do Vouga, porque, uma vez que o inimigo forçasse aquela passagem, era impossível impedir que a artilharia caísse em seu poder. Apesar de que a ponte do Marnel fosse aparentemente o lugar destinado para fazer uma resistência decidida ao inimigo, a ponte do Vouga, que os Franceses teriam de passar antes da do Marnel, não havia de ser vencida sem alguma dificuldade, porque, apesar de se não haver erigido cabeça de ponte, nem se ter feito ali fortificação de grande importância, tinha-se todavia ocupado a lameda de Serém, por onde se dirige a estrada principal à ponte do Vouga, sendo aquele ponto da lameda o mais próximo e de maior altura ao norte da mesma ponte, e aonde termina por aquele lado a gandra de Serém, começando dali para o sul a descida para a ponte do Vouga, que mais era um despenhadeiro naquele tempo do que um pedaço de estrada. A mesma tropa que estava na posição da lameda de Serém vigiava todas as estradas e caminhos que vêm dar à ponte, os quais são tão escabrosos, que o inimigo não poderia manobrar com rapidez bastante para se apoderar da ponte primeiro que os nossos. Sobre a ponte se haviam construído muitas obstruções e apenas se deixava em cada uma delas uma passagem para a Cavalaria, e as mesmas passagens eram desconstruídas e abertas em uma das extremidades de cada um dos parapeitos.

O Coronel Trant tinha toda a confiança nos talentos do Visconde de Barbacena, cuja retirada de Serém para a Vila do Vouga, em presença do inimigo, havia de exigir o maior discernimento e delicadeza, em razão do terreno e do trânsito da ponte. Os destacamentos de Infantaria deviam proteger a retirada da nossa Cavalaria e manobrar espalhados por entre os pinhais e arbustos e haviam de ser sustentados pela gente destacada do batalhão de n.º 1, que estava na Vila do Vouga. O Coronel Trant, depois de passar uma breve revista

RELAÇÃO DAS MEDIDAS DE DEFENSA

a todos os corpos e instruir os diferentes comandantes na parte do serviço que eles deviam executar, foi a Serém, e, apesar de se estar pondo o Sol, ainda teve ocasião de se aproximar às vedetas francesas, as quais, por se terem avizinhado às nossas, davam a entender que o inimigo tinha avançado para a margem direita do Vouga, e deste modo se confirmavam as diferentes notícias acerca do movimento em que se tinham posto todos os corpos franceses que estavam ao sul do Douro. A este reconhecimento foi o Coronel Trant acompanhado pelo Capitão Chapman, do regimento n.º 14 de dragões ligeiros britânicos, o qual havia sido mandado aos postos avançados do Vouga para comunicar com o Coronel Trant, e trouxe as mais desejadas notícias, de que a cavalaria britânica estava em Pombal. Fosse porque não instasse a resposta do Capitão Chapman, ele não julgou conveniente deixar os postos avançados enquanto durasse o receio do ataque. O Coronel Trant, depois de dar as suas instruções ao comandante dos corpos avançados, tornou a passar à Vila do Vouga e daí à Mourisca, donde acabou de dar as últimas providências, como quem esperava ser atacado na madrugada do dia seguinte.

A noite de 23 de Abril foi muito tempestuosa e desabrida. A vizinhança da lagoa ou charco do Marnel e do rio Vouga acrescentava mais o rigor do tempo. Tudo o que se podia reduzir a cinzas era pouco para conservar acesas as muitas fogueiras, que eram consumidas em um instante pela força dos ventos. Os Académicos ocupavam um terreno calvo aonde lhes era impossível usar deste recurso contra o frio e a humidade, ainda mais sensível naquele ponto, por estar rodeado por um paul; porém a sua constância, dando motivo de admiração à tropa, igualmente a inflamava de uma nobre emulação para quando o inimigo chegasse.

Pela alta noite, algumas patrulhas francesas se dirigiram como ao mesmo tempo contra as nossas vedetas, obrigando-as a retroceder sobre o nosso piquete avançado. Os tiros disparados pelas vedetas e o tropel da Cavalaria francesa puseram em confusão a pouca infantaria que estava com o piquete de Cavalaria e, o que foi pior, comunicou-se aquele terror pânico ao resto da gente nos postos avançados, que facilmente acreditou que os Franceses iam fazer o ataque com as grandes forças que os habitantes dos lugares próximos aos acantonamentos dos Franceses exageradamente descreviam. Nestas circunstâncias, o Visconde de Barbacena se decidiu a passar com a sua gente para a outra banda do rio, o que se fez na melhor ordem, merecendo muitos elogios um destacamento de Milícias de Coimbra, o qual cobriu a retirada da Cavalaria e do outro destacamento de infantaria.

Logo que o rebate se comunicou à Vila do Vouga,

o comandante daquele posto reforçou o piquete que vigiava as avenidas para a ponte. O Coronel Trant veio ter immediatamente da Mourisca a Pedações, e todo o campo esteve em alerta, olhando todos com uma silenciosa expectação para o horizonte, racionalmente imaginando que o inimigo nos atacaria apenas o crepúsculo principiasse a dissipar a escuridão. Assim estiveram todos os corpos, até que, não intentando os Franceses atravessar o rio, o Major António Mourão recebeu ordem de se abalar da Vila do Vouga e subir à lameda de Serém para ocupar aquela posição com quatrocentos infantes e um piquete de cavalaria ás ordens do Tenente do regimento n.º 6, Pedro Paulo, o qual se achava agregado aos esquadrões que estavam na divisão do Vouga depois da infeliz campanha do Minho.

Este movimento da nossa tropa teve lugar logo ao apontar da manhã e, depois que o Major António Mourão deu parte de ter ocupado as alturas do Vouga pelo lado de Serém, o Coronel Trant mandou levantar o campo, ordenando que os corpos se acantonassem nos seguintes lugares: a companhia de Milícias de Vila do Conde foi guardar a ponte do Vouga; a Cavalaria se dividiu pela Vila do Vouga e lugar de Lamas, contíguo à Vila e na confluência do rio; os Académicos ficaram em Pedações juntamente com a Artilharia; as Milícias de Coimbra, com a gente que lhe estava unida, foram para a Trofa, e as companhias de Granadeiros de n.º 1 e 13 voltaram para a Mourisca.

Ficavam deste modo todos os corpos, à excepção das avançadas, tendo acantonamentos; e, como a linha que eles ocupavam era bastantemente reduzida, com a maior presteza tornariam a ocupar as suas respectivas posições quando sobreviessem circunstâncias que o fizessem necessário. O Coronel Trant não voltou para o Sardão sem se informar pessoalmente do estado de cousas na margem direita do rio e foi dirigir um reconhecimento do lugar aonde se achavam os Franceses. Estes, observando o movimento das nossas avançadas sobre Serém, retrocederam mais de uma légua de terreno e descaíram sobre Albergaria-a-Nova, que era ocupada pela maior parte da Cavalaria francesa. Uma patrulha de Académicos a cavalo, tendo a imprudência de pretender cortar algumas vedetas inimigas, esteve a ponto de ser aprisionada por um troço de dragões que os veio seguindo até Albergaria-a-Velha.

Acabado o reconhecimento, determinou o Coronel Trant ao Major António Mourão que, no caso de ataque, sustentasse, a todo o custo, o seu terreno até ali subir com a mais tropa que ele julgasse necessária para o reforçar. Ao que pareceu a todos, o Coronel Trant conheceu então, mais do que em outras ocasiões, a importância daquele ponto no outro lado do rio, porque, enquanto fôssemos senhores dele,

RELAÇÃO DAS MEDIDAS DE DEFENSA

também o seríamos da ponte do Vouga, cuja posse nos era tão precisa naquela ocasião, como havia de ser principiando as operações ofensivas, o que tudo indicava não tardarem. Os sucessos posteriores verificaram quanto era bem combinado o plano do Coronel Trant, porque a Cavalaria francesa foi surpreendida pela Cavalaria do General Cotton na manhã de 10 de Maio de 1809; e só muita infelicidade fez com que não houvesse naquele dia uma das empresas mais bem coroadas para as armas britânicas, mostrando-se a Cavalaria desta intrépida gente tão superior à dos Franceses. Causava-nos maravilha que os Franceses tivessem abandonado a lembrança de se apoderarem da posição de Serém, porque, uma vez que eles destacaram um corpo forte de Cavalaria para um ponto tão distante do Porto, tanto importava estarem em Albergaria-a-Nova como em Serém, porque a diferença de um lugar a outro não chegava a duas léguas; e, se a planície entre as Albergarias influiu no plano dos Franceses, a sua Cavalaria achava um terreno raso na gandra de Serém, e o passe da ponte do Vouga ofereceria maior dificuldade ao exército britânico do que as posições tomadas em Albergaria-a-Nova e Grijó, e por certo teriam lugar para uma retirada do Porto, menos precipitada, e se não exporiam ao risco em que estiveram na manhã de 10 de Maio com a Cavalaria britânica na frente dos seus acantonamentos, escapando de ficarem cortados de sua comunicação com as estradas para o Porto, por uma felicidade muito rara.

Todos percebiam a importância que o Coronel Trant dava, cada dia mais, à posição de Serém para conservar a ponte do Vouga. Ele mostrava ter intento de disputar aquela ponte a todo o custo e se resolveu a erigir uma bateria, escolhendo para esse efeito um ponto na margem esquerda do rio, que flanqueava a ponte. Todavia, os corpos não receberam ordem de mudar de posição, e eles ocuparam os postos anteriormente marcados com a maior regularidade, algum espaço antes de romper a alva até vinte e cinco minutos antes de nascer o Sol, achando-se o Coronel Trant igualmente no campo, revistando todos os postos.

Os anos da Sereníssima Senhora Princesa do Brasil foram festejados no dia 26 de Abril. A Primavera pareceu-nos oferecer um dia formoso, para que as descargas de infantaria e artilharia e os tiros das Ordenanças e os vivas que uma exaltação geral espalhava não fossem os únicos tributos oferecidos à esposa augusta de um Príncipe cujas virtudes fazem ser a invocação do seu paternal Governo o grito da Liberdade e independência portuguesa.

Excitou-se o inimigo com maior diligência para saber o motivo de tamanha alegria, receando naturalmente ter sido ocasionado por alguma notícia favorável à causa dos Aliados,

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

e pode ser ousadia afirmar-se que lhe não seria menos desagradável o saberem os Franceses que aquelas demonstrações de prazer, manifestadas na sua presença, eram a expressão dos nobres sentimentos que conduziram um punhado de mal aguerridos portugueses a darem uma prova adicional da constância e fidelidade, virtudes que foram em todo o tempo a base do carácter nacional.

Até o dia 30 de Abril, não ocorreu cousa alguma notável, senão aproximarem-se alguns barcos que se tinham armado em Aveiro e romperam fogo sobre os destacamentos inimigos que guarneciam a margem oposta. O Coronel Trant não aprovou estes movimentos, porque foram feitos sem ordem sua, sendo da sua tenção não inquietar o inimigo, antes adormecê-lo, por isso que o exército britânico não tardava em vir descarregar o golpe decisivo.

(Continua)





UNIVERSIDADE DE AVEIRO
SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO

SUBSÍDIOS MONOGRÁFICOS DA FREGUESIA DE S. MARTI- NHO DA GANDRA

CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

DUAS PALAVRAS

biblioteca

«Ó fortes companheiros, ó subidos
Cavaleiros, a quem nenhum se iguala
Defendei vossas terras, que a esperança
Da liberdade está na vossa lança.»

(CAMÕES)

NOS bancos da escola aprendi a amar e servir a minha Terra com a verdadeira e leal sinceridade de português. Neles descobri-me a mim próprio e, num impulso íntimo, muitas vezes desejei concretizar essa amizade no único intuito de proporcionar a outrem o muito que me ensinaram: conhecer a história da terra que me serviu de berço, as virtudes e defeitos dos seus homens, os valores que se apontam como leme seguro para as gerações do futuro.

Imbuído de tais ideais procurei durante muitos anos organizar estes «Apontamentos Monográficos», trabalho árduo e difícil para quem se inicia nas descobertas dos arquivos envelhecidos pela poeira dos séculos.

Nas horas vagas do estudo e no tempo livre de férias, pude ler e reler esses documentos, aproveitar o muito que outros já haviam escrito e sintetizar tudo em poucas linhas. Apesar do esforço dispendido estou absolutamente certo

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

de que este trabalho não passa duma iniciação e de que muitas lacunas nele se verificam. Resta-me a esperança de que ele sirva para fazer desabrochar nos meus contemporâneos um parco conhecimento da história da sua terra e de que alguém, um dia, possa completar o que me falta em «engenho e arte».

S. Martinho da Gandra, Maio de 1958.

JOSE RESENDE DA SILVA LEITE

bibRIA

NOME

S. Martinho da Gandra, como a maioria das freguesias, tem por título o nome do santo patrono: S. Martinho, bispo de Tours. Muitas aldeias de Portugal o invocam em suas igrejas e ermidas como protector.

O topónimo «Gandra» ou «Gândara» é um vocábulo pré-românico, geralmente aplicado entre nós a terrenos mais ou menos estéreis e abandonados. Caso estranho, portanto; o aplicar-se a um conjunto populacional. JOSEPH PIEL, a tal respeito, escreve: «uma contradição aparente reside no facto de expressões, que evocam a ideia de esterilidade e abandono, servirem para designar lugares habitados. Isto nada tem de estranho se nos lembrarmos de que, no decorrer dos séculos, a população do território português foi aumentando em número, e em certa altura da sua história se viu na necessidade de povoar sítios considerados inóspitos pelas gerações anteriores».

Esta é a realidade do topónimo «Gandra» aplicado a uma freguesia populosa e agrícola, outrora constituída por grandes extensões de maninhos onde cresciam a esmo as ervas que alimentavam os bovinos e lanígeros e os arbustos que serviam de lenha aos povos de antanho.

ORIGENS

Os primitivos habitantes da Península foram, sem dúvida, os homens do primeiro período do quaternário antigo. Viviam penosamente da caça e da pesca e habitavam as cavernas dos montes. Com o rodar dos tempos e consequente aumento gradual de civilização proporcionada pelo convívio de novos povos e modificação das condições climatéricas, estes seres humanos abandonam as cavernas e constroem as habitações lacustres e os primeiros monumentos funerários. Passam sucessivamente da vida rudimentar da pedra lascada e polida ao uso dos metais. As tribos abandonam o nomadismo e assentam arraiais nos altos montes construindo os primeiros abrigos de defesa que, com frequência, encontramos no Norte de Portugal. Os povos que assolam a Península obrigam-nos à coesão. São lígures e iberos, fenícios e gregos, celtas e lusitanos, cartagineses, romanos e visigodos e, mais tarde,

todas as ordas bárbaras. Há grupos que permanecem, outros que se eclipsam não deixando quase vestígios da sua passagem.

A terra era cultivada pelos habitantes dos castros e citânias ou cidades, pequenos aglomerados de povos predominantemente agrícolas.

A estes colectivismos agrícolas das citânias sobrepõe o povo romano, dotado de um maior grau de cultura e civilização, o molde das *villas* do Lácio. Atribuem uma extensa propriedade indivisa a um determinado grupo de indivíduos, dirigidos pelo chefe da citânia que se torna, assim, o *dominus* da *villa*. Sobre o alicerce das citânias vemos desenvolverem-se e multiplicarem-se inúmeras propriedades rurais, disseminando-se a população castrense pelas veigas e planícies dando origem a aglomerados populacionais, alguns dos quais, mais tarde, darão origem a freguesias.

O CASTRO DE S. MARTINHO DA GANDRA

A cinco quilómetros da vila de Oliveira de Azeméis e a Este da freguesia de S. Martinho da Gandra, tem início uma cumeada de outeiros que seguem em direcção Sul-Norte até à Ermida de S. Estêvão, em Arrifana.

Levantando-se entre várias freguesias, estes cumes foram, desde a mais remota existência humana, habitados por povos muito diversos que deixaram o sulco das suas pegadas aqui e além. Hoje, completamente arborizados, não nos deixam sequer transparecer o que foram outrora e o serviço que prestaram a sucessivas ordas de povos.

Se não foram as parcas notícias arqueológicas de inegável valor para a sua história e ainda os poucos documentos que se lhes referem, certamente, a sua fama de antanho ficaria para sempre no olvido.

Quatro pontos de elevada altura se destacam. A três deles dá-lhes a tradição o nome de mamoas, isto é, monumentos funerários onde as gerações sepultavam os seus mortos com alguns utensílios de uso particular, e onde lhes prestavam o culto «porque em todos os tempos se acreditou na sobrevivência das almas». Situadas «uma em Fermil, onde foi construído o marco trigonométrico que ainda existe, outra em Cucujães onde foi instalado um telégrafo óptico que foi demolido, e a terceira em Rebordões».

Que dizer agora do quarto? Terá ele servido também de monumento sepulcral ou pelo contrário, ter-se-á erguido aí algum castelo que servisse de defesa aos povos constantemente perseguidos?

No seu conjunto todo o outeiro se apresenta de forma cónica, tendo na parte cimeira um levantamento pedregoso.

em sentido Norte-Sul, seguindo-se, de cada lado, alguns metros de terreno plano.

Lendas de fadas e mouros povoam este monte. Além dos encantamentos diversos, das grades de ouro, etc., os moradores adjuntos conservam dos seus avoengos a tradição de que os mouros davam de beber a seus cavalos em pequenas pias cavadas na rocha e que, ainda ali, são apontadas.

Incontestável é que este outeiro, pertencente à freguesia de S. Martinho da Gandra, serviu para a habitação de povos primitivos e de todos aqueles que, no decorrer dos séculos,



Vista panorâmica de S. Martinho da Gandra

procuravam os altos montes para aí estabelecerem as suas moradas e fortificações.

Apesar da inexploração deste, alguns monumentos arqueológicos têm sido encontrados, o que nos esclarece sobre a existência de diversos seres humanos nestas paragens. Fazendo alguns parte do museu Arqueológico e Etnológico de Cucujães, são «verdadeiros documentos da ciência da antiguidade» da terra de S. Martinho.

No período pré-histórico foram seus primeiros habitantes, na época paleolítica, os homens da pedra lascada. Como instrumento comprovativo apareceu um machado (coup-de poing) de quartzite lascada.

Da época neolítica apareceram «dois machados votivos de pedra polida, um amuleto fálico de pedra dura (emblemata

do órgão de geração masculino) e outros machados de pedra polida de uso pessoal e doméstico, e ainda mós de pedra (manuais) do tipo neolítico» (in *Arq. do Dist. de Aveiro*, vol. 1, 1935, pág. 313).

No período histórico, os primeiros habitantes de que temos notícia certa pelos monumentos que nos deixaram, foram os Romanos.

Antes destes é provável que aqui tenham acampado os celtas, pelo século IV antes de Cristo, os quais fundindo-se em algumas regiões com os iberos (celtíberos) construíram para sua defesa castros ou citânias, no cimo dos montes.

Na verdade, contíguo ao monte atrás descrito, há uma aldeia, desde há muitos séculos chamada «Castro ou Crasto» cujo nome procede de algum antigo castelo aí existente. PINHO LEAL, tendo em consideração haver mâmoas nas imediações, afirma a existência não propriamente dum castro mas de um templo destinado à oração «carn», e, desta palavra é que o povo fez crasto como aconteceu a vários sítios de Portugal. Diz ainda que este «carn» é céltico ou pré-céltico (in *Port. Ant. e Mod.*, 1874).

Recentemente o P.^o JOÃO DOMINGUES AREDE, ao descrever o referido Castro, diz: «monte alto e arredondado, e de difícil acesso. É sítio no lugar chamado do monte Castro, da dita freguesia de S. Martinho da Gandra. Tem vestígios de muros. Como se nota pela sua figuração e situação topográfica, mostra o mesmo ter sido uma *aglutinação castrense*, e ainda habitado, com seus terrenos circunjacentes, por algumas raças primitivas, e outras em sucessivos períodos históricos, como o certificam muitos objectos encontrados no referido sítio».

Històricamente não podemos afirmar que o povo celta tenha construído sobre este monte uma fortaleza, no entanto a toponímia e a topografia são indício seguro da sua existência, se não no seu período, pelo menos no da dominação romana. Subjugando os cartagineses, o povo romano depressa se estendeu em toda a península onde deixou admiráveis monumentos de arquitectura. Permanecendo nesta região hospitaleira, os Romanos construíram pontes como a do lugar da Pica, em Cucujães, e deixaram, ao abandoná-la, os seus instrumentos manuais como tégulas e mós redondas de pedra, encontradas no monte Castro. Também, relativamente perto, devia passar um desvio da grande via romana.

Pelo século V nova invasão de povos assola a Península, os visigodos que, em pouco tempo, conseguem a hegemonia política sob a chefia do rei Leovigildo (567-586).

Em 589, seu filho e sucessor converte-se ao cristianismo e, num concílio reunido em Toledo, faz a profissão de fé.

Este valente soldado a quem a história consagra o nome de Recaredo, atravessa toda a faixa litoral de Portugal e, no assentar contínuo de arraiais, fixa-se neste monte do Castro de S. Martinho da Gandra. Fortifica-o, dá-lhe o seu nome que ostentará durante muitos séculos, torna-o glorioso através dos tempos.

Dali podia o chefe Recaredo dominar todas as suas férteis planícies quer ao Norte quer ao Sul, Nascente ou Poente.

Tão grande é a influência deste rei que o seu nome fica para sempre ligado aos anais da história de muitas terras portuguesas que, como o Castro de S. Martinho, servem de referência em documentos diversos.

O Castro, denominado desde essa data de «Recarei», torna-se a cabeça jurisdicional, na região pelo menos, da população visigótica no tempo de Recaredo.

Note-se, desde já, que o subtítulo «Recarei» é, em latim; um genitivo de posse e indica portanto o nome do possuidor, Recaredo, filho de Leovigildo e chefe dos visigodos.

Apesar das dúvidas que à primeira vista nos surgem da localização do dito Castro, devido a que os documentos referem povoações algo distantes, é absolutamente certa a sua existência no monte de S. Martinho. A razão é que, como vamos ver, além das razões já alegadas, documentos há, também, sobre os próprios lugares da freguesia adjuntos a que serve de referência o dito Castro-Recarei.

Assim, referem Fermelã (*Dipl. et Chart.*, n.º 557, ano do doc., 1078 da era de Cristo) ... *inter uilla Fermellana et uilla que vocant Kanellas et subtu Kastro Recaredi* discorrente ribulo antuana..., e do mesmo modo as «vilas» de Loureiro (*Dipl. et Chart.*, n.ºs 167 e 845), Ovar, (*idem*, n.º 261) e Válega (*idem*, n.º 187).

Outros documentos não inseridos na colecção *Dipl. et Chart.* referem, também, povoações dominadas pelo «Castrum Recaredi».

Na carta de couto dada ao Mosteiro Beneditino de Cucujães diz-se que este está situado «in loco qui vocatur Cucugianes sub monte *Castro Recaredi*».

Documentos de contratos de propriedades das freguesias de Souto, S. Vicente de Pereira e S. Martinho da Gandra, situam-nas «sub montem qui dicitur Castrum Recaredi» (*Livro Preto da Sé de Coimbra*, fl. 206; na Agoncida (Mosteirô), «subtus monte castro recarei» (Baio Ferrado, fls. 105 e 105 v.); em Maçada (S. Martinho), «sub monte castro recarei» (Ms. 736 da B. Nacional de Lisboa, Fundo Geral, fls. 322 v. e 323 e Tombo do Mosteiro de Grijó, 6 fl. 312 v.); na Insua (S. Martinho) «subtus monte castro recarei discorrente rivulo valega» (Baio Ferrado, fl. 79 v.); em Azevedo (S. Vicente) «subtus castro recaredi» (Baio Ferrado, fl. 100).

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Em face de toda esta documentação cada vez referindo lugares mais próximos do Castro, parece-nos, como diz o P.^o JOÃO DOMINGUES AREDE, que não andam longe da verdade os que identificam o Castrum Recaredi com o próprio Castro de S. Martinho da Gandra (*Arg. do Dist. de Aveiro*, vol. IX, pág. 54, ano 1943).

Ainda que outros castros se apresentem nas imediações, como o de Ul e Vila-Cova (Madaíl), nenhum teve a importância do de S. Martinho quer pela sua história, posição geográfica, etc., quer pelos vestígios dos povos que, no decorrer dos séculos, aí assentaram arraiais.

Nele viveram celtas e pré-celtas, nele permaneceram por muito tempo Romanos e, em especial, os Visigodos com seu chefe Recaredo.

«Nem outra conclusão devemos tirar do facto de se ter conservado o nome de «Recarei» entre o povo cristão em um tão dilatado período, apesar do domínio árabe, e depois leonês, nome sem dúvida tão memorável que, como se vê, não passou rápido e fugaz como um meteoro no espaço, antes foi perpetuado na tradição local desde o tempo de Recaredo, em 586, até à instituição e doação do Couto de Cucujães por D. Afonso Henriques, em 7 de Julho de 1139, antevésperas da histórica batalha do Campo de Ourique». (P.^o JOÃO DOMINGUES AREDE, *Cucujães e Mosteiro com seu Couto*, Famalicão, 1922, pág. 3).

«O planalto do castro de S. Martinho, em sua depressão central, foi reduzido a campo, por sua vez convertido em pinhal, haverá três quartos de século. Para explorar a rocha do cume do monte arregaçaram a terra que a cobria, produzindo do lado ocidental uma explanada. Sobre esta terra amontoada e no subsolo do antigo campo é que se têm encontrado as mós atrás referidas.

Também ali se têm encontrado, a certa profundidade, grandes quantidades de pedra solta de granito não originário do local. Alguns blocos apresentam uma face polida como as pedras das antigas calçadas ⁽¹⁾.

«É de crer que uma exploração bem conduzida e tenaz, como se fez em Ossela, revolvendo a entulheira que recobre o planalto, pusesse a descoberto outras peças de mobiliário castrense, que permitissem determinar a característica da sua cultura e provável cronologia.» ⁽²⁾

(1) P.^o OLIVEIRA PINTO, *Resenha Histórica*, publicada em 1935 no jornal «A Tradição» da Vila da Feira.

(2) Idem.

Os crastos eram, em geral, limitados por fossos, muralhas ou atêrros, dispostos num entrincheiramento simples, triplo ou mesmo quádruplo. Esse entrincheiramento era contínuo ou apenas interrompido nos lugares tornados de mais difícil acesso pelas condições naturais.

Contornava montes e outeiros na sua encosta ou coroados os seus cumes. Delimitava um espaço mais ou menos amplo, onde se erguiam as habitações cuja planta era de forma circular ou quadrangular. O tecto ou cobertura era, talvez, de colmo ou argila e madeira e algumas vezes de telha nos castros romanizados. O pavimento seria o solo natural, barro sem cozedura, tijolo e — só nos ricos e romanizados — mosaicos. Em regra, um curso de água de importância variável serpeava na encosta ou no sopé do monte; ele assegurava a água necessária aos habitantes do castro, que também dispunham por vezes de fontes e cisternas (1).

A FREGUESIA

A escassez de documentos não nos permite remontar às origens da sua erecção. O mais antigo, datado da era de 1002 (ano de Cristo 964), apresenta-na já constituída civil e religiosamente, com igreja própria e autónoma à qual todos os fregueses pagavam os dízimos.

Pertenceu, no civil, primariamente à Comarca de Esgueira, passando em seguida, para a da Feira até à elevação da povoação de Oliveira de Azeméis à categoria de Vila e sede do Concelho, facto realizado a 5 de Janeiro de 1779, por alvará da rainha D. Maria I.

Outrora da provincia do Douro, pertence, agora, à da Beira Litoral e ao distrito administrativo de Aveiro.

Militarmente é da 2.ª Região — Coimbra — e do 10.º distrito de recenseamento com sede em Aveiro.

No religioso pertenceu primariamente «ao bispado de Coimbra até à criação do do Porto, cujo primeiro bispo de existência indiscutida foi Constâncio (589)». Com a invasão árabe o limite-sul da diocese do Porto recuou até ao Douro, sendo restaurada apenas no tempo de Pascoal II que ordenou delimitá-la ao Sul pelo rio Antuã até ao mar. Foi, portanto, somente desde o século XII que esta freguesia ficou sendo definitivamente do bispado do Porto.

Desde tempos imemoriais aos meados do século XIX, era curado anexo da freguesia de S. Vicente de Pereira ainda

(1) *Os Povos Primitivos da Lusit.*, MENDES CORREIA, pág. 269 e seg.

que, na prática, fosse independente. Tinha confrarias, irmandades e subsino próprios. Ambas constituíam um único benefício paroquial em que era colado o Reitor que, em geral, vivia na residência de S. Martinho por «ser melhor e mais pingue».

MAÇADA ou GANDRA

Segundo parece, a freguesia de S. Martinho nem sempre se denominou de «Gandra». Em *Portugaliae Monumenta Historica*, I, n.º 189, vem uma escritura, datada de 18 de Março de 1002, sob o título: «Testamento de S. Vicente de Pereira na Terra de Santa Maria» na qual um certo Ariano doa ao mosteiro de Lorvão várias propriedades em S. Vicente de Pereira e S. Martinho de Maçada (Martini de Mazada) com suas casas e passais e respectivas igrejas.

Isto indica, com toda a probabilidade, que, nesta altura, a freguesia se denominava «de Maçada», nome de lugar ainda hoje existente e, outrora, de grande preponderância.

A partir desta data, todos os documentos são unânimes na denominação de «Gandra». Assim, nas inquirições de D. Dinis (1220) «de hereditatibus ordinum in terra de Sancta Maria», n.º 44, diz-se: «in frigisia de *Gandera* habet Eglesiola VIII casaliae, et ipsa ecclesia I casale et XIV leiras» (*Arq. Dist. Av.*, vol. II, pág. 73). No Tombo do Mosteiro de Grijó, a folhas 316 (ano 1380), alude-se a um casal em «Saã (Sá) de Massada freigesia de *Sam Martinho da Gandra*».

Por vezes, os escrivães, desconhecedores da realidade, englobavam a paroquial de S. Martinho na de S. Vicente de Pereira como se verifica, por exemplo, nas inquirições de D. Afonso III (1208), em documento de D. Dinis referente a Porto de Carro, etc. o que, todavia, não desmente a autonomia da freguesia bem expressa nas inquirições de D. Dinis em que se alude à freguesia ainda que eclesiásticamente anexa a S. Vicente: «e na freguesia de *Sam Martinho*».

Em conclusão, podemos afirmar que, primariamente, a freguesia de S. Martinho era denominada «de Maçada» topónimo tirado do lugar, ao tempo, mais importante, e que, desde os primórdios do século XIII, se deve ter começado a chamar «da Gandra».

A razão desta troca não parece difícil deduzir-se se atendermos a que a maioria das terras, afastadas dos grandes aglomerados populacionais, ainda no século XVIII se encontravam destituídas de qualquer cultura, formando extensos maninhos que serviam aos moradores das redondezas para pastagem dos rebanhos.

Os povoadores de S. Martinho, descendo da elevação castrense, pouco a pouco se foram estendendo pela planura

SUBSÍDIOS MONOGRÁFICOS

que segue a Oeste, desbravando maninhos e construindo pequenos aglomerados de casas, dominando os seus campos agrícolas. Maninhos de considerável extensão rodeavam a faixa noroeste da freguesia, constituindo duas gandas: «Mouquinho e Mouta Redonda», terra de todos e de ninguém, cuja vastidão vai de Mouquinho a Pintim, de Maçada e Abolembra a Pereira de S. Vicente. Foram, até ao século XVIII, pertença do património da Coroa.

A existência destas gandas e de outras à volta terá, certamente, sido o factor principal que levou o povo a denominar a freguesia de «Gandra».

DIVISÃO

Estas consideráveis extensões de terreno a que o vulgo chamou gandas de Mouquinho e Mouta Redonda eram, desde El-Rei D. João IV a 1800, pertença da Casa e Estado do Infantado, «singular privilégio instituído por El-Rei para os seus filhos segundos».

As actuais orlas de pinheiros que, de Mouquinho a Pintim, circundam pequenos terrenos de cultura, não são mais que a arborização desses maninhos, distribuídos em leiras iguais pelos moradores da freguesia e a seu pedido, no ano de 1800. A divisão dessas gandas pelos habitantes da Insua, Serrazina, Herdade, Abolembra, Brejo, Lourinhal, Rio da Ponte, Maçada e Outeiro, em 198 leiras, foi realizada por mandato régio de 12 de Março de 1800. Os contemplados receberam, cada um, a sua gleba com a obrigação de a reduzir a cultura no prazo de três anos, sob pena de devolução à Câmara de Oliveira de Azeméis à qual ficavam a pagar, a título de aforamento, 60 réis anuais.

Destas leiras esperavam receber, também, os Rev.^{dos} Reitor de S. Martinho, João da Cunha Ribeiro, e seu irmão, cura em S. Vicente, direito que lhes foi contestado por não serem naturais da povoação. Embora excluídos das partilhas gratuitas, puderam comprar várias glebas a contemplados que preferiam a respectiva importância em dinheiro aos duros encargos de transformarem os maninhos em campos de cultura.

A título de curiosidade, note-se que quase todos os possuidores de leiras, alegando o benefício da lei agrária que os isentou por 10 anos de qualquer tributo, e o encargo de tropas no tempo da invasão dos franceses, nunca pagaram o referido aforamento.

As compras das leiras não tiveram imediata autorização do Governo, que foi passada, somente, em 1808,

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

«em nome de sua Magestade, o Imperador dos Franceses, Rei da Itália e Protector da Confederação do Reno, pelo General em Chefe do exército de Portugal, Junot».

Um destes terrenos coube, em sorte, a Salvador José de Andrade que o passou, por venda, a Maria Rosa Margarida da Cunha, irmã do Reitor João da Cunha Ribeiro. Com outras leiras esta senhora formou uma quinta, chamada ainda hoje «quinta do Cura» por pertencer, posteriormente, ao cura de S. Martinho, Lourenço José Soares. Damos, em seguida, o documento de autorização da compra da leira a Salvador José de Andrade.

«Em nome de Sua Magestade, o Imperador dos Franceses, Rei de Itália, Protector da Confederação do Reno. O General em Chefe do Exército de Portugal, faz saber aos que esta provisão virem que representando os moradores dos lugares da Ínsua, Serrazina, Herdade, Abolembra, Brejo, Lourinhal, Rio da Ponte, Maçada, Outeiro, Mouquinho, Pereira, Outeiro e Corga, das freguesias de S. Martinho da Gandra e de S. Vicente de Pereira, hoje termo da Vila de Oliveira de Azeméis, pedindo a divisão da Gândara do Mouquinho, e Mouta Redonda até Pintim, para em sortes iguais, reduzirem a cultura; e sendo sobre seu requerimento ouvida a Câmara, Nobreza e Povo respectivo, e feitas as mais diligências da Lei, depois do que informou o Corregedor da Comarca da Vila da Feira, e de tudo havendo vista o Desembargador Procurador da Fazenda da Coroa e Estado do Infantado, se mandou proceder à pedida divisão pelo Juiz de Fora da sobredita Vila da Feira, por ordem de 12 de Março de 1800, a qual sendo completamente feita, foi terminada por cento e noventa e oito dos mesmos supplicantes, e ficando aprovada pela Junta da Casa e Estado do Infantado, e na sua conformidade se mandaram expedir os títulos competentes para os precisos aforamentos das respectivas sortes; e como na mesma partilha foi contemplado Salvador José de Andrade, do lugar dos Terreiros, freguesia de S. Martinho da Gandra, com a sorte constante da partilha a número cincoenta e sete, da qual fez venda a Maria Rosa Margarida da Cunha, da dita freguesia, e esta por haver comprado a mesma com todos os encargos com que a havia aceitado o mesmo Salvador José de Andrade, e como a referida sorte junta a outras fazia parte de uma nobre propriedade que possuía: Pedia por isso se lhe expedisse provisão em seu nome, como actual e legítima possuidora para, em virtude dela, se lhe fazer o seu aforamento. Ao que, atendendo, há por bem fazer mercê à sobredita Maria Rosa Margarida da Cunha para que possa aforar à Câmara de Oliveira de Azeméis, na forma da Lei, o terreno que por sorte pertenceu a Salvador José de Andrade, no lugar

dos Terreiros, na mencionada partilha, e de que tem direito pela compra que dele fez ao mesmo sorteado, o qual, sendo medido e confrontado ao Norte do caminho que vai da Igreja para Pintim, o qual corre do Norte a Sul, e parte do Nascente com João de Pinho, da Serrazina, e tem cento e quarenta e nove varas, parte do Poente com estrada que vai para Abolembra, e tem cento e quarenta e seis varas, parte do Norte com um pedaço de terra que fica para o caminho, e tem trinta e duas varas, parte do Sul com o dito caminho que vai para Pintim, e tem trinta e quatro varas; levará de sementeira três alqueires de centeio em que foi avaliado pelo foro anual de sessenta réis em atenção aos alqueires de sementeira, o que tudo arbitraram os louvados da mencionada partilha, e aceito pelo mencionado Salvador José de Andrade como consta dos autos da mesma: Pelo que mando ao Juiz de Fora e Officiais da Câmara da sobredita Vila de Oliveira de Azeméis que; tendo a referida Rosa Margarida da Cunha pago, ou pagando o laudémio da compra e os foros decorridos, procedam à escritura de aforamento do referido terreno baldio na conformidade desta medição e confrontação (ou daquelas que ao presente tiver), com as cláusulas de o reduzir a cultura (não o estando já) no termo de três anos sob pena de nulidade desta graça, e na mesma escritura se fará expressa e declarada menção de todas as mais cláusulas do estilo praticadas em semelhantes aforamentos dos bens do Concelho, na qual será inserta esta provisão, sendo primeiro registada nos livros da Câmara, à qual fica pertencendo o referido foro anual, e os laudémios nas ocasiões das vendas, salva a terça como é costume. E esta se cumprirá tão inteiramente como nela se contém, sendo passada pela Chancelaria da Casa e Estado do Infantado. Pagou de novos direitos quinhentos e quarenta réis que foram carregados ao Tesoureiro deles no Livro sexto de sua Receita, a folha cento e setenta e oito (178), o que constou do Conhecimento registado a folha 264 do Livro setenta e cinco do Registo Geral dos mesmos Direitos. E, em consequência das Ordens do sobredito, se passou a presente pelos ministros abaixo assinados, Deputados da Junta da Casa e Estado do Infantado: Manuel Joaquim Pereira da Silva a fez em Lisboa a quinze de Junho de mil e oito centos e oito. Desta, mil e duzentos réis, e de assinar nove centos e sessenta réis. Caetano José de Campos e Andrade a fiz escrever. José António de Oliveira Leite de B.º Francisco Duarte Coelho.»

Segue-se a transcrição das fórmulas judiciais e respectivos encargos com as assinaturas exigidas.

Não sendo possível o cultivo das referidas gandrás, bem depressa os proprietários das leiras se viram obrigados a

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

arborizar os referidos maninhos. Crescem neles, hoje, altos pinheiros e eucaliptos, no meio de grandes tojais, constituindo boa fonte de riqueza para os possuidores.

A QUESTÃO DOS BALDIOS

A Junta de Freguesia, para fazer face às muitas despesas, requereu, em 1877, à Câmara Municipal de Oliveira de Aze-meis, autorização para, de futuro, considerar como próprios os baldios; autorização dada a 13 de Março do mesmo ano.

Em sessão da Junta de 10 de Outubro de 1878 diz-se que o presidente transacto entregara ao novo presidente vários documentos relativos à concessão dos maninhos e baldios à Junta, incluindo a cópia do acórdão do Conselho do Distrito em que confere à Junta o poder de vender ou aforar os ditos baldios.

A 10 de Outubro de 1881 a Junta recebe uma circular da Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito para que remeta àquela repartição uma relação de todos os baldios desta freguesia. Perante tal pedido, a Junta de Freguesia pede, em 1888, à Ex.^{ma} Câmara uma declaração em que reconhece os baldios como paroquiais. Alguns moradores adjuntos, querendo continuar a usufruir os maninhos sem mais encargos, apelaram para a sua não desamortização. A Junta riposta, declarando em sessão de 17 de Março de 1882: «considerando que os terrenos baldios a que os requerentes se referem (três requerendo que os baldios continuem como dantes e um que sejam divididos pelos vizinhos pagando estes um foro anual) são paroquiais e como tais foram considerados pela Câmara Municipal deste Concelho em sessão de 13 de Março de 1877;

considerando que a Junta de Paróquia que o era no dito ano pediu à Autoridade Superior do Distrito, em sessão de 12 de Abril do mencionado ano, autorização para desamortizar os baldios existentes na área de freguesia que vêm a ser os mesmos a que os supra indicados requerem, cuja autorização lhe fora concedida por acórdão do Conselho do Distrito em sessão de 21 de Abril de 1867;

considerando que a Comissão Distrital, em circular de 18 de Outubro do ano de 1881, marcou a esta Junta o prazo de seis meses, para dentro deles lhe ser enviada uma relação de todos os baldios acompanhada de uma cópia da acta onde tenha sido deliberada a desamortização deles, para o fim de serem incorporados nos próprios nacionais, logo que a Junta não queira voluntariamente desamortizá-los;

SUBSÍDIOS MONOGRÁFICOS

considerando que o decreto de 21 de Novembro de 1869 diz no artigo 47.º o seguinte: «a desamortização dos baldios poderá ser feita por meio de venda ou aforamento» e no artigo 49.º diz: «as Câmaras Municipais e as Juntas de Paróquia resolverão — com a aprovação do Conselho Geral — das formas de alienação designadas nos artigos antecedentes; e diz mais o parágrafo único do mencionado no artigo 48.º, o seguinte: «qualquer destas formas pode ser adoptada exclusivamente ou ambas cumulativamente, segundo melhor parecer às corporações deliberantes;

considerando que tudo quanto se acha alegado nos requerimentos não é mais que a voz conselheira do interesse particular falando pela boca dos requerentes sem que os interesses públicos lucrem com isso coisa alguma;

considerando que a Junta actual não pode, sem recair em grave responsabilidade, desfazer o que já se acha feito neste ponto em questão e nem tão pouco suster o andamento regular do processo para a desamortização dos baldios, sob pena de os ver ir pela mão fora;

considerando, finalmente, que todo aquele que desejar muito possuir qualquer dos baldios apontados tem diante de si a praça pública onde os poderá obter com o seu dinheiro e com o benefício do público que está reclamando da Junta as obras que lhe são indispensáveis;

deliberou por todos estes fundamentos e outras mais considerações que não é preciso especificar, indeferimento dos requerimentos e outrossim tratar já de organizar o processo para todos os baldios desta freguesia serem vendidos em praça pública, visto ser este o meio de desamortização pela nossa Junta escolhido.

O caso foi levado à Ex.^{ma} Câmara que, em Abril de 1885, manda suster a venda dos maninhos o que provoca protesto da parte da Junta. Levada a questão a tribunal, venceu a Junta o recurso sobre os baldios decidido pelo Supremo Tribunal Administrativo em acórdão de 12 de Março de 1885 e transcrito no Diário do Governo de 30 de Abril do mesmo ano.

Daqui para o futuro a Junta pode vender e aforar todos os maninhos dentro dos limites da freguesia revertendo o produto em benefícios públicos.

LUGARES: SUA IMPORTÂNCIA
E ANTIGUIDADE

Tem actualmente a freguesia 26 lugares que, por ordem alfabética, nomearemos, dando as principais referências documentais:

Abolembra — um dos lugares, antigamente, mais populosos; possui, hoje, apenas cinco moradias. Aparece nas inquirições de D. Afonso III (1256) e era um reguengo, em 1514, da Coroa.

Brejo — lugar em terreno húmido e, por vezes, paludoso.

Casaldias — nome proveniente da justaposição de duas palavras: Casal, conjunto de propriedades rústicas, e Dias, nome do respectivo proprietário. Com efeito, na escritura de doação de 1168 (era C. 1130) fala-se duma leira que ficava acima da Casa de Paio *Dias*. No inventário das terras e foros da Coroa, ordenado por D. Afonso III (inq. de 1258) alude-se já a vários casais em *Casaldias*.

Crasto ou Castro — do latim, castrum, castelo (ver pág. 163).

Cavada — nome dado à terra que se cava. Este vocábulo deve provir, somente, da ocasião em que as gandras foram cultivadas.

Espinheira — vocábulo proveniente da existência de espinheiras, isto é, plantas espinhosas e vivazes.

Formal — casa ou residência dentro de propriedades enfiteúticas (ver Maçada).

Herdade — «propriedade rústica composta geralmente de montados, terra de sementeira e casa de habitação».

Igreja — do templo principal da freguesia.

Ínsua — do latim insula — pequena ilha rodeada por um e outro lado de pequenos cursos de água. Referem-se-lhe documentos e escrituras de 1107, 1148 e 1322.

Lourinhal — entra no foral de D. Manuel que, aí, possuía, como reguengo, o Casal da Azenha.

Maçada — o lugar mais antigo e importante que os documentos nos citam a partir de 1002 (ano C. 964). Em 1107 (ano C. 1069) é doada metade da «vila» de Maçada, com suas leiras e águas e com tudo o que possa ser útil ao homem, por Aimar e sua mulher, à igreja episcopal de Coimbra e ao bispo do mesmo lugar, D. Maurício, e ao seu cabido.

Em 1178 (ano C. 1140) o presbítero Vermudo vende aos cavaleiros do Templo uma herdade que possuía na «vila» de Maçada com os seus lugares, casas e termos antigos, entradas e saídas e quanto for útil ao homem. O mesmo se verifica em testamento de Paio Vermuiz e sua mulher (1185—C. 1147) duma herdade na dita «vila» de Maçada às freiras do Templo de Salomão para remédio de suas almas e defesa dos seus bens e benefícios.

Esta «vila» de Maçada era, sem dúvida, mais extensa que o actual lugar do mesmo nome. Numa escritura de 1168 (ano C. 1130) de doação de terras parece fazerem parte desta «vila» o Formal, Sá e Casaldias. Nas inquirições de D. Dinis alude-se a duas *quintas* de fidalgos, no lugar de Maçada, que podemos identificar com o dito *Formal e Quintã*.

Macieira do Sobral — Aparece nas inquirições do ano 1251 e no Livro dos Forais de D. Manuel (1514) que faz referência a uma feira nesta localidade, provavelmente, no extinto largo de Santa Ovaia.

Outeiro — pequena elevação de terreno.

Pardieiro — lugar bastante populoso cujo nome deve provir de algum antigo solar em ruínas.

Paraíso — A mais alta povoação da freguesia, donde se pode admirar a beleza da paisagem da ribamar.

Porto de Carro — Aqui possuía D. Dinis um reguengo doado em 1346 (C. 1308) a Pero Pais e a todos os seus sucessores a título de aforamento.

Quintã — Proveniente da palavra arcaica quintana, quintaã, quintã; propriedade rústica com as respectivas casas de habitação (ver Maçada).

Vide — É lugar bastante populoso. Referem-se-lhe as inquirições de D. Afonso III e o foral de D. Manuel.

Há ainda outros lugares como Rosinal, Sá, Serrazina, Telhado e Troncal cujos nomes não fruem de grande importância histórica.

S. MARTINHO DA GANDRA E OS MONGES
BENEDITINOS DE CUCUJÃES

Por carta de 7 de Julho de 1177 (ano C. 1139), D. Afonso Henriques doa ao mosteiro beneditino de Cucujães vastíssimos terrenos, em redor, que entravam pelas freguesias circunvizinhas. Os moradores desta área ficavam obrigados ao pagamento anual do respectivo arrendamento.

Do que respeitava a S. Martinho, a primitiva divisão do Couto seguia de Rio de Ossos (S. Vicente de Pereira) por vales e caminhos até ao Rio da Ponte, passando, em seguida, por Maçada e Crasto.

Os marcos divisionários, devido à não-vigilância dos monges e ao desejo sempre crescente da subtração das rendas e dízimos, foram pouco a pouco, desaparecendo a tal ponto que, no último quartel do século XVIII, foi pedida nova revisão do Couto do Mosteiro. Os moradores de S. Martinho especialmente da Quintã, Crasto e Troncal, influenciados pelos comendadores do tempo, foram-se subtraindo da tutela beneditina.

Com efeito, o pagamento das rendas e dízimos feito ao Mosteiro em vez de o ser à Comenda era coisa que os senhores comendadores não podiam perdoar. Daí, a luta incessante que moviam aos monges no apoio sistemático às reivindicações dos pequenos lavradores sobre o Mosteiro. Os marcos do Couto desapareceram. Os usufruidores dos terrenos que ficavam dentro do antigo Couto, apoderaram-se deles como coisa sua, não pagando o respectivo aforamento aos legítimos donos. Sentindo-se lesados nos seus justos direitos, os beneditinos denunciam a ofensa ao Rei D. Pedro que, por alvará de 14 de Março de 1687, manda proceder a nova demarcação do Couto.

Ao tempo, era Comendador da freguesia de S. Martinho, António Teles de Meneses, filho de D. Joana Maria de Castro e Silveira (1690) sua tutora que aproveita a ocasião para afastar os moradores da Quintã, Crasto e Troncal, da sujeição aos monges. Assim, sob uma dupla influência subtrativa, a nova demarcação vai prejudicar o Couto e favorecer os usufruidores dos terrenos.

A nova divisão do Couto, no respeitante a S. Martinho, parte de «Rio de Ossos, voltando para o nascente, segundo a divisão e demarcação antiga de valos e cômoros que divide este Couto da freguesia de S. Martinho da Gandra, termo da Vila da Feira. Foram (os demarcadores) continuando a mesma medição em distância de quatro centas e vinte e duas varas

até o ribeiro do Corijal que se prefazem da outra banda ao pé do monte onde se meteu o oitavo marco pelo mesmo modo e letreiro (1) como os mais. E este marco divide a quinta do Vale Grande que é deste Couto com os limites do lugar da Quintã que é da sobredita freguesia de S. Martinho da Gandra.

«E deste marco e pelas informações que se tomaram em razão de não haver valados nem outra demarcação certa, foram tomando a medição pelo monte acima — águas vertentes, businando e seguindo o sítio aonde está o antigo marco do Couto, de que adiante se faz menção, mediram distância de trezentas e dezassete varas até o cimo do Outeiro do Troncal, aonde se meteu o nono marco com letreiro e pelo mesmo modo que os antecedentes. E este marco faz divisão e limite entre este Couto e o lugar do Troncal da dita freguesia de S. Martinho da Gandra. E deste nono marco foram continuando directamente a medição até o cimo e cabeça e maior altura do monte entre as estradas que vão para a capela de Nossa Senhora da Lumieira e acharam distância entre estes marcos quinhentas e cinquenta e sete varas. E neste sítio que fica ao meio dia defronte do Monte de Crasto que fica para a parte do mar meteram um marco grande pelo mesmo modo e com o letreiro como os antecedentes e com a insignia do báculo de S. Bento para a parte deste Couto». (*Cucujães e Mosteiro com seu Couto*, P.^o JOÃO DOMINGUES AREDE, Famalicão, 1922, págs. 68 e 69).

Como acabamos de verificar por esta descrição da nova demarcação do referido Couto, os marcos entraram muito nos terrenos dos monges beneditinos que, a 14 de Setembro de 1690, embargaram os trabalhos pondo demanda no tribunal contra os moradores da Quintã, Crasto e Troncal e os Comendadores de S. Martinho. «Não se dando por satisfeito o Mosteiro com a demarcação feita desde o oitavo ao décimo terceiro marco, protestou que a dita demarcação entrara muito para a parte do seu Couto e com grande detrimento deste, em proveito dos Comendadores de S. Martinho da Gandra, e de Oliveira de Azeméis e S. Tiago. O terreno contestado principiava no Ribeiro do Corijal do Couto, que divide com o lugar do Troncal e Monte Crasto, também de S. Mar-

(1) Os marcos metidos em 1690, segundo a autorização do alvará de D. Pedro, tinham dum lado a inscrição «Couto-1690» e do outro um báculo com a insignia da Ordem de S. Bento.

Ainda hoje se encontram delimitando a freguesia de S. Martinho da Gandra da de Cucujães, desde a estrada camarária do Troncal à de Rio de Ossos, em número de 7.

tinho da Gandra, e depois com o que divide com o lugar de Vila Cova, de S. Tiago até ao rio Ul» (idem, pág. 70).

Embargados os trabalhos de medição e demarcação por despacho do Juiz do Tombo, só puderam recommençar a 10 de Abril de 1692 sem que tenha havido qualquer sentença imediata para resolver o pleito. Sabe-se, porém, que, no ano de 1778, houve um litígio judicial entre o Mosteiro, como Autor, e os abades de S. João da Madeira, a respeito do direito de parochialidade do lugar de Casaldelo, incluído na área do Couto. O Mosteiro alegava pertencerem-lhe os dízimos, primícias, e mais parochialidades, direitos que os Abades de S. João da Madeira contestam provando que seus antecessores sempre os receberam e que os moradores do respectivo lugar tinham sido sempre seus fregueses.

Tal litígio a que se não alhearam os proprietários e usufruidores dos terrenos dos lugares da Quintã e do Troncal e respectivo Comendador, faz renovar a questão da demarcação de 1690.

Posta a acção em tribunal, renhida luta se travou entre o Mosteiro e os Abades de S. João da Madeira.

O advogado dos Réus, Bernardo Alvares Coelho, na contestação do libelo dos Autores, ajunta o seguinte:

«Provará que dentro dos marcos do dito Couto dos Rev.^{dos} Autores está um monte chamado da Quintã, o qual é dominado e possuído pelos povoadores do lugar do Troncal e da Quintã da freguesia de S. Martinho da Gandra, do qual os ditos povoadores apanham e cortam os seus matos e lenhas, usufrutando-o como coisa sua que é; o qual monte intentaram os Rev.^{dos} Autores tomar para si com o doloso pretexto de estar dentro dos seus marcos, assim como agora querem usurpar aos Réus os terrenos e casas de que nesta causa se trata. E porque o não pode conseguir,

«Provará, e foi coisa pública e notória que os Rev.^{dos} Autores ou seus antecessores, sugeriram a uns pobretões, seus parochianos e súbditos, homens de péssima conduta e bem má consciência para irem impedir os ditos povoadores da Quintã e Troncal a não usarem do dito seu monte. E por eles se lhes oporem na conservação do seu domínio e posse, em que ainda se acham de tempo imemorial, deram uma que-rela de furto, e requereram contra eles uma devassa de assuada, arrastando-os e atemorizando-os com estes falsos ímpetos a fim de verem se conseguiam o seu malévolo destino, fazendo tirar cartas de seguro a mais de trinta pessoas, mas de tantos tão somente uma ficou obrigada a livramento, e ainda esta ficou absoluta e sempre mantida na sua imemorial posse e

domínio do tal monte. Eis aqui um dos vergonhosos ardis de que os Rev.^{dos} Autores usam para haverem o que não é seu» (idem, págs. 96 e 97).

Julgando ainda não suficientes as acusações feitas, o advogado dos Réus recrimina novamente o Mosteiro:

«Provará que também dentro dos marcos dos Rev.^{dos} Autores se acha um montado chamado da Quintã, o qual, sem embargo de assim ser tanto antes como ao depois de serem os tais marcos metidos, sempre foi dominado e possuído como é ao presente e desde que o mundo existe, pelos povoadores da freguesia de S. Martinho da Gandra, e mais especialmente pelos do lugar do Troncal, e do lugar da Quintã da mesma freguesia com os quais confina sem embargo dos escandalosos ardis que os Rev.^{dos} Autores têm usado para nela se introduzirem como já se tocou no décimo quarto e décimo quinto artigo desta Contrariedade, em tal forma que —

«Provará que os tais povoadores têm em todo aquele terreno do dito monte da Quintã as suas fontes onde vão conduzir toda a água de que precisam, tendo nele os seus lagos, cortando dele as suas lenhas e matos, arrancando pedra, plantando e cortando árvores, e das lenhas e madeiras que vendem pagando como sempre pagaram os dízimos à Igreja da dita sua freguesia de S. Martinho da Gandra de que parece é comendador o Ilustríssimo e Excelentíssimo Conde de São Paio. E assim o estão vendo e sempre viram os presentes, e assim o ouviram a seus antepassados há mais de cem, duzentos e mais anos de que a memória dos homens se não acorda» (idem, pág. 102).

Por sua vez, o Mosteiro apresenta as suas alegações e responde à recriminação dos Réus, afirmando que os terrenos usufruídos pelos moradores da Quintã, Crasto e Troncal lhe pertencem e que jamais induziram alguém a praticar actos de banditismo em seu favor:

«Provará que os moradores da freguesia da Gandra nenhum domínio e posse têm de montado algum dentro dos marcos da freguesia e Couto de Cucujães, nem há nenhuma sentença havida contra o Mosteiro nessa matéria; e menos os Padres dele, em nenhum tempo, sugeriram a pessoa alguma para querelas e devassas, antes pelos marcos é que se regulam os dízimos, como faz o Capitão Rafael Dias Ferreira, o qual pelas terras que lavra para o Sul dos ditos marcos paga os dízimos à freguesia da Gandra, e do que lavra para o Norte

paga os dízimos ao Mosteiro dos Rev.^{dos} Autores. E não há mais terra lavradia na dita extrema com a dita freguesia» (idem, pág. 106).

Os Réus, representados pelo seu advogado, observam mais uma vez ao Mosteiro os direitos que assistem aos moradores dos lugares do Crasto e do Troncal sobre os ditos montes e casas. Diz este advogado:

«Provará que também os moradores da freguesia de S. Martinho da Gandra, e principalmente os do lugar da Quintã e do Troncal... não obstante estarem dentro dos divisórios marcos, o que sempre assim praticaram, tanto antes como depois deles metidos, e de todas as porções que do seu terreno têm circunvalado pagam foro à Sereníssima Casa do Infantado... e pagam dízimo à sua Igreja de S. Martinho de que é Comendador o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde de São Paio. E isto mesmo a respeito de todos os mais povos circunvizinhos, assim como são os do lugar do Salgueiro da freguesia de S. Tiago a respeito do seu monte chamado o Porcalho, sem embargo de também estar dentro dos mesmos marcos, como é positivo e notório» (idem, pág. 107).

A sentença civil sobre o direito de paróquialidade do lugar de Casaldelo em cuja questão se inclui a parte citada referente a S. Martinho da Gandra, foi dada, em 26 de Agosto de 1783, pelos Juizes do Tribunal da Coroa da Cidade do Porto a favor dos Réus.

Desta forma continuaram os Abades de S. João da Madeira a paróquiar o lugar de Casaldelo e os moradores dos lugares da Quintã e Troncal a usufruírem os montados em questão como coisa sua.

A ANTIGA IGREJA

Não resta, hoje, o menor indício da sua existência. Os anos tudo apagaram. O último reduto, a capela-mor, foi demolido por ordem do Dr. Francisco de Azevedo Coutinho, superintendente das Comendas de Cristo, em 1784.

Em 1957, quando da feitura do novo muro e portal da residência, havia ali, imediatamente a Sul da actual, uma «casa da eira» cuja configuração mostrava um fim bem diverso. Num inventário da Comenda afirmava-se que a sacristia tinha portas e janelas exteriores e estava soalhada e forrada. De tudo isto, como nota o P.^o Oliveira Pinto, havia indícios na antiga «casa da eira». Tinha uma porta

aberta do lado do Nascente assim como uma janela tapada, e, do lado Sul, possuía outra porta, também, fechada a pedra solta.

Como quase todas as igrejas medievas, esta de S. Martinho devia estar voltada no sentido Este-Oeste. A tradição confirma este sentido consagrando como local da capela-mor o lugar onde foi construído, em tempos, o nicho de Santa Apolónia junto ao portão de entrada para a residência paroquial. A sacristia descrita pela Comenda deveria ficar ao lado da porta principal e adossada à parede. Concluindo podemos afirmar que a capela-mor teria o seu início junto ao actual portão, seguindo com o corpo da igreja até à altura da «casa da eira».

Da sua fundação, documentalmente, nada sabemos. Já existia, como referimos atrás, pelo ano de 964. Em 1650, os livros de Visitações consideram-na muito velha e, porque ameaçava ruína, pedem a sua reforma. «Obteve sacramento em 1650, ficando durante meio século, até 1707, servindo S. Vicente». Anteriormente a 1650, o Sagrado Viático era ministrado pelo Mosteiro de Cucujães, pagando cada fogo três quartas de milho por ano, como remuneração *pro labore*.

Pelo descrito nos livros de Visitações e pelo relato do Reitor para o *Dicionário Geográfico de 1758*, vê-se que, por acção do grande terramoto de 1755, se abriu no frontispício da velha igreja uma fenda de lado a lado. A igreja deve ter ficado em péssimo estado. No mesmo Dicionário o Rev.^{do} Reitor diz que se anda na diligência de conseguir uma provisão de Sua Majestade para conceder o real de algumas freguesias para construir, de novo, a igreja.

Já antes, nas visitasões de 1715 e 1729, o Visitador Apostólico, referindo-se à conservação da igreja, diz que está completamente em ruínas, tanto nos telhados e soalhos, como nas próprias paredes. E, em 1756, um ano após o terramoto, o Visitador pede urgente edificação duma nova igreja (1). Depois de várias tentativas conseguiu-se em 1770 lançar os fundamentos da nova construção.

Narra a tradição que tudo se preparava para edificar o novo templo em lugar mais central — Serrazina — quando se fez sentir a malévola influência dum lojista do lugar da Igreja e de seus camaradas que gastavam mais vinho que religião.

(1) Nas informações de 1769 diz-se: a igreja tem 4 altares com o maior suficientes, com capela-mor, sacristia, retábulo antiquíssimo mas limpo. Há torre com dois sinos.

O Reitor António Gomes Pereira nas informações que deu para o *Dicionário Geográfico da Torre do Tombo*, em 1758 disse: «A igreja tem

Esse homem, ludibriando o povo e seus representantes, com alguns copos do verde regional, levou os carreteiros da pedra para o novo templo a usarem carros de eixo velho para que partissem numa balçada junto à antiga igreja. Reza a tradição que isto, de facto, assim aconteceu. E o mau homem inventou a história de que era o santo padroeiro, S. Martinho, que não queria que mudassem a igreja para o lugar da Serrazina.

Verdadeira ou falsa esta narração? O facto é que a nova igreja foi construída no mesmo lugar e um pouco a nordeste da antiga com prejuízo espiritual para muitos fregueses.

Há algumas dezenas de anos, quando a Junta da Freguesia pretendeu vender um velho freixo e sobreiros do logradouro da igreja, apareceram uns pasquins que aludiam à trama da seguinte maneira:

«Quem quiser encomendar
Carros ao patrão
Não queira desses sobreiros
Tirem-lho na condição
Que já quiseram mudar
A Igreja para a Serrazina
Mas é que os carros quebravam
Ao passar a esta esquina»

A NOVA IGREJA

Sua Majestade D. Maria I concedeu, em 1767, alguns terrenos régios cujo produto seria empregado na construção do novo templo.

«Em 1770 é posta a obra em hasta pública, parecendo que a praça ficou deserta, pois continuou aberto o concurso no ano imediato. Arrematou-a um mestre de obras, de Aveiro, de nome João Ferreira, por 12 mil cruzados.

Seis anos depois, os serviços estavam paralizados por abandono do empreiteiro, correndo demanda contra ele e seu fiador, movida pelo Subsino como representante do povo.

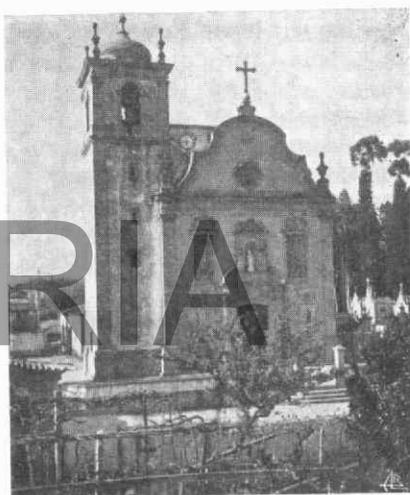
Recomeçados com tenacidade os trabalhos, concluiu-se o edifício em 1780, sendo solenemente inaugurado no segundo

quatro altares a saber: o altar-mor, no qual está o sacrário com o SS. Sacramento e a imagem de S. Martinho, padroeiro, e a de S. João de Deus. O altar colateral da esquerda é da Senhora do Rosário e está nele colocada uma Senhora decentemente ornada e também a mesma imagem em vulto pequeno que serve nas procissões que se fazem em todos os primeiros domingos de cada mês. O colateral da parte direita é o do «Senhor Milagroso Santo António» que está colocado no mesmo altar e também o «mártelle» S. Sebastião e a Senhora Santana. O outro altar do corpo da igreja, da parte do nascente, é o do Senhor Crucificado».

domingo de Novembro, como consta do seguinte «termo de lembrança»:

«No ano de mil setecentos e oitenta, em a segunda dominga de Novembro, foi transladado para a nova igreja desta freguesia de S. Martinho da Gandra o Santíssimo Sacramento, tendo sido visitada e benzida a dita nova igreja, por mim, de ordem de S. Ex.^{cia} Rev.^{ma}, na véspera de tarde e correndo para uma e outra função os clérigos da freguesia e os de S. Vicente de Pereira com inumerável povo de ambas.

Na referida segunda dominga, feita a solene procissão da transladação, se celebrou missa solene e sermão de S. Martinho, cuja festa, para maior pompa, se transferiu para o dito dia; e no mesmo de tarde se cantou o «Te-Deum» em acção de graças na presença do Santíssimo Sacramento; e concluindo-se todos estes actos com o aparato e grandeza que permitiam terras falhas de coisas indispensáveis a uma solenidade completa, e divisando-se no povo da freguesia os sinais mais ternos e evidentes do seu justo contentamento por se verem dentro de um magnífico templo, há muitos anos começado, desfeitos os morosos empates dos rematamentos por uma diligência minha, e extraídos da igreja velha, onde assistiam aos Offícios divinos expostos a



Igreja Paroquial de S. Martinho da Gandra

todas as inclemências do tempo, por não existir já da mesma igreja velha mais que a capela-mor e esta ameaçando a última ruína por instantes, sendo este o miserável estado em que a achei e até sem chave na porta para obstar a algum sacrílego atentado. Do que tudo, fiz este termo para que conste em todo o tempo. O Reitor José da Cunha Ribeiro».

«A nova igreja, de linhas majestosas e severas, ficara acéfala: faltava-lhe a capela-mor, cuja construção era encargo da Comenda. Porém o Comendador não se movia às reclamações e clamores do povo. Em 1831 enviou-se uma representação à Mesa da Consciência e Ordens, protestando contra o insólito procedimento do fidalgo e pedindo providências.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Foram a Ovar depor, perante o provedor da Comarca de Aveiro, o reitor João da Cunha Ribeiro e alguns fregueses. Mas a extinção no ano imediato dos dízimos e comendas frustou a diligência.

O Reitor Amaral, colado em 1858, saiu um dia a percorrer a freguesia, solicitando donativos para a obra; porém, os primeiros resultados foram de tal maneira desanimadores que não passou além do Brejo. E assim ficaram as coisas por mais cinquenta anos». (*Resenha Hist.*, P. Oliveira Pinto) (1).

A 8 de Março de 1906 tomou conta do benefício paroquial de S. Martinho o abade aposentado P. António de Oliveira Pinto. Padre dinâmico e de grande iniciativa conseguiu, em breve, a amizade e apoio de todos os S. Martinhenses.

No dia 2 de Fevereiro começa os trabalhos da construção da capela-mor cujas paredes se elevam ante a admiração de todos. Acabada em 1916, é inaugurada a 23 de Julho do mesmo ano.

As paredes e cobertura desta obra custaram em 1909 1.118\$740 para a qual concorreu o Governo de João Franco, por intermédio do Conde de Agueda, com 500\$000. O restante foi adquirido por subscrição aberta nos Estados do Brasil por Manuel José Francisco Jorge (2).

«A igreja, decalcada na planta da de Arrifana, é bem lançada, elegante e espaçosa, com abundante esquadria ornamental no frontespício, portas e janelas. Estilo D. João v puro, é considerada, sob o ponto de vista architectónico, a primeira do Concelho e uma das melhores da diocese.

O retábulo da capela-mor, decalque de um desenho francês *hors style*, foi executado por Alberto de Sousa Reis, e dourado por José Ferreira dos Santos, de Carregosa. Importaram a talha e douramento, respectivamente, em 750\$000 e 13.085\$000.

Os restantes quatro altares foram encomendados ao Padre Joaquim Teixeira, da Rua do Bonjardim, Porto. Os do Rosário e Crucificado, assentes em 1782, custaram 120\$000, os

(1) Realizaram-se, no seu tempo, importantes melhoramentos, em especial no que respeita à instrução primária, reclamando como presidente da Junta, a criação das duas cadeiras (masculina e feminina).

Em 1880 mandou construir um cruzeiro no chamado «largo de Madail», no lugar da Igreja que foi arrematado por Sebastião José Ferreira pela quantia de 1500 réis. Em 1886 empreendeu grandes obras de embelezamento da igreja que importaram em 158900 réis, arrematadas por António Pereira Cantoneira.

(2) Em Julho de 1908, João Jorge Rodrigues da Silva e Manuel Rodrigues de Oliveira prontificaram-se a mandar construir as paredes da capela-mor, à sua custa, de harmonia com a planta existente na Direcção das Obras Públicas do Distrito.

SUBSÍDIOS MONOGRÁFICOS

de Santo António e Coração de Jesus, assentes em 1785, importaram em 180\$000. Tinha a igreja um órgão de foles, que mandou fazer o Reitor José da Cunha Ribeiro em 1786 e custou 47\$320.» (*Resenha Histórica*, págs. 24 e 25).

O alindamento da igreja continua em ritmo sempre crescente com o P. Oliveira Pinto que, com a ajuda de todos, realizou uma obra imorredoura. Sob a sua esclarecida inteligência, dia a dia, a Casa de Deus, torna-se mais bela, mais digna do seu Senhor. Almas generosas e cristãs abriram pródigoamente as suas mãos numa colaboração íntima com o pensamento e acção do seu querido pároco.

Concluída a capela-mor, o P. Oliveira Pinto projecta a ampliação do cemitério, começada em 1916 e terminada no ano imediato. Gastou aí 384\$410. A 29 de Janeiro de 1917 um raio cai sobre a torre da igreja derrubando-a em parte e danificando o sino grande. No mesmo ano é reconstruída a torre onde se emprega a quantia de 1.189\$900. A 9 de Fevereiro de 1918 justa-se com José Gomes Brandão, de Cucujães, a refundição do sino (1) que custou 349\$355. De 24 a 25 renova o tecto do corpo da igreja em castanho onde gasta 18.000\$000. De 25 a 29 emprega 12 contos em concertos de sacristias e corpo da igreja. Em 1927 colocaram-se os oito vitrais, oferta de D. Maria Rizzo Terra; dourou-se o altar-mor, oferta de Agostinho de Pinho Jorge e irmã, D. Maria Jorge da Costa Nunes — 12.085\$000. António da Silva Borges, oferece o sumptuoso guarda-vento — 8.000\$00; José Barbosa de Oliveira, o harmónio Liebman — 7.000\$00. A igreja foi, também, dotada de novas imagens: assim, em 1926, é comprada a imagem do mártir S. Sebastião por 1.850\$00, despesa coberta por subscrição; em 27, a de S. Martinho, bispo, por 1.850\$00, oferta de Manuel Augusto de Andrade; em 29, foram compradas as de N. S.^{ra} de Fátima, 1.850\$00, N. S.^{ra} do Rosário, 2.500\$00 e S.^{ra} Teresinha, 1.850\$00, oferta de Agostinho de Pinho Jorge e esposa (2).

Em 1925 principia o P. António de Oliveira Pinto a reconstrução da residência paroquial, tornando-a mais espaçosa e regularmente dividida — obra em que gastou 10.000\$00, tendo contribuído D. Maria Rizzo Terra com metade.

(1) Em 1890 a Junta tinha-lhe mandado refundir o então sino maior cujo peso era de 19,5 arrobas e 3,5 arráteis.

Depois de refundido ficou com o peso de 34 arrobas e 19 arráteis e com um toque equiparável ao da Igreja de Oliveira de Azeméis. A refundição e aumento custou à Junta 203\$700 réis.

(2) «Todas as imagens são de elegante factura e artística incarnação».

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

A 19 de Maio de 1937, com 59 anos de idade, e após 31 anos de incansáveis trabalhos em S. Martinho da Gandra, o Senhor o chamou à eterna Bem-Aventurança.

O exemplo dos bons continua. Em Julho de 1937 toma conta do benefício o P.^o Manuel Pereira da Silva Gomes, natural da freguesia. Novo impulso de melhoramentos recebe a Paróquia e, em especial, a igreja e suas dependências. Realiza a electrificação da igreja com alguns candelabros onde emprega 7 contos; em 1939 continua a reconstrução da residência — 9.000\$00 e em 1946 enceta grandiosas obras de melhoramento na igreja e cemitério que custaram 30 contos. Nestas inclui-se o revestimento em azulejo do frontespício. Em 1947, no largo contíguo à igreja, faz-se um coreto em cimento armado e pedra — 23 contos; em 1948 um grupo de 14 famílias da freguesia oferece a via sacra em azulejo que importou em 3.500\$00; em 1950 compra-se um cofre-sacrário por 2.232\$00.

A 28 de Novembro de 1951 faleceu, após dolorosa doença, o saudoso pároco e conterrâneo P.^o Manuel Pereira da Silva Gomes.

Tomou conta da paróquia o seu irmão P.^o Agostinho Pereira da Silva Gomes cuja actividade tem superado as suas próprias forças. Caridosas pessoas têm contribuído para o alindamento da igreja das quais destacamos Manuel e José Dias da Costa com a oferta do painel e bancos e António José Borges com a instalação sonora. E, assim, com os incansáveis párocos de S. Martinho continua em constante melhoramento a igreja paroquial, cemitério, etc., etc.

O RELÓGIO DA IGREJA

O relógio da torre foi mandado comprar pela Junta da freguesia, com o generoso auxílio de alguns particulares que, desde 1880, instantemente o vinham reclamando. Custou 285.000 réis. «Cópia dos modernos relógios franceses, é obra do falecido serralheiro mecânico amador Manuel de Andrade Serôdio, de Souto. O seu mau funcionamento inicial obrigou o autor a numerosas caminhadas para S. Martinho com o fim de o melhorar. Mostrando-se a máquina renitente e a Junta pouco disposta, por isso mesmo, a pagá-la, o Serôdio fez intervir como «mata-diferenças» uma escopeta, cuja nímia proximidade do dedo do gatilho resolveu rapidamente o problema da liquidação monetária, mesmo com prejuízo da solução técnica».

SOUTO DO SENHOR

Os terrenos em volta da igreja e que eram pertença da Confraria do Santíssimo tinham o nome de «Souto do Senhor», mas esta denominação perdeu-se.

SACERDOTES

(da *Resenha Hist.*, do P.^o Oliveira Pinto)

Párocos

- «Manuel Valente da Silva, cura (1649-1677).
 Simão Valente de Almeida, cura (1677-1680).
 António Rodrigues, cura (1680-82). Era do lugar do Par-
 dieiro, de Souto.
 José Fernandes, cura (1682-1684). Era de Porto de Igreja.
 Luís de Morais, reitor (1684-1698).
 António da Fonseca Morais, reitor (1698-1702).
 Bartolomeu Leite do Amaral, reitor encomendado (1702-1705).
 António Pinheiro Enes, reitor. Colado em 1705, foi residir
 para S. Vicente em 1707.
 João Pereira da Silva (licenciado), cura (1707-1710).
 António Gomes, cura (1710-1711).
 Domingos de Pinho, cura (1711-1714).
 João Pereira da Silva, novamente cura (1714-1716).
 Joseph Henriques, cura (1716-1720). Era de Souto, da casa
 do Ribeiro de Cima.
 Bartolomeu Leite do Amaral, outra vez cura (1720-27).
 António Lourenço Pinheiro, cura (1727-36). Era sobrinho do
 reitor Pinheiro Enes. Colou-se no benefício em 1731,
 paroquiano até 1747. Faleceu em S. Martinho em 15 de
 Março de 1753 e foi sepultado na capela-mor de S. Vicente.
 Manuel da Costa Salvador Andrade, coadjutor em 1746.
 Constantino da Cunha Sotto-Maior, encomendado (1747-48).
 António Gomes Pereira, reitor (1748-59). Era de Azevedo
 (S. Vicente) onde possuía uma quinta. Morreu a 2-x-1759.
 Manuel da Costa, encomendado (1759-61).
 Dr. Manuel Alves Ferreira, ex-Desembargador Eclesiástico
 e vigário da Vara do 3.^o distrito. Colou-se em 1761 e
 faleceu em 3 de Agosto de 1778, sendo sepultado na
 capela-mor de S. Vicente. Era natural de Ovar.
 José Luciano da Rocha Tavares de Castro Corte Real, enco-
 mendado (1778-79).
 Manuel Álvares de Oliveira Rosa, encomendado (1779-80).
 José da Cunha Ribeiro, reitor. Provido ao benefício em 1780,
 resignou-o em 1796, retirando para o Porto, de onde era
 natural. Faleceu em 1802.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

João da Cunha Ribeiro, reitor. Era irmão do precedente e tinha mais dois irmãos padres; o padre Francisco da Cunha Ribeiro que foi cura de S. Vicente, e o padre Pedro que vivia no Porto. Tomou posse do benefício em 23 de Outubro de 1796, paroquiando até 1857, ano em que faleceu.

António de Oliveira Amaral, reitor (1857-83). Era de Válega. Obteve transferência para Loureiro.

António José Gomes, do Lourinhal, encomendado desde 2 de Setembro de 1884 a 30 de Dezembro de 1886.

Francisco José Nunes, do Seixo, de Válega. Tomou posse em 30 de Dezembro de 1886 e faleceu a 4 de Fevereiro de 1905.

Domingos José dos Reis Júnior, encomendado (1905-6).

António de Oliveira Pinto, abade, natural de Souto. Apresentado por decreto de 15 de Agosto de 1905, recebeu a instituição canónica em 24 de Fevereiro de 1906, tomando posse a 8 de Março seguinte. Faleceu, com 59 anos, a 19 de Maio de 1937. Enterrado na sua terra natal, Souto. A 19 de Junho de 1937, em homenagem de gratidão, foi-lhe descerrada uma fotografia na sacristia do lado direito.»

Manuel Pereira da Silva Gomes, abade, natural da freguesia, foi colocado no benefício em Julho de 1937. Faleceu a 28 de Novembro de 1951.

Agostinho Pereira da Silva Gomes, abade, irmão do precedente, era coadjutor desde 1949, tomando posse do benefício à morte de seu irmão. É o pároco actual.

NOTA — No livro manuscrito «Informações da Comarca da Feira», tiradas na visita de 1769, diz-se que o cura de S. Martinho era o P. Baptista de Oliveira Tavares, natural da Vila da Feira, formado em Cânones, de idade de 63 anos, o qual curou a paróquia 3 anos.

Diz-se ainda que o Reitor Manuel Alves Ferreira era natural do Porto, de 50 anos de idade e boa disposição. Promovido por concurso, tomou posse em 9 de Setembro de 1759.

PADRES NATURAIS

«As datas de que vêm acompanhados os nomes são dos documentos paroquiais.»

«Salvador de Andrade, coadjutor desde 1746. Faleceu em 4 de Janeiro de 1755.

Constantino Godinho, do Outeiro, coadjutor (1758-94).

Domingos da Silva (1802).

Lourenço José Soares, 1857, do lugar da Igreja. Era coadjutor do P. João da Cunha Ribeiro em 1826.

SUBSÍDIOS MONOGÁRFICOS

- Constantino Gomes Brandão, do Formal. Faleceu a 29 de Outubro de 1764, instituindo seu testamenteiro o capitão Domingos de Almeida Pinto.
- Salvador Gomes Brandão, e Manuel Gomes Brandão, eram subdiáconos em 1721, do lugar do Formal.
- Matias Gomes Brandão, do Formal, 1735. Residiu e faleceu em S. Vicente.
- António de Almeida e Vasconcelos, irmão do Alferes Domingos Manuel, da Quinta do Formal (1763). Foi monge beneditino de Cucujães sob o nome de Frei Manuel da Conceição.
- Constantino Gomes Henriques, de Maçada. Faleceu em 25 de Novembro de 1761.
- Dr. Manuel Gomes de Sá. Era pároco em Pindelo em 1758.
- Domingos da Silva Pereira, de Macieira (1794).
- António Henriques Terra, de Macieira (1794).
- João José Moreira, do Crasto. Já era presbítero em 1814. Faleceu a 8 de Abril de 1864.
- António José Rodrigues, de Casaldias (1817).
- João José Lopes, diácono em 1826.
- António Rodrigues Pereira, diácono em 1826.»
- Manuel Lopes Dias da Rocha, do Formal.
- Agostinho Pereira da Silva Gomes, do Lourinhal.
- Manuel Pereira da Silva Gomes, do Lourinhal.
- José Rodrigues da Costa, de Maçada.
- Domingos Gomes de Almeida, do Brejo. Ordenado em 1956. É coadjutor de S. Martinho.
- José Resende da Silva Leite. Ordenado em 3 de Abril de 1958.

NOTAS — 1) O referido livro das Informações da Comarca da Feira apresenta a seguinte informação de padres naturais: «António, filho legítimo de Manuel Leite dos Santos, do lugar do Outeiro, de idade de 20 anos e boa disposição; Manuel, filho legítimo de Francisco Ruiz Frade, do lugar da Insua, de idade de 17 anos e boa disposição. Com boa informação».

2) O P. Constantino Godinho era coadjutor da freguesia de Cucujães em 1769. Ordenado em Maio de 1750. Foi também coadjutor em S. Martinho 7 anos.

3) Num manuscrito episcopal da Câmara da Feira lêem-se mais os seguintes nomes de padres naturais de S. Martinho da Gandra:

António de Almeida
António Leite
António José de Vasconcelos
António José Ferreira
António José Gomes, do Lourinhal
Domingos José Rodrigues da Silva
José da Silva
Manuel da Costa
Miguel Moreira.

(Continua)

RELAÇÃO DAS MEDIDAS DE DEFENSA QUE SE EXECUTARAM NAS MARGENS DO RIO VOUGA DEPOIS DA TOMADA DO PORTO PELO MARECHAL SOULT EM 1809

(Continuado de pág. 160)

NA tarde do dia 30, vieram ter os Franceses aos nossos postos avançados, trazendo uma bandeira parlamentar. As nossas vedetas, ou por falta de prática, ou por não repararem na bandeira, descarregaram sobre o piquete inimigo e fizeram pegar em armas toda a avançada e pôr em rebate todo o campo. O troço de cavalaria inimiga se retirou com tal brevidade, que não deu tempo a maior exame; e, por ser força de consideração, fez continuar o equívoco. E toda a nossa gente marchou para as suas respectivas posições, e o Coronel Trant com a maior brevidade passou a Serém. Depois de ser informado de tudo o que acabava de acontecer, se resolveu a ir em pessoa aos postos avançados do inimigo com uma bandeira parlamentar. Antes de partir, mandou chamar o Tenente-Coronel António Xavier Zuzarte de Quadros e lhe entregou o comando das tropas na sua ausência. A chegada dos Franceses às nossas avançadas pôs em movimento todas as ordenanças, e devo fazer menção da prontidão com que o Capitão Guilherme de Guimarães reuniu as ordenanças de Angeja, Eixo e vizinhanças e veio conduzi-las para Serém, seguindo a margem direita do rio.

O Coronel Trant muito de propósito levou uma pequena escolta, porém composta de ordenanças dos diferentes corpos de cavalaria, e duas pessoas do seu estado-maior; e, sendo

RELAÇÃO DAS MEDIDAS DE DEFENSA

todos em número de nove indivíduos, achavam-se entre eles seis uniformes diferentes. Depois de chegar aos postos avançados do inimigo e de ter esta ocasião de ver a nossa bandeira e ouvir o clarim, o Coronel Trant, sem mais pessoa alguma, penetrou para dentro da linha das vedetas inimigas e foi imediatamente recebido e cumprimentado pelo Coronel Girardin, que comandava um dos regimentos de dragões e era naquele dia oficial superior do campo. O Coronel Trant saiu para chamar D. Pedro de Sousa, e foram ambos apresentados pelo Coronel Girardin ao General comandante dos postos avançados do exército francês, que nos constou ser o General De Belle. Este General vinha de longe, ao que parecia, increpando a facilidade com que o Coronel Girardin tinha admitido um parlamentar vindo de um exército aonde se acabava de atirar sobre uma bandeira parlamentar. Não tinha dado fim às vozes que vinha dirigindo, quando foi interrompido pelo Coronel Trant, o qual lhe disse que se admirava sobremaneira do contraste que achava entre o modo do General e a polidez com que o Coronel Girardin o tinha recebido; e, pelo que tocava à irregularidade que o General notava no último procedimento entre o parlamentar e a gente dos postos avançados do exército português, que a origem desta e mais outras irregularidades e que teriam acontecido e poderiam suceder para o futuro se deveriam atribuir ao modo por que as tropas francesas faziam a guerra aos povos, e que todo o exército português era sabedor do rigor com que se haviam tratado algumas povoações vizinhas.

O General, vendo o modo resolutivo com que o Coronel Trant protestava, se persuadiu de que ele duvidava da sua segurança pessoal e, fazendo algumas observações indirectas para segurar ao Coronel Trant a boa-fé francesa, este lhe respondeu que o seu coração não palpitava mais aceleradamente do que quando ele estava fora da linha das vedetas francesas. Estas moderadas alterações acabaram em mútuos cumprimentos, e uma vez que referimos tudo o que teve lugar durante esta suspensão momentânea de hostilidades, devemos mencionar o que deu motivo à mesma suspensão.

Achavam-se no Porto, prisioneiros, alguns oficiais britânicos, os quais alcançaram a licença do Soult para mandarem entregar aos postos avançados portugueses algumas cartas dirigidas a seus parentes e amigos, a fim de os tirar da incerteza de notícias. Estas cartas foram entregues ao Coronel Trant. Nesta mesma ocasião, os Franceses falaram do progresso das suas armas no Minho com a costumada altivez e deram a entender que Buonaparte tinha chegado a Madrid capitaneando oitenta mil homens de reforço e que

estava a chegar o termo da guerra da Península. O Coronel Trant, ainda que no princípio parecia não querer falar dos negócios públicos, nem das circunstâncias dos exércitos franceses, para observar toda a cortesia devida àquela suspensão de armas, não pôde contudo reprimir-se e deixar ir avante um embuste como a imaginada chegada de Buonaparte a Madrid, percebendo que ela tinha sido publicada ao exército francês com tanta sagacidade, que oficiais de graduação pareciam acreditá-la, não obstante a publicação da carta interceptada pelo General Kellerman ao Soult, a qual sendo espalhada no Porto inserida em uma proclamação do Marechal Comandante em chefe do exército português, encheu a todos os Portuguezes da maior esperança e pôs o exército francês em desesperação, e ao seu chefe na maior inquietação. O estratagemma do Soult foi formalmente descoberto pelo Coronel Trant, afirmando que Buonaparte, por aquele tempo, em vez de estar em Madrid, estaria ou sobre o Inn ou sobre o Tagliamento, e que ele dava a sua palavra de honra pela verdade que observava, acrescentando a notícia da conquista de Cayenna, Martinica e destruição das embarcações francesas na baía de Basques, e rematando que a sua narração com a chegada do Cavaleiro Wellesley a Lisboa, com a qual ia acabar a inacção que os Franceses poderiam ter notado na tropa portuguesa estacionada no Vouga.

O Coronel Girardin deu a isto uma muito estudada e lisongeira resposta: que eles sabiam exactamente quanto eram bem escolhidas as posições que nós ocupávamos e que os bons militares deixam sempre com muito custo as vantajosas posições que ocupam.

Acabada esta entrevista, que não durou muito tempo, o Coronel Trant se restituiu ao nosso acampamento, aonde foi recebido com a alegria da tropa e vivas de uma multidão de gente do campo, que impaciente esperava vê-lo fora do campo inimigo, porque os reiterados actos de barbaridade cometidos pelos Franceses haviam dificultado ao vulgo o conceber ideia alguma que não fosse considerá-los como inimigos cruéis e falsos; e por isso eram tidos na maior execração aqueles portuguezes suspeitos de afeição aos Franceses. A principal vantagem que nós tirámos desta entrada nos postos avançados do inimigo foi o reconhecimento que oportunamente se fez das posições que ele ocupava. Então se conheceu que seria imprudentíssimo atacar os Franceses e que nenhuma cousa seria praticável senão o continuar no primeiro plano da defensiva. É verdade que Sir Roberto Wilson tinha feito alguns movimentos que inquietavam bastante ao Soult no Porto e ameaçaram os corpos franceses estacionados na Vila da Feira, Oliveira de Azeméis

RELAÇÃO DAS MEDIDAS DE DEFENSA

e Ovar, e parecia que o Coronel Trant poderia combinar alguma operação juntamente com o Sir Roberto. Porém a verdadeira intenção do Sir Roberto por certo não foi outra senão procurar fazer uma diversão a favor do General Silveira e da gente de Trás-os-Montes, que, dirigida pela intrepidez do Coronel Patrick e do artilheiro Bento de Sá ⁽¹⁾, tinha feito prodígios de valor defronte de Amarante. Além do que, as circunstâncias em que estava o Coronel Trant eram muito diferentes: Sir Roberto Wilson, pelos movimentos que fez, não deixava de ter na sua retaguarda um país montanhoso, e o Coronel Trant, avançando das margens do Vouga, comprometia-se com o grosso da Cavalaria francesa comandada por Franceschi e De Belle, a qual tinha a facilidade de manobrar com toda a vantagem na gandra entre as duas Albergarias, aonde a lembrança de atacar a cavalaria com infantaria deveria passar por um acidente de loucura ou desesperação.

Depois dos funestos sucessos de 2 de Maio, os Franceses, aproveitando as vantagens conseguidas em Amarante, pretenderam atacar Sir Roberto Wilson, o qual se dirigiu para fazer a sua junção com o General Bacelar em Lamego. Encarregou ao Capitão de cavalos Luís Paulino de Oliveira Pinto da França de dirigir as ordenanças dos distritos daquelas serranias da Beira, e os esforços deste distinto oficial foram bem sucedidos, porque os Franceses, achando opposição, que não supunham, desistiram de ocupar Arouca.

No acampamento do Vouga não teve lugar acontecimento algum desde a entrevista nos postos avançados do exército francês. O corpo de Infantaria académica passou de Pedações para Agueira, lugar que ficava à direita do outro e em distância pouco considerável. O motivo principal desta mudança foi conceder algum descanso aos académicos. Todavia, se lhes encarregou o vigiar as passagens do rio naquela vizinhança. O destacamento de infantaria n.º 9 teve ordem de marchar para Viseu, a fim de se reunir ao seu regimento, e uma companhia de Milícias da Figueira marchou no dia 3 de Maio para a capital do seu distrito.

Estes destacamentos teriam enfraquecido consideravelmente o pequeno corpo de tropas às ordens do Coronel Trant, se não fosse a junção inesperada de uma companhia de Milí-

(1) Ambos estes militares morreram no campo de honra, deixando os seus nomes imortalizados. Consta-nos que Bento de Sá deixou mulher e filhos, a quem o ténue soldo do seu heróico marido e pai era a única subsistência.

cias de Vila do Conde. A reunião desta companhia de Milícias é um daqueles factos que mostram a boa vontade com que esta guerra foi empreendida. Depois da invasão do Minho e da dispersão de alguns regimentos de Milícias que naquela província fizeram prodígios de valor, que, se fossem acompanhados da ordem necessária, teriam em muitos pontos feito parar o inimigo na sua vitoriosa carreira, uma companhia de Milícias de Vila do Conde se portou naquela ocasião com tanta disciplina, que, em vez de se dispersar diante da superioridade das forças francesas, ela se retirou para um dos portos da Província, donde se transportou para vir aparecer no lugar mais próximo, em que a glória da Nação chamasse pelos seus dignos esforços. Vieram desembarcar em Aveiro e subiram para se incorporarem com as tropas que defendiam o Vouga, aonde estes briosos milicianos foram recebidos pelo Coronel Trant com os elogios que mereciam, e pela tropa com a admiração que o seu heroísmo excitava, dando um exemplo da importância que se deve dar às Milícias, quando elas têm alcançado algum grau de disciplina e que são comandadas por oficiais honrados e valorosos. Eu nomearia com a maior satisfação os dignos comandantes destes milicianos; porém ignoro os seus nomes, assim como os de muitos outros oficiais militares, que, depois de expellidos pelas forças inimigas dos lugares em que primeiramente lhes fizeram frente, tornaram a buscar ocasião de prestar os seus serviços.

O Coronel Trant, em razão do pequeno número de tropas do seu comando, não os podia empregar, e recebiam, em consequência, ordens de passar a Coimbra, aonde se estabeleceu o ponto de reunião para os dispersos que se retiravam da província do Minho.

No dia 8 de Maio, entrou na Mourisca a brigada britânica e portuguesa, comandada pelo General Ricardo Stewart. No dia seguinte a cavalaria comandada pelo General Cotton, a qual se acampou pela margem esquerda do Vouga, e este General, acompanhado do Coronel Trant, fez um reconhecimento das posições que os Franceses ocupavam. As tropas portuguesas às ordens do Coronel Trant fizeram, em consequência da chegada do exército de Sir Arthur Wellesley, um movimento para a direita do Vouga, vindo ocupar no dia 28 de Maio a gandra de Serém, para onde o General Cotton destacou um esquadrão do regimento n.º 7, comandado pelo Capitão António Joaquim Bandeira. Tomaram-se todas as cautelas para que não chegassem a Albergaria notícias do que ia tendo lugar na margem esquerda; e, apesar do prazer e exultação em que estavam os povos, vendo a marcha das tropas britânicas, ela foi ignorada pelos inimigos, não obstante as suas patrulhas continuarem a observar o nosso

RELAÇÃO DAS MEDIDAS DE DEFENSA

campo, aonde sòmente podiam descobrir forças portuguezas, e deste modo vieram a saber da chegada das tropas britânicas quando as avançadas do General Cotton romperam fogo, na manhã do dia 10 de Maio.

Na tarde do dia 9 de Maio, entrou Sir Arthur no Sardão, aonde estabeleceu o seu quartel general nas mesmas casas em que esteve o Coronel Trant, o qual, depois de receber as ordens do Marechal General, título que os Governadores do Reino acabavam de conferir ao herói do Vimeiro, a fim de lhe ficarem sujeitas todas as autoridades militares de Portugal, de qualquer graduação que fossem, passou o Vouga e tomou quartel nas casas de uma quinta chamada da Mesa, e foi comandar naquela noite os corpos avançados, que se compunham de tropas portuguezas.

Como me propusesse lançar por escrito o que aconteceu enquanto duraram as operações defensivas sobre o Vouga, darei agora fim ao meu pequeno trabalho, porque, ainda que os mesmos corpos entrassem nas operações offensivas dos dias 10, 11 e 12 de Maio, e sendo a artilharia do Coronel Trant a primeira que rompeu fogo sobre os Franceses na manhã do dia 10 de Maio, estas tropas já obravam debaixo da ordem do Marechal General, cuja campanha é totalmente distinta. Induziu-me a este pequeno trabalho a curiosidade dalguns amigos, e o meu desejo de corresponder às suas patrióticas intenções me obrigou a aclarar alguns apontamentos que fiz a este respeito, aonde não entrou outra consideração mais do que a justa admiração por um acontecimento que tanto enobrecera a História Portugueza do ano de 1809.

Os povos da esquerda do Vouga, levados de uma gratidão pelos esforços que fez o Coronel Trant para salvar o país entre o Vouga e o Mondego, pretenderam colocar nm monumento sobre a altura do Marnel, situada entre a ponte deste nome e a do Vouga. É provável que, passado o perigo, também fique em esquecimento semelhante projecto, o qual tem contra si um inimigo muito grande, que é a inveja. Copiei todavia uma inscrição que veio ter à minha mão, mas cujo autor ignoro, e apenas conjecturo ser obra de um Doutor Teólogo da Universidade de Coimbra, cujo gosto clássico e amor da Pátria são bem notórios. Ela encerra em si os objectos históricos desta narração, e pode ser que a sua leitura poupe enfadamento a quem pretendesse passar pelos olhos uns apontamentos feitos por quem não tinha estilo nem qualificações literárias para género algum de composição.

Lisboa, 10 de Janeiro de 1810.

[INSCRIÇÃO]

NICOL . TRANTIO
CVM . DELECTU . IN . PROVINCIAM . MISSO.
QUOD.
AGMINE . QUAM . CITISSIME . DEDUCTO.
CASTRIS . SUPRA . VACCAM . POSITIS.
FLUMINIS . RIPIS . QUA . LATE . PATEBANT.
EXIGVIS . COPIIS.
EXIMIA . VERO . VIRTUTE . DISCIPLINA . FALLACIIS.
MVNITIS.
FOEDISSIMORUM . HOSTIVM.
INCVRSUS . LATROCINIA . SCELERA.
FRAENARIT.
INCOLARVM . CAPITA . BONA . DECVS.
SERVARIT.
AVERIENSES . CIVES.
CIS-VACCAEIQVE . POPVLI.
GRAT . ANIM . MONVM.
HONORIS . LAVDISQVE . ERGO.
P.

Tradução: A Nicolau Trant, mandado para esta região com tropas ligeiras, porque, tendo conduzido o exército o mais rapidamente que pôde e acampado cerca do Vouga, por onde largamente se postavam nas margens do rio, com exiguas tropas, mas munidas de grande coragem, disciplina e astúcia, deteve os ataques, os latrocínios, os crimes de ferocíssimos inimigos e defendeu as vidas, os bens e a honra dos habitantes, — os cidadãos aveirenses e os povos daquém do Vouga com grato ânimo levantaram por tal motivo este monumento, em sua honra e louvor. J. TAVARES.

A FUNDAÇÃO DO CONVENTO DE JESUS, DE AVEIRO

I — O GÉRME DO CONVENTO

O convento de Jesus, de Aveiro, de freiras dominicanas, foi fundado no ano de 1461 e deve a sua existência a duas virtuosas Senhoras, de alta linhagem, dona Brites Leitão e dona Mecia Pereira, e aos convincentes conselhos e decidido apoio que a estas Senhoras deu o padre frei João de Guimarães, prior do convento de Nossa Senhora da Misericórdia de Aveiro, para tal fundação (1).

Vejamos os factos que levaram estas duas Senhoras à realização de tão piedosa obra.

Dona Brites Leitão ficou órfã de pai e mãe ainda em pequena idade, mas o infante D. Pedro, regente do Reino (1438-1449), e sua mulher dona Isabel tomaram-na a seu cuidado e criaram-na em seu paço.

Era ainda muito nova quando estes e parentes dela lhe fizeram o casamento com Diogo de Ataíde, fidalgo e cavaleiro da casa do dito infante, e seu fiel servidor e bom conselheiro. O infante D. Pedro tinha-lhe dado o officio de guarda-mor da infanta D. Isabel sua mulher e da casa desta.

Do seu matrimónio teve dona Brites Leitão, nas vésperas de Santa Maria Madalena, ano de 1448, uma filha a quem foi dado o nome de Catarina de Ataíde, e no dia 6 de Agosto de 1449 teve outra filha que foi chamada Maria de Ataíde.

(1) Este convento, de frades dominicanos, foi fundado em 1443 pelo infante D. Pedro, regente do Reino, duque de Coimbra e senhor da vila de Aveiro. A igreja foi sagrada pelo Bispo de Coimbra, D. Jorge de Almeida, em 20 de Janeiro de 1464. Do edificio deste convento já pouco resta actualmente. Tal convento veio a ser denominado de São Domingos, e foi o primeiro que se fundou em Aveiro.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Tendo morrido o infante D. Pedro no recontro de Alfaro-beira em 20 de Maio de 1449, a rainha dona Isabel, mulher de D. Afonso V e filha dos referidos infantes, ordenou a Diogo de Ataíde que continuasse no seu cargo de guarda-mor da viúva infanta dona Isabel sua mãe, e nele se manteve até o falecimento desta.

Querendo, porém, Diogo de Ataíde e sua mulher dona Brites Leitão livrarem-se de questões e intrigas da corte do jovem rei D. Afonso V, foram residir com suas filhas na sua quintã de Ouca, próximo de Aveiro, que haviam comprado a Leonor Velho.

No ano de 1453 estendeu-se a peste pelo país, e por isso Diogo de Ataíde e sua família saíram de Ouca e foram viver numa quinta de Leiria, também sua. Afinal a peste aqui o matou no dia 25 de Julho do mesmo ano. Também aqui faleceu seu filho Estêvão de Ataíde, de três anos de idade, poucos dias após a morte do pai.

Sua filha Catarina tinha seis anos, e Maria tinha cinco.

No seu testamento mandou Diogo de Ataíde que, com a terça dos seus bens fosse feita na sua quintã de Ouca um hospital grande e muito bom para pousada e repouso de peregrinos, religiosos e estrangeiros, que por lá passassem, e nomeou testamenteira sua mulher ⁽¹⁾.

Passado algum tempo D. Brites e sua filha Catarina foram à corte visitar a rainha D. Isabel e o rei D. Afonso V, e aqui estes lhe propuseram segundo casamento com um nobre e rico fidalgo da sua corte, visto que ela era ainda muito nova e formosa.

D. Brites recusou tal casamento porque já tinha em vista seguir a vida religiosa com suas duas filhas ⁽²⁾.

Entretanto faleceu a rainha D. Isabel em 2 de Dezembro de 1455. E logo D. Brites Leitão abandonou a corte onde os seus desejos de isolamento do mundo eram contrariados, e voltou para a sua quintã de Ouca com sua filha Catarina para aqui viver em recolhimento de espírito e fazer o hospital que seu marido em seu testamento lhe mandava construir.

Em seguida entregou sua filha mais nova, Maria de Ataíde, a dona Maria de Meneses, abadessa do mosteiro de Santa Clara, de Vila do Conde, e tia desta menina, para que

(1) *Crônica da Fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, e Memorial da Infanta Santa Joana filha del Rei D. Afonso V*, pág. 6.

Códice quincentista, leitura e prefácio de ANTONIO GOMES DA ROCHA MADAHIL, edição de FRANCISCO FERREIRA NEVES. Aveiro, 1939.

(2) Era etom de hidade de vijte e sete años . mas ella que todo seu Coraçõ e desejo tiinha posto e soo deus e ho servir nõ cõsentiu e tal partido e Requirimento. *Ob. cit.*, pág. 8.

A FUNDAÇÃO DO CONVENTO DE JESUS

depois de ali criada, lhe lançasse o hábito e a fizesse freira de Santa Clara, a cuja ordem pertencia o dito mosteiro (1).

Em Ouca continuava D. Brites Leitão a recear «os laços do inimigo, e perigos do mundo e línguas dos maldizentes, e muito mais os requerimentos e constrangimento de seus nobres parentes para haverem de casar ela e a filha que em casa tinha» (2).

Estando, porém, resolvida cada vez mais a desprezar o mundo e suas vaidades e entregar-se toda ao serviço de Deus, mandou vir a Ouca o padre frei João de Guimarães, prior do convento dos dominicanos de Aveiro, para o consultar acerca da orientação que havia de tomar.

Este fez ver a D. Brites Leitão que a quintã de Ouca era absolutamente imprópria por várias razões para ela e sua filha lá viverem, tanto mais que o conde de Odemira, D. Sancho de Noronha, pretendia embargar-lhe a posse da dita quintã; mas atendendo a que ela queria renunciar definitivamente ao mundo, aconselhou-a a que comprasse um terreno na vila de Aveiro, ao pé do mosteiro de Nossa Senhora da Misericórdia, e lá fizesse casas e moradas para nelas viver com o recolhimento e apartamento que desejava, tendo consigo pouca e muito honesta companhia, e assim ficava «fora de lugar de criados e de pessoas de negócios e frascas do mundo que sempre a haviam de inquietar».

D. Brites Leitão aceitou gostosamente o conselho do padre João de Guimarães e resolveu pô-lo em prática.

Corria o ano de 1457, e em todo o Reino havia grande azáfama com os preparativos militares para a conquista de Alcácer Ceguer aos mouros. D. Afonso v e os principais fidalgos do Reino andavam na corte muito ocupados na organização da expedição marítima destinada a esta conquista, que de facto se efectuou no mês de Outubro do ano seguinte (3).

Os parentes de D. Brites não podiam, nestas circunstâncias, prestar atenção ao que ela pretendia fazer em Aveiro e por isso não lhe levantariam embargos nem estorvos.

D. Brites Leitão mandou então vir novamente a Ouca o padre frei João de Guimarães, e «com muitas lágrimas de

(1) D. Maria de Meneses era filha de D. Fernando de Meneses e de D. Brites de Andrade, senhores de Cantanhede, e foi abadessa do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde durante mais de cinquenta anos.

(2) *Ob. cit.*, pág. 9.

(3) Na *Crónica da Fund. do Most. de Jesus*, etc., pág. 10, diz-se que Alcácer Ceguer foi tomada em uma quarta feira, dia dezoito de Outubro de 1458; mas DAMIÃO DE GÓIS, na sua *Crónica do Serenissimo Principe D. João* (edição de 1790, pág. 31), diz que tal tomada se fez numa quarta feira, aos vinte e três dias de Outubro de 1458.

piedade e desejo de Nosso Senhor » entregou-lhe uma soma de dinheiro para ele comprar em Aveiro o terreno que julgasse mais conveniente para se construírem as casas de recolhimento para ela e suas filhas.

Frei João de Guimarães, de acordo com os frades do seu convento, comprou para este fim um terreno embora baixo e húmido, confrontando com a rua e corredoura que davam acesso à igreja deste convento (1).

E logo a seguir o padre João de Guimarães ordenou a imediata construção das casas e moradas para dona Brites Leitão, dando os dominicanos vizinhos toda a ajuda à obra. Em 1458 estavam concluídas (2).

D. Brites Leitão tinha então trinta anos de idade e cinco de viuvez. Estando já prontas as suas novas casas de recolhimento em Aveiro, e desejando instalar-se nelas o mais depressa possível, mandou vir sua filha Maria de Ataíde do convento de Vila do Conde, onde estava entregue aos cuidados de sua tia D. Maria de Meneses, abadessa deste convento.

Deixou então a sua quintã de Ouca, e entrou em Aveiro com as suas duas filhas no dia 24 de Novembro de 1458, dirigindo-se imediatamente à igreja do convento dos frades dominicanos onde deu graças a Deus por lhe ter permitido realizar os seus desejos.

Daqui para as suas casas, acompanhadas pelo prior deste convento e de alguns frades antigos de muita virtude. O prior ali lançou a bênção a D. Brites Leitão e suas filhas e benzeu todas as casas e moradas do novo recolhimento, após o que se retirou com os restantes frades para o seu convento.

D. Brites Leitão e suas filhas nestas casas e moradas se encerraram e isolaram do mundo, passando D. Brites a viver em oração e penitência, e em *muito áspera e santa vida.*

(1) «... pareceo ser muỹ azado e cõveniẽte lugar hũu chaão e spaco de terra que stava Jũto cõ a Rua e correntiia pera a Igreja de Nossa Senhora de misericordia do sobredito mosteiro ¶ ho qual lugar aĩda que era bayxo e humido por causa que pera elle corryã as augas dos outros lugares da vylla. mas porque era chegado aa dita Igreja e Casa de nossa Senhora pareceo ao dito padre frey Johã de guimaraães era mui aazado e cõveniẽte pera cõssolacõ daquella virtuosa Senhora. a qual poderia muito Recolheyta e poucos passos Ir ouvir hos divinaaes officios. E tornar sse pera seu Recolhymẽto e pousada sã seer vysta nẽ andar per as Ruas e vylla toda.» *Ob. cit.*, pág. 11.

(2) «E erã em sua pequena Cantidade per ordẽm de oratoryo ou moesteiro, cõ dormitorio. Refectoryo. oratoryo pera Rezar botyca e varãda. graciosas e devotas. ẽ tal maneyra que todos ẽ as veer erã demovidos a devaçã e grãde spanto porque nã sabyã nẽ entendiã ho alto segredo e võtade de deus.» *Ob. cit.*, pág. 12.

A FUNDAÇÃO DO CONVENTO DE JESUS

Tomou então em sua companhia uma donzela órfã, chamada Gracia Álvares, filha de um honrado escudeiro.

Pouco depois admitiu também junto de si uma menina de nove anos chamada Isabel Luís.

Com estas obras, D. Brites Leitão tinha criado o gérmen do futuro convento de Jesus, de freiras dominicanas, de Aveiro.

II — D. MECIA PEREIRA

D. Mecia Pereira, filha de Fernão Pereira, senhor do Castelo da Feira (1448) e terceiro senhor das Terras de Santa Maria (1453), casou em 1456 com Martim Mendes de Berredo, grande cavaleiro e nobre fidalgo da Casa do rei D. Afonso v (1).

Poucos dias após o seu casamento, Martim Mendes de Berredo, por ordem de D. Afonso v, partiu para França como embaixador, e aqui faleceu, no mês de Novembro de 1458. Antes de partir tinha feito testamento, e por ele herdou sua mulher toda a fortuna que a ambos pertencia, avaliada em mais de um milhão de reis (2).

Ficou D. Mecia Pereira viúva e sem filhos, ainda muito nova, formosa e rica. Morava na Vila da Feira, e aqui iam muitas pessoas visitá-la e consolá-la pela sua desdita, entre as quais alguns frades do convento de Nossa Senhora da Misericórdia, de Aveiro.

O prior e frades deste convento no intuito de conseguirem mais uma boa serva para o Senhor, pediram a D. Brites

(1) Fernão Pereira casou em primeiras núpcias com D. Isabel de Albuquerque, irmã de João de Albuquerque, senhor de Angeja e Fermelã, e dela teve:

- Rui Pereira, primeiro conde da Vila e Castelo da Feira (1452) que casou com D. Leonor de Berredo;
- D. Mecia Pereira que casou com Martim Mendes de Berredo;
- D. Teresa Pereira ou Teresa de Albuquerque, religiosa dominicana em Aveiro e depois em Guadalupe onde faleceu;
- D. Brites Pereira.

Casou em segundas núpcias com D. Maria de Berredo, irmã de sua nora, a dita D. Leonor de Berredo. Estas eram filhas de Gonçalo Pereira, e de sua primeira mulher D. Maria de Miranda.

Martim Mendes de Berredo era filho deste Gonçalo Pereira e de sua segunda mulher, D. Brites de Vasconcelos. A este Martim Mendes de Berredo doou D. Afonso v os bens de Aires da Silva, a quem os tirou por ter sido parcial do infante D. Pedro, na batalha de Alfarrobeira (1449).

Diz CRISTÓVÃO ALÃO DE MORAIS na sua *Pedatura Lusitana*, tomo 11, vol. 1, págs. 32 e segs., que D. Mecia Pereira era filha da segunda mulher de Fernão Pereira, mas isto parece não ser verdade, porque D. Mecia também usava o apelido Albuquerque que era o da primeira mulher.

(2) *Ob. cit.*, pág. 16.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Leitão que a consolasse com suas cartas e palavras *afficadas* em Deus.

D. Mecia Pereira, em face da notícia que tinha da vida e apartamento da virtuosa senhora D. Brites Leitão, e das cartas e conselhos que esta lhe dava, resolveu renunciar ao mundo e à família, e pôr a sua vida ao serviço de Deus, e pensou em ser companheira de D. Brites Leitão ⁽¹⁾.

Logo que seu pai, Fernão Pereira, e seu irmão, o conde da Feira D. Rodrigo Pereira, e outros seus parentes tiveram conhecimento das intenções de D. Mecia Pereira, indignaram-se fortemente contra ela e repreenderam-na.

Todos a aconselhavam a que se casasse novamente, incluindo o próprio rei. Ninguém, porém, conseguia demovê-la do seu propósito de servir apenas a Deus.

Para pôr em prática os seus desejos, D. Mecia Pereira, na quaresma, mandou vir a seu paço o padre frei Vasco de Guimarães do convento dos dominicanos de Aveiro, para como de costume, se confessar e comungar.

Feito isto, revelou a este padre a agonia em que andava para orientar a sua vida, e pediu-lhe o seu conselho.

O padre divagou então longamente sobre diversos modos de viver apartados em serviço de Deus e falou-lhe em muitas casas de devoção e mosteiros de religião, e acabou por lhe sugerir que fosse viver em Aveiro em companhia de D. Brites Leitão, senhora de grandes virtudes e vivendo em santo e grande encerramento.

D. Mecia Pereira, animada pelas palavras de frei Vasco de Guimarães, pediu-lhe então que conseguisse a admissão dela no recolhimento de D. Brites Leitão. Começou por isso este padre a andar entre Aveiro e a Feira a tratar secretamente do assunto. Mas logo que o pai e o irmão de D. Mecia tiveram conhecimento disto, *«gravemente se indignaram contra a senhora sua filha e irmã e muito mais contra o inocente padre, pondo muitas espias e defendendo sua ida e fala com ela, fazendo grandes juras de o matar, se mais em suas casas entrasse»* ⁽²⁾.

Entretanto insistiam em que ela casasse segunda vez com algum grande fidalgo, mas ela a todos declarava que nada a demoveria da resolução que tomara de renunciar às cousas do mundo.

E assim ela venceu a opposição que seu pai, irmão e outros lhe faziam.

(1) Deliberou des aquella hora . de tâ grãde nojo e tristeza se Remediar . pñodo ã soo deus tova sua alma e cõssollacõ. E esforcãdo seu fraco coracõ Renũciar ho mũdo . padre e irmaõs e parêtes . e meter sse ã allgũu lugar a servir a deus. *Ob. cit.*, pág. 17.

(2) *Ob. cit.*, pág. 19.

A FUNDAÇÃO DO CONVENTO DE JESUS

Aquiesceu D. Brites Leitão em aceitar no seu recolhimento de Aveiro D. Mecia Pereira; mas como as moradas daquela senhora eram pequenas, D. Mecia enviou-lhe dinheiro para comprar terreno, a fim de acrescentar as casas para que pudessem viver juntas.

Entretanto D. Brites comprou também umas casas novas próximas do seu recolhimento, destinadas a D. Mecia.

No mês de Maio de 1460 resolveu D. Mecia Pereira abandonar a vila da Feira e veio morar no recolhimento de D. Brites Leitão.

Primeiramente enviou para aqui toda a sua fazenda, e quanto possuía, para ser entregue a D. Brites Leitão.

Veio ela em seguida para Ovar acompanhada de seu irmão e sua gente, e daqui seguiram embarcados para a Ribeira de Aveiro, onde saíram.

Dirigiram-se depois para as humildes moradas de D. Brites Leitão, onde esta senhora esperava D. Mecia Pereira. Esta lançou-se então aos pés daquela e com muita humildade lhe pediu sua bênção.

D. Mecia não mais saiu da companhia de D. Brites Leitão, e ficou em obediência, sujeição e regimento de D. Brites Leitão. Para sua companhia tomou somente uma mulher muito virtuosa chamada Inês Alvares.

Ficaram portanto a viver nas ditas moradas todas as ditas senhoras em regime de oração, meditação e silêncio, jejuns, vigílias, etc.

III — A FUNDAÇÃO DO CONVENTO

É evidente que o prior e mais religiosos do convento dos dominicanos pretendiam induzir D. Brites Leitão e D. Mecia Pereira a fundarem um pequeno convento de freiras da sua Ordem, embora o caso fosse difícil sob o ponto de vista canónico, pois que para a construção do mosteiro e licenças dispunham estas duas senhoras de dinheiro suficiente.

Entretanto, elas, desejando aumentar o seu recolhimento e apartamento, e evitar sair dele para irem ouvir missa e officios divinos ao convento vizinho, pediram licença para fazerem nas suas casas uma capela e ordenar e comprar certa renda aos padres do convento de Nossa Senhora da Misericórdia, para que continuadamente e para sempre lhes dissessem nela a missa.

Mas as duas ditas Senhoras já mantinham a firme ideia de fundarem um convento onde se pudessem dedicar a Deus,

e «no qual se pudessem agasalhar as de sua linhagem e as órfãs e desamparadas que a Deus quisessem servir e salvar suas almas» (1).

E tendo pedido conselho sobre este assunto a frei João de Guimarães, prior do vizinho convento e seu confessor, ele lhes disse que o melhor seria viverem em Religião e Ordem, e para isso deviam elas fundar um convento da Ordem de São Domingos e da invocação de Jesus, no local onde já moravam, ao pé do convento dos dominicanos.

D. Brites e D. Mecia aceitaram jubilosas o conselho do padre João de Guimarães, e logo requereram licença ao Papa Pio II (1458-1464) para fundarem o convento, e também ao rei D. Afonso V, ao bispo de Coimbra, D. João Galvão (1460-1461), ao mestre da Ordem, ao Capítulo Geral, e à clerezia da vila de Aveiro.

Encarregou-se o padre João de Guimarães de obter estas licenças, que foram conseguidas à custa de muito dinheiro e com imensas dificuldades, especialmente a de Roma e a da clerezia de Aveiro.

Com efeito, nenhum convento de religiosos ou religiosas mendicantes podia então ser erigido sem licença especial da Santa Sé, e a clerezia de Aveiro opunha-se tenazmente à fundação do convento requerido, alegando seus direitos e que as ofertas à Igreja Paroquial haviam de minuar (2).

Enfim, todas as dificuldades foram vencidas, e no dia dezasseis de Maio de 1461 o Papa Pio II deu em Roma a *licença e letra* para que D. Brites Leitão e D. Mecia Pereira pudessem edificar o convento de Jesus, e nele vivessem seis religiosas da Ordem de São Domingos.

(1) *Ob. cit.*, pág. 26.

(2) São Domingos fundou a Ordem dos Dominicanos em 1208, mas só conseguiu a sua aprovação pela Santa Sé em 1216. Teve muitas dificuldades em conseguir tal aprovação porque, um ano antes, em 1215, o quarto concílio de Latrão realizado no pontificado de Inocêncio III (1198-1216) proibiu a fundação de novas Ordens religiosas. Todavia, foi durante o século XIII que apareceram várias Ordens religiosas, sobretudo mendicantes.

O papa Bonifácio VIII que governou a Igreja de 1294 até 1303, decretou que nenhum convento de religiosos ou religiosas mendicantes pudesse ser erigido sem licença especial da Santa Sé, e que tal licença para ser válida, devia citar sempre a proibição por ele feita. Daqui proveio a dificuldade que houve para se obter em Roma a licença para a fundação do convento de Jesus, de Aveiro.

A FUNDAÇÃO DO CONVENTO DE JESUS

IV — BULA DE PIO II EM QUE SE DÁ LICENÇA PARA SE FUNDAR O MOSTEIRO DE JESUS, DE AVEIRO

A bula da fundação do mosteiro de Jesus nunca foi publicada, nem qualquer tradução dela, e ignora-se actualmente o paradeiro do documento original em latim.

Porém, da bula se tirou no convento, no ano de 1769, um treslado em pública-forma que foi escrito no livro intitulado *Certidam das Mercês que os Senhores Reys de Portugal fizeram o Mosteiro de Jezus de Aveyro.*

Temos presente este treslado cujo texto apresentamos a seguir (1) e uma versão deste agora feita.

Pius Episcopus Servus servorum Dei Dilecto Filio Abbati Monasterii Sancti Petri de Pedroso, Portugalensis Diocesis, salutem, et Apostolicam benedictionem:

Pia Deo, et Ecclesiae desideria, ex quibus sacrae Religionis propagatio, cum divini cultus augmento, et annuarum salute procuratur libenter, ad exauditionis gratiam admittimus, et ut illa optatum sortiantur effectum, cum a nobis petitur, favorem Apostolicum liberaliter impartimur: Sane pro parte dilectarum in Christo Filiarum Meciae Pereira, et Beatricis Leitoa mulierum Colimbriensis Diocesis, nobis nuper exhibita petitio continebat, quod ipsae cupientes terrena in coelestia, et transitoria in aeterna felici commercio commutare, singulari ductae devotionis affectu, quem ad ordinem Fratrum Praedicatorum de observantia nuncupatorum gerunt de bonis sibi a Deo collatis in Castro de Aveiro, dictae Diocesis unum ejusdem ordinis monasterium in quo Abbatissa, et Moniales ejusdem ordinis sub regulari observantia, ad instar Monasterii Sancti Salvatoris Ulixbonensis ejusdem ordinis, quod solum in Regno Portugaliae ejusdem observantiae existit devotum, et sedulum exhibeant Altissimo famulatum, ad praedicti Sancti honorem, necnon Divini nominis Laudem, et gloriam, cum Ecclesia, altaribus, campanili, campanis, claustro, dormitorio, refectorio, hortis, hortaliis, aliisque officinis necessariis fundare, construere, et aedificare, seu fundari, construi, et aedificari facere, illudque sufficienter dotare, et postquam constructum fuerit, habitum per Sorores dicti ordinis gestari solitum recipere professionem

(1) No treslado está a palavra Maria em lugar de Mecia, lapso evidente que corrigimos agora.

emittere, et in illo Altissimo famulari plurimum desiderant, et affectant, si sibi super hoc per Sedem Apostolicam licentia concedatur: quare pro parte dictarum Meciae, et Beatricis nobis asserentium, quod earum facultates pro manutenendis, et sustentandis sex dumtaxat Sororibus in dicto erigendo Monasterio sufficiunt, nobis fuit humiliter supplicatum, ut eis praedictam licentiam concedere aliisque in praemissis oportune providere de benignitate Apostolica dignaremur, Nos igitur qui Sacrae Religionis propaginē, et Divinum cultum nostris potissime temporibus augeri cupimus, hujusmodi supplicationibus inclinati discretioni tuae per Apostolica scripta mandamus, quatenus si est ita eisdem Meciae, et Beatrici unum Monasterium cum Ecclesia, altaribus, campanili, campanis, claustro, dormitorio, refectorio, hortis, hortaliis, aliisque officinis necessariis, pro usu, et habitatione Abbatissae, et Sororum praedicti ordinis in praefato Castro, in certo loco per eas jam empto, si ad id aptus, et conveniens sit absque tamen alicujus prejuditio, de novo fundandi, erigendi, construendi, et aedificandi, seu fundari, erigi, construi, et aedificari faciendi, illudque de bonis eis, ut praefertur, a Deo collatis dotandi et si idoneae sint, et aliud canonicum [impedimentum] non obsistat habitum hujusmodi recipiendi, et professionem emittendi, et in illo sub habitu, et observantia hujusmodi Altissimo famulandi plenam, et liberam licentiam auctoritate nostra concedas: Et nihilominus eidem Monasterio postquam constructum fuerit, illiusque Abbatissae, et Sororibus, pro tempore existentibus, quod omnibus, et singulis privilegiis, exemptionibus, immunitatibus, et libertatibus, quibus praefatum Monasterium Sancti Salvatoris, ex quibusvis concessionibus, seu largitionibus, tam in personis, quam in bonis gaudet, et utitur, uti, et gaudere, ac per Vicarium dicti ordinis visitari debeant: quodque ad receptionem, et admissionem aliquarum Sororum in dicto erigendo Monasterio ultra praedictum numerum sex quo advixerint compelli non possint, eadem auctoritate nostra concedas, non obstantibus felicitis recordationis Bonifacii Papae octavi Praedecessoris nostri prohibente ne domus, vel loca cujusvis ordinis mendicantium de novo erigi possint absque Sedis Apostolicae licentia speciali, faciente plenam, et expressam ac de verbo ad verbum de prohibitione hujusmodi mentionem, et aliis constitutionibus, et ordinationibus Apostolicis, caeterisque contrariis quibuscunque, jure tamen Parrochialis Ecclesiae, et cujuslibet alterius in omnibus semper salvo.

Datum Romae apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicae millesimo quodringentesimo sexagesimo primo, decimo septimo Kalendas Junii Pontificatus nostri anno tertio.

A. de Asontia
Adrianus

V—VERSÃO DA BULA DA FUNDAÇÃO DO MOSTEIRO DE JESUS

Pio, bispo, servo dos servos de Deus, ao amado filho, abade do mosteiro de S. Pedro de Pedroso da diocese do Porto, saúde e bênção apostólica.

De boa vontade admitimos à graça da audição os desejos de piedade para com Deus e a Igreja em virtude dos quais se procura a propagação da Santa Religião, com o aumento do culto divino e a salvação das almas. E para que possam produzir o efeito desejado, porque nos é pedido, de muito boa vontade repartimos o favor apostólico.

Por parte das amadas filhas em Cristo, Mecia Pereira e Beatriz Leitão, mulheres da diocese de Coimbra, foi-nos feito há pouco um pedido, já que por um negócio feliz desejam trocar as cousas terrenas pelas celestes e as transitórias pelas eternas, e levadas por affecto singular de devoção que alimentam para com a Ordem dos Irmãos Pregadores chamados da observância, e dispondo de bens que por Deus lhes foram dados na vila muralhada de Aveiro, da dita diocese, desejam fundar, construir, edificar ou fazer com que se funde, construa e edifique um mosteiro onde a abadessa e irmãs da mesma Ordem sob regular observância, à semelhança do mosteiro de São Salvador de Lisboa, pertencente à mesma Ordem, que é o único que existe no reino de Portugal da mesma observância, sirvam ao Altíssimo para honra do dito titular e para louvor e glória do Santo Nome de Deus, com igreja, altares, torre, sinos, claustro, dormitório, refeitório, jardins e hortas, e outras dependências necessárias, e dotá-lo suficientemente. E depois que for construído para estas cousas, muito desejam receber o hábito costumado pelas irmãs da dita Ordem, emitir a profissão, e nela servir ao Altíssimo. E têm muito prazer se pela Santa Sé Apostólica lhes for concedida licença para tudo isto.

E porque nos é dito da parte das ditas Mecia e Beatriz que os seus recursos bastam para manter e sustentar até seis irmãs no dito mosteiro a erigir, e porque nos foi humildemente pedido que, por benignidade apostólica nos dignás-

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

semos conceder-lhes a respectiva licença e bem assim providenciar oportunamente nas mais cousas; Nós, que nos nossos tempos desejamos acima de tudo a propagação da Santa Religião e aumento do culto divino, atendendo a tais súplicas, por letras apostólicas mandamos à tua discricção que, se assim é, concedas por nossa autoridade, às mesmas Mecia e Beatriz, plena e livre autorização para de novo fundar, erigir, construir e edificar, ou fazer fundar, erigir, construir e edificar um mosteiro com igreja, altares, torre, sinos, claustro, dormitório, refeitório, jardins e hortas, e outras dependências necessárias para uso e habitação da abadessa e irmãs da predita Ordem, na referida vila muralhada, no lugar por elas já comprado, se for apto e conveniente para isso, mas sem dano de ninguém; e igualmente licença de o dotarem dos bens concedidos por Deus como acima se diz; e ainda se forem idóneas e não obstar algum [impedimento] canónico, de receberem tal hábito, emitirem a profissão, e nele servirem assim ao Altíssimo sob o hábito e observância; e entretanto concederás ao mesmo mosteiro, depois de ter sido construído, e à sua abadessa e às irmãs nele existentes ao tempo a faculdade de usarem e gozarem de todos e cada um dos privilégios, isenções, imunidades, e liberdades de que usa e goza o predito mosteiro de São Salvador, venham de que concessões ou ofertas vierem, tanto no que diz respeito às pessoas como aos bens, e além disso que devam ser visitadas pelo Vigário da dita Ordem.

E quanto à recepção e admissão de mais algumas irmãs além do predito número de seis, no dito mosteiro a erigir, hás-de conceder que não poderão ser obrigadas a receber mais enquanto aquelas viverem.

Não obstante a tudo isso a proibição do nosso predecessor Bonifácio VIII, de feliz memória, de que uma casa ou lugares de qualquer Ordem de mendicantes não possam ser erigidos de novo sem licença especial da Sé Apostólica na qual se fará menção plena e expressa, palavra por palavra, desta proibição; não obstante igualmente outras constituições e ordenações apostólicas e quaisquer outras disposições em contrário, sejam quais forem, ficando no entanto, sempre salvo e em tudo o direito da Igreja Paroquial ou qualquer outra.

Dado em Roma, em São Pedro, aos 16 de Maio do ano da Encarnação do Senhor de 1461, terceiro do nosso Pontificado.

A. de Asontia
Adriano

VI—A CONSTRUÇÃO DO CONVENTO

Obtidas as licenças, começaram-se os preparativos para a obra do pequeno convento, devendo construir-se a capela-mor em primeiro lugar.

Encontrando-se em Coimbra no mês de Janeiro de 1462 o rei D. Afonso v, quis este lançar a primeira pedra da igreja, e por isso veio para Aveiro com o bispo de Coimbra D. João Galvão (1460-1481), no dia 12 deste mês.

E logo no dia 15 do mesmo mês e ano, dia do aniversário de D. Afonso v, abriram-se os alicerces da capela-mor, e o rei aqui lançou a primeira pedra, estando presentes toda a corte, o bispo, o prior e os principais padres do vizinho convento de Nossa Senhora da Misericórdia.

Assim se descreve este facto na dita *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, e Memorial da Infanta Santa Joana*, pág. 28:

«E tomãdo ho dito Senhor Rey cõ suas mãos hũa fremeosa pedra e muỹ bem lavrada. E tẽendo a per hũa parte e ho bispo de coynbra per outra partẽ. cõ muita devacõ e bẽecoens a poserõ e assentaron por firme fũdamẽto de tã sancta obra e Casa metendo ho dito Senhor Rey debayxo da pedra hũa dobra douro. que era a principal moeda e melhor que neste Regno aaquelle tẽpo Corriã.»

Na data em que se passava este facto tinha D. Afonso v trinta anos de idade e era viúvo desde 1455, a infanta D. Joana tinha dez anos e o príncipe D. João tinha seis ⁽¹⁾.

Proseguiram as obras do convento com grande satisfação e muitas canseiras das duas fundadoras, e com o valioso auxílio dos dominicanos do vizinho convento. Deve dizer-se, porém, que era D. Mecia Pereira quem pagava quase todas as despesas feitas com as obras e nestas superintendia.

Gastaram as duas ditas Senhoras na fábrica do mosteiro um milhão e sete centos mil reis que tinham de seus casa-mentos e de jóias que venderam.

A protecção real que se manifestou logo na licença dada para a fundação do convento, manteve-se sempre pelo decorrer dos séculos.

D. Afonso v começou por garantir a vida e existência do convento, concedendo a D. Mecia Pereira um alvará de mercê, passado em Coimbra aos 18 dias de Agosto de 1462

(1) D. Afonso v nasceu em 15 de Janeiro de 1432; a infanta D. Joana em 6 de Fevereiro de 1452, e o príncipe D. João em 3 de Maio de 1455.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

para que pudesse comprar bens de raiz até à quantia de trezentos mil reis brancos, e os pudesse incorporar no convento, embora as leis do reino a tal se opusessem.

Em 16 de Maio de 1462 já D. Mecia Pereira tinha comprado ao Padre Fernão de Sá, por cento e dez mil reis brancos uma salina situada na *cale* ou veia de Arada, na praia de Pero Maceira, que por corrupção se transformou em *Pro-maceira* ⁽¹⁾.

Por este tempo e a conselho de D. Brites Leitão, foi D. Mecia Pereira recebendo em sua companhia algumas senhoras, a saber, sua irmã D. Teresa Pereira ou Teresa Pereira de Albuquerque que vivia no paço real; Violante Nunes, Guiomar Velho, viuva, e sua filha Brites Velho; Isabel Pires, criada do paço da infanta D. Joana; e Catarina Rodrigues, criada da irmã de D. Mecia Pereira. Todas elas seriam futuras religiosas do convento de Jesus.

VII—A MORTE DE D. MECIA PEREIRA

D. Mecia Pereira estava, porém, condenada a não ver concluída a obra a que tinha dedicado todo o seu amor e fortuna. As canseiras que teve com a construção do mosteiro, e os jejuns, vigílias e penitências a que se tinha sujeito, arruinaram-lhe a saúde. Uma hidropisia do fígado tirou-lhe finalmente a vida no dia 3 de Outubro de 1464 ⁽²⁾.

Quando os médicos já tinham perdido todas as esperanças de salvarem D. Mecia Pereira, o Mestre da Ordem de São Domingos determinou que o padre frei Antão de Santa Maria, então Comissário e Vigário Geral nos reinos de Portugal e Castela, tomasse as providências necessárias para que ela fizesse profissão. E de facto, ela já perto da morte, fez profissão na presença de todas as companheiras, do padre frei João de Guimarães e de todos os padres do convento de Nossa Senhora da Misericórdia ⁽³⁾.

Vieram assistir aos seus últimos momentos D. Leonor de Berredo, mulher de seu irmão Dom Rodrigo conde da Feira, e sua tia D. Helena, mulher de João de Albuquerque e irmã de Fernão Pereira.

D. Mecia Pereira fez testamento, e por ele deixou algumas lembranças a sua irmã D. Teresa e às criadas que con-

(1) *Arg. do Dist. de Aveiro*, vol. I, pág. 323.

(2) *Crónica da Fund. do Most. de Jesus, de Aveiro*, pág. 35.

(3) *Ob. cit.*, pág. 34.

A FUNDAÇÃO DO CONVENTO DE JESUS

sigo tinha, e o restante dos bens que ainda possuía, legou-os ao convento.

Foi enterrada na sala do capítulo do mosteiro que fundara, e na sua sepultura foi posta uma campa com a seguinte inscrição em caracteres góticos (1):

AQVÍ : IAZ : A MUÍTO : VERTUOSA : E
RELÍGIOSA DONA : MECÍÁ : PEREYRA :
FUNDADOR : DESTE : MOSTEIRO : A
PREMEÍRA : FREIRA : Q̃ NEL : FEZ
P(ER)FÍSON

Esta campa ainda hoje existe.

Pelo falecimento de D. Mecia Pereira, ficou D. Brites Leitão a superintender no recolhimento e mosteiro cuja construção já estava muito adiantada, deliberou fazer o encerramento do convento no primeiro dia de Janeiro de 1465, e pô-lo sob a invocação de Jesus.

VIII — O ENCERRAMENTO DO CONVENTO E OS PRIMEIROS HÁBITOS

No dia de Natal de 1464, o prior João de Guimarães disse a missa da luz na sala do Capítulo do novo convento, e depois de comungarem, lançou o hábito de São Domingos a D. Brites Leitão e a suas filhas Catarina e Maria de Ataíde, a Gracia Álvares, Violante Nunes, Isabel Pires, Inês Álvares, Isabel Luís, Brites Velho, Catarina Rodrigues, Catarina Álvares, Guiomar Velho e D. Teresa Pereira. Foram estas as primeiras religiosas do convento.

Passado um ano e um dia, já elas podiam fazer profissão.

No dia primeiro de Janeiro de 1465, pela manhã, houve dentro e fora do convento várias cerimónias públicas religiosas para efectuar o encerramento deste. À tarde reuniram-se na sala do Capítulo as religiosas do novo convento e os frades do convento de Nossa Senhora da Misericórdia, e aqui elas se despediram destes.

Em seguida os ditos frades fecharam todas as portas do

(1) CORDEIRO DE SOUSA, *As campas das fundadoras*, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIII, pág. 3.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

convento de Jesus, e o prior frei João de Guimarães entregou as chaves a D. Brites Leitão. Depois disto os frades recolheram ao seu convento.

Estava fundado, e em funcionamento, o convento de Jesus de Aveiro, de freiras dominicanas. Era o segundo convento de Aveiro.

Frei João de Guimarães devia sentir-se satisfeito ao ver realizada a obra que planeava.

IX — NOMEAÇÃO DA REGEDORA DO CONVENTO

No dia dois de Janeiro do dito ano o prior dos dominicanos reuniu o capítulo do convento de Jesus e nomeou D. Brites Leitão regedora principal «para com sua discrição ordenar e pôr em virtuoso começo aquelas cousas que mais revelavam a honestidade e guarda», e distribuiu cargos pelas senhoras recolhidas.

No mesmo ano de 1465 vieram do mosteiro de S. Salvador de Lisboa para o de Jesus de Aveiro duas freiras, chamadas Inês Eanes e Maria Rafael, as quais foram muito bem recebidas por D. Brites Leitão.

X — AS PRIMEIRAS PROFISSÕES EM 1466

Tinha-se passado o ano da provação, e por isso, no primeiro de Janeiro de 1466 deviam fazer-se as primeiras profissões.

Então, veio neste dia ao convento de Jesus o prior frei João de Guimarães acompanhado dos principais padres do seu convento, e nas mãos daquele fez profissão D. Brites Leitão, e também Inês Álvares e Isabel Pires.

Logo de seguida ele lhes cobriu os rostos com véus pretos. D. Brites Leitão ficou agora denominada Vigária, devendo intitular-se Priora quando fosse eleita pelas religiosas que tivessem o tempo de profissão que as Constituições do convento determinavam.

As immediatas profissões fizeram-se no primeiro domingo do mesmo ano, estando presente o rei D. Afonso v e seus filhos a infanta D. Joana e o príncipe D. João.

Estas profissões foram já feitas nas mãos da Vigária D. Brites Leitão. Professaram então cinco religiosas: Gracia Álvares, Violante Nunes, Catarina de Ataíde, Maria de Ataíde, e Catarina Rodrigues.

Das treze religiosas que já haviam tomado o hábito dominicano, apenas cinco faltavam professar. Mas no dito ano

A FUNDAÇÃO DO CONVENTO DE JESUS

de 1646 ainda professaram Catarina Álvares e Guiomar Velho. No ano seguinte professaram Isabel Luís e Brites Velho. D. Teresa Pereira não chegou a professar em Aveiro.

XI—A PESTE E OS PRIMEIROS FALECIMENTOS NO CONVENTO

A infelicidade entrou cedo no convento de Jesus. Com efeito, no ano de 1666 espalhou-se pelo país uma grande peste, e dela morreram no mês de Julho as religiosas Inês Álvares e Isabel Pires, e em Agosto faleceu Catarina de Ataíde, filha mais velha de D. Brites Leitão.

XII—A ELEIÇÃO DA PRIMEIRA PRIORESA

Entrou o ano de 1668. Até esta data tinham professado mais algumas religiosas e também já D. Brites Leitão e algumas religiosas tinham dois anos de profissão. Por isso, o padre frei João de Guimarães, agora Vigário Provincial, promoveu neste dito ano a eleição da primeira priora do convento, *tomando as vozes* nos termos das Constituições do convento de Jesus, que seriam iguais ou análogas às do convento de S. Salvador, de Lisboa.

Foi D. Brites Leitão eleita Priora por unanimidade, e confirmada a sua eleição. Bem o mereceu, pois antes e depois da eleição sempre ela regeu o convento com a maior discrição e virtude. A fama deste espalhou-se por todo o reino, e por isso senhoras da mais alta nobreza nele vieram recolher-se e professar.

XIII—A PRINCESA-INFANTA D. JOANA NO CONVENTO

Em 1472 um caso extraordinário sucedeu e de importantíssimas consequências para o prestígio, engrandecimento e futuro do convento de Jesus: a princesa-infanta D. Joana, filha de D. Afonso v, recolheu-se nele em 4 de Agosto de 1472 e aqui viveu até o seu falecimento em 12 de Maio de 1490, uma quarta-feira, e nele foi sepultada mas sem ter professado.

XIV—A MORTE DA FUNDADORA D. BRITES LEITÃO

Em 1479 voltou a peste a Aveiro. Por este motivo a infanta D. Joana saiu desta terra em 27 de Setembro do

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

mesmo ano, acompanhada da madre priora D. Brites Leitão e de outras madres.

Ficaram em Avis, mas aqui adoeceram gravemente de peste a priora e algumas das madres. Então todas se deslocaram rapidamente para Abrantes onde se apresentaram no paço do 1.º conde desta vila, D. Lopo de Almeida. Porém, D. Brites Leitão aqui faleceu no dia 3 de Agosto de 1480, e seis dias depois, faleceu a madre Brites Velho.

Ambas foram enterradas na casa do Capítulo do convento dos frades dominicanos de Abrantes.

Em 1482 as ossadas das duas madres foram trasladadas para o convento de Jesus de Aveiro, e no dia 26 de Setembro deste ano aqui foram sepultadas na casa do Capítulo.

Tinham desaparecido as duas fundadoras do convento de Jesus.

XV — A DURAÇÃO DO CONVENTO

O convento de Jesus existiu durante 409 anos, tendo terminado a clausura no dia 2 de Março de 1874, com a morte da sua última religiosa.

O edificio do convento foi melhorado e ampliado no decorrer dos séculos e ainda hoje existe com uma fachada majestosa feita nos fins do século XVIII, sendo priora soror Antónia Norberto, que professou em 17 de Julho de 1760 e faleceu em 18 de Setembro de 1803.

No edificio do velho convento está instalado desde o ano de 1911 um Museu de Arte, pertença do Estado.

Aveiro, Julho de 1958.

FRANCISCO FERREIRA NEVES

DUARTE DE LEMOS, QUINTO SENHOR DA TROFA

PROMETEMOS, no nosso artigo sobre os fidalgos da Trofa, publicado no *Arquivo de Aveiro*, vol. XIV, voltar ao assunto, para tratar do quinto senhor, que, como o terceiro, se chamou Duarte de Lemos. Era nosso propósito deduzir da vida e feitos deste elementos de prova seguros de que a estátua orante, que foi colocada sobre o túmulo de seu avô, Duarte de Lemos, a este pertence e não a quele; e saber também se as tradições de coragem e valentia, ainda hoje vivas na memória do povo, exaltam aquele que Afonso de Albuquerque disse ser o homem mais corpulento do seu tempo, ou o outro que se atirou abaixo da ponte de Coimbra, deixando morto o cavalo que montava, e seguindo a pé, impávido, pelas areias do Mondego.

Não nos foi, porém, o caso tão fácil como suspeitávamos, porque rebuscando as chancelarias de D. João III, D. Sebastião e dos Filipes, em vez de um Duarte de Lemos, encontramos quatro, todos vivendo nesta época e todos investidos em funções do Estado. Há, portanto, necessidade de os identificar, para se saber qual dos quatro foi o quinto senhor das terras da Trofa.

D. Sebastião nomeou um Duarte de Lemos juiz da alfândega de Goa, por três anos. Este Duarte de Lemos era filho de Pedro de Lemos e de D. Jerónima de Lima. Faleceu antes de servir o cargo, razão porque o mesmo rei nomeou por três anos a mãe com a obrigação de passar o cargo ao filho mais velho, logo que ele atingisse a idade legal. Este Duarte de Lemos não podia ser o quinto senhor da Trofa. Devia ser seu primo.

Em 30 de Maio de 1577 D. Sebastião nomeou um outro Duarte de Lemos, que era moço de câmara do cardeal D. Hen-

rique, tabelião em Beja, na vaga de seu sogro Luís Marques, por ser casado com sua filha Antónia Gomes. E Filipe I, em 1581 deferiu o requerimento em que este tabelião pedia licença para ter um ajudante. Também este outro Duarte de Lemos não pode ser o senhor da Trofa, porque este foi casado com outra senhora e, naquele ano de 1577, estava cheio de filhos e filhas dela, como adiante veremos.

Ainda em 1577 D. Sebastião nomeou Duarte de Lemos, seu moço de câmara, escrivão do meirinho de Évora, por três anos. Filipe I deu-lhe em 1581 mais três anos, e em 1585, ainda três anos mais, depois dos quais poderia requerer o lugar definitivamente. Não é este o Duarte de Lemos que buscamos. O senhor das terras da Trofa não foi protegido e beneficiado por Filipe I, mas preso e encarcerado. Em 1585, estava ele na prisão.

Em 20 de Junho de 1567 deu D. Sebastião o seguinte alvará a favor de um quarto Duarte de Lemos:

«Eu El-rei faço saber aos que este alvará virem que havendo respeito ao que na petição atrás escrita diz Duarte de Lemos, fidalgo da minha casa, hei por bem e me praz que ele possa usar das doações de juro que tiver por espaço de dois anos, se em primeiro não estiver no despacho das confirmações e usará delas conforme as minhas ordenações. João de Barros o fez em Lisboa a 20 de Junho de 1567, e usará das ditas doações sendo confirmadas por el-rei meu senhor e avô que santa glória haja por o dito tempo.» (*Chanc. de D. Sebastião, Doações, Liv. 20.º, fls. 447*).

A 27 de Agosto seguinte, D. Sebastião concedeu-lhe novo alvará, do teor seguinte:

«Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem que havendo respeito ao que na petição atrás escrita diz Duarte de Lemos, fidalgo da minha casa, hei por bem e me praz que ele possa usar das doações de juro que tiver da terra da Trofa e das cousas que a elas pertencerem e isto por espaço de dois anos, posto que as ditas doações não sejam por mim confirmadas, e mando às justiças a que este alvará for mostrado e o conhecimento pertencer que o cumpram como se nele contém. João de Barros o fez em Lisboa a 27 dias de Agosto de 1567. Hei por bem que este alvará valha como carta sem embargo da Ordenação do Livro II, Tit. 20 que diz que as cousas cujo espírito houver de durar mais de um ano passem por cartas e passando por alvarás não valham. João de Barros o fez a 20 de Agosto de 1567.»

Quanto a este Duarte de Lemos, em face destes dois alvarás, já não podemos ter dúvidas de que ele seja o senhor das terras da Trofa, mas como entender então os dois alvarás?

Pois não são estes que põem aquela qualidade em dúvida, concedendo-lhe a faculdade de usar dos seus direitos sobre elas, a título precário, por dois anos? Vamos explicar a razão de ser dos dois documentos.

Por morte do primeiro Duarte de Lemos, no Brasil, em 1558, succedeu-lhe o filho mais velho João Gomes de Lemos, que certamente, na ausência do pai, já estava na posse das terras da Trofa. Este fidalgo, porém, não vivia nelas, mas em Lisboa, na função pública que o rei lhe dera. É de crer que o pai tivesse deixado comprometidas as rendas do senhorio com as suas infelizes aventuras na colonização do Brasil. Ainda no tempo dele ou já no do filho João Gomes de Lemos, vagou a igreja paroquial do Salvador de Covelas, de que eram padroeiros os Lemos, donatários dela. João Gomes de Lemos fez a sua apresentação, como de seu direito, mas o duque de Aveiro, D. João de Lencastre, fundado em qualquer breve do papa, contestou-lhe esse direito perante o juízo eclesiástico de Coimbra.

A acção correu quase ao abandono por parte do réu. Este nem sequer estava habilitado a defender-se, porque não tinha requerido a confirmação no senhorio da Trofa; era um simples possuidor de facto, não de direito. Nestas condições, não podendo o réu provar que era legítimo donatário do direito de padroado sobre a Igreja do Salvador de Covelas, teve no processo sentença desfavorável. Fallecido João Gomes de Lemos, o seu filho e sucessor Duarte de Lemos, procurou logo acudir ao processo, mas deparou-se com a mesma dificuldade que o seu pai: ele não tinha os seus direitos de filho mais velho sobre as terras da Trofa confirmados pelo rei e o processo de confirmação, já por natureza moroso, ia levar anos em virtude da falta de confirmação a favor de seu pai. Requereu ao rei, expondo-lhe a sua situação e este, pelo alvará de 20 de Junho, concedeu-lhe o direito de usar por dois anos das doações que tivesse, se primeiro não tivesse o despacho da confirmação. Este alvará, porém, não teve aceitação, porque o rei não fez menção expressa da terra da Trofa e, por outro lado, exigiu a confirmação de seu avô D. João III ao pai de Duarte de Lemos, que não tinha sido dada. O segundo alvará, de 27 de Agosto, foi, por consequência, destinado a substituir o primeiro. Habilitado com este instrumento, Duarte de Lemos conseguiu, não sem dificuldade, que o processo transitasse do foro eclesiástico para o tribunal do rei, que ao final lhe deu ganho de causa por sentença de 1572 ou 1573, por virtude da qual foi colado o prior Jorge de Almeida proposto por ele.

O processo de confirmação demorou ainda anos, pois esta só foi dada em Agosto de 1576.

Duarte de Lemos, quinto senhor da Trofa, foi casado com D. Maria de Távora. Seu filho mais velho, João de Lemos, acompanhou D. Sebastião nas viagens à África e ficou prisioneiro na batalha de Alcácer-Kibir.

Vivia Duarte de Lemos na Trofa com sua mulher e filhos. D. Maria de Távora dera-lhos em abundância. A dois de Julho de 1577 celebrava-se na Casa da grade do mosteiro de Arouca, uma escritura curiosa, de que vamos transladar algumas passagens, não o fazendo de todo o conteúdo por ser muito extenso:

«Em nome de Deus amen. Saibam quantos este instrumento de contrato e obrigação deste para todo o sempre virem que no ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de mil e quinhentos e setenta e sete anos, aos dois dias do mês de Junho do dito ano, na vila e couto do mosteiro de Arouca, na Casa da grade do Despacho do dito mosteiro, estando aí da parte de dentro da dita grade a muito ilustre senhora, a senhora Dona Grimaneza da Silva, Abadessa do dito mosteiro, e Dona Felipa de Castro, Priora, e Dona Maria de Castro, Sancristam, e Dona Teresa de Albuquerque, Celareira, e Maria de Sousa, Bolseira, e Dona Felipa de Mendonça, Porteira, e outras muitas Donas e Convento do dito mosteiro, chamadas por som de Campa tangida, segundo seu costume, e da parte de fora, estando aí o Senhor Duarte de Lemos, fidalgo da casa de El-rei nosso senhor, morador e senhor da vila da Trofa, logo por ela senhora Abadessa, e Donas e Convento do dito mosteiro e por ele senhor Duarte de Lemos foi dito em presença de mim tabelião e testemunhas ao diante nomeadas, que Elas Senhoras estão contratadas e concertadas com ele senhor Duarte de Lemos, de lhe tomarem e receberem no dito mosteiro seis filhas suas de entre ele e a senhora Dona Maria de Távora, sua mulher, uma chamada Dona Luísa, outra Dona Madalena, e Dona Leonor, e Dona Jerónima e Dona Catarina, e Dona Isabel, as quais lhe tomarão e receberão no dito mosteiro para freiras professoras dele por assim lhe ser mandado em comunidade pelo Cardeal Infante por sua carta. E logo aí pelo dito senhor Duarte de Lemos foi apresentada uma procuração que lhe fez a Senhora Dona Maria de Távora sua mulher para o caso deste contrato». — Segue-se a procuração passada na Trofa pelo respectivo tabelião — «É logo por ele dito senhor Duarte de Lemos foi dito que ele em seu nome e por virtude da dita procuração da dita Senhora Dona Maria de Távora, sua mulher e sua constituinte, disse que tomando-lhe a dita senhora Abadessa e seu Convento as sobreditas senhoras filhas suas no dito mosteiro, para

freiras professoras, ele com elas, de hoje para todo o sempre, dava ao Convento do dito mosteiro em dote com elas a sua Quinta de Távora de herdade dízimo a Deus, com suas casas, casais, terras, soutos, vinhas, devezas e tudo o que à dita Quinta de Távora pertence com seus foros e rendas e direitos, assim e da maneira que ela está em posse, e lhe pertence, e de direito por via de herança, com todas as coisas que lhe de direito pertencem, sem tirarem nada para si» ... «Este dote faz da dita Quinta e de todas as suas pertenças com tal condição que dêem ela senhora Abadessa e seu Convento a cada uma das ditas suas filhas, como entrarem no dito mosteiro, em cada um ano, de tença cinco mil réis a cada uma delas, para seus brincos, e também com condição que sendo caso que as ditas suas filhas ou cada uma delas se faleça antes de fazer profissão, que então em seu lugar lhe tomem outra sua filha, ou parenta sua dele dito Duarte de Lemos ou da dita senhora Dona Maria, sua mulher e quantas falecerem antes de fazerem profissão, outras tantas lhe tomarão em seu lugar, e disse que não dava com as suas filhas consoadas nem enxoval nem outra cousa nenhuma, nem herdarão legítimas nos bens que ficarem por morte e falecimento dele dito Senhor Duarte de Lemos e sua mulher em lugar das legítimas, e remuneração delas; e do enxoval e consoadas, dava em seu nome e da dita Dona Maria sua mulher, sua constituinte, a elas suas filhas, que ora quer meter para freiras no dito mosteiro de Arouca e ao Convento dele, todas as terras e propriedades de compra que tem em Távora, e por outros concelhos aí de arredor, que comprou Jorge Garcia e Dona Isabel, seu sôgro e sogra, e pai e mãe da dita Dona Maria sua mulher, assim e da maneira que lhe pertencem por cartas e contratos e heranças sem lhes ficar de tudo o que têm em Távora, e Sindim, Paradela, Castanheiro, cousa nenhuma lhe pertencerem nos ditos concelhos comarcãos de arredor»... «E disse ele Duarte de Lemos que logo mandara ao dito mosteiro quatro das ditas suas filhas, e da feitura deste contrato a dois anos, mandará as outras duas, de maneira que serão as ditas seis filhas freiras no dito mosteiro. E por a dita senhora Abadessa e seu Convento foi dito que elas se obrigavam, como de feito obrigarão a receberem no dito seu mosteiro, para freiras professoras dele as sobreditas Dona Luísa, Dona Madalena, Dona Leonor, e Dona Jerónima, e Dona Catarina, e Dona Isabel, e também se obrigarão falecendo-se alguma delas»... «E disse ela senhora Abadessa que aceitava no dito mosteiro as sobreditas filhas dele dito Duarte de Lemos por assim lho mandar o Cardeal Infante por sua carta da qual o treslado é o seguinte: — Dona Abadessa o Cardeal Infante vos envia muito saudar. Recebi a carta que me escrevestes sobre o recebimento das filhas de Duarte de

Lemos pelas razões que me para isso dais, hei por bem que as recebais obrigando primeiro Duarte de Lemos, pelo melhor modo que puder ser, a fazenda que dota com elas, o que vos encomendo que se faça da maneira sabeis que convém a bem dessa Casa. De Évora, a oito de Maio de setenta e sete; Domingos Simões a fez escrever». «O Cardeal Infante».

Por esta escritura se vê que foi grande a descendência que Dona Maria de Távora deu a Duarte de Lemos. Além das seis filhas, outras ficaram em casa, aguardando idade para seguirem igual destino. Era a triste sorte das filhas dos nobres, que não podiam alcançar grandes dotes. Além de muitas filhas, teve filhos. O mais velho, João Gomes de Lemos, ficou prisioneiro em Alcácer-Kibir, como dissemos. Parece que não chegou a ser resgatado. Se o foi, faleceu poucos anos depois da batalha.

Durante o reinado de D. Henrique e depois da morte deste, Duarte de Lemos mostrara-se fervoroso partidário de D. António, prior do Crato. Filipe I excluiu-o da anistia geral que concedeu aos seus inimigos. Para não ter de curvar-se perante a autoridade do rei espanhol, ele tinha-se atirado abaixo da ponte de Coimbra, quando a partida já estava perdida para D. António. Foi condenado à morte e teve a pena comutada em prisão por intercessão da célebre freira Maria da Visitação, que os contemporâneos tiveram por santa e a história condena como intrujona. Foram-lhe confiscados os bens e destes alguns vendidos para resgate do filho João, que ficara prisioneiro em África. Angustiosa e desolada foi a situação em que ficou D. Maria de Távora com as rendas confiscadas, filhos para criar, seis filhas no mosteiro de Arouca, um filho prisioneiro em Marrocos. Alguém advogou a sua causa. Talvez o duro e tenebroso Cristóvão de Moura, que também era da família dos Távoras.

A 11 de Julho de 1585, Filipe I mandou lavrar o seguinte alvará:

«Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem que eu hei por bem e me praz que os rendimentos da fazenda que foi de Duarte de Lemos, que está sequestrada e julgada por perdida para a coroa, tirando dos bens que já são vendidos para resgate de seu filho mais velho, que está cativo, se entreguem a sua mulher para seus alimentos e de seus filhos e para sustentação do dito Duarte de Lemos na prisão em que estiver, e isto enquanto eu o houver por bem e não mandar outra cousa, e mando às justiças oficiais e pessoas a que este alvará for mostrado e o conhecimento dele pertencer que o cumpram, guardem e façam inteiramente cumprir e guardar como se nele contém sem lhe nisso ser posta

dúvida nem embargo algum porque assim o hei por bem. E este quero que valha... Miguel Conceição o fez em Lisboa a 11 de Julho de 1585. Pedro da Costa o fez escrever.» (*Chanc. de Filipe I*, Liv. 12, fls. 17 v.).

Em 1585 Duarte de Lemos estava, pois, na prisão e seu filho continuava prisioneiro em África. Por quanto tempo ali estiveram ainda não nos foi possível averiguar, mas é nossa convicção que o pai morreu na prisão em 1588 e o filho não chegou a ser resgatado, em virtude de se não ter conseguido ajuntar a importância total combinada para o resgate colectivo.

No nosso artigo publicado neste *Arquivo*, vol. XIV, 1948, porque desconhecíamos este último alvará, e impressionados com o facto de só em 1617 ser dada a carta de confirmação a Diogo de Lemos, filho de Duarte de Lemos, modificámos o nosso juízo anterior de que este tinha morrido em 1588. Em face destes novos elementos voltámos a ele e agora com mais segurança. A demora na confirmação a Diogo de Lemos resultou da posse dada a D. Maria de Távora, que se terá prolongado por toda a sua vida, e ainda por esta confirmação ser, afinal, uma verdadeira doação nova, pois a antiga extinguiu-se com o confisco ordenado por Filipe I.

Afora o referido feito da ponte de Coimbra, não se conhece outro do segundo Duarte de Lemos revelador de coragem ou valentia. A tradição não pode, portanto, referir-se a ele, mas ao seu avô. A estátua orante, sobre o túmulo deste, a este pertence. Foi ele que a mandou fazer na mesma altura em que mandou fazer a capela, em 1534, depois da morte da mulher, em 1529, e antes de embarcar para o Brasil em 1535. Os architectos que delinearam e executaram os túmulos terão sido os mesmos que fizeram a estátua. Foi ainda ele que mandou gravar as inscrições de todos os túmulos, mas as datas do seu e dos do pai e mãe ficaram incompletas, só com os dois algarismos do ano—15— Com respeito ao dele é óbvio que assim fosse; quanto aos do pai e mãe também se justifica: são duas urnas ossoárias móveis colocadas sobre os túmulos dos avós, do lado do evangelho. Estas urnas não estariam prontas quando Duarte de Lemos embarcou para o Brasil, em 1535.

Como ele não voltou a viver na Trofa, embora tivesse voltado duas vezes a Portugal, não chegou a mandar completar aquelas datas e é assim que se conservam ainda incompletas as do pai e mãe. Mas as datas do epitáfio do seu túmulo foram integradas, sem se saber por quem nem quando, e de tal modo, que dele resultou completa confusão entre os dois Duartes de Lemos, não se podendo por elas saber quem

fez a capela e de qual é a estátua orante. Cremos ter elementos bastantes para remover todas as dificuldades que se tem levantado a este respeito.

A inscrição tumular primitiva, tal como a mandou gravar o fundador, devia ser a seguinte:

*Aqui jaz Duarte de Lemos filho que foi de Joam
Gomez de Lemos e neto de Gomez Miç o qual foi
por serviço de Ds por onra de sua linhagem mādov
fazer esta capella pera sev pai e avoos pera si e pera
sva molher e foi feita esta capella na era de mil
e 534 anos o qual faleceu
ano de 15*

O tombo a que se procedeu em 1749 de todos os bens da casa da Trofa foi ainda confirmado ou julgado em tempo de Bernardo de Lemos de Carvalho Vasconcelos e Almeida, décimo senhor da Trofa, confirmado por D. José a dois de Novembro de 1757. O último lançamento deste tombo tem a data de Abril de 1774. Depois deste, escrita pela mesma mão, segue-se uma leitura de todas as inscrições tumulares.

Felizmente a de Duarte de Lemos está bem legível e completa, e diz assim:

*«Aqui jaz Duarte de Lemos filho que foi de João
Gomes de Lemos e Neto de Gomes Martins o q. por ser-
viço de D^s e por honra de sua linhagem mandou fazer esta
capella para seus avós e p.^a si e p.^a sua mulher e p.^a seus
dece digo seus descendentes e foi feita esta capella na era
de 534 e morreu aos 27 dias do mes de Junho de 1538.»*

Esta leitura, em que há omissão e acrescentamento de palavras, revela logo que à data em que foi feita já havia dificuldade em fazê-la e por outro lado que já tinha sido completada a data do falecimento, acrescentando-se-lhe dois algarismos — 38 — e gravando-se o dia e mês — *vinte sete dias de Junho* —. Comparando a letra desta parte da inscrição acrescentada com a anterior, nota-se bem a diferença, sendo aquela mais perfeita e um pouquinho menor. Também os dois algarismos acrescentados à data do falecimento são de mão diferente da que fez os da data da fundação da capela — 1534 —. O acrescento do epitáfio, pela razão apontada, tem de ser muito anterior a 1774, e também muito posterior à morte de Duarte de Lemos, terceiro senhor, pois, quando foi feita, já se não sabia a data da sua morte, collocando-a em 1538, quando ele, sem nenhuma dúvida, sobreviveu vinte anos a esta data. Ao tempo ainda não devia haver nenhuma confusão entre os dois Duartes de Lemos, avô e neto.

Depois de 1774 a inscrição recebeu nova violação e esta muito mais grave: foi viciado o terceiro algarismo da data do falecimento — 3 — grosseiramente transformado em — 8 — passando a data a ser — 1588 —. E para harmonizar a data da fundação da capela com aquela, fez-se o mesmo ao seu — 3 —, que passou a ser — 8 — e a data — 1584. Quer isto dizer que o Duarte de Lemos avô foi inteiramente absorvido pelo Duarte de Lemos neto. Este passou a ser o fundador da capela, o senhor de todas as virtudes de corpulência, força e valentia, que pertenceram ao outro. O destino não podia cavar mais funda sepultura à memória de um herói da Índia e da colonização do Brasil. Nem a estátua orante escapou: a partir da viciação, ela passou a representar o inimigo de Filipe II rei de Espanha, aquele que, para não cumprimentar o rei intruso, se atirou abaixo da ponte de Coimbra; não se atentou sequer na indumentária guerreira do navegante de mares perigosos e longínquos, que já não podia ajustar-se aos corpos delicados da nobreza de D. Sebastião.

Diogo de Lemos, filho e sucessor do segundo Duarte de Lemos, morreu em 1651, e seu filho João foi confirmado no senhorio por D. João IV em 1652. Este João Gomes de Lemos era religioso, salvo erro, da Companhia de Jesus. Teve de pedir licença, que lhe foi concedida, para vir viver na sua casa da Trofa. Era então prior colado o padre Manuel Francisco da Cruz, que morreu em 1666, quando foi colado Martim Afonso de Melo, mas este abandonou a freguesia, sendo substituído pelo donatário João Gomes de Lemos encomendado a 28 de Setembro de 1669 com a porção de 3:000 além do pé de altar. Senhor de toda a igreja, concentrados e harmonizados na mesma mão os interesses do fidalgo e os dos fregueses, a este attribuo a primeira reforma que se fez no corpo da Igreja, a integração do epitáfio de seu tetravô com o acrescentamento do dia, mês e últimos algarismos do ano em que supunha ter morrido, e ainda a colocação de uma urna ossoária anepígrafa sobre o túmulo de Joana de Melo, onde terá recolhido os ossos de seus avós e pais. E não lhe pôs inscrição, porque, para a deixar em tamanho igual ao das existentes, não tinha espaço para gravar os nomes de todos. Ele sabia que era o último senhor da Trofa, porque, não podendo ter filhos legítimos, por sua morte o senhorio passava irremediavelmente para a Coroa. E foi realmente o que veio a suceder.

A construção do corpo da igreja ligado à capela dos Lemos data do tempo de Dona Maria de Távora, depois que Filipe I mandou prender Duarte de Lemos e lhe confiscou os

bens, isto é, de 1581 a 1617. Quando neste último ano Diogo de Lemos foi confirmado no senhorio por Filipe II, já o culto da igreja do Salvador de Covelas tinha mudado para a Trofa. Diogo de Lemos não gostou muito disto e parece que se opunha ao culto, exigindo o seu consentimento prévio e negando ao pároco os paramentos, mas o povo não se conformou, e Diogo de Lemos com sua mulher Dona Mariana Coutinho, a 10 de Outubro de 1620, assinavam a desistência a favor do prior e dos fregueses da igreja da Trofa «quanto diz da capela-mor para fora, que é o corpo da mesma igreja». O consentimento dos Lemos ficou limitado à capela-mor e nesta situação permaneceu, ao menos de direito, até ao tempo do religioso João Gomes de Lemos, no terceiro quartel do século XVII, por morte do qual, revertendo a Casa da Trofa para a Coroa e com ela o direito de padroado, ficou a igreja definitivamente livre para os seus fregueses. Longa foi a questão tentada por D. Jerónima, irmã de João Gomes, mas nada conseguiu. A igreja não sofreu mais a intervenção de outros donatários.

Na primeira metade do século XIX fizeram-se outras reformas na Igreja, no corpo e na capela-mor. Foram essas mais graves. A capela-mor foi acrescentada para nela se colocar o retábulo vindo do convento de Serém; o túmulo do velho Duarte de Lemos foi aberto, retirada e colocada a estátua, com nova acomodação, com sacrifício de um pé e da espada. Tudo se deformou. É natural que o epitáfio recebesse então a última viciação, depois da qual ainda um outro bárbaro, não podendo entendê-la, a cobriu com uma camada de tinta branca.

Com o auxílio generoso do Estado pensa-se agora em restituir a capela dos Lemos à sua pureza e austeridade primitivas, retirando-se o retábulo de Serém e recolocando-se a mesa de pedra, que ainda existe, no seu lugar. Poderá a comissão vencer a ignorância? Deus o permita. A questão não oferecia dúvidas, se o velho Duarte de Lemos pudesse levantar-se da sua oração e pegar de novo na arrabiça do arado...

AUGUSTO SOARES DE SOUSA BAPTISTA

AS ACTIVIDADES HIDRÁULICAS DO ENGENHEIRO LUÍS GOMES DE CARVALHO

OS trabalhos da abertura da actual barra de Aveiro foram executados desde o ano 1802 até 1808 pelo ilustre engenheiro militar Luís Gomes de Carvalho. Mas depois de 1808 ele continuou a planear e dirigir obras complementares para melhorar e consolidar a nova barra, e outras para melhorar a navegação nos rios Vouga, Agueda e Cértoma.

Para este efeito foi ele encarregado de examinar o rio Vouga por avisos da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, de 19 e 26 de Junho de 1812.

Por avisos da mesma Secretaria de Estado, de 19 de Agosto, de 7 de Setembro, 12 de Outubro e 25 de Novembro de 1813, foi definitivamente encarregado dos planos e sua execução da primeira parte do plano geral de melhoramentos e navegação nos ditos rios. O projecto foi apresentado por Luís Gomes de Carvalho em 30 de Setembro de 1813.

A principal obra realizada nesta primeira parte de trabalhos foi a mudança do curso do baixo Vouga para novo local, ficando o novo troço do rio a designar-se *Rio Novo do Príncipe*, designação proposta pelo próprio engenheiro Luís Gomes de Carvalho, e aprovada pelos Governadores do Reino, em Lisboa, e pelo Príncipe Regente D. João, no Brasil, como consta do officio do Marquês de Aguiar, datado do Rio de Janeiro em 24 de Abril de 1816, e dirigido ao Patriarca Eleito de Lisboa.

O projecto da segunda e terceira partes dos trabalhos nos ditos rios é de 1 de Setembro de 1816.

Ao mesmo tempo que o engenheiro Tenente-Coronel Luís Gomes de Carvalho planeava e executava as obras da primeira parte do plano que interessavam à barra de Aveiro,

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

era encarregado de outras obras em outros rios e locais, a saber, no rio Mondego, rio Douro, ponte de S. Martinho, barra da Nazaré, ponte da barrinha de Esmoriz, plano geral de sementeira de pinhais na costa marítima de Espinho até o Mondego, etc.

O engenheiro Luís Gomes de Carvalho correspondia-se assiduamente com o director da revista *Jornal de Coimbra*, e neste publicava notícias referentes às obras que ia executando na nova barra de Aveiro. Publicou até a 1.^a parte da *Memória Descritiva* do plano da abertura desta barra neste *Jornal*, em os n.ºs XXVIII do ano de 1814 e XXXII de 1815 (*).

Para conhecimento das obras já realizadas até 1814 por Luís Gomes de Carvalho e das que andava realizando neste ano ou pretendia vir a realizar, publicou o dito *Jornal de Coimbra*, em seu n.º XXIX de Maio de 1814 um artigo que nos esclarece sobre a acção do illustre engenheiro, e que compreende trechos de cartas escritas por este e dirigidas ao director do *Jornal de Coimbra*, nas quais se refere às obras em curso ou a efectuar na primeira parte do plano geral, e dá notícias interessantes acerca da vida económica de Aveiro e de factos ocorridos, não deixando também de se referir à mágoa que sentia por nunca lhe terem dado qualquer recompensa pelos extraordinários trabalhos que tinha feito para abrir a nova barra de Aveiro em 1808.

É actualmente extremamente raro o *Jornal de Coimbra*, e por isso vamos transcrever no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, quase todo o dito artigo, que muito interessa à história de Aveiro e à biografia de Luís Gomes de Carvalho.

As cartas deste engenheiro de que o *Jornal de Coimbra*, n.º XXIX, publicou extractos, foram escritas em Aveiro no ano de 1814 e datadas respectivamente de: 17 de Julho, 1 de Agosto, 4 de Agosto, 8 de Agosto, e 12 de Agosto.

No referido artigo lê-se o seguinte, da autoria do director do *Jornal de Coimbra*:

Luís Gomes de Carvalho (com quem temos uma atu-rada correspondência) está repartido por imensas obrigações; encarregado da Barra de Aveiro, e rios Vouga, Águeda e Cértima; ele tem sido incumbido de fazer o plano para estender e melhorar a navegação do Douro para se abastecer o exército combinado quando estava na fronteira de Espanha por aviso de 10 de Junho de 1812, em cujo rio se trabalha executando o seu plano, e de seu companheiro de diligência o major Martinho José de Perné; de que é inspectora e admi-

(*) Nota — Esta *Memória* foi reproduzida por nós no *Arq. do Dist. de Aveiro*, vol. XI, de 1947.

AS ACTIVIDADES HIDRÁULICAS

nistradora a illustríssima Junta da Companhia do Alto Douro, executando os planos o major Joaquim Peito de Carvalho.

Ele fez o plano para estender a navegação do Mondego da Foz-Dão até Pinheiro de Azere segundo as ordens da mesma Secretaria de Estado de 22 de Junho de 1811; ele foi incumbido da reedificação da ponte da Barrinha na estrada militar do Porto para Aveiro por aviso da mesma de 9 de Outubro, e de 21 de Novembro de 1811, cuja obra se concluiu no ano de 1812; ele foi incumbido do mapa da costa de Espinho até Mondego para dar o plano geral sobre a sementeira de pinhais na Costa por avisos de 25 de Abril e 10 de Maio, cujos trabalhos foram concluídos em 1812. O Autor foi incumbido finalmente de fazer o plano para a restauração do porto de S. Martinho por avisos de 11 de Janeiro, 24 de Maio e 16 de Agosto de 1814; e outrossim do plano para o melhoramento da Barra da Nazaré por aviso da mesma Secretaria de Estado de 26 de Julho deste mesmo ano, para onde vai partir neste Setembro do mesmo 1814, em que este número do *Jornal* não está ainda concluído.

Tantas occupações, e de tanto momento, absorvem o tempo a este Oficial que além disso não tem quem o ajude; estes motivos e outros que possam ainda ocorrer talvez (bem a nosso pesar e do Autor) ocasionam interrupções na publicação das partes do seu escrito, que muito desejávamos não acontecessem.

Temos recebido deste nosso amigo cartas das quais ousamos publicar algumas passagens.

Sendo tantas as obras de que Luís Gomes de Carvalho está encarregado, custa-lhe que os salários dos trabalhadores e officiais tenham crescido tanto, e sem proporção com o preço dos frutos; consultou um de nós sobre solicitar alguma providência sobre este objecto; escrevendo-lhe depois em resposta (com data de 17 de Julho) às suas reflexões o seguinte:

«Não falemos mais nas taxas dos jornais (que só poderia ter lugar em obras públicas), até porque o tempo mesmo de si fará uma boa reforma; o lavrador é negociante, quando ele não achar interesse não cultivará; quando faltarem cultivadores sobejarão jornaleiros, e o equilibrio virá depois de algumas crises de faltas, mas virá infalivelmente; e portanto deixemos uma questão mais político-economica do que hidraulica, e que o mesmo tempo basta para decidir magistralmente.»

Outro nosso amigo, consultando-nos pelos mesmos motivos e com o mesmo fim, alegava que a faculdade concedida

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

às Câmaras de taxar os salários se encontra no Código Af. Liv. 1, Tít. 27, § 10; e que deste Código se tinha trasladado para o do senhor D. Manuel. Liv. 1, Tít. 46, § 13, e deste para as Ordenações actuais, Liv. 1, Tít. 66, § 32; apoiando esta legislação o requerimento em cortes do senhor D. João III, no cap. 201 das cortes de Torres Novas de 1525, e de Évora de 1535, nas quais Sua Majestade respondeu, mandando repetir a observância da Ordenação do seu antecessor o senhor D. Manuel, e recomendando além disto que na sua observância tivessem particular cuidado, etc. Até em o novo Código que se ordenava no governo da Rainha Nossa Senhora a mesma providência era estabelecida no Tít. 43, § 41.

Continuava Luís Gomes de Carvalho na sua dita carta de 17 de Julho:

«Consta-me que V. ouvira falar nos pântanos de Requeixo; ora já que pela graça de Deus me acho encarregado de melhorar os rios Vouga, Águeda e Cértima, vou sossegá-lo, dizendo-lhe que pelo desempenho (se eu for tão feliz que o consiga) desta comissão devem desaparecer todos os pântanos debaixo de quaisquer denominações que aí lhes queiram dar porque eles estão na dependência destes rios, e desaparecerão pelo seu melhoramento aqueles que existem susceptíveis de melhoramento, e que foram ou podem ser campos, em cujo caso estão quase todos.

O de que se trata é na parte do Cértima última ao entrar no Águeda em Requeixo; mas aí nem tudo é campo imundo, é só parte; o resto é uma lagoa que eu tenho sondado em todos os sentidos, e tem certa altura de água que por tempo deve conservar-se com ela, mas o Cértima quando for encanado e melhorado virá depositar ali as matérias com que está entupido e as que arrastará de novo, e acelerará esta obra, isto é, o rio Cértima encherá essa lagoa e nos dará por fim bons campos; parte desse pântano já está pouco fundo, e ficará em seco quando o Águeda abaixar o seu nível; mas esse pântano em partes é terreno formado de novo a favor da estagnação, e tão inconsistente que os gados não podem lá pastar porque serão submergidos; chama-se o *Pano* parte dele, e *Ribeiro de Palha* outra parte; este último mais cedo será um terreno produto das águas que a Natureza entregará à charrua. Tal é o pântano de que se trata, que em parte só são campos perdidos, o resto são terrenos que se vão formando, e de que alguns ficarão logo secos aos abrir os rios.

Não falo mais de pântanos hoje, nem há necessidade, vão adiante as obras dos rios, ajudem-me com os meios, e se Deus me ajudar, eles desaparecerão; eu espero ver lavar

AS ACTIVIDADES HIDRÁULICAS

muitos campos ainda perdidos, na primavera de 1816, se não for antes, pela efectiva conclusão da 1.ª parte do plano sobre os rios que levo adiantada. Os mais irão indo a seu tempo, nada se faz sem este meio; no entanto vou estudando os meus rios; nunca medito nem observo, que não melhore as minhas ideias, e daqui vejo eu que é impossível dar um plano geral que abranja todos os trabalhos de um rio, que previna e veja tudo. Não há coisa tão dificultosa como fazer navegável um rio!

Estes amigos zombam de tudo; eu terei muito respeito a quem fizer bem navegável um rio no gosto do Tejo desde a Barquinha até Valada; do Mondego da Foz-Dão para a Figueira; e do Vouga da Murtosa para cima; todo o Águeda, e o Cértima; eu hei-de ser um velho muito alegre se der conta da minha tarefa; pois se levar os barcos a S. Pedro do Sul?! Depois de ir embarcado pelo Cértima a Mogofores e ver ali carregar em barcos muitas pipas de vinho da Beirrada: nestas viagens comerei belos melões produzidos nesses terrenos hoje pântanos; esta viagem pode matar um velho sensível de alegria, mas aparecerá na presença do Ente Supremo tendo feito algum bem aos homens, e poderá o velho esperar na Divina Misericórdia uma recompensa que os homens lhe recusaram durante a sua vida.

É bom ser ortodoxo para ser engenheiro quando trabalha no ramo hidráulico para não desmaiar na laboriosa carreira a que me conduziu o meu destino. Não sei que força me tem ligado a desejar tantos beus, e até concorrer para eles com o resto das minhas forças! Não me conviria mais um retiro onde eu fosse passar uns dias só para mim, que já fiz alguma coisa, conformar-me melhor ao meu fado que quer absolutamente a minha nulidade? Debalde é lutar contra o destino! Desejo obter um grau de resignação que me conforte e morrer depois com aquella paz que deve ser a boa sorte de quem não tem remorsos. A minha sensibilidade é o meu verdugo, a ambição não me atormenta nem me inquieta, graças a Deus.

Basta; eu abraço a V. com o verdadeiro affecto com que sou... etc.»

Em outra carta do dito meu amigo com a data do 1.º de Agosto deste ano me diz ele:

«Estou nas vésperas de ir passar 12 ou 15 dias com o amigo Vouga; quero conversá-lo, quero ouvir os conselhos deste venerando velho. Os rios falam uma língua particular que se não entende bem, vamos ver se pilhamos algumas

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

regras da sua intrincada gramática. Estão agora a entrar dois navios; se V. visse a Barra que eu aqui tenho, vai sempre a melhor! Às vezes me lembro que a não merecíamos a Deus pela indiferença com que se goza!»

Em outra de 8 do dito mês lê-se :

«Até 11 ou 12 parto a ver o Vouga até onde ele pode interessar-nos; este trabalho é próprio de agora, e para depois ir a S. Martinho e Nazaré... Já sabe que tenho de dar meu plano para a barra da Nazaré, assim o manda e quer S. A. R. em aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra de 26 de Julho passado... Em hidráulica uma só visita não basta, é necessário seguir o doente à medida que se receita e se vão tomando os remédios; Deus me livre de responder por um destes doentes sem que ao menos eu estivesse em correspondência com os enfermeiros e assistentes, e sem ao menos ver três ou quatro vezes no ano os meus doentes.

Adeus até à volta, nestes 12 ou 15 dias o meu corpo será assado ou frito entre os penhascos ou serras que terminam o álveo do Vouga de Serém para S. Pedro do Sul, ou mais certo até Vouzela; o calor mata-me porque o meu físico se exaspera com o calor; quando fui ao Douro perdi o décimo da minha vida em andar a pé de rocha em rocha, pois não se pode ir nem embarcado, nem a cavalo, nem por caminho ao longo do rio que todo é despenhadeiro e serraia até Vouzela. Pergunto a V. se este exercício concorrerá para eu me salvar? Ouvi uma vez que quem trabalha reza, será assim? Sei que não é teólogo, mas é Doutor, e eu sou apenas um soldado porém muito amigo de V.»

Em 12 do mesmo Agosto este amigo me escreveu :

«Talvez que um dos meus principais objectos, ou aquele a que darei uma particular atenção, seja os meios de conservar o que se fizer, pois que há muito tempo estremeço quando vejo entregues a um abandono total os nossos rios que são as artérias da parte física dos Estados; os homens, os elementos e mil causas os alteram como que querem até quase aniquilá-los; e só neste estado desesperado despertam a nossa atenção. Parece-me que ainda se não fez um cálculo bem exacto e verdadeiro das vantagens de um país que se navega, ou então eu tenho ideias exageradas delas que me fazem entusiasta.

Acaba de entrar agora o Batalhão de Caçadores; respeitáveis guerreiros porque debaixo dos seus invictos chefes

AS ACTIVIDADES HIDRÁULICAS

levaram ao coração da França as nossas armas vitoriosas que hoje, como nos antigos tempos, gozam da mais alta reputação; foi esperado fora da Cidade pelo Regimento de Milícias e Corpo dos Officiais Veteranos; e festejado e recebido com repiques de sinos, foguetes e música.

Aveiro vai gozar desta vantagem que a sabedoria do nosso providente Governo preparou a tantas povoações do interior do país.

Quantos braços bem distribuídos vão ser restituídos à cultura! O soldado aproveitará em utilidade dela, e própria, as mais pequenas licenças, para trabalhar; será mais útil e será melhor.

Que dinheiro não vai girar e animar o país em torno destes Corpos em lugar de se escapar e sair pela fronteira para engrandecer, enriquecer os nossos vizinhos! Eis aí, meu amigo, como por diferentes modos tudo concorre a cicatrizar mais cedo o profundo golpe que esta fatal guerra nos descarregou. Aveiro, porém, como porto de mar, e como falto de população, pela decadência a que chegou, é uma daquelas povoações que mais interessa em ter um corpo de tropas numeroso; o estabelecimento de um hospital militar considerável em que se fala concorrerá para o mesmo fim. E quanto prazer não experimento eu vendo este quartel, um quartel sadio para conservar a saúde do soldado, elegido igualmente, e com toda a razão, por sadio para hospital, este mesmo país e Cidade que ainda há pouco antes da abertura da Nova Barra era o *Cabo Verde de Portugal* pelas febres e pela mortalidade espantosa de que oferecia o lastimoso espetáculo!

Agora saíram três navios e entrou um. As medas do sal vão crescendo para as nuvens, ele disputa com a neve à sua brancura, e já no Porto, e muitos estrangeiros o querem com preferência ao da Figueira.»

Também já em carta de 4 do mês de Agosto o meu amigo me tinha escrito a este respeito o seguinte:

«O sal desta Ria é neste ano por extremo alvíssimo e brilhante; é pouco deliquiscente; atura duas salgas, assim o disseram alguns compradores dos outros anos; há muita abundância, de sorte que já está a 2.000 reis o moio, e descerá ainda bastante; bem entendido que se dão graças além disso, quero dizer, mais a quarta ou quinta parte do que se compra vaidado.

É linda a Ria coberta de pirâmides cónicas de jaspe, parece o céu estrelado investido em uma bela noite.

Graças a Deus que vivi bastante para ver este espectáculo, que muito se embeleza com os navios e outros barcos que estão carregando sal e outros géneros, e enchendo a terra de dinheiro, e ocupando com muito lucro todos os habitantes de tal modo que custa achar um homem para o barco ir à Barra, ou ao Rio; rapazes, mulheres, tudo trabalha, tudo ganha dinheiro e andam fartos. Então não é isto bonito?

Não é este um grande e constante modo de fazer cessar a indigência? Quanto este povo deve a S. A. R.! Felizmente que ele o conhece e o confessa. Não serão talvez menos de trinta as entradas e saídas de embarcações há um mês a esta parte; V. terá o mapa a seu tempo, eu também ainda o não vi.

Adeus. Sou . . . , — etc.»

FRANCISCO FERREIRA NEVES

bibRIA

NO LIMIAR DE COMEMORAÇÕES AVEIRENSES

A Câmara Municipal de Aveiro, prossequindo nos preparativos, iniciados pela vereação da presidência do Dr. Álvaro Sampaio, para as comemorações do 1.º milénário de Aveiro e do 2.º centenário da cidade, resolveu erguer junto da Ponte da Dobadoura e estrada da Barra, na confluência do Canal Central com o Canal das Pirâmides e Canal do Paraíso, um alto mastro que anunciasse à cidade e aos seus visitantes as festas que hão-de realizar-se no próximo ano.

O primeiro acto das comemorações, em 13 de Abril deste ano de 1958 (domingo de Pascoela), consistiu na inauguração do mastro e no hastear das bandeiras, precedidos da leitura, pelo Dr. Alberto Souto, actual Presidente da Câmara, de uma eloquente «*Mensagem aos Aveirenses*» —, cerimónia a que assistiram as autoridades, associações e muito povo.

Da *Mensagem*, que foi posteriormente publicada, transcrevemos algumas das palavras finais:

«Veneramos o Passado e a memória dos que nos antecederam. Afirmamos o nosso respeito pelas nossas honrosas tradições e cultivamo-las: a religiosidade, a bondade, a tolerância e a liberdade.»

.....
*Podemos erguer bem alto a nossa bandeira.
Portanto, Aveirenses! — bandeiras a tope, bandeiras acima, bandeiras ao vento!*

.....
O mais alto que pudermos elevá-las, partindo do mais sincero do nosso peito, pelo nome e renome de Aveiro e

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

em oração para que o hálito de Deus que reside no Firmamento nos bafeje a nós e aos nossos vindouros, em graça, em paz e em beleza, não decaindo nós daquela virtude e daquele valor que tornam felizes e grandes os povos!

— Bandeiras acima!

— Ao alto, corações aveirenses!

Estão abertos os trabalhos iniciais das comemorações milenárias e centenárias da cidade de Aveiro, de 1959!

Depois, em reuniões realizadas no mês de Maio, foram nomeadas as comissões que hão-de encarregar-se dos diferentes números do programa das comemorações:

Presidência geral: Presidente da Câmara, Vice-Presidente; 1.º secretário-geral — Eduardo Cerqueira; secretário adjunto — Amadeu Ala dos Reis; 2.º secretário-geral (finanças) — Dário da Silva Ladeira.

Comissão de honra:

Governador Civil do Distrito
Bispo da Diocese
Presidente da Comissão Distrital da União Nacional
Comandante Militar
Capitão do Porto de Aveiro
Comandante da Base Aérea n.º 7, de S. Jacinto
Presidente da Junta Autónoma do Porto de Aveiro
Comandante Distrital da Legião Portuguesa
Juiz Corregedor do Círculo Judicial de Aveiro
Juiz Ajudante do Procurador da República
Juiz do Tribunal do Trabalho
Delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência
Director do Museu Regional de Aveiro
Reitor do Liceu
Director da Escola Industrial e Comercial
Director do Distrito Escolar
Reitor do Seminário
Provedor da Santa Casa da Misericórdia
Ten.-Coronel Dr. Manuel Rodrigues da Cruz
Ten.-Coronel Carlos Gomes Teixeira
Dr. José de Almeida Azevedo
Coronel António Dias Leite
Dr. Francisco António Soares
Dr. Álvaro Sampaio
Dr. Francisco do Vale Guimarães.
Coronel Diamantino do Amaral

NO LIMIAR DE COMEMORAÇÕES AVEIRENSES

Comissão consultiva:

Coronel Gaspar Inácio Ferreira
Dr. Querubim do Vale Guimarães
Conselheiro Arnaldo de Almeida Vidal
Desembargador Dr. Jaime Dagoberto de Melo Freitas
Eng.º José Pais de Almeida Graça
Dr. Carlos Vilas Boas do Vale
Coronel João Pereira Tavares
Dr. Francisco de Assis Ferreira da Maia
Dr. Domingos Afonso e Cunha
Dr. António Tavares Lebre
Egas da Silva Salgueiro
Artur Casimiro da Silva
Primeiro-Tenente Jacinto Leopoldo Monteiro Rebocho
Dr. José Vieira Gamelas
Alfredo Osório
Alfredo Esteves
Dr. Joaquim Henriques
Dr. Custódio Patena
Dr. Luís Regala de Figueiredo
Dr. Artur Marques da Cunha
Alberto Casimiro Ferreira da Silva
Eng.º José de Magalhães Forjaz
Eng.º Luís de Pinho Correia de Sá
Agnelo Regala
Manuel Orlando Salomé.

Comissão Central Executiva: Presidente — Cap.-Ten. Manuel Branco Lopes; vice-presidente — Dr. Humberto Leitão; vogais — Cap. Alexandre Mendes Leite de Almeida, major João da Cruz Novo, Eng.º João Barreto Ferraz Sacchetti, Dr. Mário Gaioso Henriques, Major José Alves Moreira, Vigário-Geral da Diocese (P.º Júlio Tavares Rebimbas) e Dário da Silva Ladeira.

Comissão de Finanças: Presidente da Câmara, Vice-Presidente; secretário-geral — Dário Ladeira; vogais — Dr. Jorge da Fonseca Jorge, Cap.-Ten. António Caires da Silva Braga, Eng.º João Ribeiro Coutinho de Lima, João José Candeias, Pedro Grangeon Ribeiro Lopes, Fernando Manuel Constela Ferreira e Fernando Raúl de Sá Seixas.

Comissão de propaganda: Presidente — Dr. Humberto Leitão; secretário — Aurélio Costa; vogais — P.º Manuel

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Caetano Fidalgo, Dr. David Cristo, Amilcar Alvim e Amadeu Teixeira de Sousa.

Comissão de ruas e festejos populares: José Vieira Barbosa (pres.); vogais—P.º António Augusto de Oliveira, Décio Ala Penha Cerqueira, Albano Henriques Pereira, Vítor Guimarães, Francisco Gonçalves Andias, José de Pinho Nascimento, José dos Reis da Rosária e Firmino da Naia.

Comissão de exposições industriais, comerciais, pesca e agro-pecuárias: Ricardo Pereira Campos J.ºr (presidente), Eng.º-agrónomo João Cândido Ventura da Cruz (pres.); Capitão do Porto (pres.); Presidente do Grémio do Comércio; vogais: Eng.º José de Magalhães Forjaz, João Nunes da Rocha, Eng.º João Carlos Aleluia, João Evangelista de Campos, António da Costa Ferreira, José André da Paula Dias, João Salgueiro, João Lavado de Oliveira, Dr. Fernando Arcanjo de Sá Marta, Director dos Lacticínios de Aveiro, António Marques da Cunha, Henrique Moutela, Manuel Mónica, Presidente do Grémio da Lavoura, Intendente de Pecuária, Delegado da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, Agostinho Barreto Ferraz Sacchetti, Eng.º-agrónomo Carlos Gamelas Gomes Teixeira, Eng.º-agrónomo Albano de Almeida, Eng.º-agrónomo Henrique Pires de Mascarenhas, Dr. António José Machado, Eng.º-agrónomo Manuel Simões Pontes e Eng.º-agrónomo Carlos Torres.

Comissão de obras e inaugurações: Eng.º João Ribeiro Coutinho de Lima (pres.), Eng.º Adolfo Maria da Cunha Amaral (vice-pres.); vogais—Eng.º Luís de Pinho Correia de Sá, Eng.º António Sebastião da Nóbrega Canelas, Eng.º António Máximo Gaioso Henriques e Eng.º Eduardo Elísio Souto de Moura.

Comissão do cortejo distrital: Dr. Alberto Souto (pres.), Cap. Firmino da Silva (vice-pres.); vogais—Professor José Duarte Simão, José Vieira Barbosa, Albano Henriques Pereira, Ten. Augusto Natividade e Silva, Armando Madail Ferreira e Décio Ala Penha Cerqueira.

Comissão de cortejos nocturnos: José Mortágua (pres.), Dr. Francisco Lourenço da Costa (vice-pres.); vogais—Manuel dos Reis Baptista, António Pereira Osório, Armindo Neves Deus, Amadeu Couceiro.

Comissão do cortejo fluvial: Cap.-Ten. António Caires da Silva Braga (pres.), Dr. António Pereira Peixinho

NO LIMIAR DE COMEMORAÇÕES AVEIRENSES

(vice-pres.); vogais — Eng.º-agrónomo Albano de Almeida, António Marques da Cunha, Eng.º José Ferreira Pinto Basto, António Ramires Ferreira, Carlos Augusto Marques Mendes e Ulisses Naia.

Comissão de festivais desportivos: Dr. Pedro Augusto Marques Rodrigues Ferreira (pres.), Dr. David Cristo (vice-pres.); vogais — Coronel João da Costa Moreira, Dr. José Abílio dos Santos Clemente, João Santos, Manuel Ferreira Félix, Baltasar da Rocha Vilarinho, Carlos Grangeon Ribeiro Lopes, Manuel Moreira de Castro, Abel Marques Santiago e Vítor Guimarães.

1.ª *Comissão cultural:* (Diplomática, bibliotecas e arquivos, História medieval e moderna): Dr. António Gomes da Rocha Madahil (pres.), Dr. José Pereira Tavares (vice-pres.); vogais — Dr.ª D. Dulce Alves Souto, Dr. Francisco Ferreira Neves e Dr. Serafim Gabriel Soares da Graça.

2.ª *Comissão cultural:* (Factos e figuras da História contemporânea, episódios e bibliografia): Dr. António Cristo (pres.), Dr. António Frederico Vieira de Moura (vice-pres.); vogais — Dr. Humberto Leitão e Eduardo Cerqueira.

3.ª *Comissão cultural:* (Exposição de arte e etnografia): Director do Museu de Aveiro (pres.), Representante do Bispo da diocese de Aveiro (vice-pres.); vogais — Dr. David Cristo, Gervásio Aleluia, P.º Manuel Caetano Fidalgo, Dr. Humberto Leitão, Arq.º Carlos Alberto Ferreira Pinto e Dr. José Gonçalo Soares Vieira.

4.ª *Comissão cultural:* (Artes plásticas e musicais): Carlos Aleluia (pres.), Dr. David Cristo (vice-pres.); vogais — João Artur Trindade Salgueiro, Henrique Lemos, João Salgueiro e Escultor Mário de Almeida Truta.

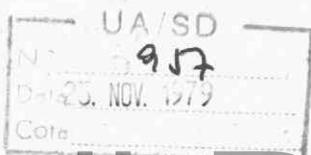
Comissão de recepção e protocolo: Dr. António Fernando Marques (pres.), Cap.-Ten. António Caires da Silva Braga (vice-pres.); vogais — Dr. Fernando Calisto Moreira, Pedro Grangeon Ribeiro Lopes, Eng.º Alberto Branco Lopes, Eng.º João Barreto Ferraz Sacchetti, P.º Manuel Caetano Fidalgo, Cap. António Manuel Pinto de Amaral e Eng.º António Sebastião da Nóbrega Canelas.

Comissão de ornamentações: Henrique Ramos (pres.), Dr. José Gonçalo Soares Vieira (vice-pres.); vogais — José

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

de Pinho, Gervásio Aleluia, José Martins, Eng.º António Máximo Gaioso Henriques, Arq.º Júlio Marques Sobreiro, António da Maia Modesto, Amadeu Ala dos Reis, Francisco Passos da Cruz, José Pinheiro Palpista e João Salgueiro.

Comissão filatélica: Coronel Diamantino Amaral (pres.); vogais — José Morais Calado, Alberto Casimiro Ferreira da Silva, Eng.º Paulo Seabra, Dr. David Cristo e Carlos Leitão.



bibRIA

SUBSÍDIOS PARA UMA CARTA ARQUEOLÓGICA DO DISTRITO DE AVEIRO NO PERÍODO DE ROMANIZAÇÃO

O estudo da romanização da Península Ibérica continua a suscitar o maior interesse nos nossos dias, como continua a causar-nos a maior admiração esse povo civilizado e civilizador, da Antiguidade, que nos deixou na sua passagem pelo nosso território, um legado tão rico de cultura.

Muito se tem publicado sobre a influência da civilização romana na vida económica, artística e espiritual dos Lusitanos e há regiões do nosso Portugal de hoje que albergam consideráveis e importantes restos arqueológicos que confirmam os dados teóricos atestando a sua veracidade, e ultrapassando-os até.

Particularmente sobre a zona de Aveiro ainda não existe uma carta arqueológica que seja feita à base do somatório de achados, estudos «in loco», descrições, interpretações, etc. Há trabalhos vários que citamos e procuramos relacionar, numa tentativa de resposta a estas perguntas:

— Passaram os Romanos pelo território de Entre-Douro e Mondego, que hoje constitui o distrito administrativo de Aveiro e se situa a um e outro lado do Baixo-Vouga, por cá da linha montanhosa que separa a Beira-Litoral da Beira-Alta?

Que provas temos da sua passagem por este território?
Qual a influência que nele exerceram?

Há nesta zona um espólio tipicamente romano, ou romanizado, de achados em número suficiente para garantir uma certeza, que possa ser o fundamento seguro das conclusões que apresentará uma carta arqueológica desta região?

Este trabalho procura responder a tais perguntas, como humilimo subsídio para a organização dessa Carta Arqueológica respeitante à romanização, no mencionado distrito de Aveiro. E como a resposta a qualquer destas perguntas não pode ser dada «a priori», nem por simples conjectura, todas elas têm de apoiar-se nos inúmeros problemas que lhes são inerentes.

Assim, o primeiro que naturalmente surge é o problema das fontes, particularmente das fontes literárias e é esse de facto o que primeiro vamos tratar. Seguir-se-á o problema da localização dos achados, que consideramos um prolongamento do primeiro, visto que é também uma das fontes principais, se não a principal. A terceira das questões será o problema específico das estradas que nesta região foram construídas sob o domínio de Roma.

E não achámos descabido, com este problema, ocupar todo um capítulo, porque como diz AMORIM GIRÃO na sua *Geografia de Portugal* ... «pode dizer-se que as vias romanas imprimiram as directrizes fundamentais à circulação terrestre do nosso território... exercendo decisiva influência no traçado posterior das modernas estradas macadamizadas e até no dos próprios caminhos de ferro».

Finalmente, — digamos — como corolário deste citado capítulo, virá um outro, constituído pela observação dos dados, que permitem fazer uma ideia do que foi a economia desses povos longínquos nesta zona do País, em que hoje se confina o distrito administrativo de Aveiro.

CAPÍTULO I

AS FONTES

As fontes de que dispomos são:

- a) fontes literárias;
- b) os monumentos architectónicos, epigráficos ou militares;
- c) os restos arqueológicos: metálicos, numismáticos, cerâmicos e escultóricos;
- d) os vestígios dialectais ou etimológicos (étimos, topónimos, etc.

As fontes literárias que existem sobre a dominação romana, se são numerosas em relação à Península em geral, são todavia limitadíssimas no que respeita a um território tão

SUBSÍDIOS PARA UMA CARTA ARQUEOLÓGICA

reduzido como o que temos em causa, que para mais parece ter sido dos menos romanizados. Dentre essas fontes, há que fazer a distinção de três tipos:

- 1) Os autores da Antiguidade Clássica que escreveram sobre a geografia ou história militar.
- 2) Os Clássicos Portugueses e os autores que se lhes foram seguindo até ao séc. XIX.
- 3) E, finalmente, os investigadores da actualidade.

Analisemos o que nos fornece cada grupo de per si.

Dos escritores da Antiguidade Clássica como Estrabão e Agripa primeiro, e mais tarde Plínio, Plutarco, Apiano, Antonino e Ptolomeu, há obras em que se ocuparam da Península, mas seria infantil supor que deles encontraríamos alguma que particularmente fosse dedicada à região do actual distrito de Aveiro, ou seja, ao Entre-Douro e Mondego.

É evidente que a finalidade destes escritores era: ou falar do largo poderio da sua Pátria — e ele era demasiado extenso para se lhe dedicarem com tão grande pormenor — ou descrever os feitos militares que pudessem interessar à sua história, ou ainda fazer o estudo geográfico das regiões conquistadas, estudo esse que era feito, a maior parte das vezes, com dados recolhidos indirectamente — não devemos esquecê-lo — nem sempre rigorosos e por vezes vagos e indeterminados.

De lamentar é a falta de precisão desses autores, pois nela está a origem de muitas dificuldades de interpretação dos nossos dias, algumas impossíveis de vencer.

É que houve povoados cuja existência chegou ao nosso conhecimento apenas pelas descrições ou referências desses autores da Antiguidade e que, embora fossem zonas de notória importância no passado longínquo, se apagaram para sempre e só sobrevivem na História por terem sido assinalados nesses textos.

Pena é, realmente, que tais autores não nos tivessem deixado maior legado de pormenores, para que pudéssemos ter certezas onde só temos conjecturas. Todavia não podemos deixar de reconhecer que apesar de tudo, neles está a base de todos os posteriores trabalhos, a razão da busca e das pesquisas dos nossos dias.

É o caso, por exemplo, da localização da antiga Talábriga, problema sempre apaixonante pelo que tem de nebuloso e de incerto e que passamos a expor nas suas linhas gerais. E fazêmo-lo propositadamente neste capítulo, por acharmos que a velha Talábriga, melhor que qualquer outra, nos serve para exemplificar o contributo precioso dos três tipos de

fontes literárias e não só isto, como também a evolução das interpretações que os escritores nos oferecem nas diferentes épocas.

Pelos autores da Antiguidade sabemos que tal cidade existiu na época do domínio Romano. Mas sem dúvida que a sua antiguidade remontava aos tempos castrejos. Sabemo-lo porque alguns desses autores nos falam da resistência que ela ofereceu à invasão romana e porque o sufixo «briga» nos atesta uma origem céltica.

Plínio cita-a na sua «História Natural», chamando-lhe «oppidum», nome com que se refere também a Conímbriga, fazendo supor que as condições estratégicas seriam semelhantes: ambas seriam «*ciudades fortificadas*».

Dela falam também Ptolomeu, que a inclui nas cidades dos Lusitanos, Apiano Alexandrino, que narra na obra «História dos Romanos» a conhecida campanha de Décimo Júnio Bruto em 138 A. C. e na qual há um episódio passado com esta cidade. A ela se refere também o «Itinerário» de Antonino, assim designado, embora não sendo obra dum só autor ou dum só época.

Portanto é um facto indiscutível que Talábriga existiu. Onde? E aqui começa a emaranhar-se o problema. Os dados que Plínio e o Itinerário nos fornecem, são uma garantia para a sua localização na zona que é hoje distrito de Aveiro e proximidades da foz do Vouga.

Plínio, como dissemos, na «História Natural» situa-a entre o Douro e o Tejo, na região entre o Vouga e o Mondego:

— «*A Durio Lusitania incipit Turduli veteres. Poesuri. Flumen Vacca. Oppidum Talabrica. Oppidum et flumen Aeminium. Oppida Conimbriga. Colippo. Ebu-robritium...*».

Por sua vez o «Itinerário», que se compunha de trinta e quatro vias militares e que as registava, do ponto de partida ao de chegada, marcando as sucessivas estações e as distâncias que as separavam, na via de Olissipo — Bracara, assinala Talábrica a quarenta milhas ao norte de Aeminium, entre esta e Lancóbriga, da qual distava dezoito milhas para sul e a trinta e uma milhas de Cálem, na mesma direcção. Como Lancóbriga também não ficou concretamente localizada, resulta que só Aeminium e Cálem ficaram a servir de pontos exactos de referência, para ajudar a levantar um pouco o véu deste enigma, de que vieram a ocupar-se escritores vários já na actualidade.

Mas mesmo aqui surge uma imprecisão motivada pela contradição que há entre a obra de Plínio e o «Itinerário».

Plínio fala em Talábrica ao sul do Vouga e pelo número de milhas que o «Itinerário» assinala entre aquela cidade e Aeminium, Talábrica ficaria muito ao norte deste rio. Qual será mais rigoroso? Sem dúvida o «Itinerário» de Antonino justamente considerado, pela sua exactidão, o mais valioso trabalho da Antiguidade. E impunha-se esse rigor, visto que o Itinerário é um sistema de medições sobre o terreno e servia de base para a política e administração ao tempo emanadas de Roma.

A segurança dos seus elementos é tal, que ainda hoje nos surpreende, pois o confronto de distâncias nele registadas, com as de agora, mostra uma identidade impressionante. Há que lembrar também que Plínio foi um enciclopedista, um naturalista, mas não foi um geógrafo e daí erros de localização que notamos na sua obra. É o caso dos rios Aemínio e Munda, que considera diferentes, quando são o mesmo rio. É que Plínio, como dissemos, não tinha a preocupação geográfica.

Mas essa sua contradição com o «Itinerário» pode até desfazer-se com esta interpretação do Dr. Sousa Baptista:

«...Plínio não quis dizer que Talábrica ficava ao sul do Vouga, como não quis dizer que Lisboa ficava ao sul do Tejo, na frase da segunda parte «oppida memorabilia a Tago in ora: Olissipo...».

Diz-nos aquele erudito investigador mais atrás, que Plínio não teve a preocupação de nos dar a posição geográfica das cidades, mas sim apontar as regiões habitadas pelos povos que menciona em primeiro lugar.

Mas voltando aos autores clássicos:

Apiano no livro IV da «História dos Romanos» em que trata de «Rebus Hispaniensibus», cita Talábrica depois de falar dos Brácaros, nas lutas de Décimo Bruto que a subjugou:

«...*Inter alia Talabriga oppidum fuit, quae, saepius rebellarat.*»

Não vamos transcrever os capítulos de Apiano. Seria alongar desnecessariamente este trabalho, visto que eles são conhecidos e se encontram nas obras de alguns escritores da actualidade. O que não há dúvida é que eles suscitaram e ainda agora suscitam as opiniões mais divergentes. Dessas queremos dar um rápido apanhado, com o que passamos a analisar a segunda e terceira categoria de fontes literárias a que no princípio deste capítulo nos referimos.

Terminada assim a rápida análise do legado dos autores da Antiguidade, de que aproveita a região que estudamos, podemos já dizer a razão porque entendemos com eles formar

um grupo à parte. É que o carácter destas fontes é diferente do das que tratamos em seguida. São fontes praticamente contemporâneas das cidades que descrevem, ou dos factos com elas relacionados.

E não será isso motivo suficiente para os descrimarmos e lhes darmos um lugar à parte? Sem dúvida, pois para nós, esses autores foram talvez os maiores de todos, porque os seus dados — embora reduzidos — se referem a cidades ao tempo com existência real, cidades vivas, que davam às suas páginas certezas, enquanto as fontes posteriores têm de lançar mão de dados indirectos.

* * *

Depois dos factos assinalados pelos autores da Antiguidade, muito mais se deve ter escrito que não sobreviveu, sobre Talábriga, ainda existente no séc. III, mas que, por razões que desconhecemos, vencida, acabou por se perder e esquecer. Os anos foram rolando por cima das ruínas dessa cidade, calcadas por novos povos, novas civilizações que a desconheceram. E Talábriga foi dormindo o seu sono de séculos, sem que ninguém tentasse despertá-la, por a desconhecer, como dissemos, e por desconhecer as referências a ela feitas pelos antigos autores. Mas veio o Humanismo e com ele o gosto por todas as manifestações artísticas e literárias da Antiguidade. Começam a traduzir-se e a ler-se os Clássicos e Portugal não fica indiferente a esse movimento. Acompanha-o e assim, novos conhecimentos, um mundo de coisas ignoradas até aí, surge aos olhos dos investigadores. Entre elas, obras como as que citámos.

Depois já em pleno séc. XVI, esboçam-se as primeiras tentativas para desvendar problemas como o de Talábriga. O episódio que Apiano descreve referente à subjugação da cidade por Décimo Bruto, depois de ter falado dos Brácaros, — como já dissemos — levou alguns a tentarem localizá-la ao norte do Douro, na região do Lima, outros em Talavera de la Reina, etc.

O primeiro a contrariar tal hipótese foi Gaspar Barreiros, que fez considerações acertadíssimas para a época. Em síntese, Gaspar Barreiros considerava Aeminium em Coimbra; Talábriga em Cacia; e Vacca (outra das cidades da Antiguidade não localizadas) no Cabeço do Vouga. Depois surgem autores que identificam Aeminium com Águeda e Talábriga com Aveiro, como: Diogo Mendes de Vasconcelos, Frei Bernardo de Brito e Duarte Nunes de Leão. E já em 1625

SUBSÍDIOS PARA UMA CARTA ARQUEOLÓGICA

nas «Antiguidades de Portugal» Gaspar Estação continua a mesma tese e o mesmo fez Manuel de Faria e Sousa em 1678.

No séc. XVIII, em 1745 o «Mapa de Portugal» do Padre João Baptista de Castro continua sobre a região do Vouga, a posição dos seus antecessores, localizando também como eles, Aeminium em Águeda e Talábriga em Aveiro.

E já mesmo no séc. XIX, há muito mais quem tome posição sobre a hipotética localização de Talábriga. Mas, como as atitudes tomadas não oferecem grandes variantes sobre as anteriores e algumas delas têm para nós apenas a curiosidade de traduzirem entusiasmos locais (pela convicção de que Aveiro era a antiga Talábriga ou Águeda era Aeminium), não vamos considerá-las em pormenor. Estão hoje totalmente postas de parte, por ultrapassadas. Águeda, depois do achado da inscrição de Coimbra, que a identificou irrefutavelmente com Aeminium, viu por terra os pergaminhos de que se orgulhava. Talábriga, de que sobretudo nos vimos ocupando, também não poderia ter sido Aveiro, ou arredores mais próximos. Talábriga era necessariamente mais afastada das planuras e baixios do litoral, que foram, sempre que possível, evitados pelo traçado das vias romanas.

Vemos assim que não nos trouxeram portanto grandes esperanças os trabalhos deste segundo grupo de fontes literárias que referimos: autores clássicos portugueses e autores que se lhes seguiram até ao séc. XIX. E como tudo que se escreveu posteriormente aos Clássicos Portugueses nada mais adiantou, nem diferiu, como vimos, do que foi dito por aqueles, este segundo grupo, quase pode referir-se exclusivamente a tais autores.

Mas se na verdade as suas conclusões não foram profícuas, qual o seu mérito então, e qual a razão que nos levou a separá-los, classificando-os de segundo tipo de fontes literárias?

É que, se não tiveram o valor das fontes da Antiguidade, por lhes faltar a garantia da quase contemporaneidade daquelas, com os factos que assinalam, não deixam contudo de ter a sua parte de interesse e de constituírem também óptimo estímulo no presente:

São fontes particularmente distintas pelo seu carácter interpretativo e que nos merecem a maior simpatia, por terem sido eles os primeiros a levantar o problema da localização de Talábriga, a nossa escolhida neste estudo.

Há que citar em primeiro lugar um nome: Félix Alves Pereira, que algo de novo nos traz com o seu trabalho: «Situação conjectural de Talábriga» publicado no «Arqueólogo Português». Este autor considera como ponto de par-

tida o *Itinerário* de Antonino, cuja medição entre Aeminium e Cálem se apresenta exacta, porque coincide com a da estrada actual.

Uma vez que as distâncias coincidem, entende que a via romana não poderia seguir caminho mais longo, nem portanto muito distante do de hoje e então tem uma ideia a todos os titulos curiosa: no mapa do País, traça um arco de círculo com o centro em Gaia e raio igual à distância de Cálem a Langóbriga. Com a curva obtida, ele pretende localizar «grosso modo» Langóbriga com o compasso novamente em Cálem, e como é conhecida a distância de Lancóbriga a Talábriga, traça segundo arco, paralelo ao primeiro, que seria a zona de Talábriga, e fazendo centro em Aeminium, com um raio igual à distância daquela cidade a Talábriga, traça terceira curva, que é tangente à segunda e que nos daria a zona mais provável dessa cidade.

Interessante, sem dúvida. Absolutamente rigoroso não, pois a estrada romana por ter de atender aos acidentes do terreno, não pode imaginar-se que seguisse em linha recta e isso o confessa o próprio autor do processo.

Todavia a zona teórica demarcada, que abrange terrenos compreendidos entre Albergaria-a-Velha, Estarreja e Oliveira de Azeméis, tem grandes probabilidades de acerto e nisso concordaram os malogrados Mestres Doutores Vergílio Correia e Aarão de Lacerda, entre outros; e propriamente no distrito: Padre Domingues Arede, Alberto Souto, Arlindo de Sousa, Padre Miguel de Oliveira e Augusto Soares de Sousa Baptista.

De entre estes nomes, uns trabalharam seriamente sobre os dados teóricos, outros buscaram «in loco» qualquer indício útil à decifração do problema, particularmente nas imediações da zona preferida por Félix Alves Pereira: a freguesia da Branca. Do que encontraram, daremos conta no capítulo que destinámos à localização dos achados. Mas para já, podemos dizer que pouco foi e não o bastante para permitir opinar, com segurança, que ali fosse a Talábriga procurada.

Recentemente em visita ao local, nada vimos que nos chamasse a atenção e satisfizesse os nossos olhos, ávidos de novidade, ansiosos por qualquer achado, que embora pequeno fio de luz para a pesquisa de Talábriga, seria concerteza chama brilhante a iluminar estas páginas.

Apontámos o nome do sr. Padre Miguel de Oliveira entre os que concordavam com a posição do Dr. Félix Alves Pereira na situação de Talábriga. Aos seus trabalhos temos de nos referir de novo ao tratarmos das estradas. Mas a nossa afirmação carece dum esclarecimento: aquele autor

concorda que Talábriga ficaria na região da Branca ou proximidades, mas essa Talábriga seria a do *Itinerário* e não a citada por Apiano. Na sua opinião teriam existido duas Talábrigas e a referida por Apiano ficaria na região do rio Lima.

Razões: o facto de o capítulo LXXIII em que na obra de Apiano se fala da campanha de Décimo Bruto, passada com Talábriga, ser antecedido por outro, cuja acção decorre na região dos brácaros e ainda o aparecimento em Estorãos, concelho de Ponte de Lima, de uma ara votiva, dedicada ao génio Tiauranceaico, por uma talabrigense, no séc. III ou IV D. C.

O conteúdo da inscrição dessa ara é o seguinte:

«*Camala Arqui f(ilia) Talabrigensis Génio Tiauranceaico v(otum) s(olvit) l(ibens) m(erito)*»
e a sua tradução diz:

«Camala, filha de Arquio, de Talábriga, cumpriu de boa vontade o voto que havia feito ao Génio Tiauranceaico.»

A ara fôra já conhecida e bem estudada por Félix Alves Pereira, que considerou Camala habitante da Talábriga do Vouga.

A hipótese do sr. Padre Miguel de Oliveira teve o apoio de Rocha Madahil, infatigável investigador. Mas o Dr. Augusto Soares de Sousa Baptista no seu trabalho «Talábrica» publicado no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIV, de 1948, conclui, pelo estudo dos mesmos elementos que serviram ao sr. Padre Miguel de Oliveira, que a Talábrica de Apiano era a Talábrica do Vouga. Para tal começa por fazer a leitura dos capítulos estudados por aquele escritor — LXXII e LXXIII da obra de Apiano — e lê ainda alguns que os antecedem e que fazem, na sua opinião, mudar a conclusão tirada só pela leitura daqueles. E diz ainda que o facto de o episódio de Talábriga começar por:

«*Inter alia Talabriga oppidum fuit, quae, saepius rebelarat...*»,

só abona em favor de Talábriga não ser dos Brácaros, pois sendo um dos seus ópidos, Apiano empregaria «*inter ea...*» e não «*inter alia...*». Logo, os ópidos, de que Talábriga fazia parte, eram outros, diferentes dos que tratou no capítulo anterior, nos diz o Dr. Augusto de Sousa Baptista.

Sobre a segunda prova, a ara de Estorãos, o mesmo autor diz que do séc. II para o III já era viável a deslocação de famílias dumas cidades para outras, porque a civilização romana com as suas leis, serviços públicos, estradas, toda a influência que sabemos que exerceu sobre os povos dominados, permitia, se não impunha por vezes, essas deslocações.

E acaba por acentuar que a própria ara de Estorãos é até mais uma prova de que não era da região do Lima a Talábriga de Apiano, porque se o fosse, Camala não precisava de identificar seu pai como talabrigense, pois que o seriam todos os habitantes da cidade. Se o caracterizou como tal, foi para frisar que ele não era dali.

Ao descrever as opiniões mais ou menos discordantes que vão surgindo, como tentativas de solução destes problemas, preferimos expô-las a comentá-las, porque entendemos que a nossa posição de principiante não nos autoriza a mais.

No entanto, neste caso da ara de Estorãos, vamos abrir excepção para nos collocarmos ao lado do Dr. Sousa Baptista e dos que como ele pensam.

Como ele julgamos que era possível naquela época a deslocação de famílias dumas zonas populacionais para outras. E mais: a isto temos a acrescentar que o facto de aparecer a ara votiva de uma Talabrigense em Estorãos não «é motivo para não procurarmos em outra parte essa Talábriga», como pretendia o sr. Padre Miguel de Oliveira, se considerarmos — e nisso julgamos ninguém ter reparado ainda — que no próprio distrito de Aveiro há precisamente o caso inverso. E' que também na Vila da Feira, appareceu em 1912, uma ara votiva do tempo romano, dedicada ao deus Tueraco, mas por um Brácaro e que vem citada por Arlindo de Sousa no seu trabalho «Langóbriga» in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VIII, de 1942.

Essa ara encontrada pelo Dr. Aguiar Cardoso em 1912, junto da muralha da parte leste do Castelo da Feira, diz o seguinte:

«Deo Tueraco valenti Arcius Epeici Bracarus s(acrum) f(ecit)»

e foi traduzida pelo Professor Leite de Vasconcelos da seguinte forma:

«Ao benévolo deus, Arcio, filho de Epeico, brácaro de nação.»

Parece-me que esta ara da Vila da Feira é o exemplo mais flagrante e o mais indicado por ser do distrito, para pôr em paralelo com a ara da Talabrigense.

Se foi possível a um brácaro vir para esta região da Vila da Feira — a hipótese Langóbriga —, também não nos pode surpreender que um habitante de Talábriga, a dezoito milhas daquela, seguisse o caminho inverso e fosse parar a Estorãos ou proximidades, à região dos Brácaros em suma.

Portanto, se a ara de Estorãos prova que Talábriga não era ali, a da Vila da Feira, em nosso entender, vem reforçar

SUBSÍDIOS PARA UMA CARTA ARQUEOLÓGICA

essa posição, melhor que qualquer outra comprová-la, e só por mero lapso isto terá passado despercebido aos estudiosos destes assuntos.

Mas deixemos o caso da ara e voltemos às fontes literárias. Poderá parecer que consideramos enunciados todos os autores que no nosso tempo se têm dedicado a estudos, teóricos ou práticos, de arqueologia especificamente romana no distrito de Aveiro.

Mas não.

Preciso é notar que na impossibilidade de detalhadamente fazer a descrição de todas as opiniões e de tudo o que se tem escrito sobre a localização de outras cidades do tempo romano, escolhemos Talábriga para exemplo. E assim, não fizemos referência desenvolvida a Lancóbriga que ficava apenas a dezoito milhas de Talábriga, como o não fizemos a Vacca, nem à discutida Lavara, cidades também presumivelmente deste distrito e que como Talábriga tiveram escritores que delas muito se ocuparam.

A duas linhas apenas reduziremos o que mais importante nos dizem os escritores da actualidade sobre essas cidades, visto que é particularmente destes que nos estamos a ocupar nesta última fase do capítulo das fontes literárias e ainda porque são nomes ilustres cujo contributo valioso não podíamos deixar de enumerar.

Começemos por Langóbriga: esta cidade tem o seu lugar assinalado no *Itinerário* de Antonino, entre Cálem e Talábriga, e dela fala Plutarco, mas o facto de se lhe não referirem Plínio, Ptolomeu e outros escritores da Antiguidade, faz crer que a sua projecção fosse inferior à de Talábriga. Não sabemos; tanto mais que é hoje ponto assente que houve mais do que uma cidade com esse nome.

Há como dissemos para Talábriga, autores vários que se lhe dedicaram desde o séc. xvi. O importante trabalho «Langóbriga» de Arlindo de Sousa, a que já nos referimos, muito bem o enuncia e dá-nos, em conclusão, como provável zona de Lancóbriga, o Monte-Redondo ou de Santa Maria, na freguesia de Fiães, do concelho de Vila da Feira, onde se fizeram pesquisas no terreno e se encontrou de facto um bom espólio de achados. Estes foram objecto de estudo erudito e completo pelo distinto Professor Dr. Mendes Correia que sábiamente os reuniu e inventariou nas suas «Nótulas Arqueológicas» in *Revista de Estudos Históricas*, de 1925.

Mais adiante, ao tratarmos da localização dos achados, referir-nos-emos a esses objectos em pormenor.

Por sua vez a cidade de Vacca ou Vacua, cuja localização continua em estudo, como as anteriores, tem uma origem

bem problemática. Das obras da Antiguidade apenas há referência concreta ao «oppidum» de Vacca, num dos vários exemplares da «História Natural» de Plínio que é um códice Toletano e num pequeno tratado cosmográfico que foi atribuído a Aethico, mas de reduzida importância.

Frei Bernardo de Brito pretende ter encontrado na livraria de Alcoça outro códice de Plínio, com idêntica referência a Vacca e fala-nos do seu precioso achado numa inscrição em Ossela, que não reproduzimos, em que Vacca vem citada. Mas, porque sabemos que a imaginação fértil de Brito nem sempre o deixou ser fiel ao rigor exigido nestas descrições, passamos os seus dados a segundo plano.

Na própria referência de Plínio pomos uma certa reserva, porque nos surpreende que os copiadores tivessem a falta imperdoável de esquecer o «oppidum», de Vacca e um só o cite. Aquele oppidum poderia antes ser uma interpolação do copista como acentuou Borges de Figueiredo. Mas muitos dos nossos autores identificaram Vacca com Vouga e admitem que ela ficasse na zona do actual Cabeço do Vouga. A expensas do sr. Joaquim de Sousa Baptista, Rocha Madahil ali dirigiu escavações de importância, que vêm relatadas no seu trabalho «*Estação Luso-Romana do Cabeço do Vouga*» e que atestam de facto a existência ali de um povoado com características de nítida influência romana.

Rocha Madahil não nos diz com clareza se ali considera Vouga, antiga Vacca, se Talábrica, como pretendem os senhores Tenente-Coronel Strecht de Vasconcelos e Professor Amorim Girão, mas parece-nos que se inclina mais para esta última hipótese. O que nos apresenta é uma elucidativa enumeração das fontes, com transcrições textuais de muita utilidade, entrando depois propriamente na exposição dos seus trabalhos no Cabeço do Vouga e do feliz resultado que deu a exploração, pondo a descoberto construções que eram já previstas por achados ocasionais à superfície encontrados antes por aquele e outros investigadores.

As escavações foram interrompidas, mas talvez um dia continuadas nos dêem definitivamente a chave do problema. Mais haveria que dizer mas por aqui temos que ficar neste capítulo das fontes literárias. Descrevemos o que nos dizem os autores contemporâneos. Resta-nos finalmente fazer, como para os outros dois grupos de autores que diferenciámos, uma apreciação global das características que os distinguem.

Para nós, na obra dos escritores do nosso século está patente uma tendência nova para realizações de carácter prático. Em quase todos se aponta e em muitos se verifica, com experiência pessoal, a necessidade e a vantagem de realizar as pesquisas no próprio terreno, trabalhando *in loco*,

fugindo à antiga forma apenas interpretativa, à Arqueologia de gabinete, que por abstracta, pecava duma impossível fundamentação positiva.

O progresso que estas fontes nos trouxeram é notável.

Não queremos contudo afirmar que por elas se chegou já a um estágio perfeito da investigação arqueológica.

De maneira alguma. O que queremos é acentuar que o trabalho destes escritores tem o mérito de abrir horizontes novos à futura Arqueologia da região. E pensamos que a sua acção embora ainda incipiente, prova a vantagem da aplicação de novos métodos que se as esferas competentes facilitarem, criando-lhes condições viáveis, muito ampliarão os resultados até agora obtidos. Isto no caso das cidades de que falamos estarem de facto guardadas, como se crê, nos recônditos desta região. Estamos certos de que o caminho aberto por estes investigadores no sentido duma Arqueologia aplicada, será pois o único capaz de chegar à localização e reconstituição desses antigos focos romanizados que as mãos implacáveis do tempo sepultaram.

Procurando ser tanto quanto possível fiel ao esquema que de princípio elaborámos, passaremos agora a tratar o capítulo da localização dos achados. É evidente que, como subsídio para uma carta arqueológica do Distrito, esta parte do nosso estudo deve ser como que um repositório de todas as grandes e pequenas coisas encontradas e sobretudo destas, visto que infelizmente aquelas não abundam nesta zona.

Como tal, tem necessariamente de haver aqui maior domínio de dados recolhidos pelos investigadores que pesquisaram o terreno com persistência e tiveram a sorte de encontrar elementos, do que propriamente um trabalho exclusivamente pessoal, que somos obrigados a reduzir a uma compilação e enumeração daqueles.

Começaremos por falar, muito rapidamente dos «castros» desta região. Bem sabemos que eles são anteriores à romanização, mas foi neles que os Romanos vieram encontrar os povos que dominaram. E, se os apontamos, é porque entendemos que neles se deve ter dado o primeiro contacto entre os povos indígenas e os alvares da civilização, para eles desconhecida, de que as hostes romanas eram portadoras. Não foi logo de início que os povos abandonaram os seus redutos castrejos. Ali viveram ainda muito tempo, embora já assimilando influências dos dominadores, como o documenta o aparecimento da *tégula* nos castros, que nos revela a subs-

tuição da cobertura de palha nas cabanas, mesmo em regiões de difícil acesso, pelo telhado romano, feito com essa pesada telha de rebordo. Só mais tarde se deu a descida progressiva dos povos indígenas para a vida de planície. Portanto pelos castros começou o trabalho de romanização no norte do país, única região onde este tipo de construção imperava, possivelmente por ter havido no sul maior influência de fenícios, gregos e cartagineses.

Tem-se restringido a localização dos castros ao norte do Douro, mas a verdade é que vários há também na região do Vouga, romanizados e não romanizados, como vemos pelo mapa apresentado a pág. 13 da «Romanização no Baixo-Vouga» do Dr. Alberto Souto.

Não vamos fazer uma descrição exaustiva do que sabemos sobre os castros, porque será afastarmo-nos do nosso objectivo e ainda porque, dizer que neles as casas eram de forma predominantemente circular, se agrupavam formando pequenos povoados e que, quer no interior, quer próximo do litoral, eram construídas sempre em eminências de terreno que favoreciam a defesa, quando possível nas confluências das ribeiras, é o bastante. Isto porque julgamos que tudo o que de essencial importa frizar, para uma ideia global desses castros de que neste capítulo vamos falar com frequência, está sintetizado nesta passagem do trabalho «A cultura castreja — sua interpretação sociológica» do Professor Dr. Joaquim de Carvalho na revista *Ocidente*:

«...O castro pode assim considerar-se a expressão topográfica de uma cultura que geograficamente dominou no território ao norte do Mondego, cronologicamente atingiu a plenitude na segunda idade do ferro pelos três séculos A. C. e nos primeiros da nossa era, sociologicamente se dispersou em numerosas comunidades de escassa população, situadas perto umas das outras e tipologicamente se apresenta uniforme em todo o norte...»

Vejamos então em primeiro lugar o que nos forneceu o chamado castro de Cacia, povoação vizinha de Aveiro, hoje industrialmente da maior importância onde Gaspar Barreiros pretendeu situar Talábriga.

Não há dúvida de que o cabeço onde foi outrora o lugar da Torre, a poente da Igreja de S. Julião, tem uma configuração que bem nos permitia integrá-lo no número dos castros do litoral, pois aproveita de boa posição natural para a defesa.

Ali, refere o «Arqueólogo Português», vol. XII, n.º 5 e 8 que «apareceram várias âncoras e correntes soterradas e tradições de navios de mar que por ali abordaram».

Poderá ter sido de facto um «castro» depois romanizado, ou sòmente uma ampla «vila romana». Não o sabemos, mas não nos inclinamos muito para a segunda hipótese. Marques Gomes fala de Cacia, que aceita para localização de Talábriga, mas nada mais acrescenta, por não ter concerteza inspeccionado o local.

Em 1929, duma pedreira, ali explorada, surgiu o primeiro achado significativo deste século: um «pondus». Impressionado por tal descoberta, como por ter encontrado referências, na repartição de Finanças, ao Campo da Matança e ao sítio da Torre, Alberto Souto visitou o local e encontrou de facto, numerosos restos cerâmicos de feição romana, pedaços de colo de ânfora, misturados com «tegulae», «imbrices», etc. achados de que nos faz o relato na já citada «Romanização do Baixo-Vouga».

Apareceu também ali um L de bronze dourado, infelizmente hoje perdido e soube aquele autor que dali se desenterraram em anos anteriores moedas de ouro, prata e cobre, mós, louça, etc.

Ainda hoje em visita ao local, muito revolvido, não é difícil encontrar restos de «tegulae» e outros vestígios dessa passagem dos romanos por aquela zona cujo antigo topónimo se perdeu.

De Cacia, passaremos ao Cabeço do Vouga, a mais próxima das estações arqueológicas exploradas e de que, como já atrás referimos, Rocha Madahil nos dá conta no seu trabalho «Estação Luso-Romana do Cabeço do Vouga» in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VII. Pelas fotografias nesse trabalho reproduzidas, podemos fazer clara ideia do estado a que chegaram as escavações, hoje já menos visíveis, que puseram a descoberto muralhas com seus contrafortes, corredores, enigmáticos bastiões semi-cilíndricos, etc.

Não vamos descrever pormenorizadamente todo o espólio ali encontrado, porque disso nos dá conta Rocha Madahil. O cabeço do Vouga é constituído por três terraços diferentes e as escavações só se puderam efectuar num deles, o que faz crer que muito mais haja ainda para encontrar.

No entanto, mós manúarias, moedas (três) dos séculos III e IV da nossa era, tégulas e imbrices (fragmentos), restos de fundos, asas e colos de ânforas, um fragmento de vaso onde se lê «oppida», outro de cerâmica de importação, além do mais, atestam a evidente acção romana, naquela zona, que no entanto devia ser já castro anterior, visto que no terraço superior daquele cabeço, apareceram também achados pré-romanos.

O prosseguimento das escavações explicará um dia muitos mistérios daquele «oppidum» que é um facto e que foi

zona romanizada e só isso nos importa no capítulo que estamos a tratar.

A localização de mais achados de influência romana certa, leva-nos agora a Monte-Redondo ou de Santa Maria, na freguesia de Fiães, onde se descobriu uma estação luso-romana, cujos espólio estudado pelo Professor Mendes Correia se encontra hoje no Museu Arqueológico do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto e é realmente bastante mais numeroso e variado do que o do Cabeço do Vouga.

Diz-nos este erudito investigador que o «oppidum» de Fiães poderia ter sido antecedido por um castro pois que «... na topografia tinha condições favoráveis».

O prosseguimento das escavações explicará um dia muitos mistérios daquela estação. O que é um facto é que foi uma zona nitidamente romanizada e isso é o mais importante no capítulo que estamos a tratar.

A relação dos achados dada por aquele Professor apresenta objectos de pedra: mós manuais, afiadores, uma pequena «estela» de base trapezoidal, etc; objectos de cerâmica: «tegulae», «imbrices», «lanternes», «pondera», fragmentos de «dolia», «terra sigilata», uma lucerna de barro micáceo posterior ao séc. II e outros objectos de decoração variada com traços oblíquos, entrecruzados, ponteados, etc.

Há também objectos de ferro e bronze, fibulas, argolas, uma moeda de ouro de Adriano (séc. II) e centenas de outras moedas de imperadores do séc. IV. Tudo isto foi encontrado depois de, para trabalhos agrícolas, se ter descoberto que havia no sub-solo paredes várias. Conseguiu-se como nos diz o Professor Dr. Mendes Correia, «isolar as paredes de dois recintos quase quadrados...».

Diz-nos ainda aquele Mestre que se encontram pelo monte mais vestígios de muros e paredes, que na planura que fica a leste do Monte brotam a 300 metros águas sulfurosas e que «... o aspecto do local e a sonoridade do solo ao choque permitem suspeitar de qualquer velha construção relacionada com a nascente...».

Sabemos pelo artigo «Umica» que o sr. Arlindo de Sousa publicou no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XX de 1954, que o «oppidum» está hoje votado a um completo abandono e que daquelas ruínas preciosas, onde há vestígios de muralhas e fossos, os lavradores vizinhos têm aproveitado pedras e tijolos para construções nas suas propriedades. Pena é de facto que no nosso distrito, que tão poucos elementos fornece à arqueologia romana, esse pouco seja ainda votado ao abandono.

SUBSÍDIOS PARA UMA CARTA ARQUEOLÓGICA

Aos particulares, de Fiães, como de outras zonas por explorar, não é fácil solucionar estes problemas, mas estamos certos de que num futuro mais ou menos próximo, à secção respectiva da Junta Nacional de Educação, ou outra adequada que a Direcção dos Monumentos Nacionais crie para tal, serão dados poderes para que se disponham em Portugal, a exemplo de outros países, as condições necessárias para que a cultura arqueológica tome o incremento que se impõe.

Passemos agora de Fiães a Romariz.

Até meados do séc. XIX nenhum vestígio tinha aparecido de interesse arqueológico naquela região, apenas havendo referências em documentos do séc. IX ao *Castro Portela* ou ao *caminho do castro*. Em 1843 começam a surgir os primeiros sinais de antigo povoado, aparecendo depois uma ânfora de prata com 102 moedas romanas também de prata, de diferentes imperadores, que se encontram hoje na Torre do Tombo, uma argola de ouro, etc.

Pinho Leal em 1876 faz referência àqueles achados e também aos restos de dezasseis construções circulares, que depois em 1940 o sr. P.^o Manuel Fernandes dos Santos considerou restos de habitações, porque, dedicando-se a trabalhos de escavações, pôs outras mais a descoberto. Ali encontrou uma raridade: o aparecimento simultâneo de casas de base circular e de outras de base rectangular.

Há notícias de que algumas pedras saídas do *castro* para uma mina tinham letras, mas é hoje impossível localizá-las.

Em 1944 o mesmo sr. P.^o Manuel Fernandes dos Santos dá-nos conta do resultado completo das escavações a que procedeu e que Arlindo de Sousa transcreve no seu já referido trabalho «Umica». Sintetizando: pela variedade de elementos de pedra polida e facas de sílex, aos «pondera» (sessenta), fragmentos de lucernas, «tegulae» e «imbrices», temos de concluir que indubitavelmente houve em Romariz um antigo povoado castrejo de boas condições estratégicas que mais tarde veio a ser romanizado. Qual foi? Não sabemos.

Persiste a mesma incerteza da Citânia de Romariz. Na mesma região, há notícias de mais vestígios semelhantes, embora em número reduzido, em Duas Igrejas; e na Serra da Palhaça, de Milheirós de Poiares, apareceu um «menino de cobre».

Também na freguesia de Fermedo, concelho de Arouca, há na Igreja Matriz uma inscrição funerária latina, num cipo de mármore falando dum *Aviobrigense*, que foi referida por Pinho Leal e o trabalho de Arlindo de Sousa reproduz com nova leitura.

Outro dos castros romanizados é o da Vila da Feira. Toda a região que a circunda é fértil em topónimos que muito dizem da sua antiguidade e de 1026 há um documento em que se fala do *castro rekaredi territorio civitas sancta maria*.

No monte, onde se ergue o castelo, existiu um povoado castrejo luso-romano.

Dali é a ara votiva aparecida em 1912 na muralha do castelo, que no capítulo anterior referimos, dedicada ao deus Tueracus, a que falta a base e que mede 0^m,43 × 0^m,33.

Em 1917 uma outra foi encontrada também em obras de reconstrução do castelo, está ofertada ao deus Bandevelugus Toiraecus:

BANDE . VE
LVGO . TOIR
AECO . L. LATE
RIVS . BLAES
US. V.L.A.S.

que foi lida pelo Professor Leite de Vasconcelos do seguinte modo:

«Bandevelugo Toiraeco L(ucius) Latrius Blaesus v(otum) l(ibens) a(nimo) s(olvit).»

Mais se poderia dizer sobre a zona da actual Feira, mas para não alargarmos demasiado o capítulo, passaremos a Ul, povoação do concelho de Oliveira de Azeméis. Devem-se ao reverendo Agostinho Pereira da Silva Gomes as escavações ali levadas a efeito, que puseram a descoberto vestígios de estâncias pré-históricas, romanizadas depois, cujo espólio se encontra num museu anexo à igreja.

Ali aparecem quantidades de cerâmica de diversos tipos: aretina, micada e fuscada; pesos de tear, bicos de ânforas, pedaços de tégula, etc.

Descobriram-se paredes indicativas de que mais construções ali estão por pôr a descoberto, bem como uma fíbula de meio metro de comprido e um *mascarão* em bronze.

De Ul há que assinalar também nesta localização de achados, uma ara votiva com a inscrição:

— BEAA — CAIMO — X .o— ;

um cilindro de granito onde só se consegue ler *Joanes*, a inscrição duma lápide da Igreja que diz:

... ere. Augusto Tribuni
... XXVII. Cos. XIII. Pater
.. ralinus. Augustalis

SUBSÍDIOS PARA UMA CARTA ARQUEOLÓGICA

e finalmente o conhecido miliário de Ul, exumado dos alcerces da antiga Igreja com uma inscrição:

Tib. Caesar. Divi. Aug.
Filius Augustus
Pontifex Maxum
Trib. Potest. XXV
XII

que José Fortes traduziu do seguinte modo:

Tibério César Augusto, filho do Divo Augusto Pontífice Máximo.

No ano XXV do seu Poder Tribunício.

Milha XII

Falta-nos ainda referir Crestelo, na freguesia de Branca; concelho de Albergaria-a-Velha, cuja toponímia está de acordo com a posição do lugar, elevado e com a defesa natural de dois barrancos onde correm as águas de afluentes do Antuã. Deve ter sido também *castro romanizado*.

Ali em tempos o Dr. Alberto Souto encontrou vestígios de romanização: boçados de tégula e tijolaria e na sua «Romanização do Baixo-Vouga» diz-nos que os populares referiam o aparecimento de construções no subsolo e fundamentos de muralha.

Presentemente tivemos notícia pelo sr. Engenheiro Albuquerque e Castro, dos Serviços Geológicos, de que ali se encontraram mais restos de telha e cerâmica de características *romanas*, bem como uma placa de xisto perfurada.

Na zona propriamente da Branca e do Castelo de São Gião, onde está o Alto do Telégrafo e onde teria aparecido a duvidosa lápide de Frei Bernardo de Brito que as fontes literárias nos têm dado, nada mais soubemos digno de registo.

Temos vindo a falar dos mais importantes castros romanizados, ou *oppida*, do espólio que até agora forneceram e da sua localização.

Resta-nos referir ainda que os castros de Ossela (explorado pelo Museu Municipal do Porto) e o de Vale de Cambra (cujos achados estão nos Serviços Hidráulicos de Lisboa), também forneceram sinais de romanização, mas que não descrevemos por não os conhecermos em pormenor.

Sabemos também que no castro de Rocas apareceu uma *tégula* inteira que se encontra hoje no Museu de Aveiro e temos notícias de no castro de Abitureira terem aparecido moedas, mas cuja época desconhecemos.

Dito o essencial sobre os dados que todos esses pequenos centros nos forneceram, apenas queremos acrescentar o

seguinte: analisámos os castros que nos deram elementos de influência romana, mas não afirmámos que só esses existem no distrito. Há mais assinalados nas nossas serras e muitos mais podem existir, mas ainda não conhecidos.

O autor da «Romanização no Baixo-Vouga», diz-nos a certa altura que desses castros do interior montanhoso nenhum foi romanizado, ao contrário do que se deu com os da planície.

Que assim é, verificamo-lo pela descrição que fizemos. Mas nós vamos mais longe: Se o romano ocupante, pela sua tática de atracção às zonas da planície, «obrigou e levou os povos dos altos a abandonarem os seus domínios primevos, ... «isso significa que ele, para o conseguir, teve de primeiro subir até lá, tornar ali conhecida a sua cultura. E então aventamos: a própria não romanização desses castros da serra pode ser uma prova da acção dos romanizados na região, acção militar, de política administrativa ou económica.

Passaremos agora a relatar achados avulsos ou dispersos, não subordinados a qualquer *oppidum* ou *castro*, que se encontraram no distrito e que podem ser também elementos a atestar a passagem dos Romanos por esta região.

Começaremos pelo marco miliário da Mealhada, que foi encontrado quando em 1856 ali se andava a construir o caminho de ferro do norte.

O miliário, que hoje se encontra no átrio dos dos Paços do concelho daquela vila, era dedicado a Calígula, segundo nos diz PINHO LEAL no seu *Portugal Antigo e Moderno* e a inscrição, já bastante sumida, diz:

... SAR . DIVI ...
 ... PON . AVG ...
 ... MAX . TRIB ...
 ... COS . DESI ...

P. P.

XII

A sua tradução é a seguinte:
 César, filho do Divo Augusto
 Pontífice Máximo
 Com o poder Tribunício
 Pai da Pátria
 Milha XII

SUBSÍDIOS PARA UMA CARTA ARQUEOLÓGICA

A este miliário, como ao de Ul, os únicos encontrados no distrito, voltaremos a fazer referência ao tratarmos das estradas de traçado romano hoje conhecidas.

Da Mealhada passemos a Casal-Comba.

Ali registamos o aparecimento dum Mercúrio, hoje na posse do Museu Azuaga do Porto.

Daí chegamos a Murtede, onde há pouco se encontrou um cavalinho de bronze de pequenas dimensões, que foi oferecido ao Museu de Aveiro.

Murtede afasta-se já um pouco dos limites do distrito, mas não achamos descabido enquadrar um objecto ali encontrado no círculo de Aveiro, pela sua proximidade de Casal-Comba, e ainda porque pensamos que não é tolice deixarmos de nos subordinar à rigidez da demarcação, ao referir um objecto muitos séculos anterior a ela.

O cavalinho, cheio de movimento, deve ser de fabrico provincial mas já no domínio romano, visto que é muito bem modelado e a romanização não eliminou as tradições artísticas indígenas, antes as aperfeiçoou.

Achados dispersos, encontraram-se também em Anadia e na Moita. São restos de cerâmica e algumas moedas, hoje existentes no Museu de Aveiro.

Não nos foi possível obter o estudo de mais de quatro moedas que vamos reproduzir porque as outras se apresentam em adiantado estado de desgaste.

Moeda n.º 1

Classificação: Imperador Constans

Leitura:

Anverso — FL VL Constans NOB C

Reverso — GLORIA EXERCITUS

A moeda apresenta no anverso o busto de Constans, à direita, com diadema. Constans ou Constante, terceiro filho de Constantino I, nasceu em 317, foi nomeado César em 333 e Augusto em 337, morrendo em 350.

No reverso da moeda há um estandarte entre dois soldados.

Moeda n.º 2

Leitura: Anverso — CONSTANS P. F. AVG

Reverso — VICTORIAE DD. AVG. Q. NN.

(victorial dominorum Augustorum quinque nostrorum)

No anverso está o busto à direita e no reverso há duas vitórias olhando-se, cada uma com a sua coroa. O exergo é ilegível.

Moeda n.º 3

Classificação: Imperador Teodósio I

Leitura:

Anverso — D. N. THEODOSIUS P. F. AVG.

Reverso — VOT. X. MULT. XX

O anverso tem o busto com diadema e paludamento à direita. À esquerda uma coroa de loiros a envolver o dístico.

No exergo vê-se SH KT.

O imperador Teodósio I nasceu na Itália Hispânica em 346 e foi nomeado imperador do Oriente em 379 por Valens.

Moeda n.º 4 — péssima conservação

Classificação: Constâncio II

Leitura:

Anverso — D. N. CONSTANTIUS P. E. AUG.

Reverso — FEL. TEMP. REPARATIO (?)

Vê-se o busto do imperador no anverso com diadema e paludamento e no reverso está também o imperador de pé à esquerda.

(Estudo feito no Cohen — T. VI.)

Como se verifica, todas estas moedas são do séc. IV.

Para finalizar esta enumeração de achados isolados, resta-nos dizer que se encontraram uns bocados de *tegulae* em Oliveira do Bairro (possivelmente para ali transportados com o calhau rolado) e também em Aguada de Cima apareceram em tempos bocados de *tegulae* e moedas. Também ali, recentemente, o sr. Engenheiro Albuquerque e Castro nos disse haver à profundidade de dois metros um escorial cuja análise deu ferro. A época é que não conseguiu identificar.

Também na vertente do lado de Macieira, foram encontrados *tegulae* na barragem do Caima. Pelo contrário, Aveiro, cidade não ofereceu um só resto romano apesar de meticolosamente pesquisada, por ocasião das aberturas para a canalização de águas e instalação da rede telefónica.

E assim consideramos terminado este capítulo, preenchido com uma tentativa de localização dos achados. Não pretendemos ter enumerado tudo. Cremos até que muitas pequenas-grandes coisas devem ter ficado por citar e a outras terá faltado o relevo que mereciam. Mas sintetizar todos os elementos num só capítulo, receando sempre alongá-lo em demasia, não foi para nós tarefa fácil.

Do que fica exposto e que servirá pelo menos para dar uma visão global daquilo com que conta a arqueologia do distrito, uma conclusão há que tirar: os achados e os locais

onde se encontraram, atestam uma acção romanizada nesta região mas em confronto com o sul, muito reduzida. A maior soma de elementos é fornecida pelos castros romanizados e o muito que neles está ainda por pôr a descoberto (como julgamos), dadas as relativamente pequenas dimensões de cada um, nunca nos pode trazer esperanças de grande monumentalidade. Isso todavia não implica que se deixem ao abandono as pesquisas iniciadas. Pelo contrário, a região merece um interesse crescente que cremos se traduzirá no futuro em maior valorização arqueológica.

CAPÍTULO II

ESTRADAS

Vamos agora estudar o problema das estradas que construídas pelos Romanos, ou por sua orientação, atravessaram esta parcela do território, que hoje é abrangido pelo distrito de Aveiro.

Já de início lhes fizemos uma alusão pondo em relevo a sua importância que vamos desenvolver, porque a rede de estradas tem o maior interesse para o conhecimento da distribuição das populações e teve papel de destaque como plano aplicado na consolidação das conquistas e na política de penetração romana.

As vias serviam ao mesmo tempo um fim estratégico e económico e aproximavam os povos, permitindo assim a difusão da língua, a comunhão de ideias, o intercâmbio cultural. Por isso os Romanos lhes deram toda a atenção e as construíram com segurança, lageando-as e assinalando-lhes cada milha por marcos de pedra, onde se registava o nome do imperador reinante na altura da execução e a distância ao povoado mais próximo.

Muito se tem escrito sobre estradas romanas, mas limitemo-nos às que, com maior probabilidade, terão atravessado esta região e não foi com certeza só a de Olisippo-Bracara assinalada pelo *Itinerário*, visto que muitas se podem ter construído após a sua publicação. Mas vejamos primeiro esta que foi sem dúvida a mais importante e que é a melhor identificada: a estrada que constituía o «*iter*» de Lisboa a Braga, era uma via militar, rigorosa portanto, e que dado o seu objectivo, devia ter sido construída com a preocupação de servir o maior número de castros mas sobretudo a de melhor aproveitar o encurtamento de distâncias.

Esta via tomando a direcção Sul-Norte (a mesma tomada pelos Romanos no seu avanço) passava por Jerabriga, Scala-

bis, Selium, Conimbriga, Aeminium, seguia daqui para Talábriga, desta para Langóbriga e finalmente tomava o caminho de Cálem. Estão assinaladas as milhas entre estas diversas estações. A distância apontada entre Aeminium (Coimbra) e Cálem (Gaia) (71 milhas), era dividida em três partes:

Aeminium-Talábriga — 40 milhas.

Talábriga-Langóbriga — 18 milhas.

Langóbriga-Cálem — 13 milhas.

Fazendo a respectiva conversão, verifica-se que a distância Aeminium-Cálem é sensivelmente igual à de hoje, marcada pela Estrada Nacional: 105 km.

Exactamente porque, como já dissemos, não estão identificadas rigorosamente Talábriga e Langóbriga, é que se torna mais problemático o traçado da estrada, mormente nesta região. Seguiria pelo litoral? Preferiria a solidez do interior?

Modernamente há várias tentativas de solução, baseadas mais na toponímia e na documentação medieval, do que nos vestígios encontrados, porque infelizmente são diminutos. E porque em todas elas há elementos a considerar que podem ser aproveitados para uma futura Carta Arqueológica, vamos fazer uma síntese do que cada uma nos fornece, seguindo mais ou menos a ordem cronológica da sua publicação.

Começaremos assim pelo trabalho do sr. P.º João Domingues Arede «Estradas Romanas no Distrito de Aveiro» em que se faz o estudo da localização das estradas de Lisboa-Porto e Aveiro-Viseu, por documentos escritos e monumentos históricos. Para a identificação da primeira, refere aquele autor, como provas por documentos escritos, seis diplomas dos séculos: XI, XII, XIII, fazendo alusões à existência duma antiga via entre norte e sul, pela faixa ocidental, que nuns é chamada *strata mourisca* e noutros somente *strata* e que referem assuntos passados em: Brantães (Gaia), Argoncilhe (Feira), S. João da Madeira, Ossela (Albergaria-a-Velha e pontes do Vouga e Águeda). Para provas por monumentos históricos aponta: a) uma ponte romana no lugar da Pica, em Cucujães, onde também passava a velha estrada real.

b) O marco miliário de Ul. de que já falámos; c) a ponte romana do Marnel do Vouga (tê-lo á sido de facto?); d) o marco miliário da Mealhada.

Fala-nos depois aquele autor da sua convicção de que a antiga estrada real decalcou a Via de Antonino, por se não constar que os bárbaros, mouros, etc., construísem estradas de relevo e ainda pelo facto de nada significar o epíteto de «Mourisca» que o povo dá indistintamente a todas as estradas antigas. E diz então: é pois pelo desta (Estrada Real) que se

deve fazer a contagem das milhas para a localização de Langóbriga e Talábriga.

E a parte referente a esta estrada termina por uma interessante explicação do facto de ambos os miliários (Mealhada e Ul) assinalarem a milha XII. Diz o sr. Padre Arede que um marca a distância de sul para norte (Aeminium-Mealhada) e o outro o sentido inverso (Langóbriga-Ul).

Passando à estrada romana de Aveiro a Viseu, diz que ela era uma via secundária que passava em A-dos-Ferreiros donde partia um ramal para Vouzela e que com poucas variantes coincidia com as estradas que lhe sucederam. Para o provar aponta primeiro uma Memória sobre a Vila de Aveiro em que se fala do *Caminho rial* que devia ser o sucedâneo da Estrada Romana de Aveiro-Viseu e o itinerário da mesma, inserido no «Roteiro Terrestre do Mapa de Portugal», também até Viseu e Vouzela. Depois junta ainda provas por monumentos históricos: a ponte romana do Alfusqueiro, com as povoações tocadas pela antiga estrada até Viseu nalgumas das quais há vestígios de caminhos romanos e os miliários de Reigoso e Benfeitias no ramal para Vouzela. Fala também dos antigos meios de transporte que deixaram sulcos na rocha em alguns pontos daquele trajecto das antigas Ferrarias e termina por dizer que o Roteiro só assinala os pontos altos da estrada e seu ramal, pontos esses que com vista de uns para os outros, dão a certeza de que os referidos pontos elevados eram verdadeiras vigias militares para assegurarem a passagem afoita das coortes romanas.

Em 1942 appareceu o artigo «Vestígios de Vias Romanas no concelho de Águeda» do sr. Joaquim Soares de Sousa Baptista, que é uma notícia daquele autor baseada em elementos que colheu «in loco» e que pode também ajudar a identificar a velha via romana para a Beira, ou seja para Viseu e Vale de Besteiros.

Aponta-nos em primeiro lugar entre Serém de Cima e a ponte do Vouga um pequeno trecho «de larga e antiga via» que conserva restos de valetas e seculares rodados de carros e que era a usada antes da nova estrada Porto-Lisboa. Dá-nos depois um hipotético traçado da estrada romana que passando a ponte do Vouga, que dizem servir de alicerce à actual, circundaria Lamas, atravessava a ponte do Marnel (anterior à existente) subindo a Pedações onde há pedras volumosas que deve ter sido restos do empedramento romano. Diz-nos que a estrada romana não passaria muito a poente da Vila do Vouga, porque até ali chega um esteiro acrescido a Leste de Angeja que a via não atravessaria. Da ponte do Marnel, em perpendicular, seguiria a estrada para a Beira,

por Arrancada e A-dos-Ferreiros, donde sairia um ramo para Viseu e outro atravessando o rio Alfusqueiro, em parte já desaparecido, iria até Cabeço do Cão, descendo depois para Macieira de Alcoba, São João do Monte e Porta-do-Guardão.

Explica em seguida que os olhais da antiga ponte do Marnel mostram uma direcção diferente da que tem presentemente a nova vala onde passa a corrente, significando isso que o antigo curso era mais ao norte ou junto da vertente sul do Cabeço do Vouga e diz que junto da orla da pateira há ali de facto maior profundidade constando que em verões secos nesse local chamado *Vala Velha* se distingue como fundo uma *calçada*. Assim o rio Marnel correria ao lado daquela, que seria a via romana para a Beira, acabando, assoriado, por fluir sobre ela passando a chamar-se *vala do Marnel*.

Sabendo que a Leste da ponte do caminho de ferro do Vale do Vouga um terreno é conhecido por Calçada, ali procurou vestígios encontrando largas pedras nos taludes que marginam o ribeiro do Béco e que deviam ter pertencido ao calçamento romano. Mais acima, perto do Espinheiro, teve notícia de que um lavrador encontrou em tempos bocados de tégula e mós manúarias. E conclui este autor o seu trabalho, dizendo-se na convicção de que a via romana para Viseu e Besteiros «... a partir das proximidades da orla marítima, houve seu começo junto à ponte do Marnel.

Completa este artigo um esboço com o traçado das vias romanas no concelho de Águeda, relacionadas com as actuais.

No *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, 1943, aparece mais um trabalho sobre vias romanas da região.

É o sr. Padre Miguel de Oliveira quem o escreve e tem o título «De Talábriga a Lancóbriga pela via militar romana». Aquele investigador parte da hipótese de que a estrada medieval era a própria via romana e então, apoiando-se na toponímia e documentos medievais, procura deduzir o seu traçado.

Acompanhemo-lo nesse esboço.

Primeiro surgem as cidades paralelas de Marnel e Serém a que já se referem documentos dos séculos X e XI, falando alguns em «Strada Maior».

Entre as duas, há a ponte cuja conservação é lembrada em documentos do século XIII e que Rocha Madahil supõe sobreposição da romana. Há depois Albergaria-a-Velha que em princípios do século XII era ponto perigoso de passagem e de que há uma carta de couto passada por D. Teresa. Diz-nos o sr. Padre Miguel de Oliveira que Albergaria está por nome e história intimamente ligada com a estrada romana e medieval.

Daqui passemos à Branca, que para aquele autor «guarda as maiores probabilidades de possuir o jazigo da Velha Talábriga». Apontando-lhe os topónimos de Cristelo, Mâmoa, Estrada e Outeiro, fala da serra de S. Julião (referindo Bernardo de Brito) onde deve ter sido o castro de Abranka referido em documento do século xi. Seguindo a Pinheiro da Bemposta, outrora chamado Figueiredo, refere que a estrada ali passou porque lá foram assinados documentos públicos no século xii. A estrada seguiria para Travanca onde houve um castro e dali para Ul, freguesia que reúne todos os elementos indicativos da passagem da via militar romana.

Exposto o achado do miliário e inscrições, passa a citar Oliveira de Azeméis, zona de vários castros, para dali continuar até Couto de Cucujães onde o sr. Padre Arede assinalou quatro mâmoas e que tem perto um lugar, Bráfermes, onde há vestígios de antiquíssima estrada. A estrada atravessaria a ponte da Pica e avançava para S. João da Madeira, onde a propósito do lugar de Azevedo se lhe deparou a primeira menção de estrada *mourisca*.

Critica Viterbo por distinguir esta estrada das romanas, dizendo que os Mouros não se abalanchariam a tal obra sem terem ao norte um núcleo de população sua.

E com o sr. Padre Miguel de Oliveira, estamos quase chegados ao fim do trajecto passando por Arrifana referida em documentos do séc. xii, dali a Souto Redondo, onde a estrada actual passa sem ter ido à Vila da Feira, mas para a qual a romana devia ter um desvio e seguindo para Fiães. Aqui refere o sr. Padre Miguel de Oliveira o espólio do castro, já nosso conhecido, afirmando que da estrada, tanto aqui como em Lourosa, os documentos nada dizem. E por aqui ficamos, visto que o resto do trabalho daquele investigador é preenchido com o problema da localização de Talábriga e Langóbriga, de que já nos ocupámos.

Para finalizar a exposição dos trabalhos especificamente dedicados às estradas romanas do Distrito, só nos falta referir o do Dr. Sousa Baptista «Estradas Romanas no concelho de Águeda» publicado no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. xiv.

Depois duma síntese dos nomes usados nas vias de comunicação romanas (via, iter, actus, strata, etc.) e sua distinção, descreve-as aquele autor segundo César Cantu e diz-nos que só das empedradas se irá ocupar porque essas são com certeza romanas ou posteriores. Historia em seguida o incremento que a construção de estradas romanas foi tomando e diz que o *Itinerário* não as assinalou todas, porque muitas lhe foram posteriores. Aborda o caso de os Árabes terem

construído algumas, que aceita. Elucida-nos sobre o enriquecimento na Idade Média da terminologia vial, com nomes como *carraria*, *carrale*, *via pública*, *via antiqua*, via mourisca, devida ao facto de se desenvolverem as comunicações, fazendo-se novas.

Sirata é que nunca se confunde com nenhuma dessas e como só é aplicada às vias calçadas, sendo estas só romanas, resulta que aí está um sinal seguro para assinalar o seu rumo e poder traçar sobre o mapa actual todo o sistema de estradas romanas. E entra depois na determinação do rumo da estrada romana no concelho de Aguada, começando por analisar a via Conímbriga-Calem. Cita o seu trajecto e diz que não a podemos buscar sob a actual, porque o objectivo romano era a economia de distâncias, indiferentes a descidas e subidas, o que hoje não acontece. Faz em seguida um desenvolvimento de razões por que dá crédito a Viterbo no caso da existência de estradas mouriscas, rebatendo o trabalho do sr. Padre Oliveira.

Diz que há pontos onde a existência das duas estradas é um facto e como exemplo cita um documento de Aguada de Baixo, em que se vê que na encosta de Barrô havia as duas, quase no mesmo sentido.

Transcreve em seguida a opinião de Armando de Matos na sua monografia «As estradas romanas no concelho de Gaia» que é igual à sua, discordando dele, contudo, na finalidade do traçado romano que entende, devia servir apenas os interesses de Roma e não os do castro.

E continuando no rumo que tinha a estrada entre Mogofores e Albergaria, diz que por documento de 1143 em Mogofores havia duas estradas, uma delas mourisca.

Entre Avelãs de Caminho e a Aguada, a estrada mourisca ou seguia a anterior ou pouco dela se afastava. Em Aguada de Baixo, seguiam rumos diferentes. A romana atravessava o Águeda e seguia na direcção de Paredes, Covelas, Lamas a nascente da ponte velha e do Marnel. As duas voltavam a juntar-se na Mourisca. Refere o caso da Vala Velha, já apontado no trabalho do sr. Joaquim Soares de Sousa Baptista; do lado direito dessa zona está o Cabeço do Vouga. Da ponte a estrada ia ao Vouga, seguindo a alguns metros a nascente da estrada n.º 10. Na margem direita a estrada subia em linha recta até à Malaposta, onde há dela vestígios evidentes.

Dali ia a Albergaria, paralelamente à estrada n.º 10. Continua aquele autor depois o traçado que possivelmente tomaria a estrada mourisca, mas abtemo-nos de o descrever porque já não é fundamental ao nosso objectivo: estradas romanas. E assim damos por findo este capítulo.

Dissemos da importância das vias. Deveríamos talvez ter feito uma apreciação dos trabalhos publicados sobre o seu traçado na região, mas achamos preferível dar deles uma síntese, que com certeza será mais elucidativa e profícua à Carta Arqueológica a que nos propusemos dar o nosso trabalho, modesto subsídio.

CAPÍTULO III

A última parte deste nosso estudo visa a dar uma ideia do que julgamos ter sido a economia desses povos longínquos desta actual zona do País. Fizemos no capítulo anterior um apanhado sobre o traçado da rede de estradas abertas ao tráfico, durante a ocupação romana e o que dessa rede chegou aos nossos dias.

A importância dessa viação estabelecida e regularizada deve ter exercido a mais benéfica influência no desenvolvimento dos povos da região e por isso, ao fazermos o esquema do nosso trabalho, classificámos este capítulo da economia, como corolário do antecedente. De facto foram as estradas que melhor permitiram as relações e a troca, facilitadas também pela ordem romana e unidade política, sobrepostas à divisão e antagonismos castrejos.

Por uma hábil política pacificadora, os Romanos permitiram que o luso indígena sobrevivesse, se adaptasse e beneficiasse do progresso da sua nova técnica.

O intercâmbio entre vencedores e vencidos cria uma fusão cultural ainda hoje surpreendente e uma economia rica, em que a mão de obra lusitana é aproveitada, a moeda romana entra nas transacções e a terra, tratada racionalmente, responde com abundância de produtos.

Assim foi em toda a Península. Assim teria sido também neste pequeno compartimento da Lusitânia? Que provas temos a certifi-cá-lo? Poucas infelizmente.

Na agricultura: as referências gerais de Estrabão, Plínio e outros autores, enaltecendo as riquezas agrícolas da Lusitânia, podem aplicar-se sem receio a esta região, constituída por um povo que já antes vivia quase exclusivamente dos produtos da terra, criação de animais e caça. Certamente que os Romanos lhes modernizaram os processos para obterem um maior rendimento de trabalho e produção: há sementes carbonizadas entre algumas das ruínas romanizadas dos nossos castros, mós manuárias, que trituraram os cereais, ânforas que contiveram azeite ou vinho...

A indústria do peixe salgado e em conserva, estendia-se ao longo do litoral atlântico. E de crer, portanto, que aos habitantes desta zona rural costeira fossem pelos Romanos ensinados os meios mais práticos de fazer a pesca. E se temos notícia de que o sal não faltava, com certeza que num meio com tantas condições para isso, a extracção do sal foi também ensinada. Nas *villas* junto ao mar, em terrenos propícios, estabeleceram os Romanos sub-unidades chamadas «cortes». Estas, quando acrescidas da palavra «salinas» (*salinae-arum*) significavam um prédio rústico com a respectiva produção. Sabe-se também que como hoje já estas eram divididas em compartimentos — *talhos*. A zona hoje ocupada pelas marinhas de sal, de Aveiro, já em laboração há mil anos, como se vê pelo testamento da condessa Mumadona, não teria sido inicialmente aproveitada pelos Romanos? Já Alberto Sampaio o aponta como muito provável e nós convictamente o acreditamos.

Provas aparecidas? Nenhumas, porque nem as águas salgadas no seu vaivém constante, nem o terreno movediço das marinhas, nos podem falar a linguagem da terra sólida, que nos seus recônditos tem guardadas ruínas, que novamente vêem a luz, quando o homem as procura...

O aspecto comercial, tão importante que, como diz Herbert Spencer, citado pelo Prof. Damião Peres, «desempenha no organismo da sociedade o papel da circulação do sangue no organismo de todo o corpo vivo», está também documentado nas moedas que os romanos introduziram e que têm aparecido em inúmeros pontos do Distrito. Moedas essas que, postas aqui a circular, revelam como as operações comerciais, pela acção romanizante, ultrapassaram a antiga modalidade da «pecúnia-viva» (gado normalmente), ou da mercadoria-moeda, únicos processos que, com certeza, utilizavam os povos lusitanos.

Na construção, a *tégula*, aparecida em todos os pontos desta zona, mostra que o Romano ensinou os naturais a aplicar o barro da região no seu fabrico, para cobertura mais sólida das habitações; e as ruínas postas a descoberto no Cabeço do Vouga, por exemplo, deixam ver como, por sua influência, se construíram sólidas muralhas com seus contrafortes, tão bem argamassadas, que resistiram até aos nossos dias.

Para finalizar, resta-nos dizer alguma coisa sobre a actividade mineira desta zona, durante a romanização.

Estrabão fala nas riquezas mineiras da Lusitânia. Schulten afirma que o móbil da conquista da Península foi a riqueza mineral.

SUBSÍDIOS PARA UMA CARTA ARQUEOLÓGICA

Nas minas de Aljustrel, por exemplo, os fragmentos da «*lex Metalli vipascensis*», ali aparecidos, foram um elemento único para conhecermos os processos e organizações dos trabalhos nas minas, realizados sob a chefia romana. Mas na região de Aveiro teria havido laboração mineira naquela época? No distrito tem havido exploração de minas nos nossos dias em:

Braçal, Mealhada, Vale do Caima (Albergaria-a-Velha), Palhal, Silva Escura, Cucujães, Milheirós, etc., etc. Félix Alves Pereira diz-nos que a região era mineira, portanto centrípeta de populações, e que, se nem todas as minas em laboração recente eram conhecidas na Antiguidade, há no entanto vestígios de remota laboração em algumas, e aponta, exemplificando, as minas de chumbo do Braçal. Ora, por amabilidade do sr. Engenheiro Albuquerque e Castro, temos nas mãos um extracto do relatório sobre essas minas feito por Carlos Ribeiro em 1853.

Vejamos o que em síntese, nos diz:

«Nada se sabe pela História e muito menos de tradição, que diga respeito à existência e lavra de minas nesta localidade em tempos antigos; é certo, porém, que os novos trabalhos feitos de há um para dois anos sobre o filão dos Malhados e dentro deste mesmo vale até a profundidade de 45 a 50 m, têm encontrado galerias de avanço em parte entulhadas que atesta uma lavra considerável e seguida: lavra que tanto mais antiga nos parece quanto é certo que o estado, forma e uso provável dos objectos encontrados nos velhos trabalhos nos revela grande diuturnidade». E depois de nos dizer que as madeiras de sustentação do tecto das velhas galerias são de castanho e sobreiro, que estão em bom estado de conservação, mas com uma cor escura e um cheiro «*sui generis*», que se torna mais picante e intenso por efeito da combustão, o que só pode se admitido por acção de longo tempo, continua:

«... na mina foi encontrada uma porção de trança ou chicote de couro formado de quatro correias entrançadas, de forma achatada e tendo 0,03 a 0,04 m. de largo; esta trança está como ressequida e a ponto tal que, quando se tomar entre os dedos para a observar de perto, a mais ligeira pressão a fractura logo. Este objecto, que parece não ser outra coisa mais do que um açoite, no lugar em que foi encontrado, não fará lembrar os habituais meios coercivos de que se serviam os antigos romanos para conservar na ordem e obediência aos regulamentos policiaes, as coortes de escravos que tinham espalhado, com tanta abundância, pelos seus domínios, empregados nas lavras das minas e mais trabalhos públicos?»

Fála-nos depois dum instrumento de madeira semelhante a um balde de valador com um cabo cilíndrico, torto e delgado (0.02 m de diâmetro), muito grosseiro, também ali encontrado. E termina assim o seu relatório:

«... Todos os objectos e circunstâncias referidas não nos autorizam a um juízo racional sobre a época em que a lavra deste filão teve lugar, o que só poderá conseguir o encontro de outros documentos mais explícitos ou significativos; no entanto, as considerações expendidas levam-nos a crer estes trabalhos anteriores à fundação da Monarquia; no domínio dos Árabes talvez.»

Era nossa intenção resumir a poucas linhas este relatório, mas acho-lo merecedor de ser exposto quase na íntegra, pela exactidão e prudência com que está feito e pelo interesse que presentemente voltou a ter. É que até 1943 — quase cem anos volvidos — nada mais se encontrou. Mas naquela data, ao fazer-se o conhecimento de uma nova galeria na mina da Malhada, surgiu a chave do problema. Foram encontradas duas lucernas, que, apesar de velhinhas de muitos séculos, retomaram a sua função: vieram de novo dar luz, mas desta vez aos espíritos, que a procuravam. Essas lucernas, hoje em depósito na circunscrição mineira do Norte, foram estudadas pelo sr. Engenheiro Albuquerque e Castro, num trabalho «Lucernas Romanas», que publicou e que amavelmente pôs à nossa disposição.

Uma delas está intacta e é muito curiosa porque tem no *discus* um *reciário*.

Ora o *reciário* era um gladiador romano que, quando em luta, lançava ao adversário uma rede tornando-o incapaz para a defesa.

Deste tipo de gladiador a Antiguidade poucas representações nos deixou, sendo portanto esta lucerna do maior interesse para o estudo do vestuário dessa figura. O gladiador apresenta-se em atitude de movimento (prestes a atirar a rede), com a mão esquerda erguida e a outra segurando a lança. Na cabeça, a espécie de capacete que usava, preso por baixo do queixo.

A outra lucerna, com sinais de bastante uso, tem o «discus» partido, bem como o «rostrum», que é ornamentado com duas volutas, tendo o rebordo do «discus» e o *margo* também por ornamentação círculos concêntricos. No fundo está marcado, mas de forma ilegível. Com licença do autor do trabalho que nos está a servir de base reproduzimos a seguir a fotografia das duas lucernas, que por ele são classificadas como do século I ou II.

Vê-se que a laboração das minas do Braçal em época romana foi um facto. E a satisfação com que o verificamos,

por estes dados irrefutáveis aparecidos recentemente, faz-nos pensar que, se o Romano esteve no Braçal, explorou também com certeza outras das minas da região.

E assim concluindo, com base na prova aparecida, só queríamos ver hoje no número dos vivos Carlos Ribeiro, Félix Alves Pereira e Virgílio Correia, para lhes prestarmos as nossas homenagens pelos seus trabalhos e pelo êxito das suas previsões.

E assim acabamos este capítulo. Nele fizemos uma rápida análise da economia desta zona, nos tempos longínquos em que a brilhante civilização romana se propagou pela Lusitânia, deixando-a tão impregnada dos seus usos, como das suas instituições; do seu dialecto como das suas crenças; da sua arte com da sua técnica.

E para considerarmos também terminado este modesto estudo, só nos resta, antes de lhe juntarmos a bibliografia consultada e as poucas fotografias que conseguimos, responder às perguntas que de início formulámos.

Passaram os Romanos por este território? — Sem dúvida.

Há nesta zona achados em número suficiente para garantir um fundamento às conclusões duma carta arqueológica? — Há o espólio bastante para nos dar a certeza de que os efeitos da romanização foram sentidos e vividos pelos povos locais; espólio esse, que não é abundante e grandioso como é fornecido por estações do Sul, antes relativamente pobre de monumentalidade architectónica, revelador duma acção acentuadamente mais laboriosa e prática, do que artística e requintada.

E finalmente a última das perguntas, para que o nosso trabalho tenta ser resposta:

Teria perdurado, na região, a influência dos Romanos dominadores? — Sim. Foi uma influência de tal modo assimilada, que, suportando através de tantos séculos o embate contínuo de povos bárbaros e de civilizações diferentes, ainda hoje lhe achamos vestígios: nos reflexos de antigos cultos que o nosso povo conservou adaptados ao Cristianismo, nos restos de estradas romanas, nos topónimos curiosos e expressivos...

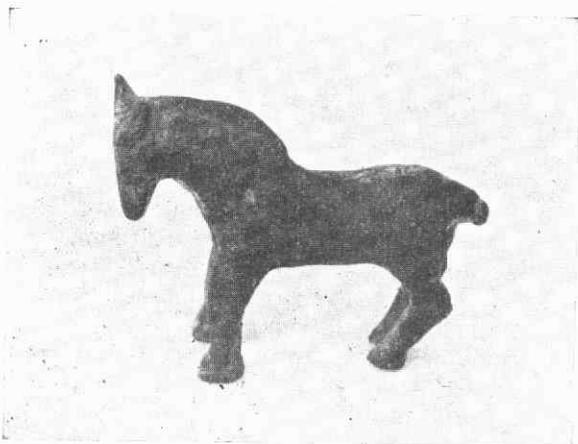


Fig. 1

Cavalinho de Murtede

bibRIA

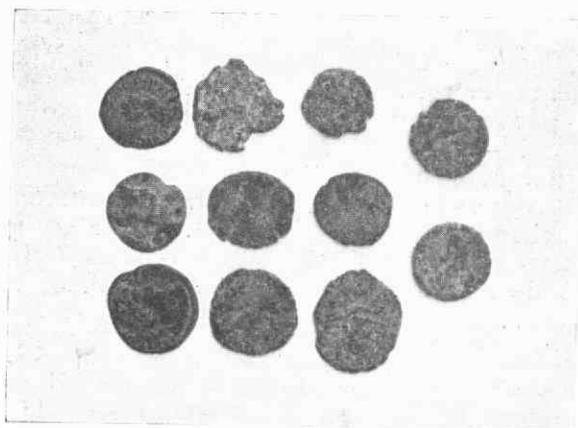


Fig. 2

Moedas de Anadia e Moita

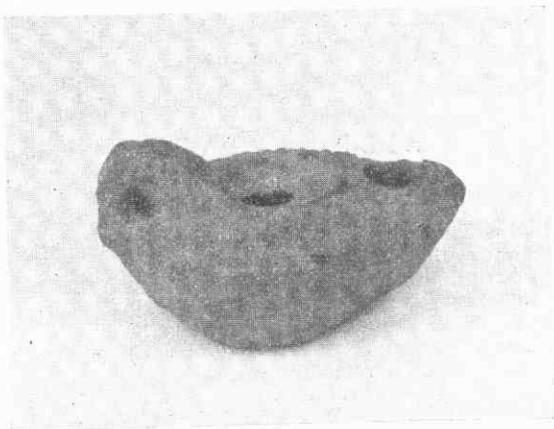


Fig. 3

Lucerna de Cacia



Fig. 4

Lucerna da Mina do Braçal
que apresenta no *discus* o «reclário»



Fig. 5

Lucerna da Mina do Braçal

BIBLIOGRAFIA

- A) «Espana y los Españoles hace dos mil años segun la Geografia de Straban» — GARCIA BELLIDO.
- B) «Corpus Inscriptionum Latinarum» — E. HUBNER.
- C) «Mapa de Portugal Antigo e Moderno» — P.^o JOÃO BAUTISTA DE CASTRO.
- D) «História Social y Economica del Império Romano» — ROSTOVITZEFF.
- E) «Itinerarium» — ANTONINI AUGUSTI (só folheado).
- F) História de Portugal (Barcelos) — vol. I.
- G) «Arqueólogo Português», vol. LXI.
- H) «Geografia de Portugal» — Dr. AMORIM GIRÃO.
«Viseu» — « » — « »
- I) «Os povos primitivos da Lusitânia» — Dr. MENDES CORREIA.
- J) «Revista de Estudos Históricos» — 2.^o ano, n.^o 2 — 1925.
- L) «A cultura castreja — sua interpretação sociológica» — Dr. JOAQUIM DE CARVALHO (in *Ocidente*, vol. XXIX).
- M) «A Romanização da Lusitânia» — Dr. VIRGÍLIO CORREIA (Actas do Congresso do Mundo Português).
- N) «Romanização do Baixo Vouga» — Dr. ALBERTO SOUTO.
«Estação Arqueológica de Cacia» — Dr. ALBERTO SOUTO.
- O) «Vestígios de vias romanas no concelho de Águeda» — JOAQUIM SOARES DE SOUSA BAPTISTA (in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VIII).
- P) «Talábrica» (in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIV) — Dr. SOUSA BAPTISTA.
«Pontes do Vouga e do Marnel» (in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIII) — Dr. SOUSA BAPTISTA
«Estradas Romanas no concelho de Águeda» (in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIV) — Dr. SOUSA BAPTISTA.
«A calçada romana das Bemfeitas» — Dr. SOUSA BAPTISTA (in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XVI).
- Q) «Estação luso-romana do Cabeço do Vouga» — A. G. DA ROCHA MADAHIL.
- R) «Talábrica e a descoberta da ara de Estorãos» — Dr. FERREIRA NEVES (in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XV).
- S) «Estradas Romanas no Distrito de Aveiro» — P.^o JOÃO DOMINGUES AREDE (in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IV).
«Ainda o «Ubi» de Talábrica» — P.^o JOÃO DOMINGUES AREDE (in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VIII).
- T) «Antiguidades do concelho da Feira—Langóbriga» — ARLINDO DE SOUSA «Umica» (in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XX).
- U) «Onde nasceu Portugal foi no Castelo da Feira» (in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VI) — Dr. VAZ FERREIRA.
- V) «Estudos Históricos e Económicos. Póvoas Marítimas», vol. I — ALBERTO SAMPAIO.
- X) «Lucernas romanas encontradas na mina da Malhada» — Engenheiro ALBUQUERQUE E CASTRO.

DULCE ALVES SOUTO

SUBSÍDIOS MONOGRÁFICOS DA FREGUESIA DE S. MARTI- NHO DA GANDRA

CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

(Continuado de pág. 191)

BENEFÍCIOS PAROQUIAIS

A freguesia de S. Martinho da Gandra, outrora anexa, teoricamente, a S. Vicente de Pereira, constituía com ela um único benefício. Ao reitor das duas igrejas competia toda a renda benefical, usufruto das residências e respectivo passal. O cura, servindo o reitor por prazo prorrogável de um ano, recebia apenas a remuneração do pé de altar da igreja onde exercia o seu múnus. Desta forma, como o reitor vivesse quase sempre em S. Martinho, os seus proventos eram maiores.

Segundo o *Dicionário Geográfico, de 1755*, o reitor tinha o rendimento de 300\$000 réis anuais, incluindo 40\$000 réis de cõngrua, pagos pela Comenda. Em 1767 (in *Portugal Sacro e Profano*) tinha 300\$000. Em 1821 (*Arq. da Cãm. Ecl.*) refere-se-lhe o rendimento de 182\$000 (o que parece pouco), acrescido de 28\$500 de cõngrua pagos pela Comenda.

Extintas as comendas e dízimos em 1832, a Rainha D. Maria II, por lei de 5 de Março de 1838, mandou organizar as cõngruas paroquiais por meio das Juntas Concelhias que estabeleceram, relativamente a S. Martinho, a cõngrua de 307\$785 réis.

No entanto, o *Almanaque do Bispado do Porto para 1857*, pág. 77, diz que a cõngrua consta de:

Passal — 20\$000.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Pé de altar e benesses — 160\$000. No total 180\$000 e não 307\$785, como tinha sido calculado pela Junta das cõngruas. A diferença para menos, continua o mesmo almanaque, provém:

- 1) de haver sido exagerado o orçamento feito ao rendimento de pé de altar, benesses, etc.;
- 2) do povo haver abusado do estado valetudinário do Pároco, para deixar de lhe fazer algumas benesses de antigo uso e costume ⁽¹⁾.

Em 1874 tinha o Pároco 300\$000 anuais. Em 1907, Luís Alberto Cid dá a seguinte lotação oficial:

1) Passal e foros	45\$600
2) Pé de altar, etc.	<u>406\$600</u>
Total	452\$200

Em 1920 o total da cõngrua foi de 1,550\$00. Nesse mesmo ano remodelou-se o pagamento da cõngrua que é, agora, suficiente para a justa vivência do Pároco. A freguesia é considerada de segunda classe.

RESIDÊNCIA PAROQUIAL

A residência, outrora do encargo da Comenda que, nem sempre, satisfazia às urgentes necessidades de reparação, estava em 1935 em ruínas. O Pároco, P.º António de Oliveira Pinto, com alguns donativos dos seus fregueses, reconstruiu-a em parte, dando-lhe mais amplitude com espaçosas divisões. «O corte da parede velha revelou que a primitiva casa era um minúsculo pardieiro a que, no decorrer dos tempos, os comendadores, sempre esquivos aos cumprimentos dos seus encargos, fizeram sucessivas e mesquinhas adições» (*Resenha Histórica*, P.º AUGUSTO O. PINTO, pág. 132). Nesta primeira construção gastou o pároco cerca de 10 contos. Em 1939, o seu sucessor, P.º Manuel Pereira da Silva Gomes, continuou a reconstrução, fazendo a sala de jantar, cozinha, varanda, onde gastou 9.000\$00. Actualmente é uma das boas residências do Concelho se atendermos ao passal que deve ser o melhor.

(1) Em 1849, a instâncias de Manuel Alves e outros amigos, foi anulada a derrama paroquial desta freguesia no montante de 67\$500, o que fez baixar a cõngrua.

NICHO DE SANTA APOLÓNIA

O P.^o AUGUSTO DE OLIVEIRA PINTO na já citada *Resenha Histórica* diz a este respeito: «Junto do portão de entrada para o passal, colado ao muro, havia um nicho formado por um arco de alvenaria argamassada, servindo de encaixe ou moldura a um tosco retábulo, em que figuravam Cristo crucificado com os inseparáveis João Evangelista e Maria Madalena, insculpidos em alto relevo num bloco de pedra calcárea. O apóstolo apoiava na mão direita o rosto pendido em atitude de angustiosa reflexão, gesto que o fez confundir com



Residência Paroquial

Santa Apolónia, reconhecida detentora dos segredos da odontologia celeste, exemplificando o paciente sofrimento causado pela perfuração dos molares. Daí o tornar-se o nicho em referência em pequena Meca, aonde vinham enladainhar rezas e «fazer caminhos de joelhos» os numerosos pacientes de odontite ou nevralgias maxilares.

O retábulo, que deu cheiro de preciosidade arqueológica a certos colecionadores de velharias, fora executado pelo reitor João da Cunha Ribeiro, falecido em 1857 e estivera primitivamente no meio do passal um pouco ao sul da residência» (1). Depois de muitos anos encoberto pelas heras, o nicho viu de novo a luz do dia graças ao actual Pároco

(1) P.^o OLIVEIRA PINTO, *Resenha Histórica*, pág. 133.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

que o alindou, colocando ali uma antiga imagem de Santa Apolónia, em pedra. Em 1956, a quando da construção do novo muro e portal pela *Obra Social*, o referido nicho foi transferido para o lado de fora onde se encontra a imagem exposta à veneração dos fiéis.

MACIEIRA

Macieira do Sobral, lugar pouco populoso, é hoje, civil e religiosamente, da freguesia de S. Martinho da Gandra. Até 1957, no religioso, a parte que civilmente é de S. Martinho, considerava-se meeira com Loureiro, revertendo, por conseguinte, os direitos e deveres paroquiais em favor dos respectivos párcos. Num livro de «Usos e Costumes» do arquivo paroquial de S. Martinho da Gandra lê-se:

«Cura esta freguesia o lugar de Macieira, desde o primeiro de Maio ao fim de Outubro, e a de Loureiro desde o primeiro de Novembro ao fim de Abril. Os enterramentos fazem-se todos em S. Martinho, a cujo pároco pertencem o fruto dos ofertórios e os vinte réis de presidência. Os demais direitos são partidos irmãmente. A desobriga faz-se alternadamente nas duas igrejas, pertencendo a visita pascal e o folar ao pároco desobrigante.»

Por despacho de S-2-58 do Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Senhor Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, e segundo o parecer da Comissão Diocesana de Circunscrição Eclesiástica, o lugar de Macieira do Sobral, religiosamente meeiro com a freguesia de Loureiro, foi integrado exclusivamente na paróquia de S. Martinho da Gandra.

CAPELAS

A fé dos nossos maiores levou-os a construírem lindas capelinhas, em lugares amenos e altaneiros, para veneração dos seus santos protectores.

Existiram, desde recuados tempos, em S. Martinho da Gandra, quatro desses pequenos templos em honra de outros tantos santos: S. Lázaro, Santo André, S. Sebastião e Santa Ovaia.

Erguia-se este último nos montes do mesmo nome. Ali, em Macieira do Sobral, acorriam as multidões rezando preces em volta da capelinha. A fé na santa adormeceu e o pequeno templo caiu em ruínas.

Faz-lhe referência unicamente uma escritura de prazo datada de 1308, cujo objecto era um reguengo sito entre Porto de Carros e Santa Ovaia. Os seus vestígios são

SUBSÍDIOS MONOGRÁFICOS

quase desaparecidos. Apenas ficou a recordação de tão vetusta ermida. O P.^o Oliveira Pinto afirmava em 1935, na sua «Resenha Histórica», que viviam ainda pessoas que se recordavam dos seus alicerces. Certo é que, pelo ano de 1623, devia estar já em ruínas, pois não se lhe referem os livros de Visitações dessa data, nem mesmo o *Catálogo dos Bispos do Porto* de D. RODRIGO DA CUNHA.

S. SEBASTIÃO

S. Sebastião é uma pequenina capela enquadrada, por sucessivas adições, na antiga moradia do seu proprietário, Sr. Herculano de Oliveira Reis, de Casaldias.

A traça é simples e de pouco valor artístico. «Foi instituída em 1628 por Antónia Francisca, que lhe vinculou uma renda anual e perpétua de três alqueires de trigo, impondo ao administrador do vínculo a obrigação de, em todos os anos, mandar celebrar uma missa no dia 20 de Janeiro.

Sofreu sucessivas reconstruções.

S. ANDRÉ

Eleva-se no lugar da Serrazina, em espaçoso largo, junto à estrada macadamizada que liga o local à igreja matriz. O documento mais antigo que pude haver mãos, data de 1650



Capela de Santo André

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

e apresenta-a já construída (1). Como era relativamente pequena para as necessidades do povo que, todos os anos, venerava, em grandiosos festejos, o santo apóstolo mártir e sofresse os efeitos demolidores do terramoto de 1755 — dia de Todos os Santos — com uma abertura na frontaria e outra na capela-mor, foi substituída por outra de maiores dimensões e em lugar mais altaneiro. Da sua construção um pouco mais a sul ficou o seguinte termo de lembrança: «No dia 25 de Setembro de 1938 iuagurou-se solenemente a nova capela de Santo André, no lugar da Serrazina. Havia uma outra capela da mesma invocação e nas proximidades da actual. Por decreto-lei de 22 de Março de 1934 foi cedido a António Dias da Costa, do dito lugar, o terreno onde se encontravam as ruínas da antiga capela o que media 466 metros quadrados. Em compensação o António Dias da Costa cedeu, no lugar onde está edificada a nova capela, o terreno com a medição de 659,60 metros quadrados. Pelo António Dias da Costa foi tomado compromisso de edificar esta capela no local onde se encontra, sendo ele portanto que, embora com a ajuda de alguns benfeitores, correu com todas as despesas».

A capela é de traça singela, desprovida de grande valor artístico. Tem capela-mor com altar bem ornado e uma sacristia a oeste. Possui também gálgil e um pequeno campanário.

S. LÁZARO

No lugar do Pardieiro situa-se, a cem metros da estrada, a linda capela de S. Lázaro onde acorrem, no Domingo da Paixão, milhares de forasteiros que imploram a protecção do glorioso santo de Betânia ou cumprem as suas promessas. Da sua primitividade sabe-se que foi fundada em 1628 e que, no mesmo ano, a 27 de Janeiro, António Vaz e sua esposa doaram-lhe um terreno contíguo, chamado «chão da herdade» (2).

(1) Por escritura de 9 de Maio de 1829 os moradores do lugar doaram à Capela os frutos que produzissem os terrenos circunjacentes.

(2) Por alvará de 17 de Novembro de 1849, o Governo Civil do Distrito concedeu à Junta da Freguesia os rendimentos da Capela ficando a mesma com os encargos do culto e reparação.

Nas informações do Reitor António Gomes Pereira para o *Dicionário Geográfico da Torre do Tombo, de 1758*, lê-se:

«Tem esta freguesia três capelas ou ermidas, a saber: a de S. Sebastião, em Casaldias, junto às casas de Paulo de Almeida e a este pertence a sua fábrica. A de Santo André, na Serrazina; é também a da Senhora das

SUBSÍDIOS MONOGRÁFICOS

«Em 1909, a Junta da Paróquia desta freguesia de S. Martinho da Gandra, composta dos vogais Manuel Moreira de Pinho, Manuel António da Costa, Domingos José da Costa e João Duarte de Oliveira Terra e do Presidente, Abade António de Oliveira Pinto, mandou demolir a pequena ermida de S. Lázaro no lugar do Pardieiro, mandando em seu lugar edificar uma capela mais ampla a qual importou em quantia aproximada a 500 escudos. Fez-se face a esta despesa com



Capela de São Lázaro

dinheiro que se tinha em cofre do prato de S. Lázaro e com o abono que fez o mesário João Duarte de Oliveira Terra. Esperava a Junta pagar este abono com as esmolas que fossem caindo no dito prato nos dias de festa. Em 1910 (5 de Outubro), uma Comissão Paroquial substituiu a Junta e negou-se a desfazer o «deficit» de 200\$00 proveniente das obras do dinheiro do prato, tendo os vogais da Junta de dividir este «deficit» entre si.» (Do Arquivo Paroquial).

Mercês, todas com um altar. Pertence a fábrica ao povo, e se costumam eleger mordomos para se fazer a sua festa; é no dia de Santo André. Noutra Capela de S. Lázaro, que está no lugar do Pardieiro, pertence a sua fábrica a Caetano Marques, daí, por disfrutar o património e ser feita à sua custa e por conta de seus passados. Somente à dita capela de S. Lázaro costuma acorrer gente de romagem em um dia do ano que é o Domingo da Paixão.»

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Após a construção da actual capela (cerca de 10 metros a sudoeste), foi comprado um terreno contíguo pelo benemérito António da Cunha e Silva por 7.000\$00, quantia amortizável pelo rendimento anual da capela, mas para o que muito contribuiu do seu o referido António da Cunha e Silva e seu cunhado, cotado comerciante do Rio de Janeiro, António Ribeiro França.

Possui uma galilé e um pequeno campanário com sineta. Diz o P.^o Augusto de Oliveira Pinto na sua *Resenha Histórica* que o antigo retábulo, infelizmente já desaparecido, ficou servindo na nova capela de altar lateral direito (também não existe desde há tempos), e o do altar principal, em estilo rococó, com abundante pormenor, era do oratório particular duma família do Porto. Este altar, ricamente ornamentado, perdeu muito do seu valor artístico com sucessivas e péssimas pinturas. Tem coro alto e capela mor. Por trás do altar, fica a sacristia de acanhadas dimensões. É a única, desde há muitos anos, com missa dominical a que assiste o povo do lugar e circunvizinhos.

bibliA

RECENSEAMENTO

Ano	Fogos (casais)	Almas
1523 (<i>Dic. Geog.</i> , T. do Tombo)	69	—
1687 (1)	174	849
1708 (2)	180	
1757 (3)	262	896 (<i>Dic. Geog.</i> , T. do Tombo)
1767 (4)	272	
1797 (5)		988
1857 (6)	314 (casais)	1184
1862 (7)	252	1330
1864 (8)		1343
1868 (9)	286	
1874 (10)	330 (casais)	
1878 (11)		1184
1889 (12)	289	1321
1890 (13)	306	1283
1900 (14)	304	1388
1911 (15)	316	1511
1920 (16)	309	1456
1930 (17)	353	1535
1952	394	1690
1958 (Censo Paroquial)	416	2013

SUBSÍDIOS MONOGRÁFICOS

- 1) *Constituições do Bispado do Porto.*
- 2) *Corografia do P.º CARVALHO*, 1.ª edição, pág. 109.
- 3) *Dic. Ant. e Mod.*, PINHO LEAL, 1874.
- 4) *Portugal Sacro-Profano*, Lisboa, 1.ª ed., pág. 266.
- 5) *España Sagrada*, t. XXI, 1797, pág. 172.
- 6) *Alman. Ecl. do Bisp. do Porto*, 1857, pág. 77; apresenta mais 15 fogos com 55 almas, meeiros à freguesia de Loureiro.
- 7) Est. Paroq. (ver *Corog.*, P.º CARVALHO).
- 8) Recenseam. Civil (idem) ou *Anais do Município de Oliveira de Azeitões*, 1909, pág. 156.
- 9) *Corog.*, P.º CARVALHO, 2.ª ed., vol. II, pág. 109.
- 10) *Dic. Ant. e Mod.*, PINHO LEAL, 1874.
- 11) Recenseam., *Anais do Munic. de Oliv. de Azeitões*, pág. 156.
- 12) *Dic. Corog. de Port.*, de F. A. MATOS, 1889, pág. 324.
- 13) Censo, *Dic. Corog. de Port. Cont. e Ins.*, de AMÉRICO COSTA, vol. VI, 1938, págs. 148-49.
- 14) Recenseam. — *Anais do Município de Oliveira de Azeitões*.
- 15) Idem, ibidem.
- 16) Livro de Cost. da Igr. de S. Martinho da Gandra.

INSTRUÇÃO

ESCOLA MASCULINA

Em 1859, em sessão de 2 de Abril, a Junta da Freguesia deliberou pedir a Sua Magestade a graça de mandar criar nesta paróquia uma cadeira de instrução primária pois, até à data, nenhuma havia. Em 1861 declara que o Governo deferiu o requerimento, obrigando-se a Junta a ceder a casa e o respectivo mobiliário para o seu funcionamento.

Instalada em casa particular de Manuel Francisco da Silva, aí funcionou até 1866 — 5 anos — passando para a «casa das sessões» da Junta nesse mesmo ano.

«O primeiro professor foi, diz P.º Oliveira Pinto, o «P.º Purrido», de Guilhovai, que viveu, por algum tempo, no edifício da escola. Sucedeu-lhe o padre José da Silva Nunes, do Corval, Pinheiro da Bemposta. Depois deste veio reger a cadeira um tal Barros, dos lados de Coimbra, que abandonou a profissão para se fazer padre.»

Em 1875, o «casinhoto das confrarias», onde funcionava a aula, mais parecia um curral de animais que uma sala de instrução, e, por isso, o Administrador do Concelho, reunindo todo o povo desta freguesia, fez ver a necessidade de se construir um novo edifício. Abre-se imediatamente a subscrição que, de momento, rendeu 78 000 réis. Faz-se novo peditório em 1876, e, em Fevereiro do ano seguinte, é entregue a obra da escola masculina, a construir no lugar da Vide, ao empreiteiro José Francisco Ferreira, de S. Tiago de Ribai-Ui. Arrematou-a por 75.000 réis, gastando-se mais 50.000 réis de fundação e 10.000 de aumentos indispensáveis. Tudo perfaz a soma de 810.000 réis.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

O terreno para o edificio e recreios foi comprado a João da Silva Terra, por 25.000 réis, medindo 868 m² : 23,70 m. na frente e, dos lados, 28.

Em 1890, o terreno foi alinhado por Domingos Ferreira de Almeida que fez um muro para vedar a sua leira, tirando 3 metros a Sul e dando 3 a Norte.

Era um edificio duma só sala, com vestíbulo e eirado na frente sul. Em 1913 encontrava-se em completa ruína tanto nas paredes e soalho como no telhado.

Em 1914 vaga a cadeira, sendo proposto para professor à Ex.^{ma} Câmara o Reverendo P.^o Agostinho da Silva Gomes,



Escola Primária Masculina

actual pároco desta freguesia, o qual exerceu com apurmo e elevada distinção o múnus que lhe fora confiado, distinguindo-se os seus alunos pelo brilho dos exames.

Em 1931 sofre novos consertos e, em 34, a Câmara Municipal mandou reconstruir e ampliar a antiga escola. É dotada de dois excelentes salões de aula onde funcionam as duas cadeiras masculinas e de um outro mais pequeno que em tempo serviu de escola feminina.

ESCOLA FEMININA

Em 1873, por interferência do Administrador do Concelho, é criada a cadeira de instrução feminina. A Junta ficaria com o encargo da respectiva casa e mobiliário.

Em Dezembro desse mesmo ano a Ex.^{ma} Senhora Viscondessa de Vilar d'Allen, D. Maria José Valente Allen e seu marido, Visconde do mesmo título, ofereceram a sala de aula na sua Quinta do Formal, no lugar da Serrazina.

Seis anos mais tarde a aula funciona no edifício de Manuel Alves de Oliveira, no Troncal. Em 1879 passa para Casaldias, em edifício de José da Silva e alugado por António Alves, do Troncal. De 1882 a 1887 funciona em casa



Escola Primária Feminina

de Manuel José Francisco Jorge, comerciante no Maranhão, que a ofereceu gratuitamente.

Em Setembro de 1900, Manuel Alves de Oliveira e sua esposa D. Maria Angélica Medeiros de Oliveira, da Quinta do Troncal, desta freguesia, querendo contribuir para o progresso moral e intelectual desta paróquia, fazem doação à Junta da Freguesia dum terreno na sua quinta do Formal, junto à Capela de Santo André, e fazendo face com a estrada.

No mesmo mês e ano o Reverendo Presidente da Junta officia ao Governo de Sua Magestade, com o apoio do seu illustre conterrâneo Dr. José Lopes Godinho, advogado em Oliveira de Azeméis, pedindo auxílio pecuniário para a construção da referida escola. A Junta concorria com o terreno doado e a quantia de 250.000 réis deixados em testamento de Manuel José da Cunha. Inicia-se a construção em 1901.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Edifício de uma só sala de aula, com vestíbulo e casa de vivenda para a professora. É reparada em 1931 juntamente com a escola masculina e, em 41, declara-se que o edifício necessita de urgente reconstrução. Funcionou até 1945 no edifício da Vide, data em que foi novamente reparada.

POSTOS ESCOLARES

O aumento constante da população e das crianças em idade escolar levou à criação dum posto feminino no lugar da Igreja que funcionou em casa alugada até 1945, data da sua transferência para a Escola-Cantina.

ESCOLA-CANTINA

Para dar o conhecimento exacto da criação desta obra de invulgar benfazer, citarei as palavras com que abre o livro de contas da cantina escolar:

«A Ex.^{ma} Senhora D. Maria Rizzo Terra, viúva de António da Silva Terra, moradora à data na Rua do Conde, 262, da Cidade do Porto, por testamento de 13 de Outubro de 1942 legou ao Estado a sua «Quinta do Pardieiro» com todos os seus edificios, terrenos e pertenças, para nela ser instalada uma escola de crianças, a qual terá o nome de «António da Silva Terra», e a manutenção e conservação da mesma escola será custeada com o rendimento dos pinhais que a testadora possui nos Concelhos de Ovar e Oliveira de Azeméis, pois para esse fim também os lega. A testadora veio a falecer a 16 do mesmo mês e ano.



Escola-Cantina

«Era então Director-Geral da Fazenda Pública o Ex.^{mo} Sr. Dr. António Luís Gomes, Filho, que, levado pelo seu grande amor a esta freguesia, onde nasceram os seus ascendentes, fez com que o Estado aceitasse o «legado» e fizesse as obras necessárias na casa da «Quinta do Pardieiro», sita no lugar do Pardieiro, a fim de aí funcionar a escola «António da Silva Terra».

A «Quinta» e os matos legados sempre rendiam alguma coisa e era preciso aplicar estes rendimentos, visto o Estado fazer as obras todas à sua custa.

Pensou-se então na criação duma Cantina Escolar.

Para esse fim o mesmo Director-Geral da Fazenda Pública convidou o povo de S. Martinho para uma reunião na escola masculina da Vide, a fim de explicar o que era uma «Cantina» e levá-lo e entusiasamá-lo a concorrer para a sua fundação e funcionamento, reunião que teve lugar no dia 26 de Novembro de 1944.

A Cantina funcionaria na «Casa do Pardieiro», pois para isso já tinham principiado as obras. A professora ou regente teria a seu cargo a direcção da Cantina, pois para esse fim o Estado lhe dava gratuitamente casa para habitação, junto à mesma escola.

Para que a Escola e a Cantina pudessem funcionar, o Ex.^{mo} Sr. Director-Geral da Fazenda Pública conseguiu que o Posto Escolar existente no lugar da Igreja fosse transferido para o Pardieiro. Os matos e a terra legados irão ser vendidos, para converter o produto da venda em papéis do Estado, e assim a Cantina ter um património superior ao rendimento anual dos mesmos.

E assim nasceu a Cantina. Que vai fazer? Dar um caldo suculento, de preferência às crianças pobres que frequentam as escolas, e agasalhos e calçado no inverno, conforme as suas possibilidades. Exercer enfim uma acção social e cristã.

Avante por Deus e pela Nação.

S. Martinho da Gandra, 8 de Dezembro de 1944. O Pároco
P.^o Manuel Pereira da Silva Gomes».

A Cantina e Escola «António da Silva Terra» foram inauguradas a 20 de Maio de 1945. Assistiram ao acto os Ex.^{mos} Senhores: Director do Distrito Escolar de Aveiro; Dr. António Luís Gomes, Pai; Dr. António Luís Gomes, Filho; Dr. Rui Luís Gomes, ex-professor da Faculdade de Ciências do Porto; Barão de S. João de Loureiro, António da Silva Cravo, como representante da Câmara Municipal, e muitas outras individualidades.

Os prédios foram vendidos por 172.514\$50, quantia com que se criou um certificado de Renda Perpétua, por intermédio da Direcção-Geral da Fazenda Pública, cujo rendimento é de 4%. A Cantina tem funcionado regularmente, distribuindo, por dia, cerca de 200 sopas e pão, dando agasalhos

e livros escolares aos mais necessitados, contribuindo para o estacionamento duma colónia balnear de crianças necessitadas na praia do Furadouro, etc. etc.

Obra de Amor e Caridade.

A OBRA SOCIAL

Foi o Sr. Dr. António Luís Gomes (Filho) quem traçou, em linhas de ouro, o programa social desta obra, cujo fim garante a elevação material e moral do homem trabalhador da aldeia. O aproveitamento deste homem, com a potencialidade de que foi ornado, torna-se uma necessidade urgente para a Pátria e para a Igreja. Neste sentido surgiu a «Obra Social» de S. Martiinho da Gandra que, desde 1945, vem gradualmente realizando um vasto e heróico programa de assis-



Obra Social

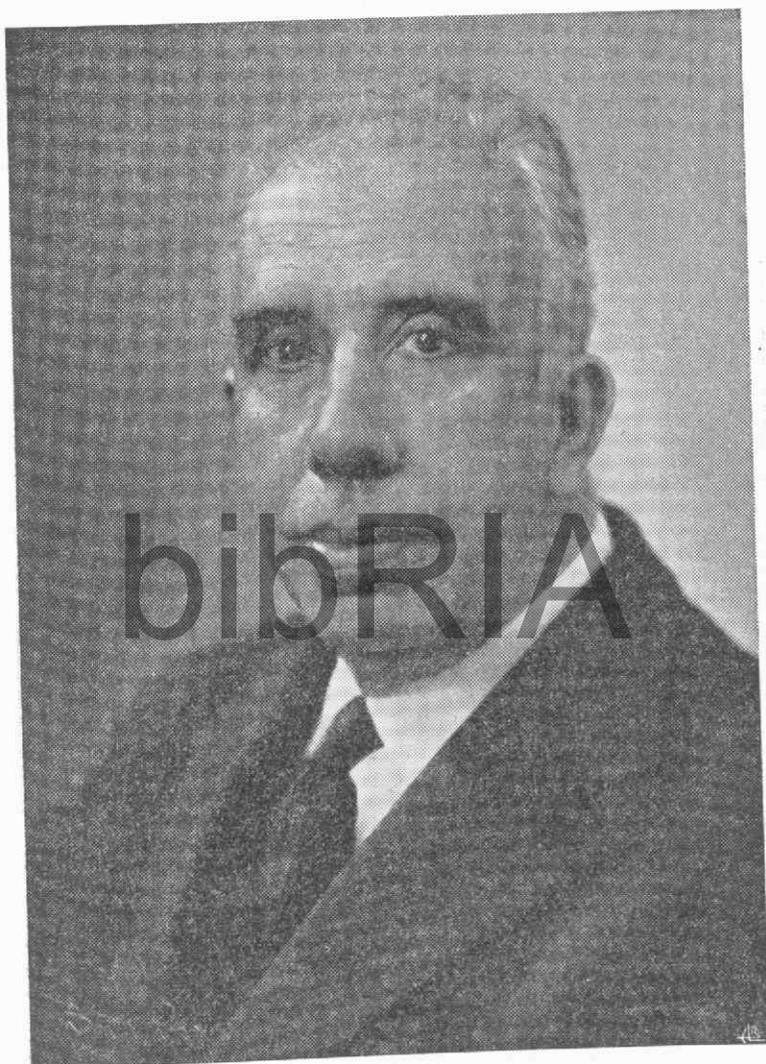
tência social. Ela é a concretização duma devoção filial e, como tal, jamais terá fim. A caridade suprirá sempre as angústias e o desânimo.

Definir, em síntese, o seu verdadeiro objectivo é algo difícil que, apenas quem vive de perto estas realizações, poderá concretizar em palavras.

O Prof. Doutor Bissaia Barreto diz a seu respeito: — «Obra admirável a ensinar-nos como é possível quase sem dinheiro educar as crianças de hoje e a maneira de fazer que os homens de amanhã dignifiquem a nossa Pátria e façam um Portugal melhor».

SUBSÍDIOS MONOGRÁFICOS

Na verdade, desde o início, o pensamento predominante da «Obra» tem sido as criancinhas de hoje, os homens do amanhã.



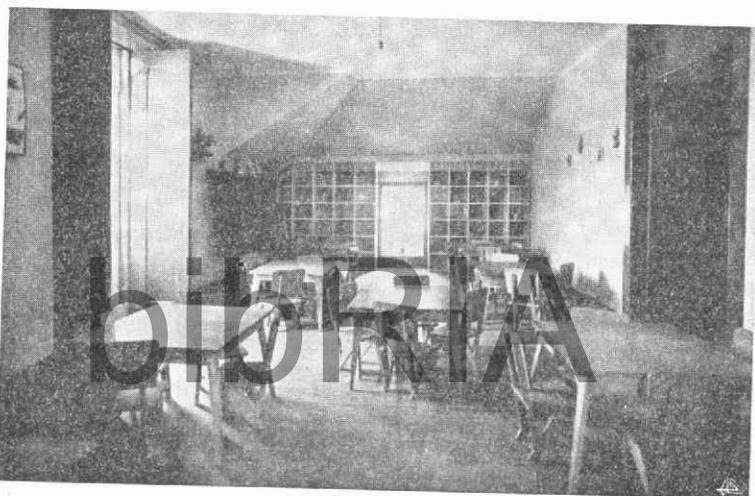
Dr. Antônio Luis Gomes (Filho)

Aproveitando-se a graciosa oferta de D. Maria Rizzo Terra da sua casa de campo, vulgarmente chamada o «Chalé do Brasileiro», sita no lugar do Pardieiro, para edifício escolar e cantina, começou em 1945 a concretização do grandioso

programa de assistência que, no decorrer duma década, se fez sentir extraordinariamente sob todos os pontos de vista.

Para melhor centralizar todo um vasto programa, arrendou-se, em 1933, uma casa no lugar da Vide, donde saíram e sairão, para a freguesia e circunvizinhas, benefícios incalculáveis, qual coração impulsionando o sangue vivificador do organismo. Centro de cultura e assistência numa freguesia rural, dando a pequenos e grandes novo ser, nova mentalidade.

Mercê dum esforço sobre-humano do seu fundador e da elite instrutora, nova era de acção e trabalho se verifica para



Sala da Escola Infantil

o humilde povo desta terra. Pouco a pouco, os métodos arcaicos vão dando lugar aos científicos, mais produtivos. A vida torna-se mais leve e suave. Mas o principal cuidado consiste em amparar o mais possível a juventude de S. Martinho, não destituída das qualidades dos avoengos, principiando pelas crianças, futuro da gloriosa Nação Portuguesa. Elas têm sido o alvo primordial em todo o programa de assistência, sendo mesmo por elas e por sua causa, talvez, criada esta Obra de renovação, caridade e amor.

Trasformada em escola (1945) a casa de D. Maria Rizzo Terra, juntamente é criada a Cantina Escolar que, diariamente, vem distribuindo a cerca de 200 crianças uma sopa vivificadora. Para a adaptação da casa deu o Ministro das Finanças, Professor Doutor Costa Leite (Lumbrales) quarenta contos.

SUBSÍDIOS MONOGRÁFICOS

Da Obra Social surgem a assistência médica, a praia, os remédios e operações gratuitamente cedidas aos mais necessitados. Fornece às crianças livros, roupas, calçado, brinquedos, o carinho e amor duns segundos pais da terra. Anualmente são concedidos prémios aos alunos que, com aproveitamento, concluírem o exame de segundo grau, «fazendo-se justiça a todos e não apenas a alguns, para que se evitem, desta forma, complexos nos espíritos das crianças que, por razões várias, não podem alcançar os primeiros lugares entre os melhores qualificados». A estes últimos concede a Obra Social bolsas de estudo. Frequentam, actualmente, dois o Colégio de Oliveira de Azeméis, três o Seminário das missões Católicas Ultramarinas, um a Escola de Belas-Artes, do Porto, nove a Escola Industrial de Oliveira de Azeméis, um a Escola do Magistério Primário, no Porto, e outro a Faculdade de Medicina, do Porto.

Em 1952, no edifício da Obra Social, abriu-se o Curso de Instrução Primária para adultos (ainda antes de oficialmente ter principiado) dirigido pelo ilustre professor António Maria da Silva. Surgem as aulas nocturnas de agricultura (1 de Julho de 1952), silvicultura (Nov. de 1952), pecuária (Nov. de 1952), e, mais tarde, cursos especiais para raparigas e mulheres, como avicultura, corte, bordados, etc.

Actualmente estão em vigor os cursos de:

pecuária, dirigido pelos técnicos especializados da Intendência de Pecuária de Aveiro;
agricultura, orientado pela Brigada Técnica da Quarta Região, de Aveiro; de costura, malhas, bordados, etc.

Estes cursos têm por finalidade primária ministrar a todos os Sãomartinhenses, não os conhecimentos teóricos, só dificilmente apreendidos, mas a maneira prática de agir nos diversos sectores de trabalho, radicando melhor nos espíritos dos alunos as vantagens dos novos métodos.

Ainda no capítulo da instrução é justo destacar a realização de conferências pelos mais reputados oradores, sessões cinematográficas, recreativas, etc. e dois concertos musicais pela Orquestra Sinfónica do Porto, um realizado na escola masculina da freguesia (1953) e outro, no salão da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis.

Tem concorrido também a Obra Social, no limite das suas possibilidades, para embelezar o mais possível a freguesia, construindo parques infantis junto às escolas, contribuindo para a desobstrução de minas, construção de bebedouros e tanques públicos.

Como complemento indispensável de toda esta obra humana, têm-se efectuado verdadeiras solenidades religiosas, com a presença de elevados membros da Hierarquia e oradores reputados do púlpito. Iniciou-se o culto a Santo Isidro (Maio de 1953), cuja imagem, obra do Escultor Professor Leopoldo de Almeida, da Escola de Belas-Artes de Lisboa, foi colocada num dos altares da Igreja. Todos os anos, em sua honra, se realiza pomposa festa, abrilhantada,



Fontenário e Lavadouro público

em geral, pelos grupos corais de alguns Seminários que, propositadamente, ali se têm deslocado. Restauraram-se «Alminhas» ao longo das estradas, «pequenos padrões erguidos para que os mortos continuem a ter presença nos nossos corações, no nosso pensamento, na nossa memória». O ano passado, construiu a Obra Social, a expensas suas, o muro e o portão de entrada da residência paroquial.

Concluo estas ligeiras referências com as palavras do ilustre Director-Geral da Fazenda Pública, fundador e animador desta Obra Social: «É cópia fiel da verdade o que

fica dito, sem consultar arquivos nem papéis. Está tudo expresso no coração» (Obra Social de S. Martinho da Gandra, 1953).

INDÚSTRIA

S. Martinho da Gandra é, essencialmente, uma freguesia rural que, nesta última década, tem procurado modificar-se a si mesma, progredindo, ainda que em ritmo lento, nos diversos ramos da indústria, artesanato e técnica agrícola.

Uma das primeiras indústrias de grande alcance foi a funerária.

«O Reitor de S. Martinho, João da Cunha Ribeiro, natural do Porto, conhecedor, por isso mesmo, do rendoso negócio das agências funerárias, organizou uma, em 1811, na sede da Paróquia com fundos das confrarias, destinando os lucros dela à fábrica e obras da Igreja.

No princípio fornecia caixão e eça, alargando-se a sua clientela às freguesias dos concelhos da Feira, Ovar, Oliveira e Estarreja. Foi a primeira armação fúnebre em grande estilo que se estabeleceu ao sul de Gaia» (1).

Alguns anos atrás, esta indústria tinha-se reduzido bastante devido à concorrência. No entanto, ultimamente, foi montada uma fábrica de urnas e caixões, no lugar da Igreja, propriedade de António da Silva Gomes, que muito tem expandido o seu funério trabalho.

Outras fábricas se criaram nesta década:

— Serração, carpintaria e moagem, na Vide, de José Pereira da Silva.

— Molduras, de António Celestino da Costa, Igreja.

— Moagem de barro, no Pardieiro, de Adelino da Silva Terra.

— Lacticínios — posto de recepção e desnatação de António Borges de Castro, Casaldias.

Várias oficinas de carpintaria, serralharia, e outras de reduzido emprego de operários.

Sapataria — A maioria dos operários trabalha em suas casas na indústria do calçado. Fornecem para as fábricas de S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis. Em quase todos os lugares e em muitas casas se vêem pequenas oficinas de sapataria. Bem necessária era uma organização local para centralizar todo o esforço do operário, no sentido duma melhor remuneração do seu trabalho.

(1) P.^o OLIVEIRA PINTO, *Resenha Histórica*.

Artesanato — Ao par da antiga feitura das canastras próprias para os agricultores da região, tem florescido a criação de modelos mais delicados e originais. É com meticoloso cuidado que se preparam em larga escala cestinhos de costura, brinquedos, malas de variadas formas e feitos. Tudo isto em madeira fina e em correia. Num concurso de artigos regionais, na comarca de Oliveira de Azeméis, foi premiado este ramo caseiro de indústria, causando verdadeira sensação a todos os que tiveram ensejo de o admirar.

AGRICULTURA

S. Martinho é uma região, como dissemos já, essencialmente agrícola, dotada de extensos campos aráveis onde se



Aspecto agrícola

produz em abundância o milho e outros géneros de que se enchem os mercados de Oliveira de Azeméis, Ovar e S. João da Madeira.

No entanto, a grande divisão das terras, os magros proventos que delas usufruem os lavradores, o duro trabalho

SUBSÍDIOS MONOGRÁFICOS

dos campos, têm afastado do seu cultivo muitos braços. A lavoura encontra-se depauperada. Os filhos queixam-se amargamente por não poderem frequentar os cursos de instrução secundária como os filhos de qualquer operário. Sentem-se inferiorizados e abandonam as terras de seus maiores para se internarem nas fábricas ou abalarem para terras da América do Sul.

Graças à acção instrutiva da Obra Social, os lavradores estão procurando conjugar todos os seus esforços no sentido de mecanizar a lavoura e produzir em melhor qualidade e maior quantidade.

CORREIO, TELÉGRAFO E TELEFONE

O primeiro serviço de correio que serviu a freguesia foi o da «mala-posta», de Oliveira de Azeméis.

Aberto o caminho de ferro do Norte, em 1864, e inaugurada a estação de Ovar, a 15 de Novembro de 1865, para ali passaram os serviços de correio. Em 1907 a direcção do correio é em Oliveira de Azeméis. Por esta ocasião era o correio geral no lugar da Vide e havia caixas de recepção nos lugares da Igreja, Herdade, Pardieiro e Serrazina.

Em 1956, devido à preciosa colaboração da Obra Social, a Administração Geral dos C. T. T. inaugurou, no lugar da Vide, uma moderna estação de correio, satisfazendo assim as justas aspirações de tão laboriosa terra.

O edifício, de linhas singelas mas de elegante factura, está apetrechado com os requisitos da técnica moderna. Na fachada lê-se em placa de mármore:

«Aos 5 de Agosto de 1956, o sr. Correio-Mor, eng.º Luis de Albuquerque Couto dos Santos em representação de sua Ex.^{cia} o sr. Ministro das Comunicações, General Gomes de Araújo, inaugurou nesta casa a nova estação dos Correios, Telégrafos e Telefones de S. Martinho da Gândara.»

HOMENS ILUSTRES

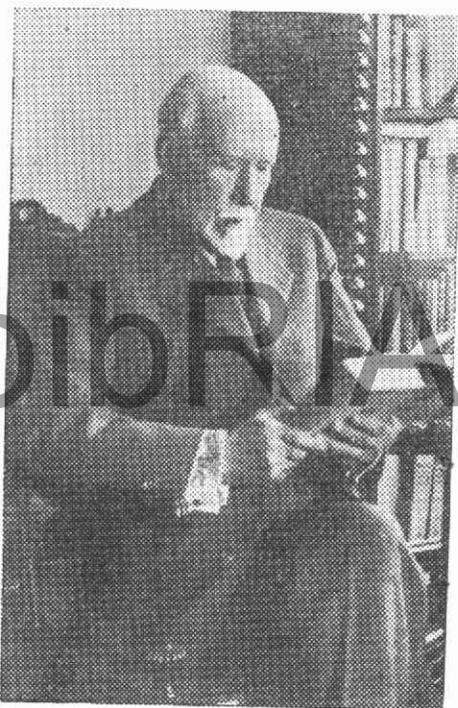
Nesta recôndita e humilde freguesia de S. Martinho da Gandra nasceram vultos de rara grandeza e heroicidade que as páginas da história nos têm transmitido através dos tempos; homens da política, da literatura e da ciência que honraram e honram esta sua terra com a maior abnegação e patriotismo.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

DOUTOR ANTÓNIO LUÍS GOMES

Num mundo desmantelado e envolvido pelo turbilhão da vida moderna que parece despersonalizar o próprio homem, escravizá-lo aos vícios mais abomináveis e ao utilitarismo mais sórdido, é de justiça e dever social falar dos grandes homens, patenteando algo da sua vida que seja exemplo a todos. O mundo de hoje precisa de conhecer os homens cuja vida é lição.

O Doutor António Luís Gomes honrou com o seu carácter íntegro e vontade inabalável, com a sua inteligência arguta



Dr. António Luís Gomes (Pai)

«a aflorar pelo talento e servido duma grande cultura» a cadeira de deputado, as missões ministeriais e diplomáticas, a magistratura, o capelo, a Universidade de Coimbra onde foi Reitor Magnífico e a Misericórdia do Porto que serviu com abnegação e heroísmo.

Nasceu no lugar de Maçada, da freguesia de S. Martinho da Gandra, a 23 de Setembro de 1863. Seus pais, António Gomes Luís e D. Ana Joaquina, eram modestos proprietários

mas conscientes dos seus deveres de educadores. Na família recebeu as primeiras luzes, iniciou-se no trabalho, abriu a sua alma aos benéficos raios do calor materno e, na escola do Padre Mestre Amaral, roborou o carácter, fortaleceu a vontade e abriu a sua inteligência.

Bastante cedo o pai se viu obrigado a demandar terras do Brasil para honradamente saldar um pesado encargo monetário, não tardando a chamar a si o filho para o tornar industrial numa acreditadíssima fábrica do Rio Grande do Sul. Mas não! O Doutor António Luís Gomes não estava fadado para a indústria ou comércio. Os seus dotes intelectuais e o gosto sempre crescente pela leitura levaram o pai a mandá-lo para a terra pátria, a cursar preparatórios no melhor colégio portuense: o Colégio de Nossa Senhora da Glória, sob a direcção do Padre Dr. Resende. Em cinco anos fez com brilho o curso liceal, matriculando-se, seguidamente, na Faculdade de Direito, em Coimbra.

Torna-se, aí, o orador nato das academias, vincando desde então, a sua personalidade política como Presidente da Associação Académica, ónus que exerceu sempre com prestígio e rara isenção nos quatro anos de estudante universitário. Concluiu, com as maiores classificações, todos os anos do curso de Direito. No ano lectivo de 1889-1890 fez as provas de licenciatura e, a pedido dos professores, doutorou-se. Regeita a cátedra, preferindo, como ele próprio afirmou, levar uma vida honesta no Brasil, junto de seu pai.

Alguns anos mais tarde volta a Portugal e ingressa no Directório do Partido Republicano. É novamente convidado para ocupar a Cátedra, honra que regeita categoricamente: — «não me vejo professor universitário e membro do Directório do Partido Republicano».

Sempre coerente com os princípios por que luta, o Doutor António Luís Gomes é considerado um verdadeiro, sincero e leal político. Tanto assim que, em 1921, o seu nome é invocado como o presumível presidente da República.

A 28 de Agosto de 1910 é eleito deputado por Lisboa e, em Outubro do mesmo ano, proclamado o regime republicano pela Revolução Nacional, faz parte do Governo Provisório, ocupando a pasta do Fomento.

«... aí continuou a aplicar o seu respeito pelos valores morais, não curando se o funcionário era monárquico ou republicano e tratando os vencidos com as mesmas atenções que dispensava aos correligionários.»

Os interesses públicos mereceram-lhe sempre a maior estima, deixando o seu nome indelévelmente gravado no Porto de Leixões e em muitos outros melhoramentos.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Como membro do Governo vai, em 1912, ao Brasil, em missão especial, para unir com os laços da amizade as duas nações irmãs e ocupar o posto de ministro plenipotenciário, no Rio de Janeiro. Prestado este grande serviço à Nação, e em virtude dum legítimo desentendimento com o Governo, pede a demissão, voltando a Portugal onde, fora todos os ressentimentos, ocupa a cadeira de Deputado com o apromo da sua pessoa e o brilho da sua inteligência.

Ainda no mesmo ano de 1912 é eleito para o cargo de Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, officio que teve de abandonar em 1921 para, a insistências do Presidente da República, António José de Almeida, salvar de graves dificuldades a Universidade de Coimbra.

«Foi um Reitor insigne cujo programa era salvar a Universidade sem averiguar da formação política dos Mestres e apenas da sua actividade docente.»

Inaugurou o Campo Académico de Futebol, restabeleceu as velhas praxes académicas, dando à Universidade um impulso verdadeiramente novo.

Depois de três anos de Reitor Magnífico na Lusa Atenas em que devotou todo o esforço da sua inteligência, todo o dinamismo do seu ser em prol do ressurgimento da Universidade, abandona-a, no auge do prestígio, por incompatibilidade com o Ministro da Instrução. A sua retirada foi uma apoteose de consagração.

Salvou a Universidade, mas outro sacrificio de não menores proporções lhe pediam insistentemente: que salvasse a Santa Casa da Misericórdia do Porto da derrocada fatal.

O homem que nascera para trabalhar para a sociedade, aceita o cargo de Provedor, consciente das dificuldades, mas confiante no seu destino.

«Começou por organizar os quadros administrativos para o recrutamento e regalias do pessoal, separou os dois quadros de Medicina e Cirurgia até então confundidos, com prejuízo para os doentes e para a economia hospitalar; estabeleceu o regime de concurso para os primeiros e segundos Assistentes, e Directores de Enfermaria; completou a fachada do grandioso edificio havia muitos anos por concluir; criou um bloco cirúrgico com todos os requisitos modernos.»

Conseguiu que o Hospital do Conde Ferreira voltasse à dependência da Misericórdia; fez liquidar uma importante dívida do Estado à Santa Casa; resolveu um pleito monetário com a Companhia Vinícola, etc.

Pôde alguém afirmar com inteira verdade e justiça que a sua passagem pela administração da Santa Casa da Misericórdia do Porto, onde esteve até 1944, foi a cúpula de uma

obra que será sempre lembrada na Capital nortenha e em todo o País.

E, quando quiseram um dia pôr em dúvida «a proficuidade e honestidade dessa obra, facto que para o egrégio cidadão não pode deixar de ter sido mais um rude golpe na sua confiança nos homens,» só conseguiram aureolar ainda mais a encanecida fronte do sr. Doutor António Luís Gomes.

A sua vida foi e é plenamente vivida em prol da nação e da sociedade, onde ocupou os mais nobres e elevados cargos, mas também os mais difíceis e de responsabilidade.

E para remate de tudo, o operoso ancião que merece as homenagens de admiração e respeito do País inteiro, criou, na sua terra natal, uma obra de justiça, caridade e amor que seu filho «qual anjo tutelar» ampara com o carinho de pai.

A HOMENAGEM DE 1953

Em 27 de Setembro de 1953, prestou a freguesia de S. Martinho da Gandra ao seu conterrâneo Doutor António Luís Gomes, num gesto de reconhecimento e gratidão por tantos benefícios em prol da sua terra, a mais viva e sentida homenagem. Pequeno monumento de linhas singelas se eleva, no largo da Igreja, encimado pelo busto firme e sereno do Doutor António Luís Gomes, obra do escultor Lagoa Henriques. Numa face do plinto lê-se a seguinte dedicatória:

«Ao Doutor António Luís Gomes, o povo de S. Martinho — 1953.»

Em outra, figuram em letra metálica os altos cargos exercidos na sua vida social e política.

A Comissão promotora da homenagem foi constituída pelos Ex.^{mos} Senhores Coronel António Dias Leite, Governador Civil do Distrito; P.^o Agostinho Pereira da Silva Gomes, pároco da freguesia; Domingos José da Costa, presidente da Junta da freguesia; Dr. António Emílio de Bastos Abreu Freire; Engenheiro João Teixeira de Queirós; Alves Ferreira, e António Dias da Costa, presidente da Comissão Fabriqueira local.

Estiveram presentes à homenagem ilustres personalidades da vida política, social e literária como: o Governador Civil do Distrito, o Prof. Dr. Egas Moniz, Dr. Domingos Pereira, Prof. Dr. Hernâni Cidade, escritor Sousa Costa, coronel Helder Ribeiro, Dr. António Pinto de Mesquita, Dr. Artur Correia Barbosa, Dr. Ilídio Freitas, comendador Martins Pereira, D. Margarida Luís Gomes, esposa do Dr. Rui Luís Gomes, as filhas do homenageado D. Alda e D. Irene Gomes, muitas outras senhoras e personalidades em evidência.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

O povo acorreu de todas as freguesias do Concelho e dos vizinhos, manifestando com a sua presença o vivo apreço e gratidão para com o seu mais ilustre conterrâneo.

O busto, encoberto pela bandeira nacional, foi descerrado pelos netos do homenageado, Ana, Antónia e José Pacheco Luís Gomes. A série de discursos foi aberta pelo Rev. Pároco da freguesia que, em nome da Comissão pro-



Monumento em homenagem
ao Dr. António Luís Gomes

motora da homenagem, salientou a figura veneranda do Doutor António Luís Gomes, sem deixar de se referir à Obra Social, sábia e proficiente realização de seu Filho. Seguiram-no no uso da palavra o Rev. P.^o José Rodrigues da Costa, dr. Pinto de Mesquita, Prof. dr. Hernâni Cidade, Rev. P.^o Manuel Rocha e, a finalizar, o Ex.^{mo} Sr. Coronel Dias Leite que afirmou: «Um português como o Snr. Dr. António Luís Gomes merece o reconhecimento do País inteiro».

SUBSÍDIOS MONOGRÁFICOS

Seguiu-se uma romagem à casa do Sr. Dr. António Luís Gomes, sita no lugar de Meçada, onde, em letras douradas, se lê:

«Em 22 de Setembro de 1863 nasceu neste lugar o Dr. António Luís Gomes; a sua inteligência, força de vontade e magnanimidade distinguem a sua personalidade e enobrecem o seu berço. Os conterrâneos.»

Junto à casa, num improvisado discurso, o Capitão Augusto Casimiro teceu o mais rasgado elogio do homenageado.

DR. JOSÉ LOPES GODINHO

O dr. José Lopes Godinho nasceu a 12 de Janeiro de 1853, numa pequena casa do lugar do Pardieiro, perto da capela de S. Lázaro.

Era filho legítimo de José Lopes Godinho de Figueiredo



Dr. José Lopes Godinho

e de Ana Joaquina, neto paterno de Manuel Lopes Godinho de Figueiredo e Maria Joana, do mesmo lugar do Pardieiro, e materno de Manuel Francisco e Joaquina Rosa, da Vide.

Com 3 dias apenas, foi solenemente baptizado na igreja paroquial pelo cura Lourenço José Soares, sendo padrinhos Manuel Lopes Godinho e sua filha Joana.

Passou o Dr. Lopes Godinho a sua primeira infância na terra natal. De pequeno revelou profunda inclinação para o estudo apesar de seus pais não passarem de modestos lavradores. Com eles aprendeu, certamente, as primeiras letras e frequentou a aula de instrução primária que funcionava, por essa altura, em casa particular de Manuel Francisco da Silva. Por deficiência de ensino, demasiada distância à escola ou qualquer outro motivo, passou a frequentar a escola primária de Oliveira de Azeméis, onde residiu algum tempo em casa de uns parentes.

Dotado de prometedoras qualidades intelectuais e artísticas, o jovem Lopes Godinho sente-se chamado ao cultivo das letras. Com 14 anos, vencidas as dificuldades económicas que o prendiam ao amanho das terras de seus progenitores, e recordando-se, porventura, de algum último pedido de sua boa mãe já defunta, ingressa no Seminário Maior do Porto.

Conclui brilhantemente o 1.º ano como pensionista. Sobrevêm as dificuldades económicas, e Lopes Godinho é obrigado a pedir a paternal protecção do Ex.^{mo} Senhor Cardeal D. Américo para poder continuar os estudos, como ele próprio afirma em requerimento de 22 de Março de 1868:

1.º — que anda frequentando no Seminário Episcopal do Porto as aulas do 1.º ano do curso dos Liceus e que muito deseja seguir a carreira das disciplinas preparatórias, a fim de conseguir a ordenação de presbítero (pois nenhum há na sua terra) para poder deste modo ser útil à Igreja Católica; mas

2.º — conquanto se julgue apto para cursar as disciplinas preparatórias, acha-se a braços com graves dificuldades, provenientes da falta de meios, o que em verdade pode justificar perante V. Ex.^a e por isso

3.º — alega que, sendo órfão, tem quatro irmãos, não podendo sem grave cerceamento das pequenas legítimas deles (apenas de 150.000 réis cada), conseguir o fim desejado, nem continuar a frequentar as aulas para o futuro ano.

Após as informações e diligências do estilo, é admitido por Sua Ex.^a Rev.^{ma} a continuar os seus estudos de preparatórios.

Além das aulas regulamentares a que todos os alunos eram obrigados a assistir, havia outras livres. José Lopes Godinho Henriques de Figueiredo, assim se assina, assiste também às segundas, cultivando o seu espírito nos mais variados ramos do saber.

Concluiu, em 1873, o curso de preparatórios do Seminário do Porto e, em Outubro do mesmo ano, inicia-se no

estudo da Sagrada Teologia, sendo aprovado por unanimidade «nemine discrepante» em 1874.

Dotado dos mais raros dotes de inteligência e ornado dum conjunto admirável de qualidades humanas, Lopes Godinho captava a simpatia de todos os condiscípulos, reunindo à sua volta uma plêiade de verdadeiros amigos. O seu espírito de poeta satírico e a sua mão hábil de caricaturista davam-lhe a primazia, o ascendente pitoresco sobre os seus camaradas. Ele teria sido um «chefe» sobre o qual recaíam os olhares vigilantes dos superiores.

Cursava já o segundo ano de Teologia quando, qualquer incidente havido, levou os superiores a desconfiarem de Lopes Godinho e, em busca de provas, encontraram uma irreverente caricatura dum alto dignatário da Igreja portuense. O Conselho Disciplinar do Seminário, não «querendo reconhecer a falta de intenção injuriosa e natural leviandade do autor, determinou a sua expulsão» em Maio de 1875.

«Não sabemos se o excluído tinha ou não vocação para o sacerdócio; é todavia presumível que a exuberância do seu temperamento e as múltiplas aptidões da sua excepcional inteligência se encontrassem dentro da batina, sem as largas pregas da toga romana, como metidos em camisa de forças. A expulsão, talvez providencial, restitui-o ao ambiente próprio e mais fecundo, levando-o à Universidade de Coimbra», a cursar Direito.

Uma enorme luta se travava no espírito de Lopes Godinho. A sua chegada à terra natal, em meio da segunda época de estudos, afligira a família. O pai de aspecto sereno e forte, habituado ao duro trabalho do campo, sentira os calafrios da tristeza mais amarga. Duas coisas restavam ao filho para o futuro: a enxada de seus maiores ou embarcar para o estrangeiro.

Na iminência de ir para o Brasil, valeu-lhe o juiz de paz de Souto, convencendo o pai, após muitas tergiversações deste, a deixá-lo continuar os estudos.

«Um dia, o juiz de paz de Souto, João Alberto Nunes, passando em S. Lázaro para a feira dos 15, encontrou o pai do ex-seminarista, ao qual perguntou pela situação do filho. O velhote, depois de lastimar e maldizer o «génio travesso» do malgrado estudante, manifestou a intenção de o mandar para o Brasil.

— «Homem, não faça isso, atalhou o Juiz de Paz. O seu rapaz é um grande talento e o seu futuro está nas letras. Sei-o pelos meus filhos (o bacharel Vieira Monteiro e o desembargador da Relação de Coimbra, Inácio Alberto de Sousa Monteiro, já falecidos em 1935), que não gabavam

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

outra coisa. Ora pois, o José há-de ir para Coimbra cursar a faculdade de Direito. Eu vou tratar de lhe arranjar uma das bolsas de estudo criadas pelo Governo e ele há-de se formar com grande sacrifício seu.»

Despediram-se entre promessas e esperanças que todas tiveram realização, mercê da grande influência política do juiz de paz e da sua amizade pessoal com José Luciano de Castro (1).

Consultada a família e especialmente os outros irmãos que generosamente lhe ofereceram a «folha da falecida mãe», o pai anuiu aos desejos do filho e dos amigos.

Em Outubro de 1875 parte para a Lusa Atenas o primeiro universitário de S. Martinho da Gandra. Estuda denodadamente. Prepara as «sebentas» da Faculdade, chegando, com o produto, a enviar ao pai duas libras. As férias dividia-as entre os seus amigos de Souto e a família. Em 1880 licenciou-se em Direito. O dr. Lopes Godinho terminara brilhantemente o seu curso. É a hora da sua fulgurante inteligência se revelar.

Conta-se que, não podendo um ilustre advogado de Oliveira de Azeméis preparar uma complicada questão por motivo de retirada, desta se encarregou o dr. Lopes Godinho que superou na esmerada preparação do processo a ideia de seu mestre.

Na Universidade bebera os ideais políticos progressistas, filiando-se no partido, ao qual tributou todo o calor do «seu verbo e a sua pena de rara fulgurância». Foi o mais poderoso demolidor do caciquismo político do dr. Manuel Oliveira Arala, que em 1886 viu baquear para sempre a sua enorme influência que parecia inabalável (2).

Assentou, durante cinco anos, banca de advogado na vila de Ovar onde colaborou nos jornais e revistas locais como defensor do seu ideal político. De toda a parte acorriam consulentes a ouvir os sábios conselhos do mais conhecido advogado.

Em 1885 transita para Oliveira de Azeméis onde passa a residir. O seu nome já consagrado corre de lés a lés. A sua vida de homem de letras, mercê dum talento invulgar e das múltiplas aptidões de orador, jornalista, poeta e caricaturista, só conhece triunfos e glórias. Na progressiva vila de Oliveira de Azeméis ocupa lugares de relevo, aliando às funções de jurisconsulto as de Presidente da Câmara e depois

(1) P.^e OLIVEIRA PÍNTO, *Resenha Histórica*.

(2) *Idem*.

SUBSÍDIOS MONOGRÁFICOS

as de notário, lugares que sábiamente serviu durante os cinco últimos anos da sua curta existência. Foi director do «Jornal do Povo» onde deixou a beleza da sua literatura e a profundidade dos seus conceitos.

«Lopes Godinho era uma destas criaturas privilegiadas, às quais a natureza abre sem reserva o seio ubérrimo dos seus dons. Foi exímio em todas as actividades a que se dedicou, desde o jornalismo e a poesia satírica à oratória forense e à literatura jurídica» (1).

Os seus artigos políticos eram tão brilhantes e sensatos, que fizeram pensar nele para a direcção do órgão do partido progressista na capital. Escusou-se para não desgostar com a sua ausência os velhos pais.

Os conceitos jurídicos, que assiduamente fazia publicar na *Revista do Foro Português*, eram opinião que se impunha, doutrina que se consolidava.

Até o lápis despretencioso do caricaturista se transformava entre seus dedos em instrumento de prodígio. Desenhava com admirável exactidão e mestria o perfil do consulente, enquanto este lhe impunha o objecto da consulta (2).

A morte arrebatou-o no fulgor dos 47 anos. A 5 de Agosto de 1900, acometeu-o, em pleno exercício das suas actividades, uma dolorosíssima doença — bolbo — que, no curto espaço de 48 horas, o havia de vitimar. Chamado o doutor Sousa Refoios, ilustre lente da Universidade do Porto, para o salvar, apressou-se este considerável homem de ciência a vir, mas o dr. José Lopes Godinho falecia antes da sua chegada. Morreu a 7 de Agosto do mesmo ano, com 47 anos, em Oliveira de Azeméis onde jaz sepultado. Faleceu quando, «após muitos sacrifícios a vida lhe corria ditosa, fundindo a sua alma nas duas filhinhas que eram o seu enlevo». Ficava viúva a Ex.^{ma} Senhora D. Hermínia de Carvalho Lopes Godinho.

JOSÉ VITORINO BARRETO FEIO

José Vitorino Barreto Feio era filho duma ilustre família do lugar do Formal, sobranceiro ao monte Crasto. Homem sincero, leal, de carácter íntegro, servidor da Pátria no campo das armas, das letras e da tribuna, veio ao mundo em 1782. Seus pais, o Alferes Domingos Manuel de Vasconcelos e D. Maria Vasconcelos Barreto Feio, ministraram-lhe uma educação esmerada e profundamente religiosa.

(1) P.^o OLIVEIRA PINTO, *Resenha Histórica*.

(2) *Idem*.

Do mosteiro de Alcobaça, o exemplo dum parente de alto grau na hierarquia da Ordem levou-o a abraçar a vida religiosa, mas o militarismo de seu pai atraía-o às fileiras do exército.

A 28 de Janeiro de 1813 é promovido a capitão de cavalaria 3. «Amou a milícia enquanto servia o seu verdadeiro mister de reconquistar a sua Pátria com prodígios de valor».

Porém, como ele próprio afirmou, desde que o exército «arastado por maus chefes e voltando as armas contra a Nação, lhe tornou a impor o jugo da tirania, assentou em não cingir mais a espada senão para combater pela verdadeira liberdade».

As ideias político-revolucionárias da maçonaria, do racionalismo e liberalismo francês impregnavam os espíritos de alguns militares que, descontentes com o regime vigente, projectam, num golpe de força, substituir a Regência e a officialidade do exército inglês sob o comando de Beresford. Batem-se pela Constituição mas o movimento fracassa pela prisão e morte de Gomes Freire e seus companheiros, a 18 de Outubro de 1817.

Barreto Feio, liberal convicto, jamais se deixara arrastar por outras facções partidárias ou ideias opostas à liberdade que sonhara para si e para o povo que amava.

A luta política pela Constituição não diminuiu com o abortamento do movimento de 1817; pelo contrário, intensificou-se a ponto de a 24 de Agosto de 1820 estalar novamente a revolta liberal que deu a eleição da «Junta Provisória do Governo do Reino».

Na tribuna, na imprensa e nos comités políticos, Barreto Feio desenvolve, então, uma acção preponderante como defensor dos direitos do povo, procurando frustrar as reacções absolutistas. Mas, nem sempre, os seus esforços foram coroados de êxito e, após o movimento «Vilafrancada», retirou-se com licença ilimitada para França. Insistem para que regresses à Pátria onde poderia ser uma brilhante figura de militar, com a condição de ser amigo do «nosso Rei». Homem dum só parecer, duma só lei, de «antes quebrar que torcer», Barreto Feio respondeu que «daria não só a palavra de honra mas que a cumpriria religiosamente, contanto que Sua Majestade quisesse submeter-se às leis e governar o povo como um pai e não como um tirano». Em consequência desta atitude foi demitido do seu posto de Major.

Em 1826 estava em Londres onde teve conhecimento da sua reintegração no posto de Major do regimento de cavalaria 3. Não quis aceitar mas, ao ser-lhe entregue pelo mar-

quês de Palmela o diploma de três províncias que o haviam eleito para deputado, regressou a Portugal para, «na presença das circunstâncias, tomar a resolução que melhor lhe parecesse».

Decide pela afirmativa, aceitando a reintegração no seu posto militar e a cadeira de deputado, mas, antes de terminar a legislatura, indignado com o motim do Terreiro do Paço em que o povo é bárbaramente agredido pela cavalaria e infantaria, pediu a sua demissão.

Em 1828 é nomeado inspector dos voluntários da cidade e do partido do Porto. Após o desastre do exército liberal, teve de emigrar para Inglaterra. Em 1829 encontra-se no Brasil onde, num desprezo total de si próprio, aproveita a protecção e crédito que os amigos lhe oferecem para socorrer os seus correligionários emigrados. Regeitou todas as honras e cargos que muitas vezes lhe quiseram oferecer, como os de Governador Civil de Lisboa, Ministro, Bibliotecário-Mor e Guarda da Torre do Tombo, etc.

Descrente dos homens, vivendo unicamente o seu mundo interior, afasta-se por algum tempo da política que muitos desgostos lhe havia causado.

«Sempre intrépido nos campos da batalha, sincero e fervoroso na tribuna, inflexível para com o despotismo, ninguém suportou o infortúnio com mais dignidade»: «Errante na América, na Inglaterra, em Franca, na Alemanha e Brasil, ele há ajudado, prestado assistência, socorrido seus irmãos, ele lhes há constantemente consagrado suas vigílias, seu talento, para derramar as luzes na sua Pátria».

Espírito, culto, apaixonado pelo engrandecimento cultural do seu povo, Barreto Feio dedica-se à actividade literária.

No estrangeiro, onde vivera muitos anos, doía-lhe o espírito pela ignorância que havia dos grandes mestres das letras pátrias.

Em Paris (1825), publica uma tradução de Salústio e, em 1832, o *Tratado do Príncipe e das Letras*, de Alfieri; na Alemanha, onde se encontra pelo ano de 1830, publica com José Gomes Monteiro uma edição crítica das obras de Gil Vicente segundo um manuscrito encontrado na Biblioteca da Universidade de Göttingen. Em 1834 edita, de sociedade com o mesmo escritor, os *Lustadas* e, nesse mesmo ano, após o triunfo da causa constitucional, ao ser eleito deputado para a legislatura de 15 de Agosto, volta a Portugal a ocupar a cadeira de deputado que retoma, ainda, em 1837. Abandona-a a 27 de Janeiro com licença ilimitada

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

por se declarar, desde o princípio em aberta opposição com o ministério setembrista.

Terminara a sua carreira política. O resto da sua vida pobre e doentia passá-la-á como escritor, numa humilde casa de Lisboa onde viria a falecer dum fluxo de sangue que, durante 30 anos o fizera sofrer, na fria manhã de 31 de Fevereiro de 1850, com 68 anos de idade.

BARRETO FEIO — Escritor

Traduções:

- Temistocles*, drama de METASTÁSIO. Lisboa, 1818.
Orestes, tragédia de VITORINO ALFIERI D'ASTI. Lisboa, 1819.
Salústio em Português. Paris, 1825.
O Tratado do Príncipe das Letras, de ALFIERI. Paris, 1832.
Eneida, de VIRGÍLIO. Lisboa, 1845 e segs.

Originais:

- O Movimento* (Jornal político).
Duas palavras á Revolução de Setembro e primeiro alerta dos Portuguezes. Lisboa, 1849.

BIOGRAFIA

- Biografia póstuma do exímio patriota o Il.^{mo} Sr. José Vitorino Barreto Feio*, por S. D. SINES.
Oração fúnebre de José Vitorino Barreto Feio, por um verdadeiro-amigo. Lisboa, 1852.

PONTE DO MARNEL

QUANDO em 1948 tratei, neste *Arquivo*, das estradas romanas no concelho de Águeda, não mencionei alguns pormenores na parte compreendida entre o Águeda e o Vouga, porque, ausente, não me era possível fazer os exames, que me faltavam. Voltando agora a fazer um novo estudo sobre a ponte do Marnel, para corrigir e acrescentar o artigo publicado em 1947, aproveito para dizer também mais alguma coisa sobre a estrada romana. Vinha esta de Avelãs por S. João de Anadia, Aguada de Baixo, Barrô, Paradela, Recardães, à margem esquerda do Águeda, que ao tempo devia correr muito mais encostado a este último lugar. Não havia ponte; a estrada atravessava a várzea da margem direita, mais baixa e mais estreita do que hoje, em direcção ao cruzeiro de Paredes. Este topónimo vem seguramente do *parietes* latino. Que significa? Inumeras são as vilas e aldeias que no norte de Portugal trazem este nome. Devem ter a mesma origem e recordar os mesmos factos. Se atentarmos na situação delas, facilmente verificamos que todas se localizam à beira das antigas estradas romanas, das militares e das que faziam as comunicações gerais do país, e de preferência perto da passagem dos rios. As autoridades romanas civis e militares, estendiam-se por todos os recantos do território peninsular. Casas reforçadas, construídas à beira das estradas, na passagem dos rios e outros pontos estratégicos, serviram de sede às subdivisões territoriais e de vivenda aos funcionários incumbidos da acção administrativa, fiscal, policial ou militar. Construídas com argamassa de grande poder aglutinante, puderam resistir à acção demolidora das invasões e do tempo. No correr dos séculos o homem foi lançando mão dos seus materiais. Desapareceram as paredes, ficou o nome. O mesmo se deu em tempos modernos com as malapostas. É de aceitar que ainda em tempo dos romanos e nos primeiros séculos medievais, algumas dessas casas tivessem servido de pousada e daí a subsistência de alguns

topónimos — Pousada —. Um documento medieval, referido a Águeda, fala no *casal de Lausata*, que será corrupção de Pausata. Também em Arouca, junto da estrada romana, havia uma *Lausata*.

O saudoso general João de Almeida, no seu Roteiro dos Monumentos Militares Portuguezes, diz que houve aqui, no outeiro em frente de Paredes, um *oppidum* vindo dos Túrdulos, muitos séculos antes de Cristo. Não podem os aguedenses vangloriar-se de tão remotas origens; eles provêm de camadas muito mais altas na sedimentação dos séculos. Quem sabe se não poderíamos encontrar na velha *pousada* de Paredes a origem do sentido epicurista da vida de que tanto os acusam?

A norte de Paredes, no campo do Pindelo, levanta-se uma pequena colina de arenito vermelho, que tem o nome de Monte Calvo das Lapas. Por ela correu a velha estrada romana, que abriu na sua vertente leste três leitos ainda hoje reconhecíveis. Por ali passaram romanos e bárbaros, árabes e cristãos; passaram as legiões romanas, imperadores e reis; exércitos carregados de presa cantando vitória; populações famintas fugindo à cruel devastação dos invasores; peregrinos de S. Tiago, a rainha santa Isabel de Aragão. Página admirável de História, monumento exaurível de espiritual consolação para os que, desesperados com as fementidas promessas do presente, atormentados e intranquillos com o rumo que vão tomando os destinos humanos, esperam a morte entre os mortos, para poderem ser, como eles, a vida dos vindouros.

Deste Monte Calvo das Lapas seguia a estrada romana pela Alagoa, onde ainda um curto corte atesta a sua passagem; passava pela lavoura a poente da rua da Mourisca, cujo nome, lavoura da Calçada, como marco no tempo, a vai recordando às gerações que passam; para descer a encosta do Marnel e atravessá-lo a uns quatrocentos metros acima da ponte velha. Na margem esquerda encontrava a estrada militar que vinha de Viseu, por Vouzela, Benfeitás, Talhadas, Doninas, Beco, Carvalhal.

Já disse no artigo anterior, acima referido, que esta ponte velha do Marnel data do século XIII, não havendo indícios de ali ter havido antes qualquer outra. O seu aspecto actual parece indicar muita antiguidade, induzindo-nos a julgá-la como a da primeira construção, mas o povo guarda e continua a tradição de que ela já foi construída sobre outra, cujas fundações ainda se encontram sob os arcos da existente. O sr. professor, rev. António Nogueira Gonçalves, de muito saber e comprovada competência, chamou-me a atenção para alguns pormenores, que revelam reparações de diferentes épocas. Estas judiciosas observações levaram-me a um exame

crítico mais cuidadoso e demorado, e as conclusões, a que cheguei, são a razão principal deste novo artigo.

Quanto a monumentos de muita antiguidade é tendência de todos nós vermos no seu aspecto actual a forma primitiva da sua construção, e, entretanto, esse aspecto, na maior parte dos casos, já nada nos diz do que fôra a obra ao sair das mãos dos seus primeiros construtores. É que no decorrer do tempo esses monumentos foram recebendo reparos e modificações exigidos pelo desgaste e pelas variações nas necessidades que eles servem, de tal modo extensos e importantes, que os desfiguram da sua forma primitiva. Isto acontece sobretudo com os templos e também se verifica com as pontes que vêm de tempos recuados.

Não encontrei até agora documento que nos transmitisse a notícia de modificações ou simples consertos na ponte do Marnel, mas é verdade que ela os sofreu. Em tempo de D. João III, a ponte sobre o Vouga, que fica a menos de um quilómetro da do Marnel, recebeu melhoramentos de vulto, cuja execução foi confiada, em 1552, ao mestre Rianho, biscainho talvez, ao qual D. João já havia confiado as obras da ponte sobre o Vouga e Sul, em S. Pedro do Sul, conforme consta da carta publicada por SOUSA VITERBO no seu *Dicionário dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, vol. II, pág. 374. Este mestre Rianho foi maltratado por um compatriota seu, Fernão Guayano, também mestre de obras, que o feriu num braço e fugiu, vindo depois a ser preso em Monforte. O carcereiro Domingos Gonçalves, porque não tinha ferros, meteu-o na corrente, donde ele facilmente se escapou, deixando o carcereiro mal situado, o qual, para evitar as consequências do seu descuido, fugiu também. Em 1552 o carcereiro pediu perdão ao rei, que lho concedeu por sua carta de 17 de Fevereiro de 1553, na qual se lê: «...enviando-me ele suplicante pedir por mercê lhe perdoasse a culpa que no caso tem e os instrumentos de perdão que apresentou um deles parecia ser feito e assinado por Silvestre Martins, público tabelião e judicial na vila de Vouga e seu termo, aos 24 dias do mês de Dezembro do ano passado de 1552 anos, pelo qual se mostrava mestre Rianho, estante nesta vila, mestre que foi da obra da ponte da dita vila...». (*Ob. cit.*, vol. I, pág. 468). Por esta passagem se vê que também a ponte do Vouga junto à vila do mesmo nome recebeu melhoramentos mandados executar pelo rei D. João III ao mesmo mestre Rianho. Que obras foram, não posso dizê-lo, pois não conheço elementos sobre os quais possa alicerçar conjecturas ao menos.

É possível que, quando se fizeram estas obras na ponte de Vouga, algumas se fizessem também na ponte do Marnel, que igualmente se não podem comprovar.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Já no artigo anterior referi que o padre CARVALHO diz no vol. II, pág. 105, da sua *Corografia*, ao tratar da vila de Vouga, que esta tem sobre o rio do mesmo nome «uma ponte de pedra de muitos olhais, mas já tão areada, que em tempo de cheias se passa em barcos». E acrescenta: «Há também outra ponte de arcos sobre o rio Marnel, que no tempo de inverno e cheias se não passa». Alguns anos depois que o padre CARVALHO publicou a *Corografia*, mandava D. João V fazer naquelas duas pontes as reparações de que elas necessitavam. Lê-se numa inscrição lapidária do lado do poente da ponte, na parte interna da guarda:

ESTA OBRA MANDOU FAZER O SENHOR DOM JOÃO
REI DE PORTUGAL O QUINTO QUE DEUS GUARDE 1713 a.

As obras então executadas foram de grande envergadura. Todos os pilares foram muito levantados e sobre eles construídos novos arcos. Diz a tradição ainda viva que, depois delas, a ponte ficou tão alta, que os barcos podiam passar sob ela com as velas levantadas. Um bom observador pode ainda apontar na velha construção toda a obra devida a D. João V. Da parte do sul há, porém, dois olhais, que pelas dimensões e abertura de arco, parecem ter sido feitos por outro artífice e em época posterior a 1713. Não conhecemos nenhuma referência a obras na ponte posteriores àquela data a não ser as recentemente feitas pelo Estado Novo. Entretanto, temos em mãos três recibos assim redigidos: «Eu Manuel José Pereira, da vila de Vouga, confeço estar pago e satisfeito dos meus dias que andei servindo a barca da passagem da vila de Vouga que foram vinte e um dias, que a cem reis por dia importa em dois mil e cento e por estar pago da referida quantia roguei a Cristóvão Homem de Figueiredo e Magalhães, da vila de Vouga, que este por mim passasse e assinasse aos oito de Maio de 1776. Declaro que recebi a dita quantia do rematante José Rodrigues, da vila de Vouga». De recebedores diferentes, são do mesmo teor os outros recibos e todos de Maio e Junho de 1776. Só encontrei três, mas eram mais, o que significa que no verão daquele ano de 1776, a ponte de Vouga tinha o trânsito impedido, naturalmente por obras que nela se faziam. O rio, a nascente, sofrera apreciável desvio para norte, de tal modo que a principal incidência da corrente passou a fazer-se na extremidade sul, sobre um ou dois pequenos olhais, insuficientes para a comportar. Esta necessidade obrigou ao seu alargamento. Há sessenta anos o antigo leito era ainda navegável a par do actual; hoje, coberto pela cultura, é apenas reconhecível. É, pois, nossa opinião que os dois primeiros.

PONTE DO MARNEL

arcos do lado sul, ou o seu alargamento, datam desta época, mas a afirmação depende de melhores provas.

Nenhuma inscrição ficou das obras efectuadas na ponte do Marnel, mas, sem dúvida nenhuma, elas efectuaram-se e na mesma época. Nem se comprehende que assim não fosse, pois esta ponte estava em piores condições do que a do Vouga, não dando passagem durante o inverno, como diz o padre Carvalho. Uma simples observação revela-as ainda em todos os seus contornos. O mesmo trabalho que se fez na ponte de Vouga foi feito naquela, e tanta é a semelhança na execução, que o mestre deve ter sido o mesmo para as duas obras. Numa e noutra foi feito o levantamento dos pilares e novos arcos. O primeiro dos pilares, do lado norte, não estaria em boas condições, havendo necessidade de apoiar uma parte em estacaria. As estacas de pinheiro mostram que não podem vir da construção primitiva. Na reconstrução foram aproveitadas todas as pedras ainda em condições de servir, razão porque em todos os arcos se encontram algumas pedras aparelhadas com siglos medievais, enquanto outras, como os tímpanos, pelo lavrado e pelo estado de conservação, mostram bem que foram talhadas para aquele fim na época da reconstrução. Os muros das alas, para um e outro lado da testa da ponte, foram mantidos, vindo assim da primeira construção. Para dar segurança ao de ponte, que já apresentava acentuada inclinação, fizeram-lhe aterro de encosto.

Também foram poupados os talhamares. Sobre o primeiro do lado sul, que foi cortado a meio, paralelamente à guarda, até à altura da nascença dos arcos, foi levantada uma capelinha com frente apoiada sobre a guarda e fechada por uma grade de ferro, dedicada à Senhora do Rosário. Quando no princípio da segunda metade do século passado foi construída a nova ponte de Marnel, foi feita do lado norte desta, outra edícula, para onde foi mudada a imagem, com uma grosseira adaptação da grade de ferro, em que foi cortado o nome do artífice, ficando apenas algumas letras e a data — 1717 6 Julho — com os setes invertidos. Esta data mostra que as obras da ponte e o oratório para que a grade foi feita são realmente do princípio do século XVIII.

Em face do exposto, pensamos que poderá dizer-se com alguma segurança que a ponte velha do Marnel é uma reconstrução de D. João V, feita na mesma época da reconstrução da ponte do Vouga, com aproveitamento dos materiais da ponte primitiva. Mas os muros das alas e os talhamares são da construção primitiva.

A igreja de Santa Maria de Lamas do Marnel teve o seu assento na margem esquerda, a trezentos metros acima da velha ponte. Datam do século X as primeiras referências

documentais a este templo e por elas se verifica que já tinha nesse tempo aquela situação. As terras que em sua frente se estendem até ao sopé do monte Marnel, hoje alagados e incapazes de qualquer cultura, eram então campos enxutos, atravessados pouco acima, de sul para o norte, pela estrada romana que vinha de Lisboa, e de nascente a poente pela que vinha de Viseu. Desta última é ainda reconhecível pequena extensão de leito permanentemente submerso, o qual, no fim do século xv, era ainda utilizado na maior parte do ano. Em virtude da ponte estar intransitável durante o inverno, dificultando o acesso à igreja dos paroquianos que viviam na margem direita, a maior parte dos actos do culto eram praticados na capela de S. Martinho Bispo situada na vila de Vouga, onde também se guardava o Santíssimo. Ora nas informações do prior Luís Aranha Coutinho, de 22 de Maio de 1721, diz este que o Santíssimo continuava a guardar-se na capela de S. Martinho Bispo, «em razão de não poder estar na igreja, por esta estar em um ermo e deserto situada». A razão já não era o impedimento da ponte invadida pelas águas, pois este impedimento tinha desaparecido com as obras do levantamento do leito, mas o isolamento do templo, que não tinha realmente perto de si moradores que lhe fizessem guarda. Mas não os tinha então como nunca os teve, o que não impediu a igreja de servir à plenitude do culto paroquial durante muitos séculos, de modo que a verdadeira causa deve estar no hábito em que já estavam os fregueses de assistirem aos actos do culto na capela de Vouga e não quererem, por comodismo, romper com ele. De facto a igreja, semi-abandonada, foi-se arruinando, de modo que três ou quatro décadas mais tarde, estava já imprestável, tendo os visinhos necessidade de construir outra na margem direita, junto ao lugar de Lamas, a qual se começou em 1777 e se veio a concluir um século depois. Desaparecido o templo multiseccular da margem esquerda, transferido para a Igreja nova todo o culto paroquial, não tardou que a capela de S. Martinho Bispo soffresse o mesmo destino. Saqueada pelos franceses do marechal Soult, quando este se deteve na linha do Vouga, foi abandonada, desmoronando-se algum tempo depois. No lugar em que se erguia, cultivava-se agora uma horta e sob ela as ossadas de muitas gerações gritam contra a impiedade dos homens de hoje.

AUGUSTO SOARES DE SOUSA BAPTISTA

BIBLIOGRAFIA

O *ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO* dará sempre notícia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a prática seguida pelas publicações suas congéneres, fará também algum comentário crítico aos livros de que receba dois exemplares.

Anales, vol. xxii n.ºs 77-78 e 79-80. Universidade de Santo Domingo. Ciudad Trujillo. República Dominicana. 1956.

Arquivo do Alto Minho, vol. vii, tomo 1, 1957. Viana do Castelo.

Arquivo de Beja, vol. xiv. Beja. 1957.

Boletim do Arquivo Histórico e da Biblioteca do Museu de Angola, n.ºs 25 a 30. Luanda. 1958.

Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, n.º 5. Matosinhos.

Boletim de Trabalhos Históricos, vol. xix, n.ºs 1-4. Guimarães.

Das Artes e da História da Madeira, n.º 27. Madeira. 1957.

Estremadura, série II, n.ºs 44 a 46. Lisboa. 1957.

Insulana, vol. xiiii, 1.º e 2.º semestres. Ponta Delgada. 1957.

Mensário das Casas do Povo, ano xiiii, n.ºs 139 a 150. Lisboa.

O Concelho de Santo Tirso, vol. vi, n.ºs 1 e 2-3. Santo Tirso. 1958.

Ora & Labora, ano iv, n.º 6 e ano v, n.ºs 1 a 5. Mosteiro de Singeverga, Negrelos.

O Tripeiro, v série, ano xiiii, n.ºs 9 a 12 e ano xiv, n.ºs 1 a 8. Porto.

Revista de Ensino, n.º 13. Luanda.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Revista da Faculdade de Ciências, 2.ª série, C — Ciências Naturais, vol. VI, fasc. I.º Lisboa. 1958.

Revista de Guimarães, vol. LXVII, n.ºs 3-4. Guimarães.

Revista de História, n.ºs 32 a 35. São Paulo, Brasil.

*

MESQUITELA LIMA — *Tatuagens da Lunda*. Museu de Angola. 1956.

RAÚL CONDE — *Dr. Francisco António Ferraç de Macedo — Antropologista de renome mundial (1845-1907)*. Águeda. 1958.

*

Colecção de Clássicos Sá da Costa, da Livraria Sá da Costa, Lisboa:

Com muito gosto registamos aqui os volumes desta conhecida e já notável Colecção, aparecidos entre meados de 1957 e Dezembro de 1958:

Tragédias do Ciclo Tebano, de SÓFOCLES (*«Rei Édipo»*, *«Édipo em Colono»*, *«Antígona»*). — Versão do grego, prólogo e notas do P.º Dias Palmeira. — Volume de LXIII-211 páginas. — No Prólogo, de 55 páginas, estuda o tradutor com proficiência e certo desenvolvimento a obra do grande trágico grego.

A Divina Comédia, de DANTE ALIGHIERI. — Volume II — *O Purgatório*. — Tradução do italiano, pequeno prefácio e notas do Prof. Marques Braga. — Volume de VII-343 págs., nas três últimas das quais se lê a tradução do artigo que o Prof. italiano Dr. Francesco Sessa publicou acerca de *O Inferno*, na revista italiana — *«Rassegna di Cultura e Vita Scolastica»*.

Obras Completas de ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA (*O Judeu*) prefaciadas e anotadas pelo Prof. José Pereira Tavares:

Vol. I (Págs. XLVII-225): *Vida do grande D. Quixote de la Mancha e do Gordo Sancho Pança e Esopaida ou Vida de Esopo* —, além de Prefácio do anotador, dividido nos seguintes capítulos: I — Biografia do Autor; II — O Teatro de António José da Silva; III — As edições setecentistas das composições de António José da Silva; IV — As edições dos séculos XIX e XX.

Vol. II (Págs. XI-225): *Os Encantos de Medeia e Anfritrião ou Júpiter e Alcmena* — e um pequeno Prefácio do anotador.

Vol. III (Págs. 285): *O Labirinto de Creta e Guerras do Alecrim e Mangerona*.

Vol. IV (Págs. 351): As peças *As variedades de Proteu e Precipício de Faetonte*; glosa ao soneto de Camões «Alma minha gentil, que te partiste», e a quase desconhecida composição — *Obras do Diabinho da Mão Furada*

BIBLIOGRAFIA

{cinco «folhetos» ou capitulos), precedida de Prefácio do anotador, que ocupa as págs. 211 a 217.

Antologia de Textos Arcaicos — Seleção, introdução e notas do Prof. José Pereira Tavares. — Volume de págs. xv — 323.

Obras Completas de CORREIA GARÇÃO. — Texto fixado, introduções e notas de António José Saraiva:

Vol. I (Págs. LXII-303): *Poesia Lírica e Satírica* (sonetos, odes, epístolas, sátiras, ditirambos, romances, redondilhas, fala do Infante (*D. Pedro*), epitáfio, variantes).

Vol. II (Págs. LXVII-247): *Prosas e Teatro (Teatro Novo), Assembleia ou Partida, Dissertações (3), Orações (8), Apêndices* (Apêndice às notas da Oração VIII e Estatutos da «Arcádia Lusitana»).

Constituem os dois volumes, sem dúvida, a mais segura e conscienciosa das edições do notável escritor português do século XVIII.

J. T.

bibRIA

ÍNDICE ALFABÉTICO DOS AUTORES

	Págs.
COSTA (Mário Alberto Nunes)	
— <i>A Provedoria de Esgueira</i>	53
FERREIRA NEVES (Francisco)	
— <i>O primeiro processo para a beatificação e canonização da Princesa Santa Joana, filha do rei D. Afonso V.</i>	3 e 81
— <i>A fundação do Convento de Jesus, de Aveiro.</i>	199
— <i>As actividades hidráulicas do engenheiro Luis Gomes de Carvalho</i>	227
LEITE (P. ^o José Resende da Silva)	
— <i>Subsidios monográficos da freguesia de S. Martinho da Gandra, concelho de Oliveira de Azemeis.</i>	161 e 277
MORAIS SARMENTO (José Júlio de Castilho de)	
— <i>Relação das medidas de defesa que se encontraram nas margens do rio Vouga depois da tomada do Porto pelo Marechal Soult em 1809.</i>	39, 132 e 192
SOUSA BAPTISTA (Augusto Soares de)	
— <i>Duarte de Lemos, quinto senhor da Trofa</i>	217
— <i>Ponte do Marnel</i>	311
SOUTO (Dulce Alves)	
— <i>Subsidios para uma carta arqueológica do distrito de Aveiro no periodo de romanização</i>	241

NOTAS, ARTIGOS DA REDACÇÃO, E OUTROS NÃO ASSINADOS

— <i>No limiar de comemorações aveirenses</i>	235
— <i>Bibliografia</i>	317

FIM DO VOLUME XXIV



ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADALHIL

DIRECTOR DA BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

ANTIGO PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PRIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

FRANCISCO FERREIRA NEVES, *O primeiro processo para a beatificação e canonização da Princesa Santa Joana, filha do rei D. Afonso V.*

JOSÉ JÚLIO DE CASTILHO DE MORAIS SARMENTO, *Relação das medidas de defesa*

que se executaram nas margens do rio Vouga depois da tomada do Porto pelo Marechal Soult em 1809. — Uma biografia.

MÁRIO ALBERTO NUNES CESTA, *A provérbia de Esgueira.*

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL 40\$00

NÚMERO AVULSO 15\$00

Cada número tem normalmente 64 páginas

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores

Banco Regional de Aveiro

S. A. R. L.

Capital autorizado: Esc. 4.000.000\$00 ♦ Capital emitido: Esc. 2.000.000\$000

Transferências e cobranças — Saques
sobre o país. — Cobrança e pagamen-
tos. — C/ corrente em moeda portu-
guesa. — Depósitos à ordem e a prazo.

Telegramas: REGIONAL

Telefone 31

.....

Rua de Coimbra Praça de Luis Cipriano

AVEIRO

OFICINAS GAMELAS

(Estabelecimento recomendado pelo Automóvel Club de Portugal)

REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS

SECÇÕES: Reparações mecânicas, electricidade,
carrosserias

Oficina de pintura, estação de serviço,
peças e acessórios

Serviço permanente de Pronto Socorro

.....

AGÊNCIA DISTRITAL DOS AUTOMÓVEIS «AUSTIN»

MANUEL DOS SANTOS GAMELAS

Rua da Fonte Nova, 18 Telefone 99 PPC

AVEIRO

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

*Fábrica de moagem
de cereais
e descasque de arroz*

Preparação de farinhas

para alimentação de gado,

marca *Beimar*

Telefone 41

Telegramas: MOAGENS

A VEIRO

CAFÉ RESTAURANTE

Trianon

SERVIÇO DE MESA REDONDA E À LISTA
SERVE BANQUETES, COPOS DE ÁGUA, ETC., FORA
OU NA SUA TÍPICA SALA DE JANTAR

À tarde, salão de chá

TELEFONE 405

25-Avenida Dr. Lourenço Peixinho-27 AVEIRO

Empresa Cerâmica Vouga, L.^{da}

A V E I R O Telefone 19

Cerâmica — Telhas da me-
lhor qualidade. Tipos: *Mar-
selha, Progresso e Vouga.*

Todos os acessórios para te-
lhados. A telha *Vouga* imita
a antiga portuguesa e tem
encaixes como a de Marselha

Fábrica de telhas e teijolos.
Fundição e serralharia
mecânica, civil e forjas

Máquinas agrícolas
e industriais

EXECUTAM-SE TODOS OS TRABALHOS
COM A MAIOR PERFEIÇÃO E POR PREÇOS MÓDICOS

Pedir informes ao Director-Gerente da Empresa

Pascoal & Filhos, L.^{da}

PESCA DO BACALHAU E SARDINHA

TRINEIRAS { *Pascoal Velho*
Pascoal Novo
Mira } LUGRES { *Rainha Santa Isabel*
D. Dinis }

AVEIRO

TRANSPORTES MARÍTIMOS

Telef. { *Seca — 243*
Escritório — 52
Filial em Matozinhos — 519 }

Filial em MATOZINHOS *Seca na GAFANHA*

LUZOSTELA FÁBRICA DE LIXAS E OUTROS PRODUTOS

Premiada com a medalha de Ouro na Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922-1923 — Grande Prémio de honra e Medalha de Ouro na Exposição Industrial Portuguesa de 1932

LIXAS de todas as qualidades para todas as indústrias, em papel e vidro — Papel e esmeril — Pano branco e esmeril — Pano branco e vidro — Pano azul trançado extra e carborundum — Pano azul trançado e electrokorundum — Papel e garnet — Lixa impermeável «Hermes», para polissagem de carrocerias de autos para pintura a Duco.

FORMATOS DE FOLHAS NORMAIS, DISCOS E OUTROS FORMATOS ESPECIAIS PARA MÁQUINAS LIXADORAS

LIMAS PARA MANUCURE — Prefiram a nossa excelente qualidade «Luzostela».

PÓ LUZOSTELA — Produto de 1.^a qualidade em latas de 500 e 250 grs. para limpeza de talheres.

COLAS de alta resistência para as indústrias de carpintaria e marcenaria. Especial «Transparente», para pintura e decorações.

ESMERIL em todos os grãos e para todas as indústrias — Granulações especiais para a construção de pedras para descasque de arroz. Fornecemos o verdadeiro e puro esmeril de NAXOS.

Ferreira & Irmão, Sucrs. — AVEIRO — Telefone 37

FÁBRICAS ALELUIA

AZULEJOS,
LOUCAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

FÁBRICA ALELUIA -- RUA DO CANAL DA FONTE NOVA

FÁBRICA GERCAZ -- RUA DAS OLARIAS

AVEIRO

TELEF. 22

Testa & Amadores

Comissões, consignações.

Cereais, ferragens e mercearia.

Vidraça.

Depositários de petróleo
e gasolina SHELL

RUA DE EÇA DE QUEIROZ

AVEIRO

MÁRMORES

: : : : : : : : : : D E : : : : : : : :

Sousa Baptista, L.^{da}

29, PRAÇA DO MUNICÍPIO, 30

: : : : : : : : : : E : : : : : : : :

13, LARGO DE S. JULIÃO, 13

— L I S B O A —

Somente nos depósitos e oficinas desta grande organização industrial e comercial, com possibilidade de uma boa e bela escolha, se encontram cantarias para majestosas, medianas e modestas construções, mármore polidos para ornamento de entradas, escadarias, casas de banho, cozinhas, etc., de luxo e simples.

Também nos mesmos estabelecimentos podem ser adquiridas as melhores louças sanitárias, sempre em exposição, e bem assim banheiras esmaltadas com todos os seus acessórios, como sejam: cabides, esponjeiras, saboneteiras, torneiras, esquentadores, etc., etc.

Tudo a preços sem competência

NAS SUAS OFICINAS DE CANTEIRO EXECUTAM-SE TODOS OS TRABALHOS, DESDE OS MAIS SINGELOS AOS DE ARTE ELEVADA

Dão-se orçamentos quando solicitados

L I V R O S

nacionais e estrangeiros para todas as escolas do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa

Mobiliário e material escolar

o melhor e o mais económico; peçam o catálogo ilustrado.

Literatura antiga e moderna

nacional e estrangeira; peçam os catálogos respectivos.

Livros científicos e técnicos

nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos respectivos.

A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única que reúne todas as secções de livraria.

Encomendas para o estrangeiro

mantemos um serviço diário de encomendas, para todos os países, da maior rapidez e economia.

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100

LISBOA

Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

Visitai a linda cidade
de Aveiro

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISA-
GEM SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM —
ENCANTO E DISTRACÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TÚMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima do mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA
— AZULEJOS

E outros monumentos

2571

ARQVIVO
DO DISTRITO DE
AVEIRO

bibRIA

N.º 94

Abril, Maio e Junho

AVEIRO

1958

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAIHL

DIRECTOR DA BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICIU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

ANTIGO PROFESSOR EFECTIVO DO LICIU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEREIRO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

FRANCISCO FERREIRA NEVES. *O primeiro processo para a beatificação e canonização da Princesa Santa Joana, filha do rei D. Afonso V.*
JOSÉ JÚLIO DE CASTILHO DE MORAIS SAR-

MENTO. *Relação das medidas de defesa que se executaram nas margens do rio Vouga depois da tomada do Porto pelo Marechal Soult em 1809.*

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL 40\$00
NÚMERO AVULSO 15\$00

Cada número tem normalmente 64 páginas
A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores

FÁBRICAS ALELUIA

AZULEJOS.

LOUCAS

SANITÁRIAS,

DECORATIVAS

E DOMÉSTICAS

FÁBRICA ALELUIA -- RUA DO CANAL DA FONTE NOVA

FÁBRICA GERCAR -- RUA DAS OLARIAS

AVEIRO

TELEF. 22

Testa & Amadores

Comissões, consignações.

Cereais, ferragens e mercearia.

Vidraça.

Depositários de petróleo

e gasolina SHELL

RUA DE EÇA DE QUEIROZ

AVEIRO

MÁRMORES

: : : : : DE : : : : : :

Sousa Baptista, L.^{da}

29, PRAÇA DO MUNICÍPIO, 30

: : : : : E : : : : : :

13, LARGO DE S. JULIÃO, 13

— LISBOA —

Somente nos depósitos e oficinas desta grande organização industrial e comercial, com possibilidade de uma boa e bela escolha, se encontram cantarias para majestosas, medianas e modestas construções, mármore polidos para ornamento de entradas, escadarias, casas de banho, cozinhas, etc., de luxo e simples.

Também nos mesmos estabelecimentos podem ser adquiridas as melhores louças sanitárias, sempre em exposição, e bem assim banheiras esmaltadas com todos os seus acessórios, como sejam: cabides, esponjeiras, saboneteiras, torneiras, esquentadores, etc., etc.

Tudo a preços sem competência

NAS SUAS OFICINAS DE CANTEIRO EXECUTAM-SE
TODOS OS TRABALHOS, DESDE OS MAIS SINGELOS AOS DE ARTE ELEVADA

Dão-se orçamentos quando solicitados

Banco Regional de Aveiro

S. A. R. L.

Capital autorizado: Esc. 4.000.000\$00 ♦ Capital emitido: Esc. 2.000.000\$000

Transferências e cobranças — Saques
sobre o país. — Cobrança e pagamen-
tos. — C/ corrente em moeda portu-
guesa. — Depósitos à ordem e a prazo.

Telegramas: REGIONAL

Telefone 31

.....

Rua de Coimbra Praça de Luís Cipriano

AVEIRO

OFICINAS GAMELAS

(Estabelecimento recomendado pelo Automóvel Club de Portugal)

REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS

SECÇÕES: Reparações mecânicas, electricidade,
carrosserias

Oficina de pintura, estação de serviço,
peças e acessórios

Serviço permanente de Pronto Socorro

.....

AGÊNCIA DISTRITAL DOS AUTOMÓVEIS «AUSTIN»

MANUEL DOS SANTOS GAMELAS

Rua da Fonte Nova, 18 Telefone 99 PPC

AVEIRO

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

◆
*Fábrica de moagem
de cereais
bibRIA
e descasque de arroz*

◆
Preparação de farinhas
para alimentação de gado,
marca *Beimar*

◆
Telefone 41

Telegramas: MOAGENS

AVEIRO

CAFÉ RESTAURANTE

Trianon

SERVIÇO DE MESA REDONDA E À LISTA
SERVE BANQUETES, COPOS DE ÁGUA, ETC., FORA
OU NA SUA TÍPICA SALA DE JANTAR

À tarde, salão de chá



TELEFONE 405

25-Avenida Dr. Lourenço Peixinho-27 AVEIRO

bibRIA

Empresa Cerâmica Vouga, L.^{da}

A V E I R O

Telefone 19

Cerâmica — Telhas da melhor qualidade. Tipos: *Marselha*, *Progresso* e *Vouga*. Todos os acessórios para telhados. A telha *Vouga* imita a antiga portuguesa e tem encaixes como a de Marselha

Fábrica de telhas e tejos.
Fundição e serralharia
mecânica, civil e forjas



Máquinas agrícolas
- - e industriais - -

EXECUTAM-SE TODOS OS TRABALHOS
COM A MAIOR PERFEIÇÃO E POR PREÇOS MÓDICOS



Pedir informes ao Director-Gerente da Empresa

Pascoal & Filhos, L.^{da}

PESCA DO BACALHAU E SARDINHA

TRAINEIRAS { *Pascoal Velho*
Pascoal Novo
Mira

LUGRES { *Rainha Santa Isabel*
D. Dinis

AVEIRO

TRANSPORTES MARÍTIMOS

Telef. { *Seca — 243*
Escritório — 52
Filial em Matosinhos — 519

Filial em MATOZINHOS

Seca na GAFANHA

biblioteca

LUZOSTELA FÁBRICA DE LIXAS E OUTROS PRODUTOS

Premiada com a medalha de Ouro na Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922-1923 — Grande Prémio de honra e Medalha de Ouro na Exposição Industrial Portuguesa de 1932

LIXAS de todas as qualidades para todas as indústrias, em papel e vidro — *Papel e esmeril* — *Pano branco e esmeril* — *Pano branco e vidro* — *Pano azul trançado extra e carborundum* — *Pano azul trançado e electrokorundum* — *Papel e garnet* — *Lixa impermeável «Hermes», para polissagem de carroseries de autos para pintura a Duco.*

FORMATOS DE FOLHAS NORMAIS, DISCOS E OUTROS FORMATOS ESPECIAIS PARA MÁQUINAS LIXADORAS

LIMAS PARA MANUCURE — *Prefiram a nossa excelente qualidade «Luzostela».*

PÓ LUZOSTELA — *Produto de 1.ª qualidade em latas de 500 e 250 grs. para limpeza de talheres.*

COLAS de alta resistência para as indústrias de carpintaria e marcenaria. *Especial «Transparente», para pintura e decorações.*

ESMERIL em todos os grãos e para todas as indústrias — *Granulações especiais para a construção de pedras para descasque de arroz. Fornecemos o verdadeiro e puro esmeril de NAXOS.*

Ferreira & Irmão, Sucrs.—AVEIRO—Telefone 37

L I V R O S

*nacionais e estrangeiros para todas as escolas
do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa*

Mobiliário e material escolar

*o melhor e o mais económico; peçam o catálogo
ilustrado.*

Literatura antiga e moderna

*nacional e estrangeira; peçam os catálogos
respectivos.*

Livros científicos e técnicos

*nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos
respectivos.*

*A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única
que reúne todas as secções de livreria.*

Encomendas para o estrangeiro

*mantemos um serviço diário de encomendas, para
todos os países, da maior rapidez e economia.*

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100

LISBOA

Telefs. 2 2015 - 2 2016 - Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

*Visitai a linda cidade
de Aveiro*

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISAGEM
SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

bibRiA
LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM —
ENCANTO E DISTRAÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TÚMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA
— AZULEJOS

E outros monumentos

1771

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO bibRIA

N.º 95

Julho, Agosto e Setembro

AVEIRO

1958

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

DIRECTOR DA BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICIU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

ANTIGO PROFESSOR EFECTIVO DO LICIU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PRIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

JOSÉ RESENDE DA SILVA LETH, *Subsídios monográficos da freguesia de S. Martinho da Gandra — Concelho de Oliveira de Azeméis.*

JOSÉ JÚLIO DE CASTILHO DE MORAIS SARMENTO, *Relação das medidas de defesa que se executaram nas margens do rio Vouga depois da tomada do Porto pelo Marechal Soult em 1809.*

FRANCISCO FERREIRA NEVES, *A fundação do convento de Jesus, de Aveiro.*

AUGUSTO SOARES DE SOUSA BAPTISTA, *Duarte de Lemos, quinto senhor da Trofa.*

FRANCISCO FERREIRA NEVES, *As actividades hidráulicas do engenheiro Luis Gomes de Carvalho.*

No limiar de comemorações aveirenses.

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL 40\$00
NÚMERO AVULSO 15\$00

Cada número tem normalmente 64 páginas

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores

M Á R M O R E S

: : : : : D E : : : : :

Sousa Baptista, L.^{da}

29, PRAÇA DO MUNICÍPIO, 30

: : : : : E : : : : :

13, LARGO DE S. JULIÃO, 13

— L I S B O A —

Sòmente nos depósitos e oficinas desta grande organização industrial e comercial, com possibilidade de uma boa e bela escolha, se encontram cantarias para majestosas, medianas e modestas construções, mármore polidos para ornamento de entradas, escadarias, casas de banho, cozinhas, etc., de luxo e simples.

Também nos mesmos estabelecimentos podem ser adquiridas as melhores louças sanitárias, sempre em exposição, e bem assim banheiras esmaltadas com todos os seus acessórios, como sejam: cabides, esponjeiras, saboneteiras, torneiras, esquentadores, etc., etc.

Tudo a preços sem competência

*NAS SUAS OFICINAS DE CANTEIRO EXECUTAM-SE
TODOS OS TRABALHOS, DESDE OS MAIS SINGELLOS
AOS DE ARTE ELEVADA*

Dão-se orçamentos quando solicitados

FÁBRICAS ALELUIA

AZULEJOS,
LOUÇAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

FÁBRICA ALELUIA -- RUA DO CANAL DA FONTE NOVA

FÁBRICA GENCAR -- RUA DAS OLARIAS

AVEIRO

TELEF. 22061

Testa & Amadores

Comissões, consignações.

Cereais, ferragens e mercearia.

Vidraça.

Depositários de petróleo
e gasolina SHELL

RUA DE EÇA DE QUEIROZ

AVEIRO

Café Trianon

DE

FERREIRA, GONÇALVES & FERREIRA, L.^{DA}

ESMERADO SERVIÇO DE CAFÉ E CHÁ

CERVEJA A COPO E DELICIOSOS APERITIVOS



TELEFONE 22405

25-Avenida Dr. Lourenço Peixinho-27 AVEIRO

bibRIA Empresa Cerâmica Vouga, L.^{da}

A V E I R O

Telefones { 23011
23012

Cerâmica — Telhas da melhor qualidade. Tipos: *Marselha*, *Progresso* e *Vouga*.

Todos os acessórios para telhados. A telha *Vouga* imita a antiga portuguesa e tem encaixes como a de Marselha

Fábrica de telhas e tejos.
Fundição e serralharia mecânica, civil e forjas



Máquinas agrícolas
- - e industriais - -

EXECUTAM-SE TODOS OS TRABALHOS
COM A MAIOR PERFEIÇÃO E POR PREÇOS MÓDICOS

Pedir informes ao Director-Gerente da Empresa

Pascoal & Filhos, L.^{da}

PESCA DO BACALHAU E SARDINHA

TRINEIRAS { *Pascoal Velho*
Pascoal Novo
Mira

LUGRES { *Rainha Santa Isabel*
D. Dinis

AVEIRO

TRANSPORTES MARÍTIMOS

Telefs. { *Seca — 22245*
Escritório — 23452
Filial em Matosinhos — 519

Filial em MATOZINHOS Seca na GAFANHA

LUZOSTELA FÁBRICA DE LIXAS E OUTROS PRODUTOS

Premiada com a medalha de Ouro na Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922-1923 — Grande Prémio de honra e Medalha de Ouro na Exposição Industrial Portuguesa de 1932

LIXAS de todas as qualidades para todas as indústrias, em papel e vidro — Papel e esmeril — Pano branco e esmeril — Pano branco e vidro — Pano azul trançado extra e carborundum — Pano azul trançado e electrokorundum — Papel e garnet — Lixa impermeável «Hermes», para polissagem de carroseries de autos para pintura a Duco.

FORMATOS DE FOLHAS NORMAIS, DISCOS E OUTROS FORMATOS ESPECIAIS PARA MÁQUINAS LIXADORAS

LIMAS PARA MANUCURE — Prefiram a nossa excelente qualidade «Luzostela».

PÓ LUZOSTELA — Produto de 1.^a qualidade em latas de 500 e 250 grs. para limpeza de talheres.

COLAS de alta resistência para as indústrias de carpintaria e marcenaria. Especial «Transparente», para pintura e decorações.

ESMERIL em todos os grãos e para todas as indústrias — Granulações especiais para a construção de pedras para descasque de arroz. Fornecemos o verdadeiro e puro esmeril de NAXOS.

Ferreira & Irmão, Sucrs. — AVEIRO — Telefs. { 22046
22047

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

◆
Fábrica de moagem

de cereais
e descasque de arroz

◆
Preparação de farinhas

para alimentação de gado,

marca *Beimar*

◆
Telefone PPC 23441

Telegramas: MOAGENS

AVEIRO

Banco Regional de Aveiro

S. A. R. L.

Capital autorizado: Esc. 10.000.000\$00 ♦ Capital emitido: Esc. 10.000.000\$00

Transferências e cobranças — Saques
sobre o país. — Cobrança e pagamen-
tos. — C/ corrente em moeda portu-
guesa. — Depósitos à ordem e a prazo.

Telegramas: REGIONAL

Telefones { 22731
23131



Rua de Coimbra

AVEIRO

OFICINAS GAMELAS

(Estabelecimento recomendado pelo Automóvel Club de Portugal)

REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS

SECCÕES: Reparações mecânicas, electricidade,
carrosserias

Oficina de pintura, estação de serviço,
peças e acessórios

Serviço permanente de Pronto Socorro



AGÊNCIA DISTRIAL DOS AUTOMÓVEIS «AUSTIN»

MANUEL DOS SANTOS GAMELAS

Rua da Fonte Nova, 18 Telef. PPC { 22031
22032

AVEIRO

L I V R O S

nacionais e estrangeiros para todas as escolas do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa

Mobiliário e material escolar

o melhor e o mais económico; peçam o catálogo ilustrado.

Literatura antiga e moderna

nacional e estrangeira; peçam os catálogos respectivos.

Livros científicos e técnicos

nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos respectivos.

A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única que reúne todas as secções de livreria.

Encomendas para o estrangeiro

mantemos um serviço diário de encomendas, para todos os países, da maior rapidez e economia.

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100

LISBOA

Telefs. 2 2015 - 2 2016 - Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

Visitai a linda cidade
de Aveiro

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISAGEM
SÚRPREENDEENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM —
ENCANTO E DISTRACÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TÚMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA
— AZULEJOS

E outros monumentos

71^{SD}
ARQVIVO

DO DISTRITO DE

AVEIRO

bibRIA

N.º 96

Outubro, Novembro e Dezembro

AVEIRO

1958

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

DIRECTOR DA BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICIU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

ANTIGO PROFESSOR EFECTIVO DO LICIU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEREIRA, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

DULCE ALVES SOUTO. *Subsídios para uma carta arqueológica do distrito de Aveiro no período da romanização.*

JOSÉ RESENDE DA SILVA LEITE. *Subsídios monográficos da freguesia de S. Mar-*

tinho da Gandra—Concelho de Oliveira de Azeméis.

AUGUSTO SOARES DE SOUSA BAPTISTA, *Ponte do Marnel.*

Bibliografia.

Índice alfabético dos autores do vol. XXIV.

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL 40\$00

NÚMERO AVULSO 15\$00

Cada número tem normalmente 64 páginas

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores

M Á R M O R E S

: : : : : D E : : : : : :

Sousa Baptista, L.^{da}

29, PRAÇA DO MUNICÍPIO, 30

: : : : : E : : : : : :

13, LARGO DE S. JULIÃO, 13

— L I S B O A —

Sòmente nos depósitos e oficinas desta grande organização industrial e comercial, com possibilidade de uma boa e bela escolha, se encontram cantarias para majestosas, medianas e modestas construções, mármore polidos para ornamento de entradas, escadarias, casas de banho, cozinhas, etc., de luxo e simples.

Também nos mesmos estabelecimentos podem ser adquiridas as melhores louças sanitárias, sempre em exposição, e bem assim banheiras esmaltadas com todos os seus acessórios, como sejam: cabides, esponjeiras, saboneteiras, torneiras, esquentadores, etc., etc.

Tudo a preços sem competência

NAS SUAS OFICINAS DE CANTEIRO EXECUTAM-SE
TODOS OS TRABALHOS, DESDE OS MAIS SINGELLOS
ATE AOS DE ARTE ELEVADA

Dão-se orçamentos quando solicitados

FÁBRICAS ALELUIA

AZULEJOS,
LOUCAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

FÁBRICA ALELUIA -- RUA DO CANAL DA FONTE NOVA
FÁBRICA GERCAR -- RUA DAS OLARIAS

AVEIRO

TELEF. 22061

Testa & Amadores

Comissões, consignações.

Cereais, ferragens e mercearia.

Vidraça.

Depositários de petróleo
e gasolina SHELL

RUA DE EÇA DE QUEIROZ

AVEIRO

Café Trianon

DE

FERREIRA, GONÇALVES & FERREIRA, L.^{DA}

ESMERADO SERVIÇO DE CAFÉ E CHÁ

CERVEJA A COPO E DELICIOSOS APERITIVOS

◆
TELEFONE 22405

25 - Avenida Dr. Lourenço Peixinho - 27 AVEIRO

Empresa Cerâmica Vouga, L.^{da}

AVEIRO

Telefones { 23011
23012

Cerâmica — Telhas da melhor qualidade. Tipos: *Marselha*, *Progresso* e *Vouga*. Todos os acessórios para telhados. A telha *Vouga* imita a antiga portuguesa e tem encaixes como a de Marselha

Fábrica de telhas e tejos.
Fundição e serralharia mecânica, civil e forjas
Máquinas agrícolas
- - e industriais - -

EXECUTAM-SE TODOS OS TRABALHOS
COM A MAIOR PERFEIÇÃO E POR PREÇOS MÓDICOS

Pedir informes ao Director-Gerente da Empresa

Pascoal & Filhos, L.^{da}

PESCA DO BACALHAU E SARDINHA

TRINEIRAS { Pascoal Velho
Pascoal Novo
Mira

LUGRES { Rainha Santa Isabel
D. Dinis

AVEIRO

TRANSPORTES MARÍTIMOS

Telefs. { Seca — 22243
Escritório — 23452
Filial em Matozinhos — 519

Filial em MATOZINHOS

Seca na GAFANHA

LUZOSTELA FABRICA DE LIXAS E OUTROS PRODUTOS

Premiada com a medalha de Ouro na Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922-1923 — Grande Prémio de honra e Medalha de Ouro na Exposição Industrial Portuguesa de 1932

LIXAS de todas as qualidades para todas as indústrias, em papel e vidro — Papel e esmeril — Pano branco e esmeril — Pano branco e vidro — Pano azul traçado extra e carborundum — Pano azul traçado e electrokorundum — Papel e garnet — Lixa impermeável «Hermes», para polissagem de carroseries de autos para pintura a Duco.

FORMATOS DE FOLHAS NORMAIS, DISCOS E OUTROS FORMATOS ESPECIAIS PARA MÁQUINAS LIXADORAS

LIMAS PARA MANUCURE — Prefiram a nossa excelente qualidade «Luzostela».

PÓ LUZOSTELA — Produto de 1.^a qualidade em latas de 500 e 250 grs. para limpeza de talheres.

COLAS de alta resistência para as indústrias de carpintaria e marcenaria. Especial «Transparente», para pintura e decorações.

ESMERIL em todos os grãos e para todas as indústrias — Granulações especiais para a construção de pedras para descasque de arroz. Fornecemos o verdadeiro e puro esmeril de NAXOS.

Ferreira & Irmão, Sucrs. — AVEIRO — Telefs. { 22046
22047